

((TITULO))RELATÓRIO DA COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS  
PROVOCADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS  
HORIZONTAIS NO ENTORNO DA SERRA DA CANTAREIRA, PARQUE ALBERTO  
LÖEFGREEN E IMEDIAÇÕES (RPP 06-0010/2005)((TEXTO))

((ng))Sumário((cl))

*Membros da Comissão*

*Apresentação*

*Legislação*

*Convidados*

*Análise dos empreendimentos estudados*

ROSSI RESIDENCIAL S/A

ROSSI RESIDENCIAL S/A

CONSTRUTORA LAUZANE LADY LTDA

MARCELO HENRIQUE E OUTROS

FRANCISCO FRAIZ VILLAR

FLAVIO DANILO COSTA E ANTONINHA N. CORREA COSTA

RUBENS GERALDO GUIDOTTE

RITA REGINA FORTUNATO RICARDO E OUTROS

SIDNEY AKIRA KISHI

ALEXANDRE MENDONÇA MILLEU E OUTROS

HSF INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA

TETSUO TANQUE

GIRASSOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

ALBERTO GENEVCIOS E OUTRO

ROGERIO NUNES DE MAIO E OUTROS

IRINEU NARDINI E OUTRO

RAF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

ERALDO LEANDRO DO PRADO E OUTRO

CASADOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

PAULO ROBERTO MASSAAKI KISHI

ALBERTINA MARTINS GUITIERREZ E OUTROS

EDUARDO GIGLIODE OLIVEIRA E OUTRO

ROBERTO ROSSINI E OUTROS

ANTONIO DE CASTRO FILHO E HEBE AP. DO VAL CASTRO

NELSON BEZERRADA SILVA E OUTRO

ROBERTO PAULO MARCHETTI E OUTRO

ANTONIO DONADIO SALVIA

FGH COMÉRCIO SERVIÇO LTDA ME

CASADOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

HIDEKI HIGUCHI

MARCOS CESAR FAVARO

ESPÓLIO DE NICOLA TAGLIATI

MANOEL MESSIAS VÍTOR DE ANDRADE

ESPÓLIO DE NICOLA TAGLIATTI

ROBERTO ROSSINI/ HUMBERTO KOEHLER/ RENATO ROSSINI

M.M.NARDINI EMPREENDIMENTOS LTDA

SÉRGIO RICARDO AGOSTINO

OSWALDO SIMÕES

ALBERTO GENEVCIOUS

RAUL ANTONIO QUARESMA HENRIQUE

ANTONIO NICOLIELO MENDES E JOSE THEÓPHILO RAMOS JR

ANTON KAUPA E OUTROS

OLINDO FELIX DE RESENDE

WANDERLEY REIS E ELCIO ROBERTO PINHATA

PAULO TAVARES DA SILVA

COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCARIOS – BANCOOP

CARVALHO E PERA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA

*Visitas – 29/03/2006*

BANCOOP – R. JOSE MARTINS BORGES, 189 TREMEMBÉ

CARVALHO E PERA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA – R. DO HORTO s/n

*Conclusões*

*Propostas*

*Providências a serem adotadas por esta Comissão de Estudos*

*Anexo I*

Notas Taquigráficas

14 de fevereiro de 2006

20 de fevereiro de 2006

06 de março de 2006

13 de março de 2006

20 de março de 2006

27 de março de 2006

03 de abril de 2006

10 de abril de 2006

*Anexo II*

Ofícios

Of. CE-IMPA nº 001/2006

Of. CE-IMPA nº 002/2006

Of. CE-IMPA nº 003/2006

Of. CE-IMPA nº 004/2006

Of. CE-IMPA nº 005/2006

Of. CE-IMPA nº 006/2006

Of. CE-IMPA nº 007/2006

Of. CE-IMPA nº 008/2006

Of. CE-IMPA nº 009/2006

Of. CE-IMPA nº 010/2006

Of. CE-IMPA nº 011/2006

Of. CE-IMPA nº 012/2006

Of. CE-IMPA nº 013/2006

Of. CE-IMPA nº 014/2006

Of. CE-IMPA nº 015/2006

Of. CE-IMPA nº 016/2006

Of. CE-IMPA nº 017/2006

Of. CE-IMPA nº 018/2006

Of. CE-IMPA nº 019/2006

Of. CE-IMPA nº 020/2006

Of. CE-IMPA nº 021/2006

Of. CE-IMPA nº 022/2006

Of. CE-IMPA nº 023/2006

Of. CE-IMPA nº 024/2006

Of. CE-IMPA nº 025/2006

Of. CE-IMPA nº 026/2006

*Anexo III*

Fotos

Bancoop

Construtora Carvalho e Pêra

((ng))Membros da Comissão((cl))

Juscelino Gadelha – Presidente

Bispa Lenice Lemos - Relatora

Adolfo Quintas

Aurélio Nomura

Chico Macena

Cláudio Prado

Kamia

Paulo Frange

((ng))Apresentação((cl))

Este relatório sintetiza os trabalhos desenvolvidos pela *COMISSÃO DE ESTUDOS SOBRE OS IMPACTOS AMBIENTAIS*, proposta e presidida pelo Vereador Juscelino Gadelha (PSDB) e

composta pelos vereadores Cláudio Prado (PDT), Aurélio Nomura (PV), Chico Macena (PT) Paulo Frange (PTB), Ushitaro Kamia (PFL) e relatoria da Vereadora Bispa Lenice Lemos (PFL). Essa Comissão de Estudos foi constituída com o objetivo de analisar os impactos ambientais provocados pela implementação de Condomínios Residenciais Horizontal no entorno da Serra da Cantareira, Parque Alberto Löefregen e imediações.

Esta atividade insere-se numa nova perspectiva de atuação da Câmara Municipal de São Paulo, como um fórum de debates dos problemas da cidade e da busca de alternativas para superá-los.

A programação da Comissão foi elaborada num processo amplo de consulta, para garantir um tratamento abrangente do tema, congregando os principais interlocutores e segmentos sociais e políticos envolvidos com a questão.

Nesse sentido, convidamos representantes do poder público municipal e estadual, do setor imobiliário, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e ainda técnicos e professores universitários para contribuírem no aprofundamento da discussão do tema e na procura de alternativas de solução para o problema.

Após um período preparatório, a Comissão foi instalada em fevereiro de 2006 e desenvolveu seus trabalhos em diversas sessões públicas com ampla participação, de inúmeras pessoas e entidades.

Além das sessões realizadas na Câmara Municipal, a Comissão realizou reuniões internas entre vereadores e seus assessores e promoveu, em conjunto com a Policia Ambiental, Secretaria do Verde e Meio Ambiente (DEPAVE), Secretaria de Coordenação das Subprefeituras (Subprefeituras de Santana-Tucuruvi, Jaçanã-Tremembé e Casa Verde-Cachoeirinha) e entidades da sociedade civil, visita a vários empreendimentos, onde pôde constatar, *in loco*, os diversos padrões dos empreendimentos edificados e em fase de conclusão na região, verificando o impacto causado e possíveis irregularidades existentes.

Em razão do excesso de trabalho gerado pela realização simultânea de duas Comissões Parlamentares de Inquérito, diversas comissões e subcomissões e falta de pessoal, assim, tanto as transcrições como as sínteses foram realizadas em curto espaço de tempo pela assessoria dos gabinetes dos membros desta Comissão.

A diretriz para produção do relatório foi retratar com fidelidade o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão, preservando a diversidade das apresentações.

O relatório final pretendeu também contribuir para a sistematização de diferentes informações e opiniões sobre a região, disponibilizando-as aos diversos setores da sociedade que nela convivem.

O relatório inicia com um texto elaborado pela Relatora, sua assessoria e assessoria técnica da comissão, que apresenta as razões que levaram a propositura de uma comissão de estudos com este tema e um diagnóstico da área envoltória, particularmente no que se refere à situação impactante sobre o meio ambiente na região da Serra da Cantareira, culminando na sua ocupação de forma desordenada.

A seguir, são apresentadas as sínteses das várias sessões, a partir da transcrição do conteúdo das palestras e dos debates. As diversas manifestações do público não foram revistas por eles pelas dificuldades de contatá-los em tempo hábil.

Finalmente, reunimos as conclusões e recomendações apresentadas ao longo dos trabalhos, acrescidas das sugestões dos participantes acolhidas pela Comissão. Foram encaminhados diversos ofícios aos departamentos competentes da Prefeitura Municipal de São Paulo, para solicitar informações e documentos que nortearam os rumos desta comissão de estudos. Esperamos que os resultados desta Comissão, apresentados neste relatório, possam contribuir para o aprimoramento do Plano Diretor Regional, cuja revisão esta prevista para o ano corrente e será debatida por esta Casa.

#### *((ng))Legislação((cl))*

Lei Federal 6.766/79 - Loteamento

Decreto Federal 750/93 – Meio Ambiente

Decreto Estadual 30.443/89 – Meio Ambiente

Lei Municipal 13.885/04 – Plano Diretor Regional e seus Decretos e Leis Complementares

Lei Municipal 13.792/02 – Condomínios Residenciais Fechados

Lei Municipal 13.430/02 – Plano Diretor e seus Decretos e Leis Complementares

Lei Municipal 11.605/94 – Lei das Vilas

Decreto 34.740/94 – Vilas

Lei Municipal 11.228/92 – Código de Obras e suas Leis Complementares

Decreto 32.329/92 – Código de Obras  
Lei Municipal 10.365/87 – Corte e a Poda de Vegetação de Porte Arbóreo  
Decreto 26.535/88 – Corte e a Poda

*((ng))Convidados((cl))*

Sehab – Aprov/Gabinete  
SEMPLA  
SVMA - Depave  
DEPRN  
Subprefeituras – CV, ST e JT  
Condephaat  
Conpresp  
Graprohab  
Polícia Ambiental  
Administração da Cantareira  
Administração do Horto Florestal  
Emurb  
Conselho Comunitário Santana / Tucuruvi  
Amar – Amigos da Cantareira  
Defenda São Paulo  
Asbea  
Secovi  
Sinduscon  
Associação Brasileira de Advogados Ambientalistas  
OAB - Comissão de Meio Ambiente Secção Santana  
Fiesp - Norte  
Pastoral da Ecologia  
Rotary Club  
Lions Club  
Associação Comercial - Distrito Santana  
Site Tremembé na linha  
Gazeta da Zona Norte  
Seminário da Zona Norte  
Tribuna Paulista  
SP Norte

*((ng))Análise dos empreendimentos estudados((cl))*

As páginas a seguir apresentam um histórico sucinto dos empreendimentos analisados por esta Comissão de Estudos, trazendo os dados básicos de cada local, colhidos pela assessoria técnica.

SUBPREFEITURA	JT
PROPRIETÁRIO	ROSSI RESIDENCIAL S/A
ENDEREÇO	R COMENDADOR QUIRINO TEIXEIRA 101
SQL	070.350.0239-1
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	36 UNIDADES DE 2 ANDARES, GARAGEM EXCLUSIVA E EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/33329-00 23/09/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2005/36649-00 11/10/2005
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	064/2003
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	9.500,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	5.999,40 m <sup>2</sup>

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	LEANDRO TORE DE CASTRO CREA 601.864.635
OBSERVAÇÕES	TERMO DE RECEBIMENTO DO TCA 064/2003 PUBLICADO EM 10/12/2004
PROPRIETÁRIO	ROSSI RESIDENCIAL S/A
ENDEREÇO	R COMENDADOR QUIRINO TEIXEIRA 151
SQL	070.350.0240-5
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	36 UNIDADES DE 2 ANDARES, GARAGEM EXCLUSIVA E EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/33320-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	23/09/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2005/36628-00
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	11/10/2005
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	065/2003
ÁREA DO TERRENO	12.900,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	7.874,72 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	LEANDRO TORE DE CASTRO CREA 601.864.635
OBSERVAÇÕES	TERMO DE RECEBIMENTO DO TCA 065/2003 PUBLICADO EM 10/12/2004
PROPRIETÁRIO	CONSTRUTORA LAUZANE LADY LTDA.
ENDEREÇO	R MARIA AMALIA LOPES DE AZEVEDO S/N COM R IMBIRÁS
SQL	067.011.0037-6
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	02 PRÉDIOS COM 02 PAVIMENTOS SENDO UM COM 09 UNIDADES E OUTRO COM 07 UNIDADES
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2005/180006-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	3.631,55 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.183,40 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	URANDY ANTONIO MASCHIO CREA 601.800.222
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	MARCELO HENRIQUE E OUTROS
ENDEREÇO	R MANOEL GAYA 1759
SQL	070.351.0003-2
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/02769-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	25/01/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/18743-00
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	

TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	971,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.306,06 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JOSE BERNARDINO PRATA GODINHO CREA 601.126.346
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	FRANCISCO FRAIZ VILLAR
ENDEREÇO	R ESTER ELISA
SQL	066.082.0035-8
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/08046-00 16/03/2002 2003/29860-00
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	400,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	288,28 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MEG APARECIDA PERA CREA 601.929.998-8
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	FLAVIO DANILO COSTA E ANTONINHA N. CORREA COSTA
ENDEREÇO	R BIRIRICAS
SQL	128.182.0031-7
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10 RESIDENCIAS E 1 GUARITA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/25278-00 23/07/2003 2003/25278-01
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1255,07 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	827,60 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	VINICIUS JOSE DE OLIVEIRA CREA 641.881.840
OBSERVAÇÕES	
SUBPREFEITURA	CV
PROPRIETÁRIO	RUBENS GERALDO GUIDOTTE
ENDEREÇO	R GENERAL ISIDORO DIAS LOPES 437
SQL	305.047.0168-9
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	02 PRÉDIOS COM 03 ANDARES, 14 UNIDADES, 01 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/25520-00

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	03/07/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	2006/08332-00
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1.000,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.823,56 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
OBSERVAÇÕES	
SUBPREFEITURA	ST
PROPRIETÁRIO	RITA REGINA FORTUNATO RICARDO E OUTROS
ENDEREÇO	R DONA MARTINHA 272
SQL	072.025.0045-0
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	01 PREDIO DE 02 ANDARES, 01 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, 10 UNIDADES
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/22462-00
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	03/07/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	2005/00570-00
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	30/12/2004
ÁREA DO TERRENO	660,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.201,70 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MARCOS CESAR DUARTE GUAZZELLI CREA 506.071.837-6
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	SIDNEY AKIRA KISHI
ENDEREÇO	R CEL OCTAVIO AZEVEDO 272
SQL	070.067.0101-1
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	PREDIO DE 2 ANDARES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL, 06 UNIDADES – VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/26174-00
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	31/08/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	2005/31723-00
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	17/09/2005
ÁREA DO TERRENO	472,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	355,84 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ROSALIA GESTO NODAR CREA 682.507.970
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	ALEXANDRE MENDONÇA MILLEU E

ENDEREÇO	OUTROS
SQL	R CAPITÃO GUSTAVO LAURO KORTE 140
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	070.046.0003-3
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	01 PREDIO DE 3 ANDARES, 01 SUBSOLO,
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	GARAGEM EXCLUSIVA, 08 UNIDADES
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/07207-00
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO	13/03/2004
AMBIENTAL	2005/24944-00
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE	09/08/2005
CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	645,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	996,46 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ALEXANDRE MENDONÇA MILLEU
OBSERVAÇÕES	CREA 601.336.705
PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	HSF INCORPORAÇÃO E CONSTRUÇÃO
SQL	LTDA
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	R NABUCO DE ARAÚJO 75
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	072.184.0092-2
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	PREDIO 2 PAVIMENTOS, 01 SUBSOLO,
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO	SOCIAL, 06 UNIDADES
AMBIENTAL	2003/05311-00
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE	19/02/2003
CONDUTA	2005/20635-00
ÁREA DO TERRENO	05/07/2005
ÁREA CONSTRUÍDA	705,60 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	1.266,42 m <sup>2</sup>
RESPONSÁVEL TÉCNICO	2
OBSERVAÇÕES	ANTONIO MANOEL ESTEVES – INOVALLI
PROPRIETÁRIO	ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E
ENDEREÇO	ENGENHARIA
SQL	CREA 601.184.290
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	TETSUO TANQUE
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	R MARIA ALICE ANCIAES
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	072.004.0006-8
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	PREDIO 2 ANDARES, UM SUBSOLO,
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO	GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO
AMBIENTAL	SOCIAL, 12 UNIDADES
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE	PREDIO 2 ANDARES, 13 UNIDADES
	2005/09196-00
	01/04/2005
	2005/45434-00

CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	2.557,81 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	3.294,86 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	NOBUO TANAUE CREA 600.551.949
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	GIRASSOL EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA R TARQUINIO DE SOUZA 210 071.225.0032-2
SQL	
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	8 PREDIOS, 2 ANDARES, 1 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL PARA UMA UNIDADE
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2005/14870-00 18/05/2005
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2005/40389-00 17/11/2005
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	820,50 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.154,48 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	RITA DE CASSIA BATISTA CREA 506.082.283-0
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ALBERTO GENEVCIOS E OUTRO R CLAUDIO RODRIGUES LOPES 63 072.221.0022-5
SQL	
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	02 PREDIOS, 2 ANDARES, UM SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL PARA 5 UNIDADES
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/04491-00 17/02/2004
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2005/39503-00 08/11/2005
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	830,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.387,83 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CRISTIANE FLORI CREA 506.052.617-7
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ROGERIO NUNES DE MAIO E OUTROS R CEL JOAQUIM F. DE SOUZA 137, 141 E 147 071.464.0069-7
SQL	
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	PREDIO 2 ANDARES, 1 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO

P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	SOCIAL PARA 12 UNIDADES – VILA 2005/18984-00 23/06/2005 2005/42212-00
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ÁREA DO TERRENO ÁREA CONSTRUÍDA NÚMERO DE PAVIMENTOS RESPONSÁVEL TÉCNICO	965,94 m <sup>2</sup> 1729,26 m <sup>2</sup> 2 ROSANNE IRENE SANCHES CARRIERI CREA 601.742.196
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO SQL DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	IRINEU NARDINI E OUTRO AV VER ANGELO BORTOLO LT3 QD 39 070.284.0037-9 2 PREDIOS COM 2 ANDARES, UM SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL UMA UNIDADE 2 PREDIOS COM 3 ANDARES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL UMA UNIDADE
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/21323-00 20/07/2004 2005/00971-00
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ÁREA DO TERRENO ÁREA CONSTRUÍDA NÚMERO DE PAVIMENTOS RESPONSÁVEL TÉCNICO	441,00 m <sup>2</sup> 478,45 m <sup>2</sup> 2 e 3 ANTONIO MANOEL ESTEVES CREA 601.184.290
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO SQL DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	RAF CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTD. R TRAMWAY 205 069.029.0002-7 1 PREDIO DE 3 ANDARES, 5 UNIDADES 2 PREDIOS DE 2 ANDARES, 2 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, ATICO DESTINADO A CJ RESIDENCIAL- VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/07336-00 05/03/2004 2004/39798-00 23/12/2004
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA ÁREA DO TERRENO ÁREA CONSTRUÍDA	1.079,34 m <sup>2</sup> 1.663,05 m <sup>2</sup>

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2 e 3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JOAO ALBERTO BRANCO BRASÃO FARINHA CREA 600.450.870
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ERALDO LEANDRO DO PRADO E OUTRO
SQL	R LADARIO 248
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	068.044.0011-9 1 PREDIO 3 ANDARES, GARAGEM EXCLUSIVA PARA UMA UNIDADE
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/06799-00 07/03/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/18783-00 17/12/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	897,91 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1.598,64 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JOSE BERNARDINO PRATA GODINHO CREA 601.126.346
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	CASADOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.
SQL	RUA RUBIACEA S/Nº
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	070.177.0022-8 1 PRÉDIO, 3 ANDARES PARA 8 UNIDADES, DESTINADOS A CONDOMÍNIO RESIDENCIAL- VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/17451-00 15/06/2004
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/36811-00 03/12/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	896,70 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1410,21m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CLESTER RODRIGUES DE OLIVEIRA 506.135.423-2
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	PAULO ROBERTO MASSAAKI KISHI
SQL	RUA IBIMIRIM 45
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	070.049.0028-2 1 PRÉDIO,3 ANDARES, 1 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/26930-00 09/08/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/24764-00

	17/08/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	420,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	738,92M <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ROSÁLIAGESTO NODAR 682.507.970
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ALBERTINA MARTINS GUITIERREZ E OUTROS
SQL	RUA CURUPITE, 83
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	067.206.0012-5 6 PRÉDIOS, 2 ANDARES, 1SUBSOLO, GARAGEM ESCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL PARA UMA UNIDADE
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/12197-00 01/04/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/18417-00 22/06/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	629,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1198,52M <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	SERGIO ANTONIO NOREMATI 601.440.633
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	EDUARDO GIGLIODE OLIVEIRA E OUTRO
SQL	RUA CARACAXA, 304
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	068.147.0019-0 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 7UNIDADES, DESTINADO A CJ RESIDENCIAL-VILA 1PRÉDIO, 2 ANDARES, 5 UNIDADES, DESTINADO A CJ RESIDENCIAL – VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/45768-00 30/12/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/15072-00 19/05/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1160,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1226,43m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	EDUARDO GIGLIO DE OLIVEIRA 600.698.101
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
	ROBERTO ROSSINI E OUTROS

ENDEREÇO	RUA PADRE LEÃO PERUCHE, 409
SQL	067.170.0025-2
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1 PRÉDIO, 3 ANDARES, 8UNIDADES, 1SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, DESTINADO A CJ RESIDENCIAL –VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/01594-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	21/01/2004
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/10782-00
	09/04/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	581,50m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1071,93m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ALEXANDRE MENDONÇA MILLELI 601.336.705
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
	ANTONIO DE CASTRO FILHO E HEBE AP. DO VAL CASTRO
ENDEREÇO	RUA LAERTE, 113
SQL	072.029.0078-5
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1PRÉDIO, 2 ANDARES, 1SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA PARA DUAS UNIDADES DESTINADO A CJ RESIDENCIAL –VILA 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 1 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA PARA 6 UNIDADES, VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2004/05617-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	02/03/2004
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/10085-00
	03/04/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	819,70m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1471,07m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MEG APARECIDA PERA 601929988
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
	NELSON BEZERRADA SILVA E OUTRO
ENDEREÇO	RUA MARIA JOSÉ POMAR,65
SQL	071.517.0031-8
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1 PRÉDIO, 3 ANDARES, 13 UNIDADES, 1SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/18885-00
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	06/06/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/05941-00
	02/03/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	

TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	826,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1475,70m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANTONIO HENRIQUE LICO GONÇALVES 601.599.030
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ROBERTO PAULO MARCHETTI E OUTRO
SQL	RUA CEL. OCTÁVIO AZEREDO, 119 070.066.0250-5
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	10 PRÉDIOS, 2ANDARES, 1UNIDADE, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL, VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/44966-00 28/12/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/04945-00 20/02/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1048,67m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1027,06m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ROBERTO PAULO MARCHETTI 600.814.775
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ANTONIO DONADIO SALVIA
SQL	RUA DA CHÁCARA, 57 070.228.0040-5
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1 PRÉDIO, 3 ANDARES, 10 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL 1PRÉDIO, 3 ANDARES, 5 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/08049-00 16/03/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2004/03852-00 10/02/2004
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1027,50m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1506,92m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	RENNER APARECIDO PERUSSI 682.495.405
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	FGH COMÉRCIO SERVIÇO LTDA ME
SQL	RUA DONA ELFRIDA, 123 072.063.0133-9

DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	2 PRÉDIOS, 2 ANDARES, 6 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL, VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/29825-00 01/09/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/42309-00 29/11/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1240,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	2560,80m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANTONIO MANUEL ESTEVES 601.184.290
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	CASADOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ENDEREÇO SQL	RUA MIRA ESTRELA, 41 069.022.0009-2
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1PRÉDIO, 2 ANDARES, 9 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/45435-00 12/12/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/39282-00 06/11/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	851,85m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1357,39m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	AKIRA SATO 600.766.190
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	HIDEKI HIGUCHI
ENDEREÇO SQL	RUA IGUAPE, 178 072.184.0043-4
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	4 PRÉDIOS, 2 ANDARES, 1UNIDADE, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/33541-00 28/09/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/35882-00 09/10/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	320,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	515,47m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2

RESPONSÁVEL TÉCNICO	AKIRA SATO 600.766.190
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO SQL DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	MARCOS CESAR FAVARO RUA NABUCO DE ARAÚJO, 223 072.178.0084-6 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 6 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 5 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/00638-00 28/12/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/31505-00 06/09/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	959,63m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1866,10m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	EDUARDO FREUA SOBRINHO 600.415.058
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO SQL DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	ESPÓLIO DE NICOLA TAGLIATI AV. SANTA INÊS, 3568 108.182.0029-3 16 PRÉDIOS, 2 PAVIMENTOS, 1 UNIDADE, SUBSOLO
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/34153-00 21/09/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/18715-00 03/06/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1156,76m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1862,79m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MARCOS CÉSAR DUARTE GUAZZELLI 506.071.837-6
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO SQL DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	MANOEL MESSIAS VÍTOR DE ANDRADE RUA PONTE PENSA, 99 068.530.0097-8 12 PRÉDIO, 2 ANDARES, 1 UNIDADE, GARAGEM EXCLUSIVA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	1998/21273-00 11/08/1998
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/18307-00

TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	03/06/2003
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1030,37m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1037,63m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ODAIR CORDEIRO VAZ 682.600.672
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ESPÓLIO DE NICOLA TAGLIATTI
SQL	AV. SANTA INÊS, 3568
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	108.182.0029-3 16 PRÉDIOS, 2 ANDARES, 1 UNIDADE, SUBSOLO
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/34153-00 21/09/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/18715-00 03/06/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1156,76m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1862,79m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	MARCOS CÉSAR DUARTE GUAZZELLI 506.071.837-6
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	ROBERTO ROSSINI/ HUMBERTO KOEHLER/ RENATO ROSSINI
SQL	RUA PADRE LEÃO PERUCHE, 383
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	067.170.0021-1 1PRÉDIO, 3 PAVIMENTOS, 7 UNIDADES
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2003/09876-00 28/03/2003
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/16248-00 17/05/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	565,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	984,31m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ALEXANDRE MENDONÇA MILLEU 601.336.705
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	
ENDEREÇO	M.M.NARDINI EMPREENDIMENTOS LTDA
SQL	RUA IBIMIRIM, 442
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	070.049.0036-3 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 3 UNIDADES, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA,

	EQUIPAMENTO SOCIAL 1PRÉDIO, 3 ANDARES, 2 UNIDADES, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/35519-00 16/10/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/15683-00 14/05/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	470,40m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	673,26m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2 E 3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ANTONIO MANOEL ESTEVES 601.184.290
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	SÉRGIO RICARDO AGOSTINO
ENDEREÇO	RUA ENOTRIA, 138
SQL	067.184.0030-0
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	7 PRÉDIOS, 2 ANDARES, 1 UNIDADE, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL- VILA
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/44974-00 28/12/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2003/10013-00 25/03/2003
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	642,68m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1282,01m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JOSÉ BERNARDINO PRATA GODINHO 601.126.345
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	OSWALDO SIMÕES
ENDEREÇO	RUA ITA,173
SQL	127.282.0032-6
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	VILA DE CASA GEMINADA: 1 PRÉDIO, 3 ANDARES, 5 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL 1 PRÉDIO, 3 ANDARES, 6 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 6 UNIDADES, EQUIPAMENTO SOCIAL 1 PRÉDIO, 2 ANDARES, 7 UNIDADES, EQUIPAMENTO SOCIAL 1 PRÉDIO, 1 ANDAR, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	1999/37657-00 27/11/1999

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/46817-00 20/12/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	3107,08m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	3061,40m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2 E 3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CARLOS EDUARDO DA SILVA 601.536.769
PROPRIETÁRIO	ALBERTO GENEVCIOUS
ENDEREÇO	RUA ARTUR S/N°
SQL	072.206.0019-4
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	14 PREDIOS, 3 ANDARES, 14 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2000/50547-00 21/12/2000
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/35029-00
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1000,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1210,65 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	3
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CRISTIANE FLORI 506.052.617-7
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	RAUL ANTONIO QUARESMA HENRIQUE
ENDEREÇO	R ARAUCÁRIA 564
SQL	070.236.0019-1
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1 PREDIO, COM 1 BLOCO, 2 PAVIMENTOS, 1 UNIDADE, 1 SUBSOLO
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	720.164.6960-01 09/10/1996
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	PARCIAL 2002/35186-00 02/10/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	13.231,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	11.341,51 m <sup>2</sup> TOTAL 383,16 m <sup>2</sup> PARCIAL
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	SALOMAO SISTER SOBRINHO 600.898.033
OBSERVAÇÕES	CONCLUSÃO PARCIAL PARA A CASA 3
PROPRIETÁRIO	ANTONIO NICOLIELO MENDES E JOSE THEÓPHILO RAMOS JR
ENDEREÇO	R DONA ELFRIDA 590
SQL	072.064.0024-8

DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	1 PREDIO 2 PAVIMENTOS, 1 SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2000/48167-00 09/12/2000
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	PARCIAL 2002/30932-00 04/09/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	1200,00m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1972,36 m <sup>2</sup> TOTAL 204,25 m <sup>2</sup> PARCIAL
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	JACQUES BACHMAN 600.438.272
OBSERVAÇÕES	APROVAÇÃO DO EMPREENDIMENTO NÃO É TOTAL, CONFORME CERTIFICADO DE CONCLUSÃO
PROPRIETÁRIO	ANTON KAUPA E OUTROS
ENDEREÇO	R DANIEL VIEIRA 198
SQL	071.132.0004-4
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	9 PREDIOS, 2 ANDARES, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2001/23180-00 14/07/2001
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/30493-00 31/08/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	746,15 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	611,47 m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CRISTIANE FLORI 506.052.617-7
OBSERVAÇÕES	
PROPRIETÁRIO	OLINDO FELIX DE RESENDE
ENDEREÇO	R JOAO CARLOS DEYNHAUSEN S/N
SQL	127.347.0011-4
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	2 BLOCOS, 2 ANDARES, 6 UNIDADES, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	1999/31409-00 12/10/1999
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/13044-00 27/04/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	971,47m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	864,88m <sup>2</sup>

NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	RICARDO MARTINS DEL POIS 506.063.693-8
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	WANDERLEY REIS E ELCIO ROBERTO PINHATA
ENDEREÇO SQL	R. ANTONIO PEREIRA DE SOUSA, 270 072.186.0003-4
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	9 PRÉDIOS, DOIS ANDARES, 1 UNIDADE, SUBSOLO
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/08699-00 26/03/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/13039-00 27/04/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	702,51m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1117,17m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	NÃO APRESENTADO
OBSERVAÇÕES PROPRIETÁRIO	PAULO TAVARES DA SILVA
ENDEREÇO SQL	R. JOSE DE A. MEDEIROS, S/N° 070.215.0142-0
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	7 PRÉDIOS, 1 UNIDADE, SUBSOLO, GARAGEM EXCLUSIVA, EQUIPAMENTO SOCIAL
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	2002/08070-00 16/03/2002
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	2002/10958-00 13/04/2002
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	832,20m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	1579,10m <sup>2</sup>
NÚMERO DE PAVIMENTOS	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	ALEXANDRE MENDONÇA MILLEU 601.336.705
OBSERVAÇÕES	
SUBPREFEITURA	JT
PROPRIETÁRIO	COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCARIOS – BANCOOP
ENDEREÇO SQL	RUA JOSE MARTINS BORGES, 189
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	1999.0.228.374-8 COM COMUNIQUE-SE EM ABERTO DESDE 06/02/2001
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	NÃO POSSUI

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	NÃO POSSUI
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO	005/02
AMBIENTAL	24/01/2002
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE	101/01
CONDUTA	26/01/2001
ÁREA DO TERRENO	21.556,00 m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	
NÚMERO DE PAVIMENTOS	2
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
OBSERVAÇÕES	UTILIZAÇÃO IRREGULAR
PROPRIETÁRIO	CARVALHO E PERA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA
ENDEREÇO	RUA DO HORTO S/N
SQL	109.161.0003-1 e 109.161.0002-1
DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO	
P.A. DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
ALVARÁ DE APROVAÇÃO E EXECUÇÃO	
CERTIFICADO DE CONCLUSÃO	
TCA – TERMO DE COMPENSAÇÃO	
AMBIENTAL	
TAC – TERMO DE AJUSTAMENTO DE	
CONDUTA	
ÁREA DO TERRENO	
ÁREA CONSTRUÍDA	
NÚMERO DE PAVIMENTOS	
RESPONSÁVEL TÉCNICO	
OBSERVAÇÕES	CÓRREGO DO TREMEMBÉ E SEU AFLUENTE CANALIZADOS, DECLARAÇÃO FALSA NA APROVAÇÃO DO PROJETO REDE DE ESGOTO NÃO EXISTE NO LOCAL

*((ng))Visitas((cl)) – 29/03/2006*

**BANCOOP – R. JOSE MARTINS BORGES, 189 TREMEMBÉ**

Na diligência ao empreendimento, os Vereadores da Comissão, representantes da sociedade civil organizada (Defenda São Paulo e outros), Policia Ambiental, representante do DEPAVE, Subprefeito da Subprefeitura do Jaçanã – Tremembé e órgãos da imprensa puderam constatar diversas irregularidades:

O empreendimento não possui o Alvará de Aprovação e Execução, utilizando-se da prerrogativa do direito do inicio de obra, nos termos da legislação vigente. O número do processo de aprovação é 1999.0.228.374-8 e esta afixado na placa de entrada da obra;

Não foram cumpridos o TAC e o TCA firmados, no decorrer das obras foram cometidas diversas infrações da legislação ambiental (corte de árvores nativas, manejo de Área de Proteção Permanente – APP, assoreamento de córrego, etc.), sendo autuados pela Policia Ambiental e tendo a intervenção do Ministério Publico, através da Promotoria do Meio Ambiente gerando o TAC que ainda não foi cumprido;

Foram propositalmente descascados o tronco de quatro araucárias, para provocar a morte delas, segundo atestou o representante do DEPAVE, uma fica em frente a entrada da garagem de uma das unidades (as espécies estão com chapas de numeração, sendo unidades cadastradas);

Ocupações irregulares dos imóveis, cerca de 80% das unidades construídas estão sendo habitadas, sem a emissão do Certificado de Conclusão pela Subprefeitura;

Ainda não foram concluídas as obras de recalque de esgoto, segundo informações dos responsáveis, a fossa que esta recebendo os dejetos é limpa por caminhão pipa, não souberam dizer com que frequência ocorre a limpeza;

O sistema de água pluvial, cujo deságüe esta sendo feito no córrego da Av Maria Amália, esta provocando assoreamento nas margens devido às instalações precárias das tubulações;

Alem destas irregularidades, a empresa esta executando construções clandestinas como uma área que será destinada a um salão de festas, conforme informações no local.

CARVALHO E PERA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA – R. DO HORTO s/n

Em vistoria ao empreendimento os Vereadores da Comissão, representantes da sociedade civil organizada (Defenda São Paulo e outros), Polícia Ambiental, representante do DEPAVE, Subprefeito da Subprefeitura do Jaçanã – Tremembé e órgãos da imprensa puderam constatar as seguintes irregularidades:

Na aprovação dos projetos do empreendimento, foi prestada uma declaração falsa, declararam que o local é servido por rede de esgoto, esta Comissão solicitou informações a SABESP que informou não ter previsão para implantação do sistema. O empreendedor disse que a rede de esgoto das edificações não está pronta e que contactou a SABESP para a instalação da rede de coleta;

No projeto aprovado também consta um afluente do córrego Tremembé que deveria permanecer a céu aberto, no local não há indícios do afluente e estava prevista a instalação de uma ponte metálica para a sua transposição, esta Comissão oficiou a Secretaria de Infra-estrutura Urbana – PROJ solicitando esclarecimento com relação a situação do córrego e seu afluente, retornando que a situação existente nos projetos aprovados deverão permanecer inalteradas;

Esta comissão solicitou cópias do processo de aprovação ao Arquivo Geral da PMSP e verificou que as folhas 71 a 73 não foram enviadas, foi solicitada ao empreendedor a apresentação das mesmas, mas até o momento não foram entregues.

((ng))RESUMO DAS REUNIÕES((cl))

- 14 de fevereiro de 2006

Reunião inicial de instalação da comissão onde foram definidos os vereadores que exerceriam as funções de presidente e relatoria. Nesta primeira reunião também foi definido os rumos que a comissão tomaria, buscando através de convites a órgãos públicos municipais e estaduais, inicialmente, entender a tramitação de todo o processo de licenciamento de empreendimentos enquadrados como condomínios horizontais, seja através da Lei de Vilas ou através de aprovação de loteamento. Posteriormente, ficou definido que seriam convidados entidades da sociedade civil, entidades de classe, associação de moradores e membros das administrações do Horto Florestal e Parque da Cantareira. Decidiu-se também que a Comissão e Assessoria procederá diligências a região com a finalidade de “in loco” verificar os impactos causados por alguns empreendimentos e possíveis irregularidades em sua execução.

- 20 de fevereiro de 2006

Reunião de trabalho, onde foram aprovados requerimentos convocando os seguintes órgãos:

Departamento de Aprovações (SEHAB/APROV);

Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN);

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA/DEPAVE);

Subprefeitura de Jaçanã/Tremembé (SP-JT);

Subprefeitura de Santana/Tucuruvi (SP-ST);

Subprefeitura da Casa Verde/Cachoeirinha (SP-CV);

Polícia Ambiental;

GRAPROHAB;

Foram também aprovados requerimentos solicitando documentação de vários empreendimentos da região, que após vistorias efetuadas pelas assessorias técnica e de vereadores da comissão foram considerados de relevância uma vez que nos daria uma amostra de toda a área envolvida, bem como mostraria a diversidade de empreendimentos deste tipo e que pela sua localização e porte causaram grandes impactos na região.

Foi apresentado pelo Ver. Aurélio Nomura um relatório feito pelo Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN) entre os anos de 1987 e 1991, detalhando todas as atividades realizadas por aquele órgão no município de São Paulo. Com esta apresentação a Comissão pode verificar que aquela época existia um número surpreendente de loteamentos clandestinos na envoltória da Serra da Cantareira, bem como várias infrações ambientais que foram aumentando com o tempo.

- 06 de março de 2006

Nesta reunião tivemos a presença do Secretário Municipal do Verde e Meio Ambiente, Sr. Eduardo Jorge, do Subprefeito de Santana Sr. Luís Antonio Carvalho Pacheco, os Coordenadores de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (CPDU) das Subprefeituras da Casa Verde e do Jaçanã, Srs. José Eduardo e Carlos Eduardo, o Diretor de licenciamento do DEPAVE Sr. Marcelo Coco, o supervisor de Licenciamento da Subprefeitura do Jaçanã Sr. Celso e o Arqt. Ary Albano morador da região e membro do movimento Defenda São Paulo.

Inicialmente tivemos uma breve explanação do secretário Eduardo Jorge que colocou a todos presentes sua posição a respeito de adensamento bem planejados, no sentido de desta forma ele podem ser menos impactantes ao meio ambiente. Como exemplo colocado foi feita uma comparação entre a ilha de Manhattan e os grandes condomínios horizontais dos subúrbios americanos que acabam exercendo uma pressão muito maior na economia do ponto de vista do combustível, transporte meio ambiente, apesar de em contrapartida gerar uma melhor qualidade de vida. Na realidade os adensamentos devem e podem existir, mas cabe ao Executivo ser mais eficiente no cumprimento dos parâmetros exigidos em lei. Esse adensamento bem planejado pode até melhorar a permeabilidade de uma região. Como exemplo foi citado o processo de favelização das áreas de mananciais que faz com que hoje elas estejam totalmente impermeabilizadas, sem vegetação e saneamento básico o que agride brutalmente o meio ambiente dessas regiões. A construção de prédios ou conjuntos habitacionais para essa população traria uma liberação de área de permeabilidade bem como facilitaria o poder público no sentido de implantar um sistema de saneamento básico. Significa dizer que um processo de verticalização bem planejado e fiscalizado nem sempre é ruim do ponto de vista ambiental.

Foi colocado também que na atual gestão ocorrerão mudanças na legislação municipal no que se refere a compensação ambiental, fazendo com que hoje ela seja mais rigorosa e preferencialmente executada na área de impacto dos empreendimentos. Essa colocação foi contestada pelos representantes das Subprefeituras presentes, que informaram não ser esta a realidade praticada.

Apesar de existir uma Câmara de Compensação Ambiental na SVMA as subprefeituras alegam que não são consultadas com relação a área a ser utilizada para compensação e caso ocorresse este intercâmbio as Subprefeituras poderiam ser muito mais eficientes quanto a manutenção e implantação de novas áreas verdes.

DEPAVE através de seu representante alertou que a maioria dos condomínios horizontais existentes ou em fase de execução hoje na Cidade de São Paulo são regidos pela Lei 11.605/94 (Lei de Vilas) e dessa forma não sofrem um licenciamento ambiental propriamente dito. Dessa forma é analisado apenas o impacto na vegetação do local e a impermeabilização do solo. Essa situação favorece o acontecimento de desvios e distorções que levam a impactos ambientais grandes, inclusive porque não existe uma fiscalização eficiente dos órgãos municipais e estaduais. A falta de ferramentas legais que permitam um maior controle e preservação na área ambiental também foi reclamado por DEPAVE.

As Subprefeituras presentes além da reclamação pela não participação durante o processo de compensação ambiental, foram unânimes em colocar o problema da crescente impermeabilização do solo na região o que somado a um sistema de drenagem antigo vem acarretando grandes prejuízos com enchentes na região.

Todas as Subprefeituras apresentaram documentação dos empreendimentos já concluídos na região.

O Arq. Ari Albano fez uma colocação onde praticamente definiu os anseios da população da região com sendo uma falta de controle e fiscalização dos empreendimentos.

- 13 de março de 2006

Nessa reunião tivemos a presença de mais convidados que aumentaram os debates em torno do foco inicial da comissão. Compareceram o Sr. Fernando Décio administrador do Parque Estadual da Cantareira, Sr. Frederico Rangel representante da ASBEA (Associação Brasileira dos escritórios de arquitetura) e o Cap. Carlos Alberto da Polícia Ambiental.

Inicialmente o Sr. Fernando nos deu um quadro da situação atual do Parque Estadual Cantareira que possui um perímetro de 94 quilômetros e abrange os municípios de Guarulhos, Caieiras, Mairiporã e São Paulo, sendo que o último possui praticamente metade do parque em seus limites. O parque é cortado por algumas vias sendo as principais as avenidas Santa Inês, Vista Alegre, Sezefredo Fagundes e a Rodovia Fernão Dias. Existem ainda quatro núcleos abertos a visitação pública que são: Pedra Grande, Engordador, Cabuçu e Águas Claras. O maior problema apontado pela administração é a falta de recursos materiais e humanos para proceder a fiscalização dentro da área do parque. Para se ter uma idéia o Parque possui de 03 a 04 vigias, que possuem apenas o 1º grau e andam desarmados, e 01 viatura para cobrir toda a sua área. Com a grande área do parque e a periculosidade de algumas (ex.: Jardim Damasceno) podemos dizer que praticamente não existe fiscalização.

O representante da ASBEA praticamente repetiu o que já fora falado em outros depoimentos, ou seja, o maior problema da região e dos empreendimentos aqui estudado é fiscalização em todos os níveis que não existe ou é falha.

A Polícia Ambiental mostrou uma grande preocupação com relação ao controle da ocupação e desmatamento na zona de amortecimento do Parque da Cantareira. É feito um grande trabalho de fiscalização com os poucos recursos que a Polícia dispõe, porém foi citado como um dos principais problemas a falta de treinamento do efetivo para aplicação da lei de crimes ambientais que é muito complexa e a não continuidade dos inquéritos de parcelamento irregular que invariavelmente acabam arquivados. Um grande problema verificado pela polícia é o fato de o parque compreender vários municípios e todos são fiscalizados pelo mesmo batalhão que cobre 24 municípios do estado e 23 municípios da Grande São Paulo. Como já foi dito anteriormente, é unanimidade que o maior problema para que seja feito um controle maior e mais eficiente da área é a falta de comunicação entre os órgãos públicos municipais e estaduais. Como exemplo foi citado uma poda e um corte de árvore executado dentro da área do parque da Cantareira, sendo que a Subprefeitura de Santana/Tucuruvi desconhecia que estava invadindo o Parque. Para finalizar o Cap. Carlos Alberto declarou que o maior investimento que pode ser realizado hoje em dia para se tentar minimizar os impactos ambientais futuros é o incentivo a uma educação ambiental. Esse trabalho vem sendo realizado em parceria com a Secretaria de Recursos Hídricos através do FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e através de palestras em escolas públicas tem a previsão de este ano atingir aproximadamente 350.000 crianças, que construirão o nosso futuro.

- 20 de março de 2006

Nesta reunião foram iniciadas os depoimentos dos empreendedores convidados. Inicialmente compareceram o Sr. Mário Siqueira dos Santos representante da Construtora Santos responsável pelos empreendimentos Residencial Jardim Itatinga I e II, e a Sra. Carmem Lopes representante da empresa Rossi Residencial responsável pelos empreendimentos Village da Serra (Flamboyant e Araucária).

O representante da Construtora Santos esclareceu que o seu empreendimento tratava-se de um loteamento protocolado em 1970 e aprovado em 1977, porém a implantação do mesmo só veio a acontecer em 1994. Desta forma, com a mudança das legislações ambientais no decorrer dos anos, o empreendimento sofreu uma readequação ambiental efetuada através de dois TACs (Termo de Ajustamento de Conduta) que foram cumpridos e arquivados respectivamente em 1995 e 2002. Apesar do TAC ter sido arquivado foi informado pelo empreendedor que o Ministério Público o liberou de uma exigência não cumprida pois a mesma dependia do poder público municipal (doação de 06 lotes à municipalidade, até esta data não aceita). Foi solicitado pelo presidente que se oficiasse o Departamento Patrimonial da prefeitura para que o mesmo se manifestasse.

Com relação ao segundo depoimento do dia tivemos um quadro um pouco melhor pois o representante da empresa Rossi Residencial nos informou que a aprovação de seu projeto durou aproximadamente 01 ano e segundo ele é um tempo viável face a complexidade da legislação ambiental e as preocupações existentes nessa área nos dias de hoje. Neste caso verificamos como a compensação ambiental é desvirtuada e até inócua, pois o empreendimento foi executado na Serra da Cantareira e como compensação foi exigida obras no Parque Luiz Carlos Prestes localizado no Butantã e a entrega de mudas no mesmo parque. A empresa enviou a esta Comissão os comprovantes de recebimento das obras solicitadas no TCA.

- 27 de março de 2006

Reunião que contou com a presença do Sr. Armando Berteloto do Conselho Comunitário do Tremembé que apresentou denúncias feitas aos órgãos municipais (Subprefeitura e DEPAVE) e ao Ministério Público contra empreendimentos da região, vários deles citados em nosso relatório, e que em sua grande maioria não tiveram respostas acarretando situações irreversíveis. Foi também questionado a falta de comunicação entre os órgãos públicos e a centralização nas concessões de alvarás de aprovação, o que acarreta uma falta de informação que leva a falhas na fiscalização.

Também compareceu a Sra. Nilza Maria Toledo representante de SEMPLA, que deixou bem claro o enquadramento atual da região em estudo, através do novo Plano diretor é uma área de proteção ambiental. Foi informado também que este novo Plano terá esta a sua revisão e já existe em SEMPLA propostas colhidas com entidades da região e com as Subprefeituras que devem aprimorar ainda mais as transições entre a região da Serra da Cantareira e os bairros lindeiros tentando desta forma diminuir os impactos ambientais na região. Questionada sobre a criação de um balcão único nos moldes do GRAPROHAB para o município a representante de SEMPLA informou que existe a nível municipal uma Comissão de Análise Integrada de Projetos de Edificações e de Parcelamento do Solo – CAIEPS que possui a representatividade

de vários órgãos municipais e que vem fazendo este papel. Porém na prática este “balcão único” não vem acontecendo.

Houve também uma manifestação favorável pela descentralização das aprovações de vila residenciais nos termos da Lei 11.605/94 para as subprefeituras.

- 03 de abril de 2006

Reunião com a presença de mais alguns empreendedores da região que aumentaram o debate a cerca do licenciamento dos condomínios horizontais. Desta vez compareceram os representantes da empresa IMOBEL, Sra. Gilda e Sr. Ricardo Pimentel Mendes e do empreendimento Mirante do Horto, Srs Antonio Cavalheiro Lacerda.

Antes dos depoimentos dos convidados, o presidente Ver. Juscelino fez um pequeno resumo da diligência realizada na semana anterior que foi extremamente proveitosa pois foram vistoriados dois empreendimentos (BANCOOP e CARVALHO E PERA) onde foi verificado vários tipos de impactos ao meio ambiente e as grandes dificuldades do poder público de evitá-los. Esta exposição relativa a diligência efetuada será feita em capítulo a parte.

Passada a palavra ao representante da Imobel, foi esclarecido que apesar de ser um condomínio horizontal, o mesmo foi aprovado pela Lei 6766/79 que trata de loteamentos. O empreendimento em questão, Parque da Água Sul da Cantareira, teve sua aprovação iniciada em 1981 quando não existia o sistema de balcão único, GRAPROHAB e foi licenciada apenas 08 (oito) anos depois. Dessa maneira foi necessária uma peregrinação por vários órgãos e como todos os casos nesta comissão estudados, a morosidade do poder público imperou. Este empreendimento também tem uma característica interessante, pois apesar de todos os problemas que teve no decorrer de seu licenciamento e de todo investimento feito em infraestrutura na área, ele é cercado por loteamentos clandestinos através de invasões e favelas. Trata-se de uma situação antagônica, pois no caso do empreendimento uma série de exigências foram feitas pelos órgãos públicos, infrações foram cometidas e punidas, levando a compensações ambientais e até a um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) feito com o Ministério Público, enquanto a vizinhança invadiu áreas particulares e públicas, parcelou o solo de forma irregular e desordenada, e o poder público nada fez, ou se fez suas ações não surtiram efeito. Este impacto também é muito grande e devastador a região e precisa ser melhor estudado e coibido. Como exemplo da seriedade desse problema a empresa citou o fato de que as áreas institucionais doadas até a implantação de algum equipamento público, bem como as áreas verdes, foram mantidas por ela para assim evitar de virar mais um dado de estatística em estudos de invasões de áreas públicas.

Quanto a legislação ambiental, a empresa IMOBEL citou que a mesma é ampla, abrangente e no entender deles até hoje muito atual. Cabe ressaltar que o TAC firmado como Ministério Público já teve seu arquivamento efetuado pela Promotoria do Meio Ambiente e todas as compensações foram cumpridas, e a empresa teve sempre uma preocupação ambiental muito grande principalmente na sua zona de transição com o Parque da Cantareira que é seu vizinho. Com relação a documentação é um dos poucos empreendimentos no município que possuem o TVO (Termo de Verificação de Obras definitivo).

Quanto ao outro convidado do dia, foi novamente citada a morosidade do órgão público, porém este empreendimento, Mirante do Horto, nos deixou algumas dúvidas pois a documentação não foi completamente fornecida e as respostas dadas foram sempre muito genéricas e vagas. Conforme foi informado pelo Sr. Armando Benetolo, representante do Conselho Comunitário da Região Santana/Tucuruvi, a região aonde o empreendimento foi implantado era uma antiga chácara totalmente coberta de vegetação que hoje quase não existe. Como ele sofreu autuações ambientais conforme informação do próprio representante, a assessoria técnica desta comissão nos alertou para a necessidade de se solicitar mais documentos desse empreendimento para que mesmo após os trabalhos desta comissão a análise seja aprofundada.

O representante do Conselho Comunitário deixou clara a sua preocupação com a situação do córrego Tremembé que vem ao longo dos anos sendo poluído e assoreado.

- 10 de abril de 2006

Última reunião da comissão, onde foram colocados alguns assuntos debatidos em todo o período de estudo. Vale a pena registrar que desde a primeira reunião foi solicitada a presença de um representante de SEHAB/APROV, pela prestar informações a respeito do licenciamento de condomínios horizontais através da Lei de Vilas 11.605/94 e após 60 dias de trabalho não conseguimos esta presença, o que nos faz crer que o poder público talvez não queira debater sobre os problemas que existem em seus métodos de licenciamento. Essa falta de comunicação entre SEHAB/APROV e a comissão vem de encontro com depoimentos dados

por representantes da sociedade civil, subprefeituras e DEPAVE, que comentaram que o órgão licenciador mantém uma certa “distância” do que acontece nos locais de implantações de empreendimentos não tendo inclusive contato com os outros órgãos envolvidos e muito menos conhecimento dos impactos causados na região.

#### *((ng))Conclusões((cl))*

##### Falta de comunicação entre órgãos públicos

O principal problema verificado foi a total falta de comunicação entre os órgãos públicos envolvidos. A nível municipal, SEHAB aprova os empreendimentos mas não tem o mínimo conhecimento das áreas envolvidas e nem sempre o papel retrata os impactos que a região irá sofrer. As Subprefeituras não tem um acompanhamento desses projetos e acabam agindo apenas quando as infrações ambientais já foram cometidas, sendo que em alguns casos não há compensação que torne a área a sua situação original. A secretaria do verde e Meio Ambiente através do DEPAVE por sua vez autoriza corte e podas sem o acompanhamento das subs e emite TCAs (termos de Compensação Ambiental) sem ouvir a sede do Governo local.

A coisa piora quando falamos da comunicação entre os executivos municipal e estadual, que já de saída possuem legislações distintas e em alguns casos até contraditórias. A coisa é tão feia a ponto de termos exemplos de órgão municipal “invadindo” órgão estadual para efetuar um corte de árvore irregular.

##### Desrespeito a legislação ambiental

Por motivos diversos, foi verificado um total desrespeito a legislação ambiental, seja ela federal, estadual ou municipal. Praticamente todos os empreendimentos estudados nesta comissão tiveram algum tipo de autuação por infração a legislação ambiental, sendo que vários foram objeto de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) através do Ministério Público. Essas infrações foram verificadas em várias modalidades como corte irregular de vegetação nativa, despejo irregular de esgoto em córregos, desvios de córregos, construção em área de APP (área de proteção permanente), intervenção em área de APP, assoreamento de córregos, podas irregulares, etc....

##### Morosidade no licenciamento

Outro fato repetido a exaustão durante os trabalhos da comissão foi a morosidade dos órgãos públicos no processo de licenciamento do empreendimentos. Tivemos casos de mais de 07 anos para um licenciamento final que a nosso ver desmoraliza a máquina pública bem como inviabiliza os empreendimentos fazendo com que em situações extremas sejam desviados para outros municípios investimentos inicialmente previstos para São Paulo. Esse fato ocorre inicialmente pela grande complexidade da legislação que faz com que vários órgãos de várias esferas estejam envolvidos no processo de licenciamento e em seguida pelo desaparecimento do poder público que em todas as suas esferas (municipal, estadual e federal) sofre com afalta de recursos materiais e humanos.

##### Fiscalização ineficiente e despreparada

A fiscalização em todos os níveis é a maior culpada pela agressão que a região vem sofrendo ano após ano. Ela é totalmente desestruturada, sem um planejamento e com uma total falta de recursos humanos e materiais. Pelos depoimentos prestados ela quase sempre chega atrasada, ou seja após as infrações cometidas e as compensações propostas por mais bem intencionadas e planejadas que sejam não iram repor vegetação nativa retirada que demorou anos para naquela área se estabelecer, entre outros exemplos. Cabe ressaltar que a atuação da Polícia Ambiental ainda é mais eficiente que a feita pelo município porém ambas ainda tem muito a melhorar.

##### Critérios de compensação

As compensações exigidas por DEPAVE não tiveram seus critérios bem definidos, tanto a nível de quantificação como a nível de área de implantação. Tivemos exemplos de empreendimentos com disparidades muito grandes de solicitação de exemplares, sendo que os empreendimentos eram similares; tivemos compensações efetuadas em áreas distantes mais de 30 km do local do empreendimento, o que entendemos que em nada mitiga os impactos sofridos pela região. Ocorreu casos de compensações solicitadas em áreas em processo de favelização, que por mais que aja boa vontade do empreendedor inviabiliza a manutenção dos exemplares arbóreos e mais uma vez quem sofre é o meio ambiente e a cidade de São Paulo. Em casos de loteamentos ocorre a exigência de doação de área para o município, que caso não exista um projeto de equipamento social pronto para implantação nesta área é quase certo que ela será invadida pois mais uma vez o poder público demonstra a sua incapacidade de tomar conta das áreas públicas, objeto no passado de outras comissões.

#### Informações prestadas duvidosas

Os processos de licenciamento em vários casos se baseiam em informações prestadas pelos empreendedores através de seus responsáveis técnicos e em vários casos foi verificadas que as mesmas não condiziam com a situação real. São divergências quanto a vegetação existente no lote, existência ou não de saneamento básico, cadastros divergentes dos verificados nos locais, etc... Essas informações acabam por criar uma falsa regularidade do licenciamento que seria amenizada se os órgãos licenciadores tivessem um maior envolvimento e conhecimento da área em questão.

#### Despejo irregular de esgoto

Como a área em questão em uma grande parte é desprovida de rede de esgoto, os empreendimentos em sua maioria despejam o esgoto em córregos da região o que automaticamente acarreta a poluição deles e posteriormente no seu deságüe, do Rio Tietê. Pelo pouco tempo definido pelo regimento para os trabalhos da comissão não foi possível ouvir membros da SABESP a fim de nos aprofundarmos mais nesta área.

#### ((ng))Propostas((cl))

##### Descentralização do licenciamento

Face todos os depoimentos prestados por membros do poder público e da sociedade civil e verificando-se a falta de conhecimento da situação local dos empreendimentos pelos órgãos licenciadores, propomos que o executivo aproveitando a edição do decreto 44.418/04 (transfere competências para Subprefeitura), complemente-o de maneira a descentralizar as aprovações de condomínios horizontais através da Lei 11.605/94 (Lei de Vilas) para as Subprefeituras. Desta forma entendemos que o licenciamento será mais transparente, bem como mais ágil e eficiente, pois a área envolvida será de conhecimento órgão licenciador.

##### Criação do balcão único

Com todas as dificuldades já apontadas, entendemos que a criação de um balcão único municipal nos molde do GRAPROHAB, deve ser criado. Desta forma a comunicação e o intercambio de informações seria mais eficiente entre os órgãos públicos e para o empreendedor seria uma forma de em um único local tirar todas as dúvidas, evitando assim exigências diversas que em alguns casos são até contraditórias. Desta forma também teríamos um avanço no tempo de aprovação de um empreendimento o que aumentaria o interesse do setor da construção civil e automaticamente mais investimentos na região e no município, sempre de uma forma planejada.

##### Critérios de compensação

Será necessário por parte do executivo a criação de critérios bem definidos de compensação ambiental, principalmente com relação a área de execução dessas compensações. Deverá ser exigido que todas as compensações sejam efetuadas dentro da área do empreendimento ou pelo menos na sua região envoltória, sempre com a consulta a subprefeitura local, de maneira que os impactos ambientais causados sejam mitigados.

##### Intercâmbio entre DEPAVE e Subprefeitura

É primordial que DEPAVE e Subprefeitura estejam em constante troca de informações para que a fiscalização seja mais eficiente, bem como todos os processos envolvendo corte ou manejo de vegetação seja de conhecimento mútuo não apenas após a sua execução, mas desde o seu protocolamento. As definições das compensações também deverão sempre que possível ser em conjunto.

##### Criação de "Área Averbada"

O DEPRN tem o poder legal de exigir que os empreendimentos sob sua tutela averbem um percentual de sua área e desta forma temos uma área "congelada" garantindo assim parte do lote preservado. Caso o DEPAVE tivesse este mesmo artifício em sua legislação, o município poderia definir áreas dentro desses empreendimentos que seriam averbadas e transformadas em áreas verdes que automaticamente ficariam preservadas.

##### Criação de nova Comissão de Estudos

Após todos os depoimentos e verificação de documentação dos empreendimentos, chegamos a conclusão que os impactos causados pelos condomínios horizontais, principalmente a nível ambiental, não estão apenas na região da Serra da Cantareira, existem outras áreas da cidade que complementam o pulmão verde da Cidade de São Paulo como a região do Morumbi, Panamby, Chácara Flora, Alto da Boa Vista, Vila Nova Conceição, Jardins e Alto de Pinheiros, que vem sofrendo uma grande "invasão" desta modalidade de empreendimento. Desta forma entendemos ser necessária a criação de uma nova comissão de estudos mais abrangente a

fim de verificarmos características diferentes das encontradas na região da Serra da Cantareira e que poderão no futuro levar a uma nova legislação.

*((ng))Providências a serem adotadas por esta Comissão de Estudos((cl))*

Oficiar a Subprefeitura de Jaçanã – Tremembé para que proceda vistoria no empreendimento localizado à R DO HORTO, 1072 – CONSTRUTORA CARVALHO E PÊRA, e tome as medidas cabíveis face as irregularidades apontadas;

Oficiar a Subprefeitura de Jaçanã – Tremembé para que proceda vistoria no empreendimento localizado à RUA JOSE MARTINS BORGES, 189 - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCARIOS – BANCOOP, e tome as medidas cabíveis face as irregularidades apontadas nos termos do item 3.9 da Lei 11.228/92;

Oficiar a SIURB - PROJ com relação ao córrego Tremembé e seu afluente no empreendimento localizado à R DO HORTO, 1072 – CONSTRUTORA CARVALHO E PÊRA, e tome as medidas cabíveis face a irregularidade apontada, canalização do afluente do córrego Tremembé;

Oficiar a SMVA para que proceda vistoria no empreendimento localizado à RUA JOSE MARTINS BORGES, 189 - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCARIOS – BANCOOP, e tome as medidas cabíveis face as irregularidades apontadas, assoreamento do córrego Vila Amália, providências quanto as mortes de nas árvores numeradas, apurando a responsabilidade;

Oficiar a SABESP para que tome as providências cabíveis com relação a rede de esgoto dos empreendimentos localizados à RUA JOSE MARTINS BORGES, 189 - COOPERATIVA HABITACIONAL DOS BANCARIOS – BANCOOP e R DO HORTO, 1072 – CONSTRUTORA CARVALHO E PÊRA;

Oficiar e enviar cópia deste relatório, ao Ministério Público na sua Promotoria competente, para que possam apurar as irregularidades apontadas e que sejam tomadas as medidas cabíveis.

*Câmara Municipal de São Paulo, 2 de maio de 2006.*

Juscelino Gadelha – Presidente

Bispa Lenice Lemos - Relatora

Adolfo Quintas

Aurélio Nomura

Cláudio Prado

*((ng))Anexo I - Notas Taquigráficas((cl))*

## REUNIÃO DE INSTALAÇÃO

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 14 de fevereiro de 2006

OBSERVAÇÕES:

Orador não identificado

SRA. PRESIDENTE (Lenice Lemos) - Então, nos termos do artigo 43 do Regimento Interno, eu assumo a presidência da instalação da Comissão de Estudos sobre os impactos ambientais provocados pela implantação de condomínios residenciais horizontais no entorno da Serra da Cantareira, Parque Alberto Loefgreen, e imediações, criada pelo requerimento 06.0010/2005, com a presença dos Srs. Vereadores: Bispa Lenice Lemos, na presidência, Aurélio Nomura, Juscelino Gadelha e Cláudio Prado.

Procedendo à escolha do Presidente da Comissão, eu indico o nobre Vereador Juscelino Gadelha, por ser sua a iniciativa da criação desta Comissão - é isso?

O SR. – É isso.

O SR. – Aí, nominal, não é?

O SR. – Nominal.

A SRA. PRESIDENTE (Lenice Lemos) - Tem mais alguma indicação? (Pausa) Nenhuma?

Então, passemos a votação.

Como vota o nobre Vereador Aurélio Nomura?

O SR. AURÉLIO NOMURA - No Vereador Juscelino Gadelha.

A SRA. PRESIDENTE (Lenice Lemos) - Como vota o nobre Vereador Cláudio Prado?

O SR. CLAUDIO PRADO - Favorável ao Vereador Juscelino Gadelha.

A SRA. PRESIDENTE (Lenice Lemos) - Como vota o nobre Vereador Juscelino Gadelha?

O SR. JUSCELINO GADELHA - Em mim mesmo, Juscelino Gadelha.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Lenice Lemos) - Eu também voto em V.Exa., nobre Vereador.

Então, por unanimidade, o nobre Vereador Juscelino Gadelha é o Presidente.  
Já transfiro a presidência desta reunião para V.Exa., nobre Vereador Juscelino Gadelha.

- Assume a Presidência o Sr. Juscelino Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Muito obrigado aos companheiros Aurélio Nomura, Cláudio Prado, Bispa Lenice Lemos, pela confiança de ter-me indicado como Presidente desta Comissão de Estudos da Serra da Cantareira.

Digo a V.Exas. que é uma coisa muito importante, porque esse é um ano de revisão do Plano Diretor. Acho que esta Comissão vai ter o papel fundamental de dar não só esclarecimentos à população, como também ajudar a discutir o Plano Diretor naquela região na qual eu moro, onde a nobre Vereadora Bispa Lenice Lemos e o nobre Vereador Ushitaro Kamia têm atuação política também. É muito importante isso porque há uma preocupação com a qualidade de vida naquela região.

Nesse sentido, queria fazer uma indicação, que é a proposta de esta Comissão ter um Vice-Presidente e um relator. Assim, proponho que o nobre Vereador Aurélio Nomura seja o meu Vice-Presidente, e a nobre Vereadora Bispa Lenice Lemos seja a relatora.

Então, gostaria de colocar em votação essa minha proposta à Comissão de Estudos.

Como vota o nobre Vereador Aurélio Nomura?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Preliminarmente, agradeço a indicação e acompanho o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Como vota o nobre Vereador Cláudio Prado?

O SR. CLAUDIO PRADO - Sou favorável tanto ao nobre Vereador Aurélio Nomura como Vice-Presidente e à nobre Vereadora Bispa Lenice Lemos como Secretária.

Como vota a nobre Vereadora Bispa Lenice Lemos?

A SRA. LENICE LEMOS – Eu também agradeço a indicação e acompanho o Presidente, e também o nobre Vereador Aurélio Nomura na Vice-Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Já tendo a composição da Comissão de Estudos, passo a palavra ao meu Vice-Presidente, caso queira colocar alguma posição nessa questão de nossa Comissão de Estudos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer o apoio de todos os companheiros. Acho que é de fundamental importância essa discussão com relação aos condomínios horizontais, principalmente na serra da Cantareira que vem sendo aviltada, de 15 anos para cá, quando temos perdido uma área extremamente importante, nas principalmente ali onde, infelizmente, estamos no limite do Município, mas se vê a outra cidade, se não me engano é Mairiporã...

O SR. – É a divisa.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nos já participamos, na época, quando Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, de uma discussão sobre uma CPI a respeito da Serra da Cantareira. É extremamente importante. Mas acho eu gostaria de propor a possibilidade de convidarmos aquela ONG da Biosfera da Mata Atlântica; convidarmos alguém do Conselho do Patrimônio Histórico do Estado; o pessoal da Polícia Ambiental que pode nos dar orientação; e também um representante do Ministério Público que acho que pode nos fornecer dados extremamente importantes; e convidar alguém, algum representante também da Secretaria Ambiental do Estado, porque eles já tem dados pertinentes às invasões. Existe um mapeamento, se não me engano quase trimestral e, a partir desses dados, já poderíamos ter um avanço muito grande com relação a isso.

Essas seriam as minhas sugestões por ora.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria passar a palavra ao nobre Vereador Cláudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Acho importante esta Comissão de Estudo porque ela vai trazer algumas situações não só na área de ocupação dessa área ambiental de preservação, mas também na proteção de várias áreas que estão sendo invadidas nessa região, que são áreas de risco. Então, a preservação não é só ambiental, mas também a preservação do ser humano naquela região.

Acho que esta Comissão de Estudos vai ser positiva e vou me colocar à disposição para realmente atuar da melhor maneira possível, para encontrarmos soluções para aquela região.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria passar a palavra a nossa Relatora Bispa Lenice Lemos.

A SRA. LENICE LEMOS – Quero fazer minhas as palavras dos nobres Vereadores Aurélio Nomura e Cláudio Prado, que eu acho que isso é muito importante, tanto na área ambiental como na preservação física do ser humano, que essa é a nossa preocupação nos dias atuais,

pois acho que é justamente isso o que está faltando: olharmos um pouquinho para a vida humana também, que acho que é realmente a nossa maior preocupação nos dias atuais, que o povo está sendo esquecido na sua totalidade.

Então, acho que esse estudo vai ser realmente muito importante para cada um de nós e, acima de tudo, para nossa cidade que está tão carente.

Assim, acho que nós, Vereadores desta Comissão de Estudos, temos um grande trabalho, uma grande tarefa pela frente, e tenho certeza de que nós vamos dar conta dela, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria colocar como sugestão à Comissão de Estudos montarmos um calendário de trabalho. Talvez pudéssemos estabelecer uma vez por semana, que teremos só 60 dias até o término desta Comissão de Estudos. Acho que podemos preparar e votar um calendário, além da sugestão do nobre Vereador Aurélio Nomura, incluindo também o Depav, que é importante; a administração do Horto, a administração da Cantareira, o Secovi e o Defesa São Paulo.

Fora isso, queria que os outros Srs. Vereadores também pudessem dar mais sugestões, para montarmos um calendário até o final desta Comissão de Estudos.

Então, queria estabelecer uma vez por semana uma reunião da Comissão, e que, na próxima reunião, já estabelecêssemos um pré-calendário, para começarmos a discutir nossa ação nesses 60 dias.

A nobre Vereadora Marta Costa também acaba de chegar. Obrigado, nobre Vereadora.

Queria colocar também a importância de cada Vereador indicar um assessor, para estabelecermos uma pré-agendinha para, na outra semana, votarmos e, a partir daí, começarmos a pedir algum tipo de documentação e pedirmos para algumas pessoas virem aqui para nós começarmos a fazer a Comissão de Estudos ter uma avaliação mais para o campo, certo?

Então, temos aqui o Tupinambá que é engenheiro da Prefeitura. A Comissão de Estudos tem direito a um engenheiro da Prefeitura. Então, o Tupinambá vai ficar conosco; temos o Marcelo, pelo meu Gabinete; e o Edson Domingos, que vai acompanhar esse trabalho.

Então, gostaria que o nobre Vereador Aurélio Nomura indicasse uma pessoa; que o nobre Vereador Claudio Prado indicasse uma pessoa; e a nobre Vereadora Lenice Lemos também, que me parece que já tem uma assessora que vai participar.

Isso é muito importante, para já estabelecermos uma ação antecipada na Comissão, e aí nós analisamos, aprovamos e, partir daí, iniciamos o trabalho definitivo.

Queria saber se algum dos Srs. Vereadores gostaria de falar algo mais nesse sentido. (Pausa) Vereador Aurélio Nomura, quer falar mais alguma coisa?

O SR. AURÉLIO NOMURA - Eu gostaria também de já indicar o Gastão Eduardo, que é da minha assessoria. E propor, quem sabe na próxima segunda-feira, se, com esses convidados, pudéssemos já fazer uma reunião.

Agora, estava vendo que, dentro dos convites que foram colocados, eu colocaria até o Sindicato da Construção Civil, que eu acho que estaria atrelado. E acho que está faltando alguém da Subprefeitura da região, que seria extremamente importante, mesmo porque eles são os responsáveis ali da área, não é?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Nesse sentido, estávamos pensando, até como sugestão, da Subprefeitura acompanhar todas essas audiências. Vamos convidar o Sr. Aníbal de Freitas que é o Subprefeito de Jaçanã-Tremembé e, no final, ele ter um quadro melhor, inclusive para nós, quando chamarmos a Subprefeitura a vir falar aqui na Comissão, ter uma visão mais clara dos acontecimentos.

Eu particularmente estive com o Subprefeito, e qual é a alegação da Subprefeitura? Que os condomínios lá não são aprovados por eles e sim pela Aprove.

Então, acho importante o chamarmos para acompanhar a discussão e ter uma participação nesta Comissão. Mas os condomínios naquela região são aprovados pela Aprove, que não pela Subprefeitura.

o Vereador Aurélio Nomura já estabeleceu um assessor; o nobre Vereador Claudio Prado também; a nobre Vereadora Lenice Lemos?

A SRA. LENICE LEMOS – A Dra. Ana.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Podemos fazer o seguinte: hoje, a assessoria se reúne e já vai acertando uma proposta de um calendário de discussão e das pessoas com quem poderemos conversar. Na segunda-feira, poderemos fazer uma reunião da Comissão, estabelecer, por exemplo, para os primeiros 30 dias, o que vamos fazer, os parâmetros e algumas sugestões nesse sentido.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Seria interessante que todos os que comparecerem nesta reunião de segunda-feira já trouxerem algum material que tiverem, por que a assessoria já poderia estudar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Nesse sentido, podemos estabelecer para todas as segundas-feiras a reunião da Comissão. Eu preferiria, talvez, à tarde, das 14 às 17h.

Pode ser, nobres Vereadores Cláudio Prado, Aurélio Nomura, Marta Costa, Bispa Lenice Lemos? (Pausa) Tudo bem? (Anuência) Então, vamos estabelecer das 14 às 17h00. Acho que é um horário bom para todo mundo para a Comissão se reunir.

Algum dos Srs. Vereadores gostaria de colocar algo mais? (Pausa) Tudo bem? (Anuência)

Então, vamos deixar a Assessoria se reunir um pouquinho.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Pela ordem. Acho que, durante a semana, a assessoria que foi indicada já poderia fazer uma prévia da reunião para, na segunda-feira, já termos um material para começarmos a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas é isso que eles vão fazer agora. Tudo bem? Já há alguma proposta para apresentarmos, já há algumas coisas funcionando. A Dra. Ana, da Vereadora Bispa Lenice também já estava conversando bastante. Nesse sentido, as coisas já estão bem mastigadas. Acredito que, daqui a pouco, podemos amadurecer melhor essa situação. Temos 60 dias. Temos de levantar quantos feriados temos no meio dessa história. Daqui a pouco, estabeleceremos os critérios. (Pausa) O prazo é suspenso no Carnaval, ou corre o tempo? (Pausa) É tempo corrido. Certo. É importante termos essa informação.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Claudio Prado.

O SR. CLAUDIO PRADO - Sr. Presidente, em vista de a assessoria reunida aqui conosco, para fazermos o calendário, acho que, num primeiro momento, o ideal, após a primeira reunião, na segunda-feira, é fazermos uma visita *in loco*. Acho que, a partir desse momento, começaremos a identificar todos os fatos. Vocês poderiam se reunir - parece-me que a assessoria já vem discutindo isso, já sabe exatamente o que fazer - para fazermos uma visita para, em qualquer tipo de discussão que estivermos fazendo aqui, sabermos exatamente do que estamos falando. Senão, ficará muito vago, e esse grupo não pode deixar em aberto essa questão.

Então, a partir dessa primeira reunião, poderíamos já fazer, Vereador Nomura, uma visita. Vamos estabelecer uma visita com a participação de todos os Vereadores, para detectarmos as falhas para, a partir desse momento, no grupo de estudo, identificar...

O SR. AURÉLIO NOMURA - Acho interessante nós pegarmos o *software* Google, que tem o mapa de São Paulo. Poderíamos inclusive adicionar a essa região para termos uma visão um pouco mais ampla.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quero agradecer aos Vereadores presentes, à assessoria, à Assessoria Técnica da Câmara, muito importante para nós e que nos dará um suporte. Sem eles, nosso trabalho ficaria muito difícil.

Nossa próxima reunião será realizada no Salão Tiradentes. Muito obrigado a todos e até segunda-feira.

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20 de fevereiro de 2006

#### OBSERVAÇÕES:

Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde a todos. Está aberta a primeira reunião ordinária da Comissão de Estudos sobre o Impacto Ambiental provocado pela implementação de condomínios residenciais horizontais no entorno da Serra da Cantareira, Parque Alberto Loefgren e imediações, composta pelos Vereadores Juscelino Gadelha, Bispa Lenice, Aurélio Nomura, Chico Macena, Paulo Frange, Claudio Prado e Adolfo Quintas. Informo que ainda não estão presentes os Vereadores Chico Macena, Claudio Prado e Paulo Frange. O Vereador Kamia encontra-se licenciado por motivo de saúde, e a Vereadora Marta Costa o substituirá nesse período.

Discutiremos hoje o calendário de atividades desta comissão de estudos. Antes, porém, informo que a semana passada as assessorias dos Vereadores, que fazem parte desta comissão, fizeram uma reunião preparatória, e chegaram a um acordo de trabalho para os Srs. Vereadores. Vou colocar então duas propostas, sendo que a primeira é que para no dia 6 março, aqui na Câmara Municipal de São Paulo, tenhamos convidado APROV, DPRN, SEMA, subprefeituras e a Polícia Ambiental. É para conversarmos com eles para sabermos como está a situação dos condomínios horizontais, como está a situação das aprovações na região, e

principalmente as informações que poderão nos dar para levantarmos toda a situação dos condomínios da região da Cantareira.

Então, essa reunião foi proposta para o próximo dia 6 de março. Eu queria ouvir da comissão se aprovamos a vinda desses órgãos ou se há mais alguma sugestão. (Pausa) Os nobres Vereadores querem falar alguma coisa sobre a proposta, Vereador Aurélio Nomura? (Pausa) Tudo bem? Vereadora Bispa, Vereadora Marta? Tudo bem? (Pausa) Então, aprovamos para o dia 6 de março que esses órgãos venham conversar com a comissão para começarmos a levantar a situação dos condomínios. Esse é um ponto.

O segundo requerimento, que também através das assessorias conversarem e chegarem num entendimento de início de trabalho, é que vamos pedir informações ao Condomínio Residencial Village das Palmas; Condomínio Serra de Flamboyant; Condomínio Village da Serra Araucária; Condomínio Terrós(?); Condomínio Sem Nome; e Condomínio Itatinga I.

Nesse Condomínio Itatinga I foi onde tudo começou porque eu estava no farol, na Avenida Nova Cantareira, e recebi um papel desse condomínio. E esse condomínio mostrava que estava praticamente dentro do Horto Florestal, quer dizer, achei estranho. Comecei a buscar informação sobre o condomínio e elas não vieram para nós. Foi através disso que pedimos à Câmara Municipal de São Paulo a implantação desta comissão de estudos.

Também pedimos informação aos condomínios Vila Cantareira Residencial; Residencial Jardim Floresta; Bárbara; Serra da Cantareira; e Alpes da Cantareira. Também pedimos informação à Construtora Nova Cantareira que faz parte do Alpes da Cantareira.

Quero também aprovar esses requerimentos para buscarmos informações de como está o processo de aprovação desses condomínios. Alguém da comissão quer colocar alguma questão? (Pausa) Tudo bem? (Pausa) Aprovamos também o segundo requerimento.

O terceiro requerimento requer que a assessoria da Comissão possa comparecer aos condomínios aqui relacionados para ver, na prática, como está a situação deles. (Pausa) Também está aprovado o terceiro requerimento. Os três foram aprovados.

Quero saber se alguém quer falar alguma coisa? Vereador Aurélio Nomura, tem a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Com relação ao que foi dito, eu levantei uma informação, mas está totalmente desatualizada, mas eu acho que teve reunião sexta-feira com a assessoria nesse sentido, é um levantamento feito pelo DPRN, de 1987 a 1991, que dá detalhamento das atividades realizadas no Município de São Paulo. Tem todo um estudo, ele dá um histórico pertinente às áreas que já tinham problema.

Só reafirmando aquela posição, é que se fizesse um novo documento requerendo, estendendo para aquelas áreas que ainda têm demanda judicial e administrativa. Se formos ver aqui, vamos nos surpreender com o número de loteamentos clandestinos com problemas.

E acho também que seria interessante oficiarmos ao DPRN, a Divisão de Proteção de Recursos Naturais, órgão competente para licenciar as atividades nos 10 quilômetros do entorno do parque. É de fundamental importância que tenhamos atento esse dado, porque como existe também interferência da legislação estadual, é importante que possamos ouvir os órgãos estaduais. Muitas dessas autorizações não dependem apenas do Município de São Paulo, mas sim, por força de lei, de órgãos ligados ao governo estadual.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Gostaria também de colocar para a secretaria da comissão - quero agradecer aos funcionários da Casa que estão nos ajudando nesta comissão de estudos - para que as informações pedidas, quando chegassem, eu gostaria que tirassem xerox e mandassem para os integrantes desta comissão, para que os Vereadores fizessem uma análise, e quando chegássemos para as reuniões já teríamos todas as informações e poderíamos trocá-las.

Sem mais nada por enquanto, espero encontrar todo mundo no dia 6 de março. (Pausa) Já foram aprovados três requerimentos. (Pausa)

Assim, também gostaria de pedir à secretaria da comissão as notas taquigráficas, para que nos remetessem, para que cópias fossem passadas a todos os membros desta comissão de estudos. (Pausa)

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Estou vendo aqui que seria importante - se for possível - nós solicitarmos a presença do responsável pelo grupo de análise de aprovação de projetos habitacionais em instância estadual, mesmo porque, até por força legal, no Estado de São Paulo qualquer loteamento e conjuntos habitacionais verticais ou horizontais, com área maior de 15 mil metros quadrados de área total e construída, deve ter anuência desse grupo. Poderíamos também, quem sabe no dia 6 março, solicitar a presença DO Graphab, que é

responsável na área estadual. Mesmo porque passa pela análise da Secretaria do Meio Ambiente e da CETESB na condição, vamos dizer, de co-participes desse grupo.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Dando continuidade à sugestão do nobre Vereador Aurélio Nomura, que coloca também para o dia 6 a vinda do Grapohab. Peço a secretaria que faça ofício e encaminhe ao Grapohab para estarem aqui no dia 6.

Então, nossa próxima reunião será no próximo 6 de março, com a presença ainda não confirmada do Subprefeito de Santana, Jaçanã, Tremembé; dos diretores do Depav, de Aprov e o comandante da Polícia Ambiental. Também será chamado o Grapohab, conforme solicitado pelo Vereador Aurélio Nomura.

Sem mais, agradeço a todos. Espero que no próximo dia 6 tenhamos uma boa reunião.

Está encerrada a reunião, muito obrigado.

## REUNIÃO DE ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 06 de março de 2006

### OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Manifestação fora do microfone

SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde a todos. Gostaria de agradecer a presença do Secretário Eduardo Jorge, do subprefeito de Santana, Pacheco. Está representando a subprefeitura do Jaçanã o Carlos Eduardo e o José Eduardo a da Casa Verde. Temos também o Celso que também é da subprefeitura do Jaçanã-Tremembé.

Convidamos para esta reunião os seguintes órgãos: Aprov, que não mandou nenhum representante. Neste caso enviaremos, através da presidência, o Aprov, convidando para que venha conversar conosco a respeito da aprovação dos condomínios horizontais na região do Jaçanã-Tremembé. Agradeço o Aníbal de Freitas que não pôde vir mas mandou dois representantes, ao Marcos Gadelho que também mandou representante, ao Coronel da polícia florestal, à engenheira Célia.

A nossa idéia é fazer um levantamento governamental de como está a situação dos condomínios horizontais no Jaçanã-Tremembé, que está avançando em Santana e um pouco na Casa Verde. São as divisas, na verdade. O grosso pega a subprefeitura do Jaçanã onde já verificamos que existem vários condomínios horizontais que não estão nem aprovados mas já estão sendo construídos. É por isso que a presença de Aprov é importante aqui para nos dar informação de como está a regulamentação e até mesmo da subprefeitura para sabermos como está a fiscalização. É o que desejamos ouvir da subprefeitura do Jaçanã-Tremembé. Houve uma diligência na sexta-feira no condomínio do Córrego, como é que chama? Carvalho Pêra, que é onde verificamos e até batemos fotos, está muito próximo, até encima de um córrego. Este é um exemplo. Gostaria de passar a palavra ao Secretário Eduardo Jorge, depois ao subprefeito de Santana, depois para o diretor de Depave, e para as subprefeituras do Jaçanã e Casa Verde. Depois terei algumas perguntas formuladas pela Comissão para termos um pouco mais de informações. No dia 13 estamos convidando o administrador do Parque da Cantareira, o Arquiteto Ari Albano do Defenda São Paulo e da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, Paulo Lisboa. Na próxima reunião pegaremos informações das entidades e na terceira chamaremos os condomínios para sabermos como está a situação.

Esta primeira reunião é governamental, para que todos os órgãos envolvidos tenham as informações perante a comissão para que possamos começar a tratar isso.

Tem a palavra o Secretário Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE - Agradeço o convite do Vereador Juscelino, saúdo os Srs. Vereadores e todos os cidadãos presentes. Tenho comigo dois assessores, o André Goldman e o Marcelo Coco que é diretor do Departamento de Licenciamento. É uma pessoa que está há bastante tempo na Secretaria e domina bem o assunto.

Passarei para ele as questões mais técnicas. Ele tinha uma sessão de Power Point para projetar alguns condomínios como é que ficou com o licenciamento. O Marcelo vai passar a parte mais técnica.

Quero apenas adiantar algumas questões mais gerais. Primeiro, que eu saiba, este é um projeto de lei de autoria do ex-Vereador Maurício Faria, o que para mim já é uma credencial pois é Vereador de grande qualidade e experiência principalmente na área urbanística. O

Maurício foi um vereador muito importante na Casa. Queria registrar isso: o meu respeito à iniciativa e intenção do Vereador Maurício Faria.

Segundo, quando se fala da questão do adensamento e a relação disso com o meio ambiente pode-se ter a impressão de que o adensamento seria sempre hostil ao meio ambiente, quando isso não é verdade. Temos de levar em conta que às vezes o adensamento, quando é bem feito, pode ser bom para o meio ambiente. Por exemplo, comparando Manhattan com esses condomínios extensíssimos horizontais do subúrbio americano. Manhattan é muito mais econômico sob o ponto de vista da pressão sobre a energia, sobre o meio ambiente, sobre o combustível e o transporte do que aqueles condomínios intermináveis das cidades extensíssimas que existem nos Estados Unidos. Imaginem a quantidade de petróleo que eles gastam para manter aqueles condomínios espalhados. E como um transporte racional e concentrado na ilha de Manhattan é mais econômico. Não devemos ter essa visão imediatista de que todo o adensamento seria hostil ao meio ambiente. Não. Depende de como é feito. Quero chegar ao ponto de que, conversando com o Marcelo, que tem acompanhado mais, qual tem sido a nossa posição: o adensamento pode ser bom ou ruim. Depende do ponto de vista - do ponto de vista da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, porque a Secretaria da Habitação analisa outros aspectos - de como vai ficar a questão da arborização, da permeabilidade, do transporte público na região. O projeto tem de ser analisado desse viés. O adensamento preserva, de forma razoável, porque um adensamento pode até expandir, a área de permeabilidade e a área verde? Vamos fazer o raciocínio de uma favela que está na beira da represa, na região de mananciais, que também são pequenos lotes, totalmente impermeabilizados, ocupando uma área grande. Se adensasse e construísse prédios de boa qualidade para aquela população trabalhadora liberaríamos uma área de permeabilidade grande, teríamos o saneamento básico feito, teríamos a possibilidade de arborização grande em área que é completamente impermeável e não há nem uma folha para fazer chá. São áreas ilegais, de favela sem vegetação nenhuma. Uma verticalização poderia ser interessante do ponto de vista ambiental. Este é um raciocínio importante de frisar. Depende de como o condomínio será feito para saber se é bom ou ruim do ponto de vista ambiental.

Só queria fazer essas considerações iniciais. Outra coisa importante é a questão da compensação ambiental. A Secretaria do Verde encontrou uma portaria vigente da administração anterior que foi mudada em fevereiro do ano passado. Fizemos uma comparação com as portarias de São Paulo com de outras cidades como Curitiba e Rio de Janeiro e mudamos a portaria. A portaria que começou a vigorar no Governo José Serra já no ano passado, em fevereiro ou março do ano passado é muito mais rigorosa, muito mais exigente e direciona a compensação para a própria região em que é feito o empreendimento. Sempre que possível fazer na própria região, no próprio terreno, só em último caso que transferimos para outra região. É uma hipótese possível, mas não como primeira hipótese como vinha sendo. Esta portaria começou a vigorar em fevereiro ou março e foi revista. É uma questão de ir experimentando e ver o que pode melhorar e mudar. Neste mês acabamos de refazer a portaria de compensação ambiental. Por tudo que aprendemos no ano passado. Por exemplo, para estimular o plantio, na compensação, de árvores muito maiores. Em vez de usar o padrão mínimo, que é o DAC 3 - 2,5 a 3 metros de altura, estimular a pessoa que vai fazer a compensação ambiental a plantar árvores maiores porque a mortalidade de uma árvore maior é muito menor do que as de menor. Então, já fizemos uma alteração, depois de um ano de experiência de portaria de compensação ambiental, tornando-a mais eficiente na proteção da cobertura da vegetal da Cidade.

Feitas essas observações peço que o Marcelo faça um resumo de nossa experiência com esses condomínios e faça já uma sugestão que a secretaria quer deixar com os Srs. Vereadores para aproveitar como iniciativa legislativa.

O SR. MARCELO COCO HURTADO - Sou coordenador do núcleo de legislação para proteção e fomento da vegetação do DEPAVE. A maioria dos casos dessas vilas nessa região não sofrem um licenciamento ambiental propriamente dito. Não tem um estudo de parque ambiental que a legislação não pede que é a resolução Cades 61, determinado aos empreendimentos. Nesses casos analisamos o impacto na vegetação e outro impacto ambiental, que é a impermeabilização do solo. Muitas vezes acabam tirando a vegetação e, em alguns casos, impermeabiliza. Essas são as desvantagens, quando ocorre.

Então, a nossa análise fica na interferência da vegetação para pedir para a Secretaria, e tem que ser mais e é o que a gente busca. Então, uma vez analisada a interferência na vegetação, outro estudo que fazemos é compensação ambiental definindo o que fica, o que sai, qual a forma e se é por corte ou por transplante da vegetação. E a compensação que hoje o foco é

compensar dentro do terreno o máximo possível. Até a portaria foi adequada para que consigamos fazer a compensação quase inteira, dentro do terreno. E se não conseguir dentro, no entorno imediato em conjunto com a subprefeitura, e se não é der é passado para câmara de compensação ambiental da Secretaria definir isso.

Para fazermos essa análise temos algumas ferramentas que são as leis. A principal é o Código Florestal, tem o decreto federal 750/93 e a resolução CONAMA de 94 que é sobre a Mata Atlântica. Tem também o decreto estadual 30.443/89 em que a vegetação é considerada patrimônio ambiental em São Paulo. A lei municipal 10.365 e a nossa portaria já adequada, a portaria cinco. Com isso fazemos a análise da vegetação. A parte urbanística é toda SEHAB ou subprefeitura que analisa.

Então, qual a dificuldade para que haja empreendimentos, mesmo que adensados com uma melhor qualidade? Se o projeto atender todos os quesitos legais, taxa de ocupação, permeabilidade, espaçamentos e comprovar excepcionalidade no manejo da vegetação, a gente não tem como segurar, simplesmente não passa. Então, quando atinge todos esses pontos, todas as nossas ferramentas, você tem de autorizar. E aí cabe a gente só fazer a compensação. E um desafio nosso, que achamos muito importante, a SVMA não tem atribuição legal para exigir área permeável sobre terreno natural ou uma área verde a ser averbada, a gente não pode. Tecnicamente, nós podemos achar importante mas não temos esse instrumento para falar, reserve essa área, essa área vai ficar para ser usada como plantio, e em vários casos encontramos isso. E a sugestão é criar uma lei que permita ao DEPAV determinar área verde a ser averbada no Registro de Imóveis em caráter permanente sem ocorrer manejos de vegetação significativa. Então, fizemos estudo que em cada tipo de vegetação averbaria um tanto da área em porcentagem. Aí garantimos uma área permeável, diminuí temperatura, ilhas de calor, problemas de enchente e a gente consegue plantar e se aumenta a área para fazer a compensação dentro do terreno. Em vários casos pode DTRN pode pedir averbação de área verde, mas a Secretaria se manifesta primeiro. Então, é muito importante a Secretaria determinar o local dessa área. Vamos conseguir preservar maciços arbóreos inteiros, vamos ter muito ganho se conseguirmos isso. Então, área verde averbada, um técnico vai ter a ferramenta legal para fazer isso, e é isso que falta para nós.

E o grande ganho é que todo o plantio que fazemos agora, dentro dos terrenos, é com mudas pelo DAP-5 (?), de acordo já é uma árvore. A pessoa tem que preservar isso a vida inteira porque não está plantando mais muda, está plantando árvore nos loteamentos. Em qualquer projeto que tenha interferência de vegetação, um plantio interno é com DAP-5. Isso é um ganho.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Teria algumas perguntas para o DEPAV. Você pode ficar um pouco mais aqui? Se puder, vamos passar a palavra para o Pacheco para dar um quadro de como está a sua região; depois ouvimos a Subprefeitura Jaçanã-Casa Verde e aí abriremos para as perguntas. Tudo bem? (Pausa) Vamos lá, Pacheco.

O SR. PACHECO - Boa tarde. Quero cumprimentar o Secretário Eduardo Jorge, o Vereador Juscelino, Vereador Perez, todos os presentes, e os membros da Comissão. Acho que o Secretário foi muito feliz na qualidade do adensamento porque eu acho que é o mais importante. O que vemos é o extermínio da cobertura vegetal por completo, muitas vezes, arruamentos enormes, conjuntos horizontais que sacrificam de alguma forma toda a mata. E pode-se ter uma outra maneira de se chegar ao problema que é com o adensamento vertical de uma forma um pouco mais inteligente.

Concordo com o DEPAV, com a sugestão de se ter uma área averbada porque em nossa região observamos que acabamos tendo conjuntos pequenos, são vilas muito pequenas, mas nos últimos anos demos autos de conclusão em torno de dez empreendimentos por ano. São empreendimentos pequenos, mas o que se observa neles é que não se deixa nenhuma área permeável. A área é totalmente ocupada, são pequenos conjuntos que viram áreas de estacionamento, de manobra, e que você tira por completo toda a impermeabilidade do solo. Temos problemas sérios na região, cada vez mais gritantes, perceberemos a cada ano, ainda mais com as chuvas, no sistema de drenagem. A nossa região é antiga, as galerias são antigas e perceberemos o quanto estão sendo sacrificadas pelo volume de água que cada vez mais desce para as regiões baixas, o que agrava muito a situação de enchente e permeabilidade na nossa região.

Basicamente vim aqui hoje trazer as nossas informações, estou à disposição da Comissão, trouxe os documentos solicitados. Infelizmente, não temos conosco os processos pedidos pelo Vereador, os processos não ficam conosco, e chegou muito em cima o convite de vocês. Mas

conseguimos trazer todos os autos de conclusão que expedimos nos últimos anos, podem ficar com vocês. Se necessário for, podemos apresentar a vocês os processos. Estamos às ordens. O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Agradeço ao subprefeito Pacheco. Também acaba de chegar o Vereador Nomura. Nomura, o Secretário fez uma apresentação, o Diretor de DEPAV também já de um quadro, e o Pacheco também. Agora, iríamos passar para a Subprefeitura de Casa Verde e depois Jaçanã. E aí abriremos para discussão, para um debate nesse sentido. Está certo? (Pausa) Então, tem a palavra o José Eduardo, Subprefeitura da Casa Verde.

O SR. LUÍS EDUARDO - Boa tarde. Na Casa Verde não temos também muitos conjuntos fechados, só temos um grande chamado Parque Itaguaçu, e foram concedidos alguns autos de conclusão. São casas na faixa de 600 metros quadrados. Agora, seria interessante salientar que tivemos reunião há 15 dias, quase todos estiveram lá na Subprefeitura da Vila Maria. Foi o coordenador da zona Norte, Valdir Ferreira, todas as sete subprefeituras se reuniram, Polícia Ambiental, DEPAV também estava, para discutirmos ações não só de condomínios, mas de loteamentos no Alto da Cantareira. Ficou acertada uma série de decisões, e algumas subprefeituras acho que já tiveram ações. No caso de Casa Verde ainda não teve nenhuma ação. Mas, de qualquer maneira trouxemos o que era preciso e estamos também à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Agradeço as palavras. Agora é Jaçanã-Tremembé, Carlos Eduardo.

O SR. CARLOS EDUARDO - Boa tarde a todos. Obrigado pelo convite. Antes, quero salientar as observações do Secretário que acho bastante feliz, sobre a qualidade. Antes de proibir e ter uma qualidade de implantação bem-feita, muitas vezes, é um ganho. Além disso a questão da compensação, sempre que possível, no local. A Prefeitura de Jaçanã tem situações em relação a isso porque existem solicitações de corte de árvores, mas evidentemente podemos ter um ganho sempre que a compensação for feita dentro do empreendimento ou, pelo menos, nas proximidades.

Em relação ao comentário da fiscalização também. No Jaçanã já temos algumas ações, lá se iniciará a implantação da linha verde, que é um conjunto de ações junto com o Estado, com a Polícia Florestal, Polícia Ambiental, sempre no sentido não só dos casos de parcelamentos irregulares, de invasão e de outras questões voltadas ao meio-ambiente. Para completar, tivemos os documentos, são seis autos de conclusão que temos. Os processos, da mesma forma que Santana, não ficam com a subprefeitura, três deles foram arquivados e três constam em RI. Eu trouxe e estão aqui. E as telas mostram a localização dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Celso, quer falar alguma coisa?

O SR. CELSO - Não é uma crítica, mas queria comentar sobre a Linha Verde que foi citada. Tivemos reuniões com as Secretarias do Verde e Meio-Ambiente do Município e do Estado. E é com relação ao posicionamento da Secretaria do Verde que diz que houve as subprefeituras, e nós nunca fomos ouvidos, infelizmente é isso. Então, quanto ao problema de compensação ambiental temos de colocar que a GAFISA, quando fez, foi fazer com que pertence a Santana, e eu estava em Santana e quando tomamos conhecimento dela, a compensação dela era no Parque do Pinheirinho, que é Pirituba. Tudo bem, é uma área colocada lá. Um outro da GAFISA está sendo no Parque Savoy, que é Santana. E nós temos áreas enormes de ocupação, de loteamentos clandestinos que podemos colocar porque está fase de implantação por PAR-SOLO exatamente porque não podemos conservar essas áreas, são áreas de risco. Por que não a compensação ser feita nessas áreas de risco para poder regularizar os próprios loteamentos? Então, estamos sendo prejudicados, e com certeza há mais coisas em andamento que estavam colocados lá, e não vai ter compensação e a subprefeitura até o momento, nenhuma vez foi levada ao conhecimento de onde ela queria isso. Em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Agradeço ao Celso, à Subprefeitura de Jaçanã. Tem a palavra o Sr. Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE - Eu não sei de onde o senhor é, mas quando mudamos a portaria, no começo do ano passado, o Secretário Walter Feldman convocou todas as subprefeituras para tomar conhecimento de como seria a portaria, quais são os procedimentos, como mudou as prioridades, e a Secretaria do Verde pediu que as subprefeituras apresentassem propostas e projetos para que as compensações sejam feitas. Algumas apresentam e outras não. E eu não posso ficar esperando, a Secretaria do Verde, se tem uma subprefeitura que não apresenta projeto, nós temos de ir para outra. Mas então eu peço que o senhor da subprefeitura leve projetos porque temos a câmara de compensação ambiental, não só da sua área como de outras áreas, que não apresentarem projetos, podem ser beneficiadas. Não sei

se não foram na reunião, mas isso ficou combinado. Estamos esperando projetos. Mais do que isso, não precisa nem ter corte de árvores porque a Prefeitura não tinha equipes de plantio. Agora, no mês de janeiro - Vereadores Juscelino, Nomura e Jorge -, fizemos concorrência e contratamos quatro equipes de plantio. Então, a Prefeitura agora tem quatro equipes de plantio, cada equipes dessas vai ficar numa região. Um só para a região Norte, outra só para a região Sul, um só para a região Oeste e um só para a Leste, para plantar. Nós temos mudas, temos as equipes e o que precisamos? De projetos e projeto que não é coisa fácil, é preciso achar o local. Então, por favor, apresentem projetos que vamos plantar nas suas subprefeituras, com compensação ambiental ou sem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Celso, fala a sua função.

O SR. CELSO - Eu sou Supervisor de Licenciamento da Subprefeitura Jaçanã-Tremembé. Essas reuniões que tivemos com a Secretaria do Verde foram desde o começo do ano passado, maio/junho, tão logo chegamos na regional. Secretário, eu acho que poderíamos fazer parte, e não como parte, mas como convidado da câmara de compensação para escutarem nosso projeto. Nem quando é aprovada a compensação ambiental nos é levado a conhecimento. Somos tomados por denúncia que começou o loteamento e aí vamos lá, e aí está colocado. Nem quando está aprovada a compensação ambiental, aí é que é enviada. Nós não somos consultados previamente.

O SR. EDUARDO JORGE - Desculpe, mas todas as subprefeituras estão convidadas a ter projetos. Você não precisa nem ter empreendimento na sua subprefeitura. A sua subprefeitura já encaminhou algum projeto para a gente?

O SR. CELSO - Veja bem, a parte que vai cuida disso é Projetos e Obras.

O SR. EDUARDO JORGE - Deixa eu explicar: não precisa nem ter um empreendimento na sua subprefeitura porque, por exemplo, se tenho um projeto na subprefeitura do Pacheco, não tem onde plantar, se a sua já estivesse com projeto, na fila, já teria sido aproveitado. A Secretaria do Verde quer plantar, e só pode junto com as subprefeituras. E isso é uma coisa que acertamos com o Walter. A Secretaria do Verde pensa assim: as subprefeituras foi uma reforma importante na cidade de São Paulo, nós só queremos trabalhar com as subprefeituras, agora, elas têm de nos ajudar também. A Secretaria do Verde é uma secretaria pequena, tem 900 pessoas só, não teve participação na reforma administrativa. Por isso, ficou centralizada na Avenida Paulista.

Então, queremos trabalhar com as subprefeituras, agora, as subprefeituras têm de nos ajudar também porque aí sim, são secretarias muito maiores do que a Secretaria do Verde. Mas pode levar projeto porque o seu projeto entrará na fila. E se o Pacheco não levar, você passa na frente dele.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Então, resolvemos a parte das compensações que a Secretaria do Verde, junto com as subprefeituras, pede projetos e a situação será implantada. E sobre isso quero dar meu testemunho, na questão do verde, porque acompanho isso em várias regiões e vejo a facilidade que tem de entrar com projeto de plantação de árvores e tudo mais.

Quero conversar com DEPAV para entender um pouco - depois eu passo para os Vereadores - como funciona a regularização de um condomínio horizontal e de um DEPAV. Queria que explicasse qual o processo de aprovação de um condomínio horizontal na região da Serra da Cantareira no DEPAV? Outra pergunta: as informações são dadas pelo empreendedor ou se vocês trocam idéia com outros órgãos municipais? Essas são as duas perguntas, mas são 14 perguntas ao DEPAV aqui, mas quero iniciar por essas duas.

O SR. MARCELO - O processo de aprovação, toda vez que alvará é emitido por SEHAB, tem que ter um laudo de avaliação ambiental e da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Os processos correm paralelos e lá na frente se encontram para ter o cheque dos projetos. O empreendedor protocola primeiro o processo em SEHAB, e no mesmo dia já pode protocolar na Secretaria. O processo da Secretaria é vinculado ao número em SEHAB, e começa a análise. Começa pela análise da vegetação, qualquer alteração que a gente pede no projeto, o empreendedor tem de mudar em SEHAB e vice-versa. Quando chega ao final da análise, é emitido o laudo de avaliação ambiental que o empreendedor leva para SEHAB, SEHAB confere se o projeto está idêntico e se estiver é emitido alvará de aprovação. O alvará mais o laudo vão para a Secretaria do Verde para emitir o Termo de Compromisso Ambiental, que é o último documento da Secretaria e sai com a ressalva do alvará de execução. Essa é uma forma de dar agilidade ao processo e garantir que os processos são idênticos, porque SEHAB faz esse cheque. E o TCA tem a cláusula de que só tem valor com o alvará de execução. Aí o

empreendedor vai à SEHAB pega o alvará e consegue empreender. Esse é o fluxo da análise do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Como são tratadas as áreas que possuem mata nativa e recursos hídricos e quais os critérios para os cálculos das compensações? São duas perguntas.

O SR. MARCELO - A principal lei, a ferramenta que temos é o Código Florestal. Então, todo recurso hídrico, se for uma nascente pedimos um raio de 50 metros; se for córrego até 10 metros de largura; pede para preservar e reflorestar essa área. As compensações, área nativa, se enquadrar no decreto 750 e resolução CONAMA, que têm toda especificidade, tem espécie, DAP, então você enquadra a vegetação, deu Mata Atlântica, estágio médio de regeneração, só com DPRN e é muito difícil fazer intervenção. É uma boa ferramenta e a gente consegue. Agora. Mata Atlântica ou nativa não temos tanta força para segurar, então depende da classificação da vegetação é que você consegue impor mais restrições.

E a compensação, até a gestão anterior era pelo diâmetro da árvore, pelo tamanho, não tinha diferença eucalipto de pau-brasil. Ano passado tivemos grande avanço que foi qualificar melhor a compensação. Então se você tem um conjunto de árvores, ela vale mais do que uma isolada. Isso é fator multiplicador e começou a variar de um a cinco na portaria do ano passado. Achemos que foi um ganho, adequamos melhor. Este ano adequamos isso e chegamos de um a dez. Se tem uma intervenção e, por um acaso, se for aprovada intervenção em APP, em caso de empreendimento de interesse social ou interesse público, pode chegar em até dez vezes mais a compensação. E a Mata Atlântica se tiver interferência, chega a ser multiplicado até quatro vezes mais. Então tem uma diferenciação pelo DAT é calculado, se é exótica, se é nativa, se forma conjunto, se está dentro de APP ou não. Ficou bem mais qualificada a compensação, hoje em dia.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - A respeito das compensações, ainda, acho que ficou mais claro, mas acho importante você falar: como foram determinadas as áreas a serem implantadas as compensações? E por que as compensações não são feitas nos locais em que foi feita? O Eduardo deixou mais claro, mas você podia falar mais disso.

O SR. MARCELO - Isso é uma das grandes dificuldades que temos. Sempre o técnico quando tem área permeável no terreno, a gente consegue plantar. O problema é que não podemos exigir o local da área permeável, a disposição. Essa é uma atribuição de SEHAB. Em muitos casos acontece que o empreendedor deixa área permeável muito estreita, não suficiente para se plantar uma árvore. Se você plantar vai causar dano ao patrimônio ou fica bem em volta, imagine uma faixa em volta. Acontece muitas vezes que o empreendedor constrói e a pessoa entra, passa um tempo e impermeabiliza. Eles falam, limpa o terreno. Então por que é importante definir uma área permeável mínima? Na verdade, pegamos um mínimo, deixamos contínua e aí consegue maior compensação dentro. Essa é uma grande dificuldade, não conseguir plantar por falta de área permeável que não conseguimos exigir. O que estamos conseguindo? Através da preservação de árvores em locais estratégicos conseguimos mais área permeável. Sem exigir plantio se ganha área permeável, então queremos a área, mas só se consegue através da preservação. Só que dependemos da tipificação da vegetação.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - De que forma é feita a fiscalização da execução das compensações ambientais?

O SR. MARCELO - Uma vez publicado o Termo de Compromisso Ambiental, têm seis meses para cortar a vegetação, transplantar, plantar. A partir disso a pessoa é obrigada a informar quando serão iniciados os trabalhos de transplante, corte, enviando relatório fotográfico, e avisar quando foi realizado o plantio. Daí fazemos vistoria em campo. Tem termo de recebimento provisório e o definitivo quando findar o prazo de manutenção.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vocês acompanham, a fiscalização acompanha se fizeram a compensação e de que forma? E vocês têm acompanhamento até a implantação e após a implementação das compensações ou deixam a fiscalização para a subprefeitura? Como é que vocês fazem?

O SR. MARCELO - Não, nós fazemos a fiscalização. Onde a gente consegue que a compensação seja feita? Principalmente dentro do terreno. Para a pessoa ter o habite-se, só o terá se o tiver o Termo do Recebimento do TCA. Então essa é a hora que o empreendedor faz a compensação. Ele avisa quando fez e a gente fiscaliza. Agora, só vai ter o habite-se se ele cumpriu a compensação.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Colocando a questão do TCA na compensação, existia alguma área re-implantada em favelas de compensações?

O SR. MARCELO - Não...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - E áreas de mananciais também não, que é o caso do Jaçanã, que era mananciais?

O SR. MARCELO - Olha, se teve interferência lá, deve ter, mas preciso levantar com precisão. Temos banco de dados, temos todas as áreas onde foram plantadas, mas não sei de cabeça informar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Se for constata irregularidade cometida após o recebimento, existem sanções para os infratores, se eles não cumpriram a questão da compensação?

O SR. MARCELO - Tem, o próprio TCA tem as cláusulas. Se a pessoa fizer qualquer manejo com má técnica tem sanção de entrega de mudas, plantio com mudas maiores, até multa. Se ele não realizar o plantio, ele não tem o TCA, não vai poder ter o habite-se, e em determinados casos fazemos denúncia no Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Existe algum TCA não cumprido em relação a esse tipo de empreendimento?

O SR. MARCELO - Tem TCA e encaminhamos para o Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Você sabe dizer por que não foram cumpridos?

O SR. MARCELO - Olha, muito é do empreendedor porque fazemos o TCA, tem o local, tem planta dizendo a área para ser plantada, o seu porte, o espaçamento. Realmente é pelo empreendedor que não foi plantado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - E as providências só o Ministério Público? Vocês não pedem a cassação do alvará deles?

O SR. MARCELO - Pedimos. Você faz uma vistoria, às vezes, pega um laudo e não era para ter começado a obra. Faz a vistoria e constata início de obra. Oficia e SEHAB e informa que a obra está em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Existem ações tramitando contra empreendimentos desse tipo em DEPAV, neste momento?

O SR. MARCELO - Olha, é o corriqueiro a relação com o Ministério Público...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Você podia mandar para uma relação, daquela região, para nós sobre isso?

O SR. MARCELO - Posso, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Obrigado. Tem a palavra o Sr. Jorge.

O SR. JORGE - Presidente, quero tirar algumas dúvidas com o Marcelo. Eu sou assessor da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Pois não.

O SR. JORGE - Queria que você explicasse um pouco melhor com relação aos córregos e nascentes, no caso em que existe esse tipo de interferência, e também em relação à fiscalização sobre manutenção. Por exemplo, para tirar o TCA tem de executar uma compensação, mas tem vários casos que tem manutenção de dois anos, sei lá, um tempo mais longo. Como é feita essa fiscalização? Há sanções nesses casos específicos de manutenção?

O SR. MARCELO - Ele não pode fazer nenhuma intervenção antes de sair o TCA. Depois que sai é que ele poderá interferir na vegetação. Ele pode receber termo de recebimento provisório do TCA, assim que toda a compensação estiver feita. E o definitivo só antes do habite-se, é onde conseguimos amarrar ele. A questão hídrica, quando é autorizado? O órgão responsável para autorizar a intervenção em APP é o DTRN. A gente não autoriza intervenção em APP. Se o DTRN autorizar... Se não tiver árvore em APP e o DTRN autorizar a construir, a gente não pode opinar. É o DTRN quem define isso. DTRN é Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio-Ambiente do Estado. Eles são responsáveis pela APP. A gente não se manifesta em relação às árvores nem APP, é juntamente com eles.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas eles podem vender no condomínio? Porque o que acontece nesses empreendimentos? Por exemplo: eles vão lá, fazem uma maquete, põem no local, abrem um departamento de vendas, já começam a demarcar os lotes, já começam a vender. Quer dizer, eles "caminham o processo" e abrem o departamento comercial deles, então essas duas coisas acontecem ao mesmo tempo. Nesses casos isso está na irregularidade ou eles podem fazer nessa questão... já abrir o comercial deles? Vou te dar um exemplo muito concreto. Na Nova Cantareira existe um condomínio da Gafisa, foram vendidos acho que 370 lotes de 200 m<sup>2</sup>, inclusive eles abriram ruas, asfaltaram, colocaram iluminação e esse condomínio foi praticamente cem por cento vendido e não autorizaram porque tem "nativa de água" lá dentro, então as pessoas que compraram esse empreendimento não podem construir porque não tem alvará. Mas toda a comercialização dele foi feita alguns anos atrás. Estou dando um exemplo concreto para saber como é que é esse vínculo.

(NÃO IDENTIFICADO) - É mais uma sugestão também: a Portaria Inter-secretarial 1 da SVMA com Sehab já... a secretaria deixou de ser um pré-requisito... isso deixou de ser uma ressalva do alvará e passou a ser um pré-requisito. Isso é muito importante, que a nossa Secretaria do Verde seja ouvida o quanto antes para evitar isso. Então, a gente tem... não pode ter toda uma análise encaminhada, aí chega no final, o projeto pronto, "Agora você tem que ver quanto é a compensação". Não. Tem que ver as restrições ambientais lá no começo, quando vai nascer, desde parcelamento do solo. Se lá a gente pega e puder averbar área já nos lotes, matou. Se tiver um lote com APP(?) dentro, a gente já pega aquela APP, já coloca como área verde, já está em cartório e quem compra já sabe.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu queria passar...

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, só para reforçar aí na pergunta do Juscelino, eu entendi o seguinte: o Juscelino quer saber se o sujeito, o empreendedor, pode vender antes de ter autorização da Secretaria do Verde e da Habitação totalmente completa. Isso aí pode?

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu não afirmo isso, não sei dizer. Acredito que não, mas acho que a própria...

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, posso me manifestar a respeito disso?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Só por uma questão de ordem, eu vou passar...

- Intervenções ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu sei. O Ari Albano fala, depois o Celso fala, depois eu vou passar a palavra para o Vereador Nomura, que ele tem algumas perguntas também.

O ARI ALBANO - Meu nome é Ari Albano, sou arquiteto, moro na Cantareira, trabalhei na Prefeitura, conheço o processo. Acho que a Secretaria do Verde está sendo questionada sobre questões que envolvem mais o processo de aprovação, como foi comercializado, como é que pode; e não está ninguém aqui da Sehab. O grande problema que nós vemos - nós não estamos falando disso agora, nós falamos isso há meses, há anos - é o processo de aprovação. Há um desentendimento entre os vários órgãos da Prefeitura, porque quando nós vamos reclamar na prefeitura Jaçanã/Tremembé, está sendo feito um empreendimento, tem um córrego ali, está encostado no córrego, mas é a Sehab que aprova. Então, o cidadão sempre ouve uma resposta que é no sentido "Não é comigo, é com o outro", mas o outro não mostra. O que está faltando é transparência. Toda aprovação... Esse caso, por exemplo, da Nova Cantareira, o conselho comunitário já encaminhou, existe um processo, foi ele que encaminhou a primeira vez falando das irregularidades. As irregularidades lá são muitas, porque quando foi aprovada a legislação de condomínios, ela restringia a área - não sei como está agora -, 25 mil metros quadrados ou 20 mil. Essa área é imensa. Na realidade, ela deveria ter sido loteada. Como, ao lotear, o empreendedor perde área e ele quer vender mais, mais espaço, eu não sei de que forma isso foi aprovado, até hoje nós não vimos essas plantas. Esta administração nos assegurou que haveria uma transparência nos processos de aprovação quando nós quiséssemos. Mas (ininteligível) notar, eu sou também do movimento Defesa São Paulo, que não é bem assim. Nos bairros, toda vez que alguém quer ver o processo de aprovação, encontra uma tremenda dificuldade, às vezes até dos órgãos de aprovação ou de fiscalização não querem mostrar o que aconteceu. Quem não deve não teme. Quer dizer, está faltando esse diálogo. Agora, uma proposta concreta é o seguinte: como é possível a Sehab aprovar alguma área - veja bem - com plantas que são apresentadas, se essa área não é fiel, se a representação não é fiel? Quem é que vai verificar se é fiel? Até hoje não foi resolvido esse problema, porque todos os casos que nós levantamos lá na região da Cantareira, ao longo do córrego do Tremembé, ou próximo do córrego do Tremembé, todas elas estão próximas de rios e fontes, todas as áreas foram todas impermeabilizadas. Por exemplo, o nosso colega da Secretaria do Verde, que eu louvo a dedicação de vocês, eu acho que a Secretaria do Verde é uma exceção... Eu estou de fora, eu faço parte de órgãos comunitários, nós somos mais ouvidos lá e sabemos das dificuldades. A primeira dificuldade: o plano de zoneamento foi feito sem que a Secretaria do Verde pudesse ter uma interferência maior. Nós já estivemos lá uma vez, Sr. Secretário, o senhor deve lembrar, quando fomos criticar a Lei de Zoneamento na presença dos autores da lei, que estavam lá, da Sempla. Então o que aconteceu? A Sempla estabeleceu teoricamente, no plano de zoneamento, ao longo do Tremembé, que nós teríamos em épocas ainda remotas, no futuro, nós teríamos corredores verdes etc. Mas assim que ela apresentou essa proposta, imediatamente essas áreas foram comercializadas, vendidas e foram aprovadas várias vilas. Então é uma contradição.

Se a lei de zoneamento prevê que ao longo do córrego do Tremembé haverá menos densidade, haverá mais permeabilidade, haverá estímulos ao verde, inclusive às vezes até

com a transferência de direitos de construir, porque tem a propriedade, então ele pode construir mais noutra, mas mantendo as áreas livres, eu pergunto: nós estamos em 2006, praticamente todas as áreas mais importantes e arborizadas já estão comercializadas... Então veja só, a proposta da Sempla... de planejamento já era um engodo. Vocês desculpem as críticas (ininteligível) estão aqui. Agora, o que eu acho espantoso é o processo de aprovação, porque aí eu fico pensando: Alguém não viu. Quem é que não viu? A Regional e a Sehab? Porque não adianta, Sr. Vereador, o senhor estar indagando da Secretaria do Verde como fazer a compensação. Ele deixou bem claro. Como... se uma aprovação não deixou nenhuma área que possa ser plantada, onde é que vai ser feita a compensação? Agora, essas áreas estão numa região que realmente precisa ter permeabilidade, precisa ter sustentabilidade. O problema do córrego do Tremembé, da drenagem, está ligado à ocupação. Então, se nos perguntarem, com certeza nós sabemos mais do que qualquer secretaria que aprova, de Habitação, que não está aqui representada. Porque os casos que nós conhecemos são assim: tem, por exemplo, na Nova Cantareira uma pequena vila que foi construída num terreno que era da Fontales, que os antigos moradores sabem que nesse terreno da Fontales tinha fontes, a água, nas chuvas, ela minava do solo, foi construído um condomínio lá. (ininteligível) última grande cheia lá que aconteceu no Tremembé, dentro desse condomínio a água aflorou, aflorou nos pátios, aflorou nos WCs. Castigo. Deveria aparecer em quem fez o projeto, o empreendedor. Mas os coitados que compraram... Um outro grande condomínio perto do Horto, esse é espantoso. Nós sabemos de córregos que passam lá, o córrego que vem do Horto está passando lá e está tudo construído. Como é que foi feito isso? Se alguém andar por lá, não vê o córrego, então ele foi tamponado. Como é que isso foi aprovado? Se falou aqui da legislação, a distância de rios, córregos, fontes etc. É preciso que antes de começar o empreendimento seja apresentada uma planta com a real situação, porque a desculpa é sempre assim... Se a gente for falar na Sehab, eu já sei qual é a desculpa deles. O cara da Sehab diz: "Mas eu não conheço o terreno, o cara apresentou uma planta". Ué, e a fidelidade da planta? Você aplica aí a legislação, a legislação do exercício profissional, CREA, suspende o cara, proíbe o exercício. Se o engenheiro ou o arquiteto que está fazendo o projeto não loca que lá tem uma fonte e essa coisa toda, ele deve ser cassado. Então, a Sehab não sabe, desconhece, nunca foi no Tremembé. Muito bem. Aí, quando chega na... já falei com o administrador regional, "Mas é a Sehab que aprova", eu disse: "Mas e na hora que estão derrubando árvores?", "Ah, quando a gente vai, já foi derrubada" e tal. Mas o importante é o seguinte: havia uma fonte, havia um rio, agora está tudo construído. Como é que vai ser? E o sistema de tratamento de esgotos? Estão lançando no rio? Estão lançando porque o rio já é poluído? Mas espera um pouquinho, é um empreendimento vendido como sendo de luxo, tem isso, tem aquilo e não tem o tratamento de esgoto que poderia ter. Quer dizer, é uma coisa incrível, e lança no rio para piorar ainda mais. Então, só para resumir, o grande problema é a aprovação, não está funcionando a aprovação. A aprovação é falsa, falsa no sentido... não que seja uma questão ideológica, uma falsidade. É um faz-de-conta. Quando a Secretaria do Verde recebe, não dá para fazer mais nada. Esse é que é o problema. Tem que começar no começo e o que está faltando é esse começo. Quem é o responsável por isso? O cara vai fazer um empreendimento, onde é que está? Está representada a vegetação? O que é espantoso é o seguinte: é que o cidadão simples, um cara simples vai fazer um projeto na Cantareira, lá em cima, aí vem também o (ininteligível) crítica, o (ininteligível) fazer uma casa num terreno que tem mil ou mil e quinhentos metros, tem que apresentar um laudo da vegetação, ele leva seis meses para aprovar. E quanto tempo leva para aprovar um condomínio aqui? Então, veja bem, há algo errado, esse processo não está funcionando. Não me interessa de quem é a culpa, não estou acusando ninguém, mas não está sendo verificado o principal. As pessoas aprovam, na melhor das hipóteses, porque há uma outra hipótese, a do erro, se não houver erro, estão aprovando em cima de uma área que desconhecem. Por causa da burocracia, um joga para o outro. A Regional diz que não pode fazer nada porque foi aprovado na Sehab. Essa conversa é antiqüíssima. Vocês desculpem a veemência, a gente simplesmente está soltando uma coisa, isso é um realejo: fala, fala, fala, está cansado de falar, mas o essencial, isso precisa chegar até a administração, Sr. Secretário, e o senhor tem força para isso. É preciso que os outros secretários, de Habitação e das regionais, se entendam. A questão da preservação ambiental está ligada aos processos de aprovação, porque começa lá. Se eles não verificarem, a Secretaria do Verde só vai tentar salvar alguma coisa, uma compensação aqui, ali. Mas onde compensar? Você acabou de falar. Esses condomínios que eu vejo, eu não sei onde. Alguns não têm lugar nem para plantar uma árvore. Aí chama o paisagista famoso (ininteligível) foto e aparece lá. É uma barbaridade. Vocês desculpem a veemência, mas só para resumir,

enquanto não for resolvido o processo de aprovação, não é possível, não é possível... Eu estou tomando as dores da Secretaria do Verde. A Secretaria do Verde não pode agir, ela tem a sua ação limitadíssima, limitadíssima. Desculpem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Sr. Ari, eu queria agradecer as suas palavras. Conheço a sua luta em defesa daquela região, com o professor. Esta comissão de estudos foi apresentada justamente para a gente chegar em algumas posições, até mesmo em Aprove, na Sehab, na subprefeitura, no Verde. Nós, desta comissão de estudo, temos dois interesses. Primeiro, fazer um relatório muito claro daquela região. O segundo, se preparar para a discussão da revisão do Plano Diretor, porque eu acho que por aí...

- Intervenção ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Lógico.

(NÃO IDENTIFICADO) - ...e para chegar a essa conclusão. Mas tudo que está sendo feito aqui (ininteligível) apoio integral.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Obrigado. Porque a gente precisa, primeiramente, entender o processo. Eu acho que esta comissão de estudos, a hora que entender o processo e conseguir chegar a uma sugestão de projeto de lei em conjunto, para revisão do Plano Diretor, acho que algum caldo desta comissão vai sair, principalmente porque eu sou morador da região, moro no Tremembé, da minha casa eu fico vendo os condomínios crescerem. Para você ter uma idéia, na frente da minha casa tinha quase 30 araucárias, hoje tem duas. É uma situação muito triste para a nossa região.

- Intervenção ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - É, mas lá tiraram e não sei o que aconteceu. Mas vou passar a palavra para o Nomura, depois vou fazer umas perguntas para as subprefeituras. O Vereador Adolfo Quintas acaba de chegar aqui; obrigado pela presença.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Na realidade, o que o Ari Albano falou é uma luta já de muito tempo que a gente vem acompanhando, mas o que eu vejo aqui hoje, nesta atual administração, me assusta, porque na realidade eu vejo a falta de comunicação entre os órgãos municipais, coisa que já acontecia nas administrações anteriores. E vejo uma coisa mais importante ainda: a Serra da Cantareira é uma área de proteção de mananciais, que tem proteção de leis municipais, leis estaduais e leis federais. O que me deixa assustado é que desde a última discussão que tivemos aqui na Câmara Municipal, em 1998, já discutindo o caso da Serra da Cantareira, a situação permaneceu na mesma, os órgãos do Município não se entendendo e não se comunicando com o Estado, coisa que poderia ter acontecido. Temos aqui inúmeras ações que correm paralelas, com Município e com Estado, tipo DPRN. SE nós formos verificar, na Resolução 13 de 90, do Conama, tem essa discussão com relação ao licenciamento no entorno do parque; se nós formos verificar também aquela discussão com relação à vegetação significativa do Município de São Paulo, se nós formos um pouco mais a fundo, nós verificamos que há necessidade da aprovação do grupo de análise e aprovação de projetos habitacionais também naquela área, de acordo também com as resoluções e decisões de SMA e Cetesb. Enfim, o que a gente verifica é que há falta de comunicação. Foi tentado... eu não sei... eu participei do evento, acho que o Secretário deve ter falado a respeito da Linha Verde. Eu não sei o que avançou, mas quando eu estive presenciando e até me deram a honra de falar no microfone quando do lançamento da assinatura, eu louvei o empreendimento, porque pela primeira vez eu tinha assistido à união da própria prefeitura, por incrível que pareça, das secretarias da prefeitura e do Estado participando. Eu não vi isso durante todos os oitos anos que fiquei como vereador. Agora volto novamente como vereador e após 16 anos não vejo nenhuma ação conjunta. Na realidade, a necessidade de preservação da Serra da Cantareira é de fundamental importância dentro da cidade de São Paulo. É importante e já manifestado por todos os órgãos, mas eu não vejo uma união, não vejo a criação de um grupo de estudos inclusive para analisar os projetos que ali estão irregularmente ou as novas aprovações. É isso, na realidade, que me deixa assustado, me deixa horrorizado, porque essa discussão, esses problemas já vêm ocorrendo há muito tempo. A última vez que eu subi lá na Cantareira - eu subia sempre porque andava de moto na região -, subi com o pessoal da TV Cultura. Nós fomos apedrejados ali. Então, o que eu digo, que a partir dali nunca mais mudou absolutamente nada. Está aqui o nosso presidente que mora na região, sente o drama, e o que a gente vê efetivamente quando vai reclamar de qualquer problema, um joga para o outro. Na realidade, o Ari está correto na sua posição, ninguém assume absolutamente nada. Há necessidade de se estancar o processo, se houver uma denúncia pela Secretaria do Verde, pelas subprefeituras ou pela Secretaria de Habitação. Mas, primeiro, não se encontra o processo. A segunda coisa é que não existe comunicação, mesmo que a denúncia caia numa

subprefeitura, a subprefeitura não repassa a denúncia e não faz juntar aos autos a reclamação do munícipe. Eu acho que isso tem de ser mudado.

Outra coisa que eu acho é que a degradação da Serra da Cantareira está aí a olhos vistos, não há necessidade de nós listarmos toda a necessidade da recuperação da área. Agora, eu vejo que nós temos inúmeras áreas de risco, inúmeros problemas a serem resolvidos e acho que os termos assinados com relação aos acordos firmados principalmente com a Secretaria do Verde obrigatoriamente... as ações, os termos de ajuste deveriam reverter para a área, porque a área é de fundamental importância. Me faz lembrar, seguindo o paralelo traçado já decidido pela Justiça, quando se discutiam Operações Urbanas, principalmente aqui na região central de São Paulo, a Operação Urbana poderia ser usada em qualquer lugar da cidade de São Paulo. O Ministério Público entrou com uma ação e comprovou que a área que seria degradada seria a região central e, porquanto, qualquer investimento oriundo das Operações Urbanas ficaria adstrito à área da Operação Urbana. Eu entendo que os termos de ajuste também devam seguir esse mesmo procedimento, porque não tem lógica você degradar uma área, beneficiar uma outra do outro lado. Vejo o caso, por exemplo, perto da Vila Mariana, que tem áreas extremamente importantes para recuperação, mas não vejo como prioritária... que poderia você colocar e fazer exigência de um plantio no outro lado da Cidade, mas não entendo o porquê de não se investir, de não se trabalhar junto às subprefeituras, de buscar um Plano Diretor de recuperação da área. Isso eu não vejo. Eu não vi a manifestação nessa posição. Eu vejo assim que... olha, precisamos dar projetos, mas eu não vejo um plano traçado "a nível" de prioridade. É isso que eu gostaria de examinar e é isso que eu gostaria de questionar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - A palavra é do Secretário Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE - O Vereador Aurélio Nomura tem toda razão de expressar indignação em relação à invasão dessa área e, se for olhar outras regiões, vereadores de outras regiões se expressarão certamente com a mesma indignação. Mas eu queria defender o Governo (ininteligível) com os Vereador e os demais cidadãos em relação a dois aspectos colocados pelo Vereador Nomura. O primeiro deles em relação à questão da aplicação da compensação ambiental na mesma área. O Vereador não estava presente quando nós estávamos explicando que houve uma mudança da portaria anterior, do Governo anterior. No Governo anterior realmente a portaria era muito aleatória na questão da onde a compensação seria feita. (Ininteligível) empreendimento na Vila Mariana era compensado no Tatuapé; um empreendimento no Butantã era compensado no Tatuapé, e assim por diante. Então, agora nós mudamos. A portaria nova emitida em fevereiro do ano passado, que foi agora reformada depois de um ano de experiência, dá essa prioridade; é para fazer compensação dentro do terreno, na região, na subprefeitura, sempre com esse enfoque. Outra coisa muito importante é que o enfoque da portaria agora é para (ininteligível) cobertura vegetal, (ininteligível) para fazer obras, que era possível na portaria anterior do Governo anterior, e mais para fazer plantio e manter cobertura vegetal. Então, houve uma série de modificações que nós estamos experimentando já agora no Governo José Serra. Aquele exemplo que o Juscelino citou no começo da fala dele, de um empreendimento feito na zona Norte e foi compensado no Savoy (ininteligível) governo. Inclusive nós estamos tentando ver se conseguimos reverter uma parte do processo, porque não cumpriu tudo, isso aí nós estamos tentando recuperar. Mas isso não é uma coisa absoluta. Veja, por exemplo, agora um empreendimento em Santo Amaro, que é uma região bastante arborizada ainda. O Subprefeito é o Barros Munhoz. É um empreendimento muito grande que vai gerar um plantio de 14 mil mudas. Então, uma parte a gente reverteu em obras de manutenção dos parques que o Munhoz está implantando em conjunto conosco naquela região, e outra parte o próprio subprefeito concordou em a gente reforçar uma área do Jardim Ângela, que é uma área totalmente carente, que não tem compensações porque lá os empreendimentos não aparecem. Então, com a concordância da própria prefeitura nós vamos levar uma parte lá para a zona Sul, mas foi discutido com o Subprefeito Barros Munhoz. Então, essa é a primeira questão que eu queria refletir com o Aurélio Nomura. Essa é a nossa orientação, a orientação é fazer a compensação dentro do terreno, no bairro, na região, na subprefeitura; e compensação para manter a vegetação, manter a cobertura vegetal. Veja, eu não estou dizendo que as obras feitas no Governo anterior não são obras importantes, mas a prioridade é árvore, não tijolo. Você não pode criar uma compensação às custas das árvores se você construir prédios (ininteligível) etc. Não é essa a finalidade nem o espírito da lei. Essa é a primeira reflexão que eu queria fazer com o Aurélio.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Só uma dúvida. Eu acho que isso é uma coisa bem vinda, mas eu acho que não existe - e aí volto a criticar - não existe um plano diretor para nós atacarmos

principalmente as áreas críticas da região. Então, por exemplo, você tem uma demanda para fazer um plantio em determinada região, só que na realidade ele depende dos projetos apresentados pela subprefeituras. É isso que eu estou falando.

O SR. EDUARDO JORGE - Em parte isso é verdade. Em parte não é, porque vocês aqui na Câmara aprovaram um grande Plano Diretor. O nosso arquiteto aqui acabou de... o Sr. Ari, por exemplo, citou bem o Plano Diretor de 2002. Lá está escrito até o ano 2016, onde é que a gente deve plantar com prioridade. Parque linear por parque linear da cidade de São Paulo...

O SR. AURÉLIO NOMURA - Mas nós estamos seguindo esse plantio em cima dessa decisão feita no Plano Diretor?

O SR. EDUARDO JORGE - Sim, para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente o Plano Diretor, respeitando vocês como vereadores, é o documento número um. Muitas vezes a gente já encontra aquelas áreas, de corredores verdes e parques lineares completamente ocupados e loteados.

- Apartes fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Se o plano estabelece que a execução vai ser até 2016 então é preciso fazer alguma coisa, coordenar a área, suspender. O que insistimos é que saiu o plano e imediatamente a área toda foi ocupada. Agora vai ser difícil a execução do corredor verde que está previsto.

O SR. EDUARDO JORGE - A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente no ano passado mandou um ofício circular para todas as subprefeituras pedindo para que indicassem os espaços lineares prioritários. Esse ofício circulou por todas as subprefeituras.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Quantas subprefeituras responderam?

O SR. EDUARDO JORGE - Várias.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Todas? Nenhuma? Porque na realidade é que já tem um plano diretor montado. Então é só.

O SR. EDUARDO JORGE - Eu não sei de cor. Teria de consultar. Por exemplo, no caso do Butantã e de Itaquera em que conseguimos garimpar duas áreas ainda preservadas de córregos, com o dinheiro orçamentário da Secretaria do Verde e com o dinheiro de compensações estão implantando dois parques lineares, um no Butantã e outro no Itaquera.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Mas para não desviarmos um pouco do assunto, dentro desses parques lineares em que estão as subprefeituras qual a que não apresentou esse projeto para a Secretaria do verde.

O SR. EDUARDO JORGE - Tenho arquivado, posso mandar para vocês. Sempre é tempo. Queria colocar que esta é a primeira observação em relação ao seu discurso. O segundo, fazendo justiça ao Governo, esse trabalho que o Nomura muito justamente pede, de que seja feita a integração entre os vários órgãos da Prefeitura, seja feita a integração entre a Prefeitura e o Estado, realmente estava completamente parado, principalmente nas regiões norte e na região dos mananciais da zona Sul. O Governador e o Prefeito assinaram convênio em junho do ano passado para retomar a fiscalização conjunta. É claro que a dificuldade de pessoal tanto da subprefeitura, Secretaria do Verde e do Governo Estadual não permite que estejamos no ritmo que o Vereador, com justiça, nos cobra.

Quero lembrar, Nomura, principalmente porque estamos aqui com as subprefeituras e o Walter Feldman foi um dos que mais batalhou pela assinatura do convênio, junto com o Secretário Goldenberg. Os dois batalharam muito pela assinatura desse convênio. Estamos nos reunindo, tanto na zona Sul como na zona Norte. Já fizemos algumas ações conjuntas. Na zona Norte, por exemplo, fechamos um aterro clandestino, na Freguesia do Ó, que há mais de dez anos despejava entulho e lixo, inclusive orgânico. Fazia mais de dez anos. Já foi essa articulação conjunta das subprefeituras, no caso da Freguesia do Ó com a Secretaria do Verde, com o apoio do Governo Estadual porque estava lá o pessoal da SMA e Polícia Ambiental. A mesma coisa na zona Sul. As ações que o Vereador cobra, com razão, estamos andando. Há dificuldade de pessoal e de articulação. Uma coisa importante que queria deixar tanto para o Jooji como o Nomura e o Juscelino, para ver a programação das reuniões e disponibilizar para os vereadores comparecerem nas reuniões. Os vereadores da zona Norte, por exemplo, ou os vereadores da zona Sul. Nas reuniões conjuntas Estado e Prefeitura, para que possam comparecer e nos ajudar na fiscalização porque andam toda a região e têm condições de nos ajudar muito. Só por uma questão de justiça com esse governo isso voltou a acontecer. Depois de quatro anos, sem nenhuma fiscalização conjunta. Não, é claro, no ritmo que o Nomura, com muita razão, cobra do nosso governo.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Até peço, se for possível, para a próxima reunião, se possível convidar os vereadores e abrir à sociedade de maneira geral, está ali o Ari Albano que é um defensor da área. Acredito que poderíamos integrar e ter uma ação mais rápida.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - No dia 13 o Ari virá expor aqui. Virá o Fernando da administração do Parque da Cantareira, a Ana Lucia Fernandes, diretora do Horto, o arquiteto Ari Albano do Defenda São Paulo e o arquiteto Paulo Lisboa da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. Ouviremos as entidades na próxima reunião. Na outra reunião serão as construtoras. Depois faremos um levantamento e veremos de que forma usaremos as informações.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Já existem as reuniões entre a Prefeitura e o Estado. Estou pedindo alguma coisa fora desta discussão exatamente pelo momento e situação que já perdura muito tempo, da necessidade de integração. O Secretário falou do convite, da preocupação dos Srs. Vereadores, daqueles que quisessem acompanhar e se envolver no projeto. Estou considerando a proposta como extremamente válida e importante para a Cidade e também pedir para incluir as ONGS, no caso do Ari Albano que é uma pessoa que milita na área e que poderá trazer dados.

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - As subprefeituras trouxeram a documentação pedida pela comissão. Depois vocês podem entregar para a assessoria. O Vereador Nomura sugere que convidemos no dia 13 a AMAR. Coloco em votação. Quem estiver de acordo permaneça como está. (Pausa)

O Conselho Comunitário está convidado para o dia 27. Estamos fazendo uma divisão para colhermos informação e para dividirmos um pouco. Muitos da mesma tendência juntos não conseguimos ver as diferenças mas alimenta e fortalece o debate.

Agradeço às subprefeituras que trouxeram a documentação.

O SR. CARLOS EDUARDO - Queria só aproveitar a fala do Vereador Nomura e do arquiteto Ari Albano e só complementar uma informação que passei no início. Às vezes existe alguma dificuldade do nosso trabalho em relação ao trabalho de aprovação. Essa conversa, essa interação, na verdade temos resolvido solucionar isso. É o exemplo da fiscalização integrada. A informação para o Vereador é que a questão para a Linha Verde, na verdade já foi liberado parte desse recurso e lá na subprefeitura do Jaçanã é que vai ser iniciado o processo. Parte do recurso financeiro já foi liberado para isso e eles vão começar com dois quilômetros de execução.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Lembro que assinamos o contrato no ano passado. Há quantos meses atrás foi assinado o termo?

O SR. CARLOS EDUARDO - Na verdade eu não trabalhava lá nessa época. Volto a falar: morosidade. Isso que estou querendo cobrar. Na verdade foi junho, julho, já se passaram quase nove meses. Já estamos chegando no nono mês. É isso que eu cobro. Na realidade estamos cobrando a pressa que é importante para que possamos coibir ações que o Ari está acabando de contar, de invasões e ações que tornam irreversíveis o processo de estancar o desmatamento dentro da Serra da Cantareira.

O SR. CARLOS EDUARDO - Isso é importante.

O SR. CELSO - (Supervisor de Licenciamento do Jaçanã) - Vereador, essas reuniões que houveram, começaram até antes da assinatura, já com o intuito disso. Mas os órgãos estatuais foram muito refratários, a começar por participarem das reuniões. A Polícia Ambiental, pelo menos até o Carlos assumir, não apareceu nenhuma vez. Não conseguimos, na própria Polícia Militar, saber limites de atribuições, até onde começamos a agir, até onde agem eles. Para colocarmos a definição das atribuições. Quando eles nos acionam, quando nós acionamos eles. Não tem uma base para fazermos isso.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Entendo, mas me permita uma posição. A partir do momento em que se assina um documento está se mostrando a intenção do governo Estadual e Municipal. Quem não comparecer assuma a responsabilidade. Desculpe, mas eu fosse uma atividade envolvida no processo de maneira alguma levava ao conhecimento superior para as providências necessárias. Existe prioridade tanto que foi assinado pelo governo Municipal e Estadual. Estava o Secretário Walter Feldman, estava o Prefeito, estava o Secretário do Meio Ambiente do Estado. Então, é prioridade. Quem não comparece ou tenta protelar o processo na realidade que assuma a responsabilidade ou justifique porque da ausência.

A SRA. CONCEIÇÃO - (Supervisora de licenciamento da subprefeitura de Santana) - Como é muito rápido, eles começam a construir e protocolam, o nosso Código de Obras permite que iniciem com o protocolo. Vamos avisar que eles iniciaram a obra. Sehab recebe documento e

nada. Se pedirmos o processo não vem. É uma situação complicada. Acho que o código que permite o início das obras, 15 dias para residência, 30 dias, quando tem parte de córrego o início é 60 dias, acho que deveria ser parado. Depois que for aprovado se inicia a obra. Lá na frente vai ter de fazer toda a parte que não vai ser aprovada e a obra já está pronta. Estou com um problema desses e a pessoa disse que pode iniciar um processo na Sehab!

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - É nesse caminho que a comissão de estudos vai se direcionar. Esta é uma sugestão que podemos apresentar para a Câmara Municipal e até mesmo para o Executivo de forma que possamos estar ajudando para mudar alguma coisa. As irregularidades vêm por aí, a pessoa entra com protocolo, se errar muda o projeto e depois não tem como paralisar.

O SR. CHICO - Sou Chico, agrônomo, sou morador da região e assessor do deputado Carlinhos de Almeida, na Assembléia Legislativa. Queria fazer uma consideração em relação ao que está falando porque acho que os encaminhamentos são esses mesmos, mas em termos de que se quisermos dirimir os problemas da Cantareira, na verdade já virou uma verdadeira tragédia, acho que o grupo de estudo tem de servir para criar um caso de município, um caso de Estado.

Acho que só daremos consequência para isso e começa a solucionar, como está dizendo o Albano, mas já temos indícios suficientes, já temos conhecimento histórico para saber quem são os culpados. Não há abstração nisso. Há os culpados em termos das ações que são desenvolvidas como políticas de Estado, mas há ações regionais.

Quero dar um exemplo, e não é um exemplo agora, pontual. Nós que somos moradores na região, sou um caminhante da região, sabemos a ação articulada, historicamente, por anos e anos da antiga regional do Jacanã, subprefeitura de Jaçanã/Tremembé, inclusive com lobby local, com instância local e com funcionários que estão lá até hoje. Esse é um histórico conhecido que não podemos desconhecer. Há ações que temos de fazer, leis que temos de implementar. Acho que temos de fazer, é da nossa natureza, são ossos do ofício, mas temos de ter ações mais diretas.

Outro dia, estava fazendo um levantamento da encosta norte, da parte baixa, o bairro de Lousane, que depois vai para o Jardim Peri. Ali não é nada legal, eu pergunto: na região da Cantareira, o que temos de legalizado lá? Pouquíssimas coisas.

Temos de fazer um movimento que torne isso uma questão, a Câmara Municipal tem de abraçar isso, é uma questão vital para São Paulo. Essa não é uma questão regional, é uma questão de sobrevivência, uma questão histórica para São Paulo. E nós temos de começar, porque se tiver vontade política, e até agora não houve de ninguém, podemos começar a trabalhar com consequência nessa questão da Cantareira. E acho que há problemas locais gravíssimos. Já houve e continuam existindo esses problemas locais. Outro exemplo, a questão da Gafisa não surgiu agora, é uma questão que vem vindo, os moradores do entorno estão denunciando. Se houvesse vontade política já teria interferência ali. Então, acho que o grupo de estudos tem de começar a fazer essa indicação, recuperar o histórico dos agentes públicos locais.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu queria fazer uma defesa na questão do verde, da compensação, até mesmo para o Nomura. Houve várias ações na Secretaria do Verde, pedindo para voltar o recurso. Uma delas da Vila Klabin, no Ipiranga, que foi para o Tatuapé. O padre ficou bravo comigo porque já estavam executando a obra, o Eduardo fez uma parte, esse é um exemplo muito concreto da preocupação da Secretaria do Verde em manter essa coisa na sua localidade. Eu sinto isso na Secretaria e queria deixar isso registrado.

Quero colocar para o Chico que a comissão de estudos nasceu de uma vontade política, do conselho de representantes, do Lyons Clube do Jaçanã-Tremembé, do parque. Quer dizer, existe uma movimentação de uma vontade política de resolver essa questão. Tanto que essa comissão de estudos foi aprovada na Câmara Municipal e temos uma ampla discussão dos partidos na Casa. A vontade política não é só a pessoal, é o conjunto, e eu sinto essa vontade do conjunto porque é uma região que representa uma situação importante de se ter um verde na cidade, onde está cada vez mais perdendo áreas verdes para condomínios horizontais, que foi um erro ter aprovado esses condomínios, porque naquela região é Z1 e era uma forma de ter resolvido a construção dos condomínios em cima da Z1.

Quer dizer, existe uma discussão muito grande nessa questão, então, a força de vontade existe, estamos iniciando os nossos trabalhos, temos quase 70 dias para apresentar alguma proposta e até mesmo preparar a Câmara Municipal para a discussão do plano diretor, esse é o grande embate nosso. Se conseguirmos modificar a situação do plano diretor em cima dos condomínios horizontais, acho que é um grande avanço para a cidade. Não é só naquela

região do Jaçanã e Tremembé, mas em toda cidade tem problemas nos condomínios horizontais, principalmente, que a nossa região perdeu quase 200 mil metros quadrados, numa área de proteção, que virou zoneamento para construção, era a pedreira da Vila Albertina. Cada vez mais perdemos áreas de proteção, áreas de Z1 para a construção de prédios.

Nesse sentido, você pode acompanhar bem de perto o desempenho desta comissão. Acho que estamos bem encaminhados. Mas na questão da subprefeitura, eu teria algumas perguntas a fazer, basicamente o grosso é para Jaçanã-Tremembé, mas também tem Casa Verde e Santana que são bem menos. No perímetro da subprefeitura, qual a quantidade de condomínios existentes atualmente, já implantados, e que estão em fase de implantação?

O SR. CELSO - Sou Jaçanã-Tremembé. Implantados devem ser em torno de 25 a 30, especificamente dentro do limite, já implantados. E em fase de implantação deve ter de seis a oito condomínios em implantação. De grande porte tem dois em andamento, o resto são pequenos, de 8 a 12.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vocês poderiam mandar para a comissão onde estão os condomínios para irmos à Sehab e vermos a documentação. Existem algumas denúncias ou reclamações para esse tipo de empreendimento na região de Jaçanã-Tremembé.

O SR. CELSO - Tem denúncia, principalmente no início da implantação, querem saber se está regular ou não. Começou a implantação do condomínio, fez um corte de árvore, não precisa nem ter fiscal porque já denunciam.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Como é feita a fiscalização desses empreendimentos?

O SR. CELSO - Por meio de reclamações, se causa algum transtorno, geralmente é o vizinho, movimento de terra que ocorre, é o principal nessa época de chuva. Nem sempre a pessoa se preocupa na remoção da terra e sempre dá algum problema com vizinhança.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - E corte de árvore também?

O SR. CELSO - Corte de árvore e movimento de terra.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Basicamente são essas denúncias?

O SR. CELSO - É.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Essa fiscalização é toda na fase da obra ou de desmatamento? Essa fiscalização é em todas as fases da obra ou não?

O SR. CELSO - É pontual, mas ela tem um certo monitoramento. Se a área fica crítica, nós fazemos um certo acompanhamento. Nós tivemos, no ano passado, uma implantação que deu problema nessa época de chuva. Quando cheguei, as chuvas se alongaram até por volta de abril, então tinha reclamação direto, o pessoal fazia contenção, era reclamação de vizinho.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vocês já embargaram alguma obra desses condomínios?

O SR. CELSO - Já interditaram algumas edificações com risco, mas nenhuma em implantação irregular, todas documentadas. Foram interdições por motivo de segurança, com escoramento adequado, por movimento de terra, principalmente, por motivo de quintal e edícula. Quanto a edificação principal, eu estou lá desde maio, não teve.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu queria denunciar uma em meu nome, o meu assessor visitou um empreendimento quase na frente do portão do parque, existe um condomínio sendo implantado em cima do córrego. Depois passaremos o nome, é muito importante porque estão construindo em cima do córrego, do outro lado da rua do parque.

O SR. CELSO - Sentido do Horto?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quero fazer essa denúncia e ver a posição da subprefeitura.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas é Sehab que não está aqui, mas vamos isso por ofício.

O SR. CELSO - Mas com certeza a planta tem de estar na obra no momento da vistoria.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quantos fiscais são responsáveis por esse tipo de empreendimento na nossa subprefeitura? Pela área total? Não especificamente de cada?

O SR. CELSO - Quem fiscaliza é sempre o técnico e eventualmente acompanhado do agente vistor.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Existe treinamento adequado para esse tipo de fiscalização?

O SR. CELSO - Não, é obra em geral, código de obras.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Existe processo de ação fiscal tramitando atualmente para alguns empreendimentos desse tipo de área de atuação? Não? Nenhum? A

subprefeitura tem ciência ou foi consultada com relação a compensações a serem efetuadas através de TCA emitido por Depave?

O SR. CELSO - Consultado é o que sempre falei, desde que estou lá não, mesmo em experiências anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vocês não trocam essas informações?

O SR. CELSO - Não me lembro de ter participado, trabalhei na regional do Butantã, que é área de grande incidência de condomínios. Nunca, é uma questão que nós, técnicos, da sub sempre questionamos, temos consultado, assim como operação interligada e as diretrizes, que é outro motivo que temos sempre reclamado dos órgãos.

(NÃO IDENTIFICADO) - Quando vamos autorizar uma obra, tem categorias de uso que a subprefeitura emite o alvará. Se essa área tiver visitação significativa do patrimônio ambiental, ela faz manifesta o prévia e o próprio processo de alvará e encaminhado por Depave, onde nós damos autoriza o. Então, não tem essa interface quando fazem a análise prévia. E quando o empreendimento   autorizado por Sehab, compete apenas   Secretaria do Meio Ambiente fazer análise para autoriza o.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Então, a subprefeitura em alguns empreendimentos ela mesma aprova,   isso? Ela tem o direito de aprovar alguns empreendimentos? Você sabe o tamanho?

(NÃO IDENTIFICADO) -   residência unifamiliar e alguns pequenos comércios.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Aquelas casas geminadas, compra o terreno e faz duas.

(NÃO IDENTIFICADO) - Duas, quatro, depende da  rea. A categoria que se chama R2H, que   o antigo R201. Dificilmente nessa área envolvida há um termo de compensa o ambiental. Essa consulta   exatamente em fun o da localiza o da Cantareira.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - A subprefeitura fiscaliza a execu o e entrega da compensa o solicitada pelo TCA?

(NÃO IDENTIFICADO) - Isso   uma atribui o de Depave. Nós recebemos a aceita o do Depave para dar análise do auto de conclusão.

O SR. JOSÉ EDUARDO - Sou da Casa Verde. Nós tivemos um problema desse na Avenida Brás Leme, que a administra o anterior havia dado o TCA para ser compensado na Praça S lvio Romero,mas o Secretário nos chamou; nós participamos da comissão para alterar, a pedido nosso, para que toda a área verde fosse plantada na Casa Verde, na Brás Leme.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - A Praça S lvio Romero ia ficar muito bonita, hem, Secretário? Não   por nada, não; Klabin, agora esse aqui, ia ficar... Porque aqui   muito interessante a situa o, que a S lvio Romero recebeu muitos benefícios nesse sentido das compensa es. E a gente está conseguindo, de alguma forma, voltar para as origens. Tanto que Casa Verde conseguiu.

Existe a troca de informa o? Não, vocês colocaram que não. Vocês têm alguma sugestão para amenizar o impacto desse empreendimento na região ou alguma sugestão para esta comissão, para melhorar a rela o? O que vocês poderiam apresentar para nós, como proposta ou sugestão, dessa integra o? Eu acho importante. Já que vocês estão vivendo o dia-a-dia l , a responsabilidade maior   de vocês, da fiscaliza o, mas não da aprova o; quer dizer, vocês ficam na ponta, sem muita responsabilidade porque o grosso foi aprovado fora. Quer dizer, vocês sofrem muito nesse sentido; eu sinto um pouco isso. Então, o que vocês acham que esta comissão poderia ajudar, integrando? Qual   a sugestão de vocês?

O SR. CELSO - Celso, do Jaçanã. A gente gostaria que pelo menos os membros das Subprefeituras envolvidas fizessem parte, participantes da Câmara de Compens o, para poder se manifestar. Do mesmo modo, que a reivindica o antiga dos técnicos, também, que nós fizéssemos parte na hora da emissão da Certidão de Diretrizes, como h  um grande impedimento, como um shopping, um condomínio; tudo o que   com grande impacto deve ser consultado.

Então, seria o caso de nomear já; hoje nós temos um Supervisor de Planejamento da CPDU, então seria esse técnico, embora, de repente, se não tiver alguém qualificado junto   aprova o, fosse desses grandes empreendimentos, criasse uma data quinzenal em que ele fosse consultado, qual a sugestão dele.

Por exemplo, vai implantar um shopping numa área que tem l , quem... (inaudível) a parte viária   a Subprefeitura; de repente nós não somos consultados. Ela pede para colocar um farol, um semáforo no outro lado l , uma passarela onde ninguém vai passar.   sempre complicado.   a mesma coisa na parte... (inaudível) ambiental. Tem um Plano Diretor a ser seguido, mas a gente tem outras prioridades l .

Infelizmente, eu não posso me manifestar, voltando àquele assunto, com relação aos projetos, porque a gente não tinha nem agrônomo; hoje temos um que serve a até a duas ou três Subprefeituras. Nós também temos dificuldade para fazer projeto... (inaudível) Mas a gente gostaria de ser ouvido na aprovação, durante a tramitação.

O SR. JOSÉ EDUARDO - José Eduardo, Casa Verde. Mais ou menos isso também: que a Subprefeitura fosse consultada quando fosse dado o Termo de Compensação Ambiental na sua área.

- Falhas na gravação.

(NÃO IDENTIFICADO) - ... está analisando um projeto, e a compensação, a maior parte fica dentro do terreno, e sobram poucas mudas fora... (inaudível). Com a nova portaria, a gente já pede para o empreendedor entrar em contato direto. Agora que a gente começou a fazer mais, vai começar a acontecer isso mais. Entra em contato direto com a Subprefeitura e traz uma planta de compensação, com o "De Acordo" da Subprefeitura, quando o plantio for... (inaudível) no entorno imediato. Então, a gente já começou a fazer, neste mês acho que já teve dois casos. Então, vinte mudas, trinta mudas, dá para fazer bem no entorno... (inaudível). A gente já está fazendo isso... (inaudível) Uma compensação maior, aí já vai para o Colegiado, vai para a Câmara. E já começamos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Era a sugestão que eu ia fazer, que tivesse, como nós pedimos a anuência de vocês no que é de nossa competência, anuência do Depavi, que Depavi, quando fizesse na nossa área pedisse a nossa anuência. Mandasse: "Estamos aprovando projeto do segundo tipo". Está anuído? Está anuído. Então vai parar essa onda de ter... "Vocês não foram ouvidos?" "Fomos". "Foi o Carlos que assinou, foi o Celso?" Alguém vai responder se houve algum equívoco nessa análise.

Eu queria... (inaudível) o encerramento. Queria saber se o Subprefeito Pacheco quer dar um... (inaudível)?

O SR. PACHECO - Não, acho que as contribuições aqui foram muitas. Acho que esse ponto que... (inaudível) colocado aqui pela Conceição, que é o problema do início do empreendimento com protocolo ter que ser revisto urgentemente, porque na verdade, no caso aí da cobertura ou da própria... dos rios, das nossas águas, quando o mal é feito não tem retorno. Então, esse negócio de que se iniciou a obra com protocolo e depois nós vamos correndo atrás, acho que é fundamental que seja revisto isso aí.

É isso, e agradecer e dizer que estamos às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Secretário Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO - Eu quero agradecer e dizer que a Secretaria do Verde só acredita que pode trabalhar se for em conjunto com as Subprefeituras, com a Secretaria de Obras, a Secretaria da Educação.

Veja bem, isso aí é a própria posição da Ministra Marina, ela fala a toda hora. A área do Meio Ambiente é uma área de trabalho intersetorial. Vamos imaginar que o Prefeito José Serra... (inaudível) embriagado de verde, dissesse assim: "Eu vou dobrar o seu orçamento". Não resolve o problema, porque nós temos um orçamento de 0,6. Podia aumentar um pouquinho, pelo menos. Mas mesmo que ele quisesse dobrar, triplicar, nós não teríamos como enfrentar os problemas do meio ambiente sozinhos.

É orientação da Secretaria do Verde trabalhar com as grandes Secretarias, que, essas sim, têm orçamento, têm estrutura. Quais são as grandes Secretarias? É a Secretaria das Subprefeituras, a Secretaria da Educação, a Secretaria de Obras, a Secretaria da Saúde. Essa é a orientação nossa, trabalhar em conjunto com essas Secretarias para ter aquilo que eles colocaram aqui: desde que o projeto começar, que a questão do meio ambiente já seja levada em conta.

Apesar disso, mesmo uma Secretaria pequena, com pouco orçamento, tem o poder de falar. A gente tem falado, agitado questões. Essa questão, por exemplo, dos Parques Lineares a que o Nomura se referiu, a que o nosso arquiteto se referiu. Eu não estou conformado em perder essas áreas. Mesmo áreas difíceis, a gente pode recuperar.

A cidade de Seul acabou de inaugurar no ano passado o que eles chamaram de "Obra do Século". Eles tinham, no meio da cidade de Seul,

um rio com a avenida em cima e um minhocão em cima da avenida; então, era duplamente ocupada. Foi inaugurada no ano passado e considerada a obra do século em Seul. Derrubaram o minhocão, arrancaram a avenida e o rio voltou a correr no centro da cidade. São quase quatro quilômetros de rio, com áreas verdes, com pontes. É uma coisa maravilhosa.

Esse é um ponto. A Secretaria do Verde não se conforma e está agitando essa palavra de ordem da "renaturalização" dos córregos e dos rios. É o movimento da libertação dos córregos

e dos rios. Isso é uma coisa importante para o meio ambiente, mas é importante também para o combate às enchentes.

Nós estamos vendo essa escuridão aí... Os poucos cabelos do Prefeito já devem estar em pé, como toda vez que escurece.

O Parque Linear é a forma inteligente de combater as enchentes; é você voltar a ter aquela área de trinta metros de cada lado onde o rio possa subir e se absorver. Então, idéias como a renaturalização dos rios são idéias que mesmo uma Secretaria pequena como a nossa pode defender, porque isso é uma mudança de paradigma; é uma questão cultural.

Um exemplo importante que estou vendo aqui... Essas idéias em que a Secretaria do Verde quer ter o apoio das Subprefeituras, o apoio dos Vereadores, são idéias de mudanças estruturais. Nós estamos vendo aqui, naquele viaduto ali, de vez em quando passa um animal em extinção; são os tróleibus. O maravilhoso sistema que São Paulo já teve aqui, com mais de 600 rodando. É um transporte completamente limpo, o único completamente limpo, o único que não emite, que não tem material particulado, NOX, CO. Pois bem, esse animal em extinção está sendo atacado; já no último governo, foram vendidos a preço de banana quase 250, para virar sucata. E ontem, no *Jornal da Tarde*, vocês viram que eles continuam parados lá nas garagens. O Prefeito José Serra, atendendo a um pedido da Secretaria do Verde, sustou a venda; ele ia fazer um novo leilão, nós falamos com o Serra e ele mandou sustar.

Mas continua sendo considerada inviável a manutenção dos tróleibus na cidade de São Paulo, sabe por quê? Porque o ônibus a diesel é mais barato. É economia de armazém, porque é mais barato entre aspas, porque quem paga a conta é a Secretaria Municipal de Saúde - com asma, com enfisema, com tuberculose, com câncer.

Então, nessas idéias, é importante que a Câmara nos apóie.

Eu quero agradecer essa oportunidade de conversar com os Vereadores, as entidades populares, e dizer que a Secretaria do Verde está sempre à disposição da Câmara para conversar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Obrigado, Eduardo. Depavi, quer falar alguma coisa? Celso, do Jaçanã, quer deixar uma mensagem? (inaudível) Casa Verde? Santana, tudo bem?

Então, vamos dar o encerramento da nossa reunião de hoje, nossa comissão de estudo. No dia 13 de março, às 14h, nós temos, não confirmados: representantes da Associação Brasileira de Estudos de Arquitetura, Defesa São Paulo, Parques do Horto Florestal e da Cantareira, mais aquela entidade que nós aprovamos aqui hoje.

Queria agradecer aos funcionários da Casa, à Comissão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Só essas entidades. Nós vamos fazer um grande encontro. Vamos colher informações e buscar os grandes encontros nesse sentido.

Queria agradecer a presença do Vereador Nomura, do Jorge Perez que está substituindo a Vereadora Bispa Lenice, que está doente; o Vereador Kamia também está em licença médica, está sendo substituído pela Vereadora Marta Costa; o Adolfo Quintas, o Paulo Frange, o Claudio Prado e o Chico Macena.

Queria agradecer a todos vocês, muito obrigado, que Deus proteja todos nós.

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 de março de 2006

#### OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

Manifestação fora do microfone

Exibição de imagens

SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde. Gostaria de agradecer a presença de todos. Queria agradecer a presença dos Vereadores Chico Macena, Aurélio Nomura e de outros que estão chegando.

Dando continuidade na nossa 2ª reunião da Comissão de Estudos sobre Impacto Ambiental na Região Norte, que pega Serra da Cantareira, Parque do Horto, na semana passada foi uma reunião produtiva, esteve presente conosco o Secretário do Verde, esteve as subprefeituras de Santana, Casa Verde e Jaçanã, o diretor do DEPAV, tivemos uma reunião muito produtiva

onde conseguimos buscar várias informações para a gente conseguir fazer uma análise completa daquela região. Só não esteve presente conosco as pessoas do Aprov. Ficou deles virem aqui? Chegou-se a marcar uma data? Então vou pedir amanhã, no plenário, que se aprove um ofício para o Aprov, porque ele está nos dando um pouco de dor de cabeça, porque eles não vêm aqui e não dão informações para a gente. Então é uma situação que está ficando muito ruim porque eles não vêm e não dão informações. Já que eles aprovam esses condomínios horizontais na cidade toda era importante nós ouvirmos o pessoal do Aprov aqui.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Sr. Presidente, existe a confirmação de que eles viriam na semana que vem ou não?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Não, não tenho essa confirmação ainda. O que estamos fazendo é o seguinte, é amanhã em plenário tentarmos aprovar um requerimento pela Mesa, para ganhar mais peso ajudando a Comissão.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Porque a gente podia pedir em plenário a convocação do pessoal de Aprov.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Faremos isso.

Hoje convidamos para dar um quadro para nós, cada um tendo sua própria visão, o Sr. Fernando Décio, que é administrador do Parque Estadual da Cantareira, a Sra. Ana Lúcia, que não pode vir, como fui informado, porque está lá com outros compromissos, mas o Sr. Fernando Décio pode dar um quadro geral de como está a situação do parque, quais são as preocupações que ele tem em cima desses condomínios horizontais e algumas sugestões que ele poderia dar para a Comissão. Convidamos, também, o arquiteto Ariel Urbano, que está para chegar, o arquiteto Paulo Lisboa, da Asbea, e ele mandou o Sr. Frederico Rangel, que chamaria para a mesa, e o Capitão da Polícia Ambiental Carlos Alberto. Acho que é muito importante a visão da Polícia Ambiental sobre aquele aspecto da questão dos condomínios horizontais.

Podemos abrir a palavra para os nossos convidados, depois passaríamos a palavra para os Srs. Vereadores e, também, para algumas pessoas da platéia que poderiam dar um quadro geral para nós.

Tenho sobre a mesa dois requerimentos. O que ocorre é o seguinte, tem dois condomínios, um é Vilage das Palmas, que é o Bancoop e o outro não tenho o nome, mas está localizado bem em frente o Horto Florestal. O que acontece é o seguinte, a Assessoria foi fazer uma diligência lá, acho importante ter uma reunião só da Comissão para saber qual atitude vamos tomar, ele foi construído em cima de um córrego. A informação que temos é que eles não têm habite-se, não tem alvará de construção, não tem nada e já estão vendendo essas casas na frente do Horto Florestal. Então estamos pedindo aqui para que Aprov mande esse processo em 48 horas para analisarmos aqui, já que eles não estão vindo aqui, já os convidamos duas vezes, vamos oficializar para que em 48 horas mande esse processo para nós aqui.

Outro requerimento é sobre o Bancoop, que é um condomínio que tem aproximadamente 106 casas e tem a maior concentração de araucárias lá. Não sei se as pessoas que estão aqui conhecem aquela região. Então a gente está pedindo que eles mandem toda documentação do Bancoop e, também, do outro.

Gostaria de colocar a voto esses dois requerimentos. A votos. Os Srs. Vereadores que estão de acordo permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. Pediria que a Secretaria da Comissão encaminhasse esses dois requerimentos.

Tem a palavra o Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA - Sr. Presidente, eu não me oponho a nenhum dos dois requerimentos. É só uma observação para a Assessoria Técnica, inclusive, é a respeito do prazo que está estipulado, de 48 horas.

Acho que poderia ser um prazo pouco mais dilatado, para reunir todo o licenciamento ambiental.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CHICO MACENA - Sim, mas estou falando que se você der, tipo, hoje até a próxima sessão da Comissão,...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CHICO MACENA - Eu acho que em 48 horas você não consegue reunir esta quantidade de documentos, para poder estar caminhando.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu compreendo sua preocupação, Vereador Chico Macena. Se nós não estabelecermos alguns prazos,... Nós estamos com dificuldades no Aprove. Se a gente não começar a estabelecer prazos, aquelas coisas... É para o Aprove, a gestão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Ah, OK. A de gestão. Entendi. Desarquivar o processo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. – Um é para o empreendedor, não é para Aprove, que vai ter que entrar em contato com o escritório, com o arquiteto, com quem fez o licenciamento ambiental etc., para trazer, não é? E o outro, o Secretário Municipal de Gestão. Inclusive, você está fazendo dois procedimentos diferentes para pedir o mesmo tipo de documentação.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. – Não, eu entendi que são dois empreendimentos. Agora, você poderia, tanto na Secretaria de Habitação e na Secretaria de Planejamento, pedir a documentação que lá consta, só que um você está mandando para o empreendedor, e o outro você está mandando para o governo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Compreendi. Então, vamos fazer o seguinte: a sugestão do Vereador Chico Macena, a gente tira esse prazo aqui e estabelece um prazo maior. A gente refaz o ofício, está bem? (Pausa) Obrigado.

Então, queria passar a palavra para o Fernando Décio; depois, a gente passa para o Arquiteto Frederico; e, depois, para o Capitão Carlos Alberto. Pode ser essa ordem aqui? (Pausa) Espero que cada um consiga expor o mais rápido possível, para a gente conseguir...(ininteligível)...

O SR. FERNANDO DÉCIO – Boa tarde.

Sou diretor do Parque Estadual da Cantareira, estou atuando na Cantareira já faz 20 anos. Ao longo desses 20 anos, já deu para perceber que houve crescimento desenfreado em volta do Parque.

Queria, primeiro, começar falando sobre o Parque Estadual da Cantareira, já que há uma grande confusão em relação a ele e à Serra da Cantareira, sobre o que é a Serra e o que é o Parque.

Hoje, o Parque Estadual da Cantareira representa mais ou menos em torno de um terço da Serra da Cantareira. Hoje, aproximadamente, a Serra tem em torno de 24 mil hectares, dos quais oito mil são Parques, que são unidades de conservação, criadas por decreto, tombados pelo Condephaat, que fazem parte do cinturão verde de São Paulo, da reserva da biosfera. Como unidade de conservação ela tem seu plano de manejo elaborado em 1964 e, a partir de então, foi revisto várias vezes.

O Parque hoje tem aproximadamente 94 quilômetros de perímetro. Abrange os municípios de Guarulhos, Caieiras, Mairiporã e São Paulo. Dentro do Município de São Paulo, representa mais menos quatro mil hectares. Quer dizer, metade do Parque está no Município de São Paulo. Ele é recortado por algumas estradas, por algumas vias: Santa Inês, Vista Alegre, Fernão Dias e Avenida Sezefredo Fagundes. Boa parte das ocupações se dá em torno dessas vias, desses acessos.

No Município de São Paulo, hoje, o que entendemos como de maior preocupação é essa região conhecida como Estrada da Vista Alegre, que é a parte sul do Parque e que compreende entre a Santa Inês até Parada de Taipas.

Se fosse possível, gostaria de mostrar.

- É feita apresentação visual da região.

O SR. FERNANDO DÉCIO – Aqui temos as regiões Norte, Sul, Leste, Oeste. Caieiras, São Paulo, Guarulhos e Mairiporã. Mairiporã praticamente é o divisor de águas. Aqui é o divisor, o topo da Serra. Tudo para o Sul é São Paulo; tudo para o Norte é Mairiporã.

Hoje, maior preocupação que nós temos em relação à área do Município de São Paulo é essa região que compreende aqui a Estrada da Vista Alegre, uma estrada que corta esta região aqui, todinha, faz todo esse contorno aqui em torno do Parque; começa na Santa Inês e termina na Santa Inês. Começa na ETA Guaraú aqui e termina lá em cima, no Motel Emoções, onde existem uns bares, uns restaurantes nessa região. Então, esta frente aqui tem avançado, principalmente nesse extremo, chegando quase aos nossos limites.

Outro avanço que nós temos notado é este aqui, entre a Fernão Dias e Sezefredo Fagundes, onde existe um avanço muito grande em torno de nossa área.

O que eu posso falar sobre as nossas atuações em relação a isso? Existe um processo de licenciamento da Companhia Paulista de Transmissão e a reconteinerização da energia que corta essa região do Parque. Em função disso, nós apresentamos algumas medidas mitigadoras. Entre elas, está o cercamento desta área aqui, quase quatro quilômetros de

cercamento, com alambrado e fiscalização. E estamos desenvolvendo nesta região um projeto chamado Projeto Cuca (?), e já tivemos um primeiro encontro com os representantes, moradores e lideranças dessa região. Isso é em relação a esse licenciamento CETEP, Instituto Florestal.

Em relação a essa região aqui, temos o núcleo Engordador que também desenvolve atividades educacionais nessa região. Quero informar que a nossa fiscalização é formada por vigias florestais. São funcionários que tem o primeiro grau. Hoje contamos com um quadro reduzido de vigias. Além de reduzidos, desarmados. Não tem porte de armas. A minha vigilância, a do parque, tem recusado em algumas regiões de maior perigo. Por exemplo, nessa região do Jardim Damasceno, tivemos que correr algumas vezes de bandidos. Então tem recusado ir para essa região. Quando vamos tem de ir junto com a polícia ambiental. Para nós está muito difícil a proteção dessa unidade em função do nosso desarmamento, temos o porte de arma, e o quadro reduzido de funcionários. Por outro lado o Governo do Estado, junto o Município firmou um convênio, uma parceria para fazer uma fiscalização conjunta. Para fazer ronda no parque diariamente tem três vigias e uma viatura. Vou explicar isso direitinho, porque tenho esse quadro reduzido. Vocês podem perguntar, só tem esse parque? Não. Tenho muito mais. O parque possui hoje três núcleos aberto a visitação pública, e tem um quarto núcleo que está sendo aberto, o Cabuçu. A partir do momento que parque abriu esses núcleos para visitação ele tem de dar condições de fiscalização e proteção desses usuários. Isso fez com quem nossos recursos humanos, a até terceirizados fosse concentrados nesses núcleos. Temos os núcleos: Pedra Grande, Engordador, Cabuçu e Águas Claras. O Cabuçu está para ser reaberto agora. Já está pronto. Nos finais de semana o parque recebe em torno de 10 mil pessoas, dependendo do final de semana. Então tem de ter uma concentração muito grande de vigilância. O vigilante que faz proteção nesse núcleo, deixa de rondar o parque e fiscalizar as outras áreas. Tenho em torno de três guardas que rondam o parque. Cada núcleo desse existe uma guarda. Cada núcleo desse existe um programa de proteção, um programa de fiscalização, um programa de administração, um programa de pesquisa, um programa de educação ambiental. Mas para o parque todo, é esse o efetivo que eu tenho. E dentro desse convênio que foi firmado, prevê uma série de ações. Uma delas, é a ação conjunta entre a polícia ambiental e a Guarda Civil Metropolitana. Outra ação é a colocação de sinalização em torno dessa área. De sinalização indicativa de área de proteção. Entre outras a contratação de técnicos para fazer laudos e vistorias. Isso aqui é um convênio assinado entre Prefeitura do Município de São Paulo e o Governo do Estado, visando esse trabalho. Sobre a nossa preocupação dos condomínios e sobre o licenciamento, como é feito junto ao parque. Quando o condomínio é legal, existe um processo de licenciamento junto a Secretaria, junto ao DPRN. O proprietário entra, faz um pedido junto ao DPRN para fazer esse licenciamento. Quando esse condomínio, esse empreendimento está em torno é 100%, é certo que esse processo vem para nós. Quando o condomínio está em torno do parque e de uma maneira direta ou indiretamente ele vem afetar o parque, existe uma vegetação significativa, esse processo também vem para gente. Quando o condomínio, é um condomínio isolado em área urbana, a maioria das vezes não temos nem conhecimento sobre esse empreendimento. Então é o caso, vou dar dois exemplos, emobel e caatinga, dois empreendimentos que passaram pelo licenciamento do parque. e o parque fez uma serie de considerações as quais não foram todas atendidas e acabaram indo para o Ministério Público Estadual, foi firmado um termo de ajustamento conduta o qual participei. Nossa preocupação é justamente esses condomínios que estão diretamente faz divisa com nossa área justamente manter essa faixa, de influência com o parque, manter intacta.

A nossa participação quanto ao licenciamento é assim se dá por meio DTRN. Outra preocupação nossa é esse crescimento de casas. Esses avanços de residências isoladas. Ocupações desordenadas. Uma casinha aqui, outra ali, que não temos como fiscalizar. Essa é nossa maior preocupação que está mais acontecendo nessa região.

Há mais alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Muito obrigado, Fernando Décio. Passo a palavra ao Sr. Frederico Rangel.

O SR. FREDERICO RANGEL - Boa tarde. Estou aqui representando ASBEA, quero agradecer ao Sr. Presidente e demais Vereadores, pela oportunidade da ASBEA se manifestar. ASBEA - Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura. ASBEA tem crescido a sua interação com o Poder Público, principalmente com a Secretaria do Planejamento e Secretaria da Habitação, participando ativamente em vários grupos de trabalho, na discussão, inclusive na regulamentação e discussões dos decretos regulamentadores da nova legislação, do novo

zoneamento de São Paulo, que veio premiar uma série de questões até novas, como por exemplo, algumas questões ambientais para a cidade de São Paulo e aí falo do Município de São Paulo e não dos demais municípios, estou vendo aqui a área da Cantareira, ela abrange outros municípios. Inicialmente gostaria de pedir desculpas aos presentes, por não ser uma área do meu total conhecimento, os perímetros do parque e a sua área de interferência, essa área envoltória de influência das questões do parque. Mais esse problema principalmente no que diz respeito a nova tipologia da cidade que são os condomínios horizontais, tenho participado, inclusive de outras reuniões com outros grupos da região Sul, onde a questão ambiental está presente com os mananciais e a proliferação dessa tipologia que é o condomínio horizontal. As construções irregulares em São Paulo, hoje, é um fato. Infelizmente é um fato que cobre, mais ou menos, - é assustador esse índice, e esse índice não sou eu quem está dando, mas é um índice conhecido - de 65 a 70%, das edificações existentes em São Paulo, hoje são irregulares. Há graus, níveis diferentes de irregularidade, não estou falando só da questão do favelamento mas tem o encortiçamento, existe as construções irregulares, tanto unifamiliares como multifamiliares, não só na área residencial, mas como hoje se diz nas áreas não residenciais. Nos tipos não residenciais, que são os usos NR hoje, falando numa terminologia do novo zoneamento. Essas construções irregulares se proliferam numa velocidade espantosa. Só que aí temos de dividir dois grande grupos. Um que são as construções sem projeto, e outras são as construções que transgridem o projeto. ASBEA vem na sua luta pela qualificação do projeto, pela valorização do projeto perante o Poder Público, o empreendedor, e o público de uma maneira geral. ASBEA não compactua de maneira alguma com essas transgressões de projetos que muitas vezes ocorrem a revelia do arquiteto. O empreendedor que procura tirar o leite de pedra. A fiscalização, infelizmente, ela é falha. Sabemos disso. A fiscalização em todos os níveis e hoje vemos isso, a luta, por exemplo, da atual administração, com questões do paisagismo, da paisagem urbana, da comunicação visual, fora de padrão, etc... A ASBEA luta pela qualificação, pela valorização do projeto. Não temos absolutamente nada contra tipologia condomínio horizontal. Até ao contrário do que se imagina. Na tipologia, o condomínio horizontal, você consegue muito mais ter na mão e controlar as questões dos parâmetros urbanísticos, as questões dos requisitos ambientais são premissas para se elaborar o projeto do que na construção unifamiliar, que fica no âmbito da subprefeitura tanto a nível de aprovação quanto a nível de fiscalização. A tipologia condomínio horizontal que dentro do mercado imobiliário formal, tem uma série de exigências que o cara só pode vender, porque se não caracteriza crime, só pode vender a público depois de registro do memorial de incorporação feito, nesse projeto, ele sendo aprovado, normalmente, esse controle ambiental está garantido. Ora, então tem o segundo passo. Precisa ver se o construtor depois não transgrediu o projeto. Isso é uma coisa que tem de ser verificada e se apurado as responsabilidades. Se o eventual projeto ele está transgredindo, ele foi aprovado do jeito, foi feito do outro, com a conviência do projetista, ele também de ser penalizado, assim como o empreendedor. Ou construtor. Não estamos contra essa questão da valorização do projeto, do projeto aprovado regularmente, da construção feita regularmente. É aquela construção que tem alvará, que tem aprovação da Secretaria da Habitação, que tem aprovação do DEPAVE, que tem aprovação do DPRN que tem de estar regularmente registrado na Imorale Incorporação que é vendido ao mercado sujeito a código de defesa do consumidor. Esse é o nosso mercado. Esse é o nosso trabalho. Infelizmente não é isso que predomina na cidade. A proliferação da ocupação urbana e isso não sobrevoam é muito fácil de ser constatado, esses tumores que vão adentrando aos perímetros ambientais e se olharmos de cima, infelizmente ele é caracterizado pelo mercado informal. Ele é caracterizado 90%, ou até mais, quase 100%, pelas construções unifamiliares isoladas que vão sendo feitas, conforme a conveniência do construtor, que não é aprovada, que não é formal aquilo. Infelizmente é uma constatação que ocorre ao longo de toda cidade. Toda cidade, na zona Leste isso é visível em qualquer foto área. O índice de permeabilidade do solo é totalmente comprometido, justamente nessas áreas que são, infelizmente essas construções informais. Não fica um pouquinho de verde. Mas tem uma razão por isso, porque jardim custa caro. Porque cuidar de grama custa caro. É muito mais fácil colocar lá um cimentado. Depois, varre-se o local. Fazer jardim? Infelizmente isso é só para as classes mais abastadas. Essa é uma questão cultural, que não conseguimos ir contra. Costumo sempre usar um termo, que, infelizmente, a ocupação urbana que hoje há, na cidade, caracteriza-se pelo Pirulo(?) Pires. Normalmente é isso, é o lote ocupado 100%, integralmente. Quando ele não está ocupado pela edificação, propriamente dita, está ocupado com um cimentado. Isso se reflete não só nas áreas privadas, como também nas áreas públicas.

Então, vemos os passeios públicos esburacados ou mal pavimentados. Então, apesar de todo esforço, quanto à aprovação desse último decreto, sobre os passeios públicos, a realidade para quem anda, na cidade, é outra. Então, fica difícil para nós avaliarmos essas inclusões, esses incrustes que há, nessas áreas dos parques, na área de São Paulo, como um todo, nas áreas de proteção ambiental, quando isso não faz parte de um mercado formal, de um cadastro regular. A própria Prefeitura não tem cadastro disso. Ela tem os levantamentos aerofotogramétricos que constata essa dura realidade, mas também não tem cadastro, porque isso é irregular.

Então, é uma luta realmente de todos, não só dos organismos ambientais, das ONGs, etc., achando que para o empreendedor sério, idôneo, esse é seu inimigo. Ao contrário, é um aliado. Agora, infelizmente, em São Paulo, há muitos empreendedores que não são sérios e idôneos; fazem parte desse mercado informal, desse mercado irregular. Infelizmente não temos acesso a eles.

Tenho impressão que o problema de fiscalização é o mais grave, em São Paulo, em todos os níveis, em todas as áreas.

Se o Poder Público não consegue equacionar isso, no outro lado da moeda, há a questão educacional, a questão cultural. Isso sim talvez pudéssemos influir mais, colaborar de forma um pouco mais efetiva. Os perigos dessas invasões são claras, nítidas para quem sabe dos perigos. Para quem não sabe, não adianta. Com aquele que acha que vai passar um domingo, no parque, como o colega estava falando, fazendo uma fogueirinha, não há jeito. Essa é uma questão educacional, cultural.

Vim aqui achando que haveria uma discussão um pouco mais detalhada sobre a tipologia condomínio horizontal. O condomínio horizontal acabou surgindo como uma necessidade comercial. Há essa questão da segurança pública. Todos gostariam de morar em uma casa. Se chegarmos para uma criança, em qualquer escola, em qualquer nível, e a professora falar: "Desenhe uma casinha." Em qualquer situação semelhante, ela vai desenhar uma casinha, com uma arvorezinha, uma chaminezinha, um cachorrinho, e talvez uma flor. Todo criança faz isso, mesmo aquela que nasceu dentro de um apartamento. Morar em casa, pisar no chão é uma ambição natural de todo e qualquer ser humano. A questão do condomínio horizontal surgiu simplesmente quase numa imposição da questão da segurança, que acabou fazendo com que a população hoje de um bairro rico viva encastelada, numa habitação familiar. Em classe média, 20%, 30%, 40% ou 100% das pessoas viverão encastelados, porque não conseguiram cotizar esse custo.

Agora, não vou discutir a questão ideológica, a questão do socialismo, da sociologia urbana, política e urbana, sobre a figura do condomínio. O condomínio permitiria uma requalificação da moradia, por meio dos bons projetos. Não tenho a menor dúvida quanto a isso.

Estou à disposição a qualquer perguntas sobre o assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Sr. Frederico Rangel, daqui a pouco, vamos abrir a palavra aos Vereadores. Aí vamos animar um pouco mais esse debate.

Capitão Carlos Alberto, o senhor poderia dizer como está aquela região, quanto aos condomínios horizontais?

O SR. CARLOS ALBERTO - Sim. Muito obrigado. Boa tarde a todos. Primeiramente parabênzo esta iniciativa. O cachorro com mais de um dono acaba morrendo de fome. Essa é uma questão lógica, até porque tratadas as questões ambientais, não poderia ser separada como é.

Então, há uma Secretaria do Verde e do Meio ambiente do Município, uma Secretaria do Meio Ambiente do Estado, e o Ministério do Meio Ambiente da União, e ninguém faz nada a respeito daquilo que acontece em São Paulo. O Sr. Décio está ali. Sei que ele sofre, na pele, a situação. Sabemos que ele sofre isso com relação à proteção do parque da Cantareira, em especial.

Para nós também não é muito fácil. Estamos há 14 anos militando na área de proteção ambiental, diretamente na fiscalização. É um assunto muito complexo, porque, ao mesmo tempo se inicia o processo de avanço na área de amortecimento que até hoje o nosso Poder Público não conseguiu normatizar o que seria e qual o espaço ideal de uma zona de amortecimento para um parque, como é o caso da Cantareira, até porque ela é responsável pela manutenção do recurso hídrico de praticamente 60% de São Paulo. Sabemos que esse problema irá se agravar daqui a alguns anos até por uma questão lógica, não seria a nossa verticalização ou horizontalização dos condomínios que afetaria a questão hídrica, mas sim a ocupação da área como um todo. Hoje, observamos no Jardim Damasceno e outros que temos

problemas não só da questão ambiental, mas também do crime, nossos policiais têm apreendido muitas armas e drogas ali; situações relacionadas à questão ambiental como aves, animais, invasão, corte de árvore, construção irregular e tudo mais. Só que isso, estatisticamente, não é forte, por que não? Hoje, cuido de 24 municípios de São Paulo e mais 23 da Grande São Paulo, os mesmos problemas que tenho na região da Cantareira, tenho nos outros municípios. Tenho a mesma interferência do Poder Público quando se inicia uma ocupação e nós fazemos o primeiro ato, que é baseado na lei de parcelamento do solo, uma lei federal, conduzimos todas as pessoas ao distrito policial, inicia-se um inquérito natimorto, sabemos disso, porque que interesse há se existem tantos crimes mais pesados acontecendo, homicídios, estupros e coisas do gênero, para que um delegado comum, que tem toda essa problemática na cabeça vai levar adiante um inquérito de uso e parcelamento do solo? Ele joga por terra isso, ele vai engavetar até para não perder tempo. É muito mais fácil aprender o direito penal, quem milita na área do Direito, a aprender as questões ambientais, que é uma colcha de retalhos.

E dessa forma, colocamos em risco o recurso ambiental, mas iniciamos o processo. Primeira condução, primeiro auto de infração ambiental e depois, como acontece? Dois ou três dias depois, primeiro posteamto; um mês depois, rede de esgoto; dois meses depois, rede de água; seis meses depois, IPTU e coleta de lixo. Quem tira? E a pergunta é lógica, quem tira depois que isso acontece?

Temos isso na zona Sul, na zona Norte, em todos os lugares no Brasil, não vamos falar de São Paulo só que seria muita mesquinhaeria falar que o problema de São Paulo é tão grave. Temos favelas na nossa região da zona Norte que é igualzinho a qualquer outra favela do Rio de Janeiro, que talvez tenhamos o mesmo problema de criminalidade, de tráfico de entorpecentes, troca de tiros na madrugada, de bala perdida. E a questão ambiental é novamente jogada a segundo plano.

Então, colocamos a nossa preocupação baseada principalmente hoje no que se fala da nova lei de crimes ambientais. Não é tão nova mais, nasceu em 1998, mas de qualquer forma ainda está sendo estudada de como se aplicar de forma correta. Tivemos agora em 9 de dezembro de 2005, o Secretário do Meio Ambiente, Prof. José Godemberg, assinou uma resolução 37, que coloca em aplicação o decreto regulamentador da nova lei de crimes ambientais. E digo uma coisa, estamos há três meses, policiamento ambiental, somos meramente executores, estudando a forma de se aplicar, de tão complexa que saiu. Ou seja, saiu uma cópia da cópia da regulamentação.

Da mesma forma, temos o DPRN mencionado pelo Décio, que é o órgão que trabalha em paralelo com a polícia ambiental e permeia outras questões, com a fundação e o Instituto Florestal e assim por diante, que também está tendo a mesma dificuldade de como operacionalizar uma resolução que teria por fim, simplesmente ser executada. Na outra ponta da linha, temos ainda a Cetesb, que ao mesmo tempo em que se inicia uma ocupação da serra, há necessidade de um licenciamento ambiental voltada para a questão poluição. Se verticaliza ou horizontaliza para nós não é problema, o nosso problema é o passivo que vai ser gerado com essa implantação, o esgoto, o lixo, o pisoteamento, impermeabilização do solo, retirada de árvores, aumento da velocidade dos ventos, alteração do clima. Isso para nós é o grande problema.

De qualquer forma, sabemos que só vai existir um jeito de se trabalhar nessas questões ambientais, principalmente voltada à Serra da Cantareira, é o trabalho em conjunto. O Décio falou sobre esse acordo, Estado Município para se fiscalizar. A prioridade está sendo ainda zona Sul, até por sua característica. Nós estamos iniciando os trabalhos com a zona Norte, mas estamos a passos, talvez nem de jabuti.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO - Mudaram o dia 14? Cada vez alteram um pouco mais adiante. A outra situação, nós cuidamos da zona Norte com 130 policiais. Zona Norte de São Paulo e Grande São Paulo, então, eu pego de Franco da Rocha e vou bater em Santa Izabel, e mais a região capital, extremamente complexa. Para quem acha que no meio do asfalto, no meio dessa floresta de pedra e concreto não tem problema ambiental se engana, temos inúmeros problemas ambientais que me absorve um efetivo monstruoso, com pequenos probleminhas, coisas simples. Uma árvore sendo cortada na calçada é problema de prefeitura municipal. É a mesma coisa a parturiente, é problema de polícia? Não, é problema também de prefeitura municipal, é só acionar uma ambulância, mas se liga 190, e vai lá o policial para atender a parturiente, que muitas vezes faz o parto, é colocado o nome na criança que nasce com o nome do policial; se é menina finaliza o nome, essa coisa que a gente sabe. E é o mesmo com

a polícia ambiental, estão mexendo nessa árvore aqui na rua. Então, hoje nós temos um pronto-atendimento, até pela demanda que existe em São Paulo, para atender a essas pequenas coisas. Não vamos falar coisas absurdas, não. Essas pequenas coisas que necessitam realmente de uma resposta rápida à sociedade. Não dá para deixar o município esperando a vontade ou a demanda reduzir para que saia uma viatura quatro rodas, gastando um efetivo de três homens, combustível e tudo mais, para chegar lá e falar assim: Esta árvore aqui poderia ser cortada, sim. A Prefeitura já emitiu um parecer, já tem um licenciamento, isso e aquilo. E em outros casos até agir como dita a norma penal: É crime, vai ser feito dessa forma, assim, assado.

Mas o nosso problema não seria o pronto-atendimento aqui em São Paulo, agora. Passa a ser nas cidades do entorno. Uma forma que nós encontramos para resolver o problema, que pode não ser a forma mais adequada, é a questão educacional mencionada pelo Décio também. No ano passado nós passamos 70 mil pessoas em educação ambiental. Projeção para este ano, depois que nós terminamos as nossas viaturas de educação ambiental, dentro do projeto do Fehidro(?), que é da Secretaria de Recursos Hídricos, passar a cinco vezes isso, 350 mil pessoas em educação ambiental; simplesmente para que ela parta de um início, que ela não sabe nada da questão ambiental, e dali para adiante pelo menos ela saiba que existe uma questão ambiental que precisa ser tratada, seja com o vereador do bairro, seja com o subprefeito da região, seja com a polícia ambiental, seja com a ONG, seja com a Cetesb, seja com o DPRN ou coisa que o valha.

Então, nós iniciamos este ano já com duas viaturas custeadas pela Secretaria de Recursos Hídricos, através do Fehidro, e já iniciamos o processo de educação junto às delegacias de ensino, levando educação ambiental principalmente para as escolas fora da economia privada, ou seja, escolas públicas, se possível àquelas incrustadas lá no meio do nada, se possível nas escolas em que a questão ambiental não é vista pelo fato de a escolar estar em cima do curso d'água, em cima da área de preservação permanente, dentro da mata, crianças que caçam, crianças que fazem isso ou aquilo.

Eu acredito que esse trabalho que está se iniciando aqui... Me desculpem a ignorância, eu não participei da última reunião e também não pude ler nada, porque fui convocado na sexta-feira, no final do dia, dizendo assim: Tem uma reunião na Câmara Municipal, um problema a respeito de loteamentos na Serra da Cantareira. Legal, vou puxar meu estatístico; puxo meu estatístico, vejo lá, 100% dos loteamentos fiscalizados licenciados.

- Intervenção ininteligível.

O SR. CARLOS ALBERTO - É, 100%. Legal, 100% licenciados. O que eu faço então? Sobre o que eu vou falar? Aí a gente vai para as outras situações, que são as áreas de ocupação, que são diferentes dos loteamentos porque aí entra naquela questão: o cidadão entra num final de rua e constrói a casa dele; o outro avança mais três, quatro metros e constrói a próxima; e assim por diante. Não tem como eu falar que aquilo é um loteamento. É uma ocupação irregular, sim, descontrolada e daí por diante.

Então, realmente caí aqui meio que de pára-quadras, sem saber muito bem o que eu iria enfrentar. Talvez até esperasse levar umas borrachadas, porque é muito comum colocar a culpa na polícia, a polícia que não fez, não sei quem que não fez. Mas, enfim, acabou não acontecendo, sou muito grato.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha - PSDB) - Não aconteceu ainda.

O SR. CARLOS ALBERTO - Não tem problema. Agora o couro já está macio, pode sentar a ripa. Enfim, é uma grande oportunidade falar sobre o que a gente está fazendo, só que sozinhos ainda em alguns aspectos, em outros já em conjunto. Eu acho que é só assim que nós resolveremos as questões ambientais principalmente no Município de São Paulo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha - PSDB) - Agradeço ao Capitão Carlos Alberto. Convido para fazer parte da mesa o arquiteto Ari Albano, do Movimento Defesa São Paulo. Ari, você vai chegar falando já. Vou passar a palavra para você dar um quadro para nós de como você vê os condomínios horizontais na nossa região.

O SR. ARI ALBANO - Eu só queria fazer um breve comentário. Ouvindo o meu antecessor, gostei muito porque ele usou uma linguagem até de ambientalista, então ele está engajado. Mas quero dizer que participo de reuniões de trabalho sobre planejamento e zoneamento há muitos anos. Sou funcionário aposentado e sempre ouço as mesmas coisas: é porque a legislação é complexa, é porque há falta de recursos materiais etc. A contra partida é que, com falta de recursos, com legislação complicada, existe muita corrupção, existe gente tirando proveito dessa situação, então eu fico espantado. Eu sou arquiteto. No mesmo momento em

que a gente vê, por exemplo, na Serra da Cantareira algumas aprovações de loteamentos suspeitas - estou falando francamente, não é uma acusação a pessoas - vejo alguns condomínios aprovados na Serra, não no Município de São Paulo, em áreas onde houve previamente uma verdadeira devastação. Os grandes especialistas em loteamento conseguem descobrir áreas que foram já desmatadas previamente ou paulatinamente, até que quando ele realiza o empreendimento, tudo bem, já está o fato consumado. Agora, a contrapartida é quando um cidadão vai fazer a sua casa, aí é que eu estranho, não há recursos, há dificuldade, mas quando um cidadão vai aprovar uma planta nessa região ele encontra uma dificuldade espantosa, leva quase seis meses para aprovar uma casa, é preciso laudos, atestados, etc.

Eu lembro uma vez que a Luca, que é do Movimento SOS Cantareira, ela fez um levantamento de autorizações de desmatamentos do DPRN do Estado de São Paulo e o recorde era na região da Cantareira. Então, quero dizer o seguinte: tudo isso que acontece, nós somos culpados, somos cidadãos paulistanos. Qualquer que seja a nossa posição, técnico, fiscal, polícia, quer dizer, esta cidade está num ponto que não pode continuar assim. A legislação é complicada, mas é preciso que nessas áreas estejam atuando pessoas que tenham realmente essa consciência e vontade de resolver.

Eu não sou dono da verdade, acho que a minha palestra hoje seria mais um diálogo com vocês e ouvir também, mas eu tenho uma experiência de um cidadão que mora na região do Tremembé. O munícipe quando reclama fica tonto, o fato já é consumado, ele vai reclamar para quem? Ele reclama porque ele vê uma árvore sendo cortada, ele vai na regional. Vocês viram na reunião passada que a regional disse que quando ela é solicitada e geralmente é por causa de corte de árvore, ela vai investigar o corte de árvore. Só que vejam o absurdo, a regional não sabe o que está sendo aprovado, porque é aprovado num outro setor, que é a Secretaria de Habitação. A Secretaria de Habitação aprova conjuntos em cima de córregos sem uma planta da hidrologia do terreno. Isso é proposital, não acho que isso é só burrice, só bagunça, isso consulta alguns interesses.

Por outro lado, os responsáveis que fazem esses projetos, engenheiros e arquitetos, e o Crea, como alguém faz um projeto onde tem um curso d'água e ele constrói em todo terreno, impermeabiliza todo terreno, como no Horto Florestal, desde a entrada? Como é feito isso? E o Crea? Esses profissionais têm de ser responsabilizados.

Então, temos o direito de falar sim dos profissionais, daqueles que no serviço público se omitem, daqueles que particularmente participam desses projetos, como temos o direito de falar, por exemplo, dos médicos quando cometem seus erros, não é nada de especialização, não se trata disso. São coisas que qualquer cidadão vê e percebe.

No nosso bairro do Tremembé tínhamos, fora algumas áreas do Broklyn, Campo Belo, etc, onde tínhamos as últimas grandes espécies da Mata Atlântica, árvores, tipuanas, ipês, alguns no Tremembé têm quase 100 anos. Essas árvores foram sendo derrubadas. O Chico falou muito bem dos loteamentos aprovados, é uma coisa que vem desde 1998, aqueles pseudoloteamentos ao longo da Sezefredo Fagundes.

Nesses casos dos loteamentos ao longo da Sezefredo Fagundes foram identificados os responsáveis, funcionários públicos, administrador regional, vereador que patrocinava e que felizmente não foi reeleito. Quer dizer, essas coisas que estão acontecendo, sinto-me também responsável. Eu me sinto preso, afinal sou arquiteto, conheço o bairro, a região, estou acompanhando essa devastação. O que podemos fazer, reclamar?

Neste final de semana, encontrei o Durval, da Madeirense, aquele pessoal da Manoel Gaia, quando ele vê árvores e cortes fica doido. Mesmo estando fora, ele chegou, viu alguma coisa na Nova Cantareira e já foi reclamar na regional. Perguntou se tinha autorização e de repente foram embora três tipuanas, parece que está parado o tal do loteamento.

O que podemos fazer de imediato? Queremos ver essas aprovações. Acho que o Vereador Juscelino tem todo direito e poder para exigir da Sehab e da regional essas plantas e os autos de conclusão também, como foram aprovados e vamos discutir com as pessoas que conhecem a região e sabem que lá tinha um curso d'água, para que a coisa não prossiga. Resta muito pouca coisa para ser salvo na nossa região.

O plano diretor estabeleceu que teríamos corredores verdes até 1912, ao longo do Tremembé, mas todos os terrenos livres estão sendo ocupados e impermeabilizados. Vocês ouviram falar das enchentes na semana passada no bairro do Tremembé. Duas ou três obras já foram suficientes para aumentar, além dessas vilas que estão sendo aprovadas e construídas, agora foi feita uma Caixa Econômica quase em cima do córrego e mesmo aquele supermercado do Pão de Açúcar, que era uma área totalmente coberta de mata.

O projeto do supermercado até que é simpático do ponto de vista de arquitetura, não tenho nada contra. Os verdes são as encostas. Mas tem a área construída do mercado propriamente dita e a área de estacionamento, que é toda asfaltada. Aliás, é aquele drama de São Paulo, não é? Uma vez ouvi um esperto dono de um dos maiores shopping-centers de São Paulo dizendo como ele conseguia ter custos baixos. A coisa mais fácil era fazer estacionamento: é só cobrir de asfalto. E temos isso muito próximo do Tietê. Dá para identificar logo qual é. Não há uma árvore. Cada vez que vou lá, penso nos progenitores desse empreendimento, porque é uma coisa revoltante. Essas pessoas não têm nenhum compromisso com a Cidade. Nós podemos falar assim porque somos ambientalistas.

Li um pensamento de um escritor famoso, que diz: o rico é o maior predador que existe na face da Terra, porque ele só conhece o limite que o dinheiro estabelece. Ele só obedece às leis feitas por ele e para ele. Quer dizer, de fato, é duro. Se nós estamos numa cidade onde as repartições não se entendem, batem a cabeça para regulamentar... Eu estava ouvindo no rádio sobre a regulamentação do insul-film. É uma piada. As pessoas não querem resolver. Então, que se coloquem no cargo pessoas que queiram resolver. É um direito do cidadão.

Todos esses empreendimentos são de um luxo relativo, voltado à classe média, que gosta, porque, na verdade, é um prédio rebatido, que tem quatro suítes, banheiro etc, mas você ouve a vizinha brigando com o marido. É aquele luxo para os idiotas que compram. Compram imóveis de quatro suítes e depois contratam um paisagista, que indica uma plantinha e acabou. Isso é propaganda enganosa.

Outra revolta que tenho são as propagandas de domingos, em que são mostrados prédios rodeados de verde. Então, eles usam uma câmera grande angular, deixam na linha do horizonte o casario e aparece só o verde. Em primeiro plano fotografam o Ibirapuera, por exemplo, ou os Jardins e, lá atrás, estão os prédios. Minha gente, isso é sacanagem e é feito sistematicamente. E o Procon? E os órgãos de classe?

Eu sou culpado também, pois sou arquiteto. E o que nós fazemos? Nós também somos culpados pela situação de nossa cidade. Como é que ninguém tem consciência disso? É claro que há uma porção de alienados que prosperam cuidando de seus projetos, mas, de qualquer forma, também temos culpa pela situação desta cidade. Não pode ser assim, santo Deus.

Há alguns prédios bonitos, há coberturas, construções de luxo, mas há transformação da Cidade, com o desaparecimento dos bairros em que dominava o verde e com construções horizontais. Temos em São Paulo uma verticalização difusa. Se você pega o metrô e cai no Tatuapé, ou se vai ao Itaim, é prédio, prédio. Onde está o verde?

Onde entram as vilas? O problema gravíssimo das vilas é que, quando elas foram aprovadas, houve quase uma chantagem, porque havia terrenos enormes e se sabia que a especulação imobiliária estava de olho nessas áreas. Alguns vereadores inteligentes, espertos, pensaram: "Vamos entregar os anéis, mas não os dedos. Vamos permitir que haja um desdobramento nesses terrenos para a construção de vilas". O resultado é esse que estamos vendo.

Desculpem a repetição, mas é que os fatos perduram. Eu gostaria de ouvir propostas de uma ação imediata. Nós, da região do Tremembé queremos ver todos os projetos aprovados, como foram aprovados, desses condomínios. Segundo, a legislação terá de ser mudada. Não é possível a Secretaria do Verde aparecer no fim para fazer a compensação ambiental. É como falou o Capitão: "A Polícia é chamada depois?". Quer dizer, não adianta, pois estão derrubando tudo. Então a primeira aprovação num terreno coberto de mata que tem cursos d'água deve ser da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Ela é que estabelece: tem um rio aqui, tem que ter tanto de recuo; tem uma fonte, tem três ou quatro metros de cada lado, essas coisas todas. Tem árvore de porte arbóreo respeitável, são árvores que precisam ser preservadas.

O Sr. Vereador estava me contando daquelas espécies do Paraná, araucária. Olha, eu teria morrido. Da casa dele ele viu três araucárias serem derrubadas. Mas esse é o maior crime ambiental que tem, derrubar uma araucária. Eu não sei como isso foi possível. Esse é um projeto que o senhor precisa pedir e trazer aqui para nós. Nós precisamos ter uma próxima reunião com esses projetos desdobrados, aí nós vamos dizer: olha, você está vendo, aqui tinha um córrego, aqui tinha tal, essa árvore... aqui tinha as araucárias que foram derrubadas. Isso foi representado na planta? Pombas! Não tem um profissional para aprovar o projeto, profissional da Prefeitura, não tem um profissional que faz? Omissão de dois já aí.

Agora, a Prefeitura precisa mudar, o sistema de aprovação de plantas não pode continuar desse jeito. Quem aprova... Isso é a delícia dos empreendedores. A partir de um certo ponto, de um certo volume, isso é aprovado na Sehab. Maravilha. Só que a Sehab não se digna a conhecer a área. Quem conhece a área é a Regional. Então o que ela aprova para o Itaim Bibi, para o Tatuapé, é a mesma coisa que ela aprova lá para o Tremembé. Ela recebe um papel,

uma planta que geralmente carece dessas informações que eu estou falando, e aprova. A subprefeitura também gosta, porque é uma delícia dizer que organização, que a legislação... porque ela não sabe, ela só é chamada quando o cidadão vai reclamar, aí ela diz: mas isso foi aprovado na Sehab. É o que nós ouvimos constantemente.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. ARI ALBANO - Ouvimos. Isso é aprovado na Sehab. Mas - Santo Deus! - por que foram nomeados subprefeitos? O subprefeito não é o camarada que nos representa naquela região? É o que conhece tudo, que sabe tudo. Como falou o Capitão, freqüentemente a maioria das questões de árvores é da alçada municipal. Saiba, Sr. Capitão, que se um cidadão quiser cortar uma árvore porque está ameaçando cair, porque as raízes estão apodrecendo, porque a copa... e protocolar um pedido na regional, ele encontra uma enorme dificuldade. Ele vai ver, já faz um mês, mas o agrônomo ainda não foi ver, a coisa não foi ver, não tem uma coisa, leva três, quatro, cinco, seis meses para o camarada que pediu um corte e primeiro um exame ser atendido. Então, veja bem, não faltam recursos, não falta nada. É uma questão política. As pessoas não estão preocupadas com o meio ambiente. É essa a questão. Eu acho que é preciso mudar o sistema de aprovação de plantas e eu recomendo que o senhor traga para ajudar numa proposta de mudança dos planos alguém, por exemplo, do nível da Lucila Lacreta. Não é porque ela é do Movimento, não. É porque ela é uma funcionária municipal que chefiava o setor de legislação técnica, aquele mesmo que elaborava os procedimentos para aprovação etc. Conhece tudo e sabe o que está funcionando bem, o que não está funcionando, o que está funcionando mal. Então, quando o senhor quiser elaborar alguma medida diferente, essa é uma pessoa conhecida. Vocês desculpem a veemência. Se algum presente se sentiu melindrado, não tive intenção nenhuma. É que isso é uma repetição. Eu estou simplesmente falando. Apesar de ser técnico também, eu estou simplesmente... é como se fosse um desabafo, porque a questão não é legislação, não é isso, não é nada. Para mim haveria um termo: "safadeza" - entre aspas -, porque a legislação é assim, é assado, mas se aprova uma planta sem que a regional saiba e a regional não sabe nos informar. Então é um sistema de aprovação que mantém o cidadão na ignorância. Nós queremos ver como é que isso está sendo aprovado para tomarmos medidas e tal. É isso. Vocês desculpem, por favor, a veemência.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Agradeço ao arquiteto Albano pelas suas palavras. Vou abrir para a mesa, vou passar a palavra para o Chico Macena, que pediu a palavra.

O SR. CHICO MACENA - Já pedindo desculpas porque tenho uma audiência com o Luna, Secretário de Planejamento, e gostaria até de começar por aí. Acho que muitas das questões que a gente ouviu aqui eu ouço há quinze, vinte anos, desde a época que fui administrador regional. Na verdade é uma repetição do que era, dos vários problemas de quinze, vinte anos atrás.

- Intervenção ininteligível.

O SR. CHICO MACENA - É. Eu acredito que nós precisamos buscar soluções, alternativas; no que compete à Câmara, à Comissão, trabalhar essas questões. Acho que a gente tem alguns instrumentos que precisam ser checados. O Plano Diretor aprovado na Câmara Municipal estabelece um zoneamento, algumas medidas de preservação, algumas áreas de preservação para essa região e acho que a gente deveria - Juscelino, estou fazendo um requerimento verbal - convidar alguém da Secretaria de Planejamento para discutir um pouco o zoneamento da área. O que foi aprovado e principalmente as medidas...

- Intervenção ininteligível.

O SR. CHICO MACENA - Solicitar à Secretaria de Planejamento que venha um dia à reunião para discutirmos o zoneamento, o Plano Diretor, todas as medidas previstas para aquela região, que foi aprovado na lei, e principalmente o processo de revisão desse Plano Diretor, que está em curso. Um dos objetos da minha audiência hoje com o Secretário Luna é esse. A Secretaria já tem algumas propostas de revisão do Plano Diretor para toda a Cidade, porque as subprefeituras, no final do ano passado, fizeram uma série de reuniões internas, técnicas, propondo algumas medidas. Acho que a gente tem que checar um pouco essas questões. Por que isso? Porque a gente tem a revisão e na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente nós temos uma subcomissão -que acredito que continue este ano, nós vamos estar discutindo isso na subcomissão - que está trabalhando a revisão do Código de Obras, porque ele está totalmente desatualizado em relação ao Plano Diretor e em relação à realidade da Cidade. Muitas das questões colocadas aqui, de aprovação, tipo de condomínio permitido ou não para determinada região, vamos poder rever na questão do Código de Obras. Eu defendo inclusive que o Código de Obras deve ser simplificado, mas tendo mais

responsabilidade técnica, inclusive responsabilidade civil para os técnicos que propuserem projetos que depois não são executados na forma do projeto, aí depois falam “Não fui eu, foi não-sei-quem, modificou depois”, e ali não tem responsável técnico. Eu proponho essa discussão e a gente vai ter de fazer uma discussão mais profunda, inclusive quais são as intervenções, dentro do Plano Diretor, da Prefeitura, do Estado, tendo em vista a preservação dessa área. A gente fala muito em fiscalização, que eu acho que é um problema sério, não tem um fiscal único, é uma dificuldade real, é a figura do cachorro com vários donos, mas tem uma outra realidade que também favorece o desordenamento, que é quando não tem uma ação de estado propositiva para a região, que aponte caminhos, que aponte propostas de desenvolvimento, que aponte vocação, que possa induzir a região para ir para tal lugar e tomar medidas concretas. Pelo contrário, as ações do governo também são fragmentadas e muitas vezes os interesses colocados, de Estado, acabam sendo contrários inclusive ao princípio da preservação. Posso dar um exemplo do que aconteceu nessa região, que ainda bem que a sociedade conseguiu barrar durante algum tempo, não sei se vai continuar barrando, por exemplo, é a construção do trecho Norte do Rodoanel, que é uma ação do Estado que deveria fiscalizar uma área de proteção ambiental, mas o projeto proposto justamente destrói. Acho que isso a gente teria que ver. A outra coisa é que eu queria trabalhar um pouco o conceito das medidas mitigadoras. Eu já detesto esse nome “mitigadoras”, porque já diz que é mitigar mesmo, ficar mitigando alguns impactos que não deveriam ser mitigados, deveriam ser responsabilizados e eu acho que a gente deveria trabalhar inclusive com compensações muito mais abrangentes do que a gente tem, do ponto de vista legal, trabalhado hoje. Precisamos rever essa questão da mitigação, da lei inclusive que trabalha na aprovação dessa mitigação. A gente tem que ser mais audacioso e mais defensor da Cidade desse ponto de vista, tanto dos condomínios horizontais como de alguns locais em que são feitos loteamentos, classe média ou não, Palmas do Tremembé até o Santa Helena. O último comentário que eu queria fazer é só uma questão: acho que pobre não mantém grama não é porque é caro, não, é porque o lote é caro, muitas vezes ele nem compra, e ele trabalha sempre como meio lote. Então, com meio lote você acaba impermeabilizando tudo. Aí é falta de uma política habitacional, é uma questão econômica que a gente tem que trabalhar. Eu peço desculpas, estou indo lá para o Luna, eu estou pedindo inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vou aprovar o seu requerimento.

O SR. CHICO MACENA - E eu já comunico verbalmente e depois o Luna recebe o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria agradecer a presença do Vereador Chico Macena, presidente da Comissão de Política Urbana desta Casa. É uma satisfação muito grande o Chico participar junto conosco desta comissão de estudos, porque ele tem uma experiência muito grande nessa questão de zoneamento e está nos ajudando também. Tenho algumas perguntas, mas vou passar a palavra para o nobre Vereador Nomura para as suas colocações.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Boa tarde a todos. Na realidade volto a falar o que eu vinha falando na semana passada. O que existe, na realidade, é falta de integração principalmente entre os órgãos municipais, que não se comunicam, e também entre os órgãos municipais e o Estado. O Secretário veio aqui, falou a respeito daquele projeto que foi firmado com o Governo do Estado, aquele projeto da Linha Verde, mas não teve reunião. Parece que teve uma reunião no ano passado e a coisa ficou abortada e não se teve absolutamente nada. Mostrou a boa vontade, assinou o termo, mas não mostrou a vontade efetivamente de realizar o projeto.

Então, por incrível que pareça não pode falar que é alegação de falta de verba, mesmo porque existiam vários termos de ajuste que foram ser lembrados em outras regiões em prejuízo da região da Serra da Cantareira. A alegação de que não existem recursos, existem recursos, acho que é questão de priorizar. Infelizmente, o que temos acompanhado é exatamente isso. Temos aqui duas autoridades do governo estadual, mas volto a falar que de acordo com essa posição da área de proteção dos mananciais da região metropolitana, o governo estadual tem prioridade na análise com relação aos licenciamentos ambientais. Primeiro, DPRN; depois se estiver no entorno de 10 quilômetros do parque obrigatoriamente precisa haver um licenciamento, no caso aqui analisado pelo Instituto Florestal e após essa decisão, parece-me que tem uma análise a ser verificada e analisada pelo TUSM, se não me engano, e depois iria ter análise pelo prefeitura de São Paulo. Não sei se existe esse tipo de encaminhamento no município. É uma grande incógnita que tenho em relação a isso, até por exigência legal.

Essa junção de leis municipais e estaduais, primeiro, você acompanha a falta de diálogo entre os órgãos estaduais e municipais, que gera essa primeira dúvida. Tem outras coisas interessantes, o Secretário falou que está revendo os termos de compensação, fui dar uma

olhada e fiquei abismado porque na realidade ele está reduzindo o índice de plantio de árvores. Tem uma matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, reduzindo de 30% da exigência da poda para o replantio para 10%. Se formos verificar, na realidade, é uma portaria contrária aos interesses da população.

Outra coisa que volto a falar é que há pouco tempo, há um ano, em abril do ano passado, estivemos conversando com os moradores do bairro do Tremembé, falando a respeito das enchentes, e eles alertavam exatamente com relação à construção da Caixa Econômica e do Pão de Açúcar, mencionado pelo Auri Albano, e recebo uma carta meia-boca, posso dizer, assinado pelo chefe de gabinete da Secretaria da Infra-estrutura Urbana e Obras, em maio, falando que o projeto foi autorizado mediante um alvará, que vou passar o número para o Presidente, para darmos uma checada e analisarmos como foi feita essa análise.

Uma coisa interessante também é que se discutia que não tinha obras para fazer esses termos de ajustes, mas tem uma obra, na semana passada, tivemos o problema da enchente na região do Tremembé novamente, e sabemos que existe um plano diretor de drenagem, uma obra avaliada em 22 milhões de dólares, mas que está parada, não se faz absolutamente nada em relação a isso. Acho que poderíamos discutir porque em grande parte dessa situação diz respeito ao problema das construções indiscriminadas dos condomínios, das residências, as invasões dentro das áreas, principalmente, falam do morro do piolho, onde afirmam que têm a manutenção do leito de córregos próximos, a má manutenção tem levado a esse caos. Vemos que de lá para cá a coisa não mudou em nada.

Acredito que a coisa principal, acho que poderíamos fazer e o Albano falou e nosso Presidente também, é fazermos uma análise desses projetos que estão em andamento e os projetos que foram aprovados não só por esta gestão, mas pela passada, para que possamos analisar e vermos onde estão os erros em relação a isso. Essa posição de que aprovou em cima de uma planta que não tinha um córrego, isso me cheira a uma condição até criminosa que demanda outro tipo de ação que poderia ser colocado.

Acredito que com a participação de todos os órgãos em todos os níveis municipal, estadual, poderemos chegar a uma posição. Discordo dessa posição de que a prioridade que temos em São Paulo é o problema da violência. Acho que a violência na parte ambiental vai nos causar problemas extremamente sérios. Temos dados que falam que em 2025 metade da população de São Paulo não terá acesso à água potável, que vai causar uma grande tragédia para a região metropolitana de São Paulo. E se não tomarmos ação imediata agora, tentando preservar as áreas de mananciais, seguramente não teremos condições à vida daqui a 20 anos. Era isso que gostaria de falar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu queria agradecer as palavras do Vereador Nomura. Está nos ajudando muito na questão da comissão de estudos.

Lembra que a região Norte, Tremembé e Jaçanã, fora a zona Sul, que é uma região de mananciais, mas a região Norte, principalmente ali, na questão de Perus é onde está concentrado o pulmão verde da cidade. Na Leste não tem mais, na Norte sobrou isso e na Sul é a briga dos mananciais que as pessoas vão invadindo, invadindo e tem casa dentro da represa. Temos dois pontos críticos na Cidade, a região dos mananciais e a gestão verde da região Norte.

O que está acontecendo de fato? A lei aprovada na Casa sobre os condomínios horizontais deu uma brecha, porque aquela é uma região de Z1, basicamente, para as construtoras entrarem e desmatarem. Esta é a grande questão. É uma região em que há vários casarões, as pessoas compram os casarões e demolem, cortam as árvores, até mesmo o Ari Albano, o diretor do parque também colocou e são árvores de cem anos que rapidamente vão para o chão. Neste condomínio que eu vi o desmatamento da minha casa a Polícia Florestal fez uma ação de helicóptero, eu achei que seria embargado. Passou dois, três dias e estava funcionando a todo o vapor. Mas ele não tem licenciamento. Já estamos levantando aqui. Ele não tem o alvará de conclusão.

É uma coisa importante essa interligação com a Polícia Florestal porque é uma forma de protegermos toda a questão. Qual é o caminho que estamos pretendendo na Comissão. É uma coisa muito clara. Primeiro levantar de fato e analisar a documentação da região. Tanto que estamos levantando o pedido para se empresas, pedindo para todo mundo mandar material para nós, para a Sehab também e até agora não veio quase nada.

O SR. \_\_\_\_\_ - Porque, provavelmente, não tem. É uma construção clandestina.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vamos chegar aí. Estamos aqui nos organizando. Temos de começar a nos organizar para depois atacarmos. Temos de fazer uma ação de

guerrilha que é uma ação importante. Temos de nos organizar. Temos vários processos e temos de ter uma seqüência, buscar aliados porque a ação deles é muito rápida. São muito rápidos. Você tem como exemplo aquele condomínio da Gafisa de Nova Cantareira. Eles venderam 100% dos lotes e as pessoas que compraram não puderam construir porque não informaram que não tinha sido aprovado. Tem um lençol de águas. O Albano colocou uma coisa muito importante na última reunião nossa que tem condomínios em que está brotando água dentro da casa das pessoas. Na Nova Cantareira. Começa-se a verificar que ninguém tem responsabilidade ambiental. Ninguém está preocupado com nada. Estão preocupados em comprar, desmatar, vender e dar lucro. Vender e mandar embora.

O pessoal do Horto trouxe umas fotos aéreas para nós. Eu queria umas fotos mais atualizadas. Essa é muito antiga. Essa tem quase dez anos. Se for fazer uma foto atual vamos ver que 30% já foi para o saco. Acho que pelo menos 30% já não existe.

A questão do Tremembé-Jaçanã é muito importante porque tem aquelas áreas de cima, perto da Fernão Dias, já existe uma população muito grande lá. Tem um volume de quantas pessoas? Pelo menos umas 500 mil pessoas, por baixo. Pelo menos isso. Naquela região que já é fronteira, divisa com Guarulhos, ali tem vários bairros. São situações que precisamos de apoio, precisamos de ajuda, para que possamos discutir a reformulação desta lei do Maurício Faria. Acho que foi feita naquele momento com um propósito e hoje está totalmente diferente do que foi aprovado. A ASBEA estava. O que está acontecendo na Cidade é que este projeto de lei deu uma entrada na cidade que só destrói.

O SR. \_\_\_\_\_ - A ASBEA não em responsabilidade nesta atualização, pelo contrário. Estamos hoje fazendo uma série de críticas e propostas para a correção desta lei. A lei que foi aprovada, o Plano Diretor, na Administração anterior a ASBEA não teve participação. Estamos, a pedido do próprio secretário, colaborando e trabalhando incansavelmente no sentido de revisar esta lei.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Este é o nosso propósito. Este ano é muito importante para nós pois teremos a revisão do Plano Diretor. Acho que esta comissão tem um papel fundamental porque poderá ajudar a proposta para termos uma certa segurança na qualidade de vida daquelas pessoas que moram naquela região do Jaçanã e Tremembé. Essa é a nossa grande responsabilidade. É isso que queremos. Para isso temos de pensar na integração dos órgãos públicos porque são inteiramente desarticulados. O Estado e o Município têm uma situação muito estranha porque se falam mas se falam muito pouco.

...situação muito estranha porque se falam, mas se falam muito pouco. Eles não trocam ação conjunta, não trocam estratégica nesse sentido. Isso ficou muito claro na reunião com o Eduardo Jorge, com a subprefeitura do Tremembé-Jaçanã que nem eles se entendiam, nem os órgãos municipais se entendiam.

Quería fazer umas perguntas para o Capitão Carlos Alberto da Polícia Ambiental, se têm tido muitos problemas com as incorporadoras, no que se trata da questão dos condomínios horizontais. Tem denúncia lá?

O SR. CARLOS ALBERTO - Inúmeras. O nosso grande problema está voltado para a questão do licenciamento estadual. Para nós. Nossa competência é a fiscalização do licenciamento estadual. Nesse ponto acho que cabe a minha interferência quando o senhor fala da junção dos órgãos municipais e estaduais.

Resolvemos a questão da mineração quando conseguimos fazer com que o Estado contemplasse para se licenciar uma mineradora ao alvará da Prefeitura. Quando a Prefeitura aceita aquele empreendimento nas terras dela aí sim, se inicia o procedimento licenciamento ambiental em nível de DPRM e Cetesb. Foi um grande avanço na criação do balcão único. Acredito que agora deveremos começar a pensar na criação de um balcão único onde sinta também naquela mesa o município para que não fique essa "putaria", desculpe o termo, mas é uma grandíssima "putaria" porque a pessoa começa o processo, entra no DPRM e o DPRM não pede nada do Município. E olha lá se vai cortar, se vai pôr, se vai tirar, assina um termo de compensação e, de repente, se enquadra nesta situação, que o presidente fala: mas não tem a possibilidade de um alvará. Tudo bem. Entendemos. Até que não mesmo. Por nós não se construiria mais nada no Tremembé, Tucuruvi, até porque eu moro lá! Vamos deixar a nossa mata preservada. Não põe mais ninguém naquele lugar. Vamos colocar em outro lugar. Onde? Na casa do chapéu, talvez, porque não tem outro lugar para pôr. Vai continuar tendo avanço? Vai. Tem reclamação de incorporadora? Tem reclamação de empreendedores? Tem reclamação de tudo o que imaginarmos. O mais interessante - vou contar essa história sem o intuito de criar caso ou encrenca, mas para que entendamos alguns processos. Recebi uma reclamação nesses dias do Instituto Florestal, através da Ana, que não pôde estar presente, de

que a subprefeitura Santana-Tucuruvi entrou no Parque e cortou duas árvores e podou cinco. No Parque Estadual da Cantareira. Marcamos uma reunião com o chefe de gabinete da subprefeitura que levou um cidadão da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e mais a Ana. O meu interesse é solucionar o problema e, pasmem, a subprefeitura não sabia o limite do parque! Simples! Claro que também não perguntaria. Por quê? A solicitação está assinada pelo Vereador Russomanno. Então, “vamos solucionar muito rápido isso aí?” Porque foi o Russomanno que pediu. No mesmo dia estava com um barraco da minha companhia com três senhoras que já estavam há quatro meses solicitando o corte de árvore na rua. Aí houve a colocação que eu fiz. Esse, porque foi patrocinado pelo Russomanno vocês mandaram “meter o pau”. Dane-se onde estivesse. E a coitada da senhora que estava com a árvore da rua quase caindo na cada dela estava há quatro meses esperando por uma coisa que poderia ser resolvida com uma mera poda. São essas situações que encontramos. Recebemos reclamação? Sim! Só que nos deparamos com uma questão chamada competência. A nossa competência é fiscalizar a documentação estadual. Eu não tenho competência para fiscalizar a documentação municipal.

O SR. ARI ALBANO - Para o cidadão comum, e eu não estou falando como o Ari, arquiteto, está sendo construído um condomínio, está sendo derrubada uma árvore. Primeiro eles ligam para a polícia. Eles estão certos porque a aprovação foi feita por um órgão municipal, Sehab, a fiscalização deveria ser da subprefeitura, mas quando é derrubada uma árvore o pessoal reclama para a Polícia Florestal e reclama se ela não for imediatamente. Qual é a competência? A polícia não pode ir?

O SR. AURÉLIO MIGUEL - Não sei se estou correto. Quando se diz a supressão de vegetação, poda de árvore, atingindo as áreas de proteção ambiental aí entra a competência da Polícia Florestal mas diz também da questão do parcelamento irregular ou ilegal que também é de competência da polícia que, se for o caso, poderia ser a Polícia Florestal.

O SR. CARLOS ALBERTO - Vou responder as duas de uma tacada só. Isso que é legal. O que é polícia? Não é a Polícia Ambiental que tem essa competência. É a polícia. Quem tem poder de polícia. Quem tem o poder de polícia? O fiscal de obra da prefeitura tem poder de polícia para chegar lá e interditar a obra. A Polícia Ambiental não tem essa competência porque a obra é licenciada pelo município. Para levantar casa é o Município. O que nós fazemos é...

- Aparte fora do microfone.

O SR. CARLOS ALBERTO - Graças a Deus não mais. Não tenho nada contra a Polícia Civil mas agora nós temos competência para fazer o caminho do crime como um todo. Pegamos o crime desde o início, atuamos um termo circunstanciado, encaminhamos para a Justiça. Só nós, agora. Isso melhora o atendimento à sociedade. Mas a idéia é: está na área de preservação, como você colocou, é competência da Polícia Ambiental? Claro que é. Está na área de preservação permanente, está na área de preservação ambiental. Vamos atuar? Claro, não tenha dúvida. Mas sempre a gente encontra lá um alvará da Prefeitura autorizando a fazer, a construir. Aí pedimos o quê? Por isso que estou falando na questão de competência, nós não queremos saber daquela. “Mas estou aqui autorizado pela Prefeitura”, aí nossa resposta é sempre aquela: “Que pena, o senhor deveria ter pedido para o Estado”. Isso é horrível para a sociedade, porque a sociedade olha esses órgãos assim como sendo execrados, execrados do sistema. Nós precisamos acabar com isso. Então teria que ser em conjunto sim, o município está atrelado ao estado, o estado à União e assim por diante, fazendo com que a coisa seja num caminho único.

(NÃO IDENTIFICADO) - Deixe e esclarecer uma coisa, os alvarás municipais, todos eles, sem exceção, tem uma ressalva ou atrás ou no final dele, que as legislações estaduais e federais também deverão ser respeitadas. Todos os alvarás vêm escritos isso, é o padrão dos alvarás. Então acho que isso responde um pouco a primeira pergunta.

Presidente, posso só esclarecer algumas coisas?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Sim.

(NÃO IDENTIFICADO) - Os processos hoje quando vão dar entrada na Sehab, de fato as subprefeituras são extremamente desaparelhadas. Eu não me espanto com essa história da subprefeitura não saber onde era o limite do parque, não tem isso cadastrado. E tem muita subprefeitura que não tem cadeira para o funcionário sentar e mesa para ele trabalhar. Isso acontece. Então a Sehab, graças, no ano passado, à colaboração da iniciativa privada através do projeto plantas on-line, que as Asbea foi uma das que organizaram isso, conseguiu aparelhar melhor a Sehab. Então hoje na Sehab a gente tem condições de cobrar realmente deles um pouco mais, porque pelo menos condições de trabalho eles têm porque não tinham antes, a gente tem que reconhecer que eles não tinham antes, hoje eles têm.

Agora, o processo quando dá entrada, eu sempre vou me ater ao mercado formal, sempre vou me ater às questões regulares, aos processos regulares, quando você dá entrada o levantamento topográfico do terreno ou da gleba é o primeiro documento. Se ele não é fiel à realidade já caracteriza alguma coisa para ser penalizada ali, mas sendo o levantamento fiel ao que existe, o processo, primeiro, vai, conforme cadastro da Prefeitura, para o Proj. Então essa questão de cursos de água, se eles estiverem cadastrados no Proj, que é lá na Praça da República, o processo primeiro vai para lá. O terreno tem cobertura vegetal. O processo vai depois para Depav, isso se não passar antes por outros órgãos ainda. Depois é que ele vai para o Aprov, lá na Sehab. Aí ele volta informado pelo Proj sobre cursos de água, sobre melhoramentos viários, sobre isso ou aquilo, sobre projetos. Às vezes você pega um terreno e tem projeto caducado de mil novecentos e quarenta e poucos e está lá cadastrado no Proj. Depois ele vai para o Depav e aí se houver cobertura vegetal o processo tem que ser substanciado com o projeto paisagístico, com termos de compensação etc. Aí, depois ele vai para o Aprov, para aprovação da construção seja ela qual e aí receber o licenciamento. Esse é o processo normal.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Eu só tenho uma dúvida, porque, na realidade, pelo que entendi o processo, licenciamento, a solicitação, a aprovação municipal é uma e estadual é outra. Então estamos falando em área de proteção ambiental, estamos falando o empreendimento dentro do raio, no entorno de 10 quilômetros, obrigatoriamente você tem que passar por um processo de análise do Estado, DPRN, Instituto Floresta.

Agora eu pergunto, usualmente falando, ninguém observa a segunda parte, todo mundo uma vez acolhido e conseguindo o alvará já inicia automaticamente a obra sem aguardar a manifestação dos órgãos estaduais. É isso que eu gostaria de colocar e que o capitão havia mencionado, que, na realidade, quando ele faz a vistoria o pessoalmente imediatamente apresenta a autorização municipal, mas a estadual ele não tem. Isso é uma coisa usual pelo que a gente está vendo.

(NÃO IDENTIFICADO) - Pois é, a gente teria que distinguir aqui os processos, por exemplo, de parcelamento e uso do solo, que entraria a 6.766, que tem esse projeto federal novo para revisão da 6.766, dos outros processos que tratam de edificação, porque quando vai...

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim, vale para tudo, porque o Depav solicita. Quando é processo de 6.766 o projeto vai para o Grapohab, vai passar pelo DPRN, vai passar por todos.

- Manifestação longe do microfone. Inaudível.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas o problema aí, eu acho, que pegando especificamente o que está acontecendo na região, acho que eles até fazem isso, só que acontece o seguinte, de repente dão entrada lá num departamento e já podem desmatar, já começam a quebrar e daqui a pouco estão vendendo e a documentação nem começou andar. Quer dizer, existe uma velocidade do projeto, da sua execução e da sua incorporação, quer dizer, há um atropelamento da situação, eles vão lá compram, fazem o projeto arquitetônico e paisagístico, dão entrada e já começam a pegar o departamento de vendas e já começa a vender.

É nesse aspecto que acho que nós temos que, primeiramente, fazer uma avaliação muito clara sobre isso, como isso funciona dentro dos órgãos, qual tempo que demora para ser aprovado, não ser aprovado, porque também demora muito tempo. As pessoas têm um investimento feito e de repente demora anos para ser aprovado ou não ser aprovado. Esse é um aspecto que esta Comissão poderia ajudar, nesse aspecto da agilidade, balcão único. Então tem um monte de situação que pode integrar o estado ao município, tem várias ligações que a gente pode fazer.

Outro aspecto é o seguinte, é aquilo que é legal e aquilo que não é legal. Quer dizer, aí ele entra, pega um protocolo e para ele ficou legal. E aí ele começa a executar, e nós temos aqui coisas concretas que aqui os assessores, depois, vão dar um quadro para nós de visitas que estão fazendo na região. Quer dizer, nós não conseguimos achar a aprovação e eles já estão vendendo. É esse aspecto que é importante frisarmos.

Depois o Tupinambá queria falar também.

(NÃO IDENTIFICADO) - Presidente, legalmente essa venda não é possível. Se a venda está sendo ocorrida antes, isso não é possível. O Código de Obras Municipal tem dispositivo que garante, e caso a Prefeitura não se manifeste no processo, você poderia dar início à obra em 90 dias. Esse é o dispositivo que está previsto na lei. Entretanto, Sehab tem tomado cuidado - e não estou aqui defendendo a Sehab, pelo amor de Deus, pelo contrário, reclamo bastante da

competência deles - tem feito nos processos, dão qualquer manifestação no processo para interromper a contagem do prazo de 90 dias. Se a pessoa começa a vender tão logo é dada entrada no protocolo, e o processo não tenha despacho decisório, essa venda é ilegal, é criminal e isso está previsto. Só pode ser vendido após o Memorial de Incorporação estar registrado no Registro de Imóveis. O cartório em São Paulo, hoje, tem tomado cuidado com isso, tem exigido para registro final da incorporação todos os documentos, inclusive da esfera estadual. Então, qualquer procedimento fora desse processo está ilegal, já não estaremos falando mais de um processo formal, regular, etc. Já estamos falando de algum nível de ilegalidade.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vou te dar um exemplo, a Gafisa, se você quiser comprar um loteamento, eles estão lá vendendo. Tupinambá, por favor.

O SR. TUPINAMBÁ - Vereador, só quero dar um aparte. Primeiro quero falar ao nosso colega da ASBEA (?). Estamos tratando aqui de empreendimentos teoricamente licenciados ou em processo de licenciamento de condomínios horizontais. E pelo menos com as nossas vistorias, apesar de algumas irregularidades, não encontramos nenhum condomínio feito sem planta nenhuma nem protocolada ou aprovada. Depois o que acontece muito, realmente foi colocado agora, é que os empreendimentos têm artifício legal que é o tal do protocolo de início de obras. Corrigindo um pouco o prazo, em caso de subprefeituras são 15 dias, Sehab 30 dias e projetos especiais, como operações urbanas, são 120 dias. E acontece que as obras começam. Temos um empreendimento que vistoriamos na semana passada que não só começou em 99, com protocolo, como está pronto o ocupado parcialmente, inclusive. E até hoje o projeto não foi aprovado, e é um dos objetos de requerimento que o senhor fez.

O que acaba acontecendo, e quero perguntar ao Capitão, pois é um dos motivos iniciais de eu pedir a palavra, pois com relação ao parcelamento o senhor falou que chegando no local, por exemplo, apresenta protocolo ou licenciamento, a parte legal do parcelamento estaria cumprida para vocês. Mas, por exemplo, com a supressão de vegetação, existe esse tipo de encontro, de vocês chegarem lá e apresentarem ou não? Porque temos visto também - e foi comentado pelos órgãos da comunidade - que muita vegetação está sendo suprimida. E na reunião passada com o DEPAV eles deixaram vago. Muitos não têm licença realmente, e sabemos que a subprefeitura acaba sendo falha - eu já trabalhei em subprefeitura - porque há lentidão na informação. A pessoa liga hoje no 156, antigamente era no sistema de rádio, até o papel chegar na mão do fiscal, o cara já passou a moto-serra na árvore e um abraço. E nós ficamos com crime ambiental cometido. Pode-se fazer eventual ação, mas a árvore não está mais lá. Quero saber no caso de vegetação, vocês teoricamente teriam de ter licença ou não. Têm muitos casos desse.

E há uma solicitação que quero fazer se o Presidente permitir, se vocês tiverem ação recente de denúncia, que fosse passada para a comissão para checarmos.

(NÃO IDENTIFICADO) - Bom, primeiro com relação ao uso e parcelamento de solo. A lei 6766/79, em seu art. 50 traz as questões do crime de uso e parcelamento de solo. Seria: iniciar pavimentação; separação em lotes, com guiamento; galeria de águas pluviais; esgoto; ou o que seja, sem que o loteamento esteja aprovado. Dessa forma configura crime apenas quando se coloca a venda, no mínimo, ou se vende mesmo com contratinho de gaveta. Agora, claro que sabemos que uso e parcelamento de solo é muito complexo. O cidadão compra um lote de 300 metros quadrados, pode separar em dois, claro, mediante adequação legal junto à Prefeitura, junto ao cartório, e o lote não pode ser menor de 125 metros quadrados, e isso está baseado na legislação de uso e parcelamento. Aí tem as questões da inclinação do solo, não pode ser superior a 30 graus, não pode ter cobertura vegetal significativa, não pode estar próximo de recursos hídricos. São inúmeras as condicionantes para uso e parcelamento de solo, que não são os mesmos das questões ambientais.

A questão ambiental olha apenas a proximidade com relação ao solo, inclinação superior a 45 graus e o tipo de vegetação de no mínimo floresta em estágio pioneiro. São coisas totalmente distintas. E quando tratamos da Serra da Cantareira, sabemos que em toda e qualquer situação a atuação da Polícia Ambiental é: auto de infração ambiental; termo circunstanciado que é a parte criminal; e ofício ao Ministério Público. E também se estiver dentro da área de proximidade, da área de amortecimento do parque que hoje aceitamos na resolução CONAMA 390, mas é ilógico. Dez quilômetros em torno do parque, hoje, é um absurdo. Estão pegando lá na frente, é absurdo um negócio desses. Mas a gente faz a comunicação formal ao Instituto Florestal dizendo que nós atuamos lá.

Na verdade, há atuação. A aceitação do licenciamento municipal não existe para nós. "Ah, estou aqui autorizado pelo Município a cortar essa árvore que está no fundo do quintal da

minha casa, ela estava colocando em risco...”: vamos analisar a legislação. A gente vai para a portaria específica, número 36, que diz que em terrenos com menos de mil metros quadrados, num número máximo de 20 árvores, desde que não faça parte de um complexo florestal, o Município tem competência para autorizar. Então, nós saímos fora do jogo. Acima de mil metros, acima de 20 árvores e dentro de um complexo florestal, nós atuamos, não aceitamos essa licença e fazemos o auto de infração ambiental. E fazemos a parte criminal, oficiamos ao Ministério Público, oficiamos ao Instituto Florestal e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - E o condomínio continua construindo...

(NÃO IDENTIFICADO) - Depende, depende. Depende da situação. Em algumas situações, ele tem o licenciamento parcial já feito pelo Estado. Nisso eu não posso interferir. Se está licenciado pelo Estado a iniciar o processo de retirada de árvores, de implantação disso ou daquilo, e ainda não configura loteamento, eu não tenho o que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu gostaria de, junto ao Capitão... Se pudesse mandar pra gente algumas cópias e algumas infrações ambientais daquela região... Porque nós estamos aqui pedindo documentação para todo mundo para uma análise e para ter uma posição muito clara da situação. Se a Polícia Ambiental pudesse nos ajudar nesse sentido,... Se vocês quiserem, a gente até pede um requerimento.

(NÃO IDENTIFICADO) - Tem algum local específico? Um deles é a Gafisa. Eu já ouvi essa palavra, Gafisa, umas dez vezes hoje. Não sei bem do que se trata, mas vamos dar uma olhada lá.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu moro ali no Jardim da Serra (?). Essa que vocês fizeram, que baixaram lá de helicóptero, é o Bancoop. Havia lá 30, 40 araucárias, hoje tem duas. São quantas casas lá? (Pausa) Cento e seis casas. Village das Palmas é o nome lá.

(NÃO IDENTIFICADO) - Inclusive é esse que está sendo utilizado sem o auto de conclusão, 600 e poucas casas já estão habitadas. (Pausa) É Jaçanã-Tremembé. Mas o projeto não foi nem aprovado, nem o de aprovação está feito, só tem o número do processo.

(NÃO IDENTIFICADO) - Onde fica esse aí? Na Roseira? Na Santa Inês? Sezefredo?

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Fica em frente a onde é o Clube Antártica. Do lado tem uma Rossi. (Pausa) Aquela ligação que vai sair naquele posto, na Nova Cantareira.

(NÃO IDENTIFICADO) - José Martins Borges, 788, se não me engano.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Gafisa é Nova Cantareira, 5700. Mas, fora esse, se tivesse outros para a gente se basear... O Itatinga I, o Itatinga II. Se eu for começar aqui a colocar a situação, a gente vai ficar...

(NÃO IDENTIFICADO) - Vereador, é Rua José Martins Borges, 189.

(NÃO IDENTIFICADO) - A gente não precisa de requerimento, nada disso, até porque atender um órgão público para a gente é até um prazer. Eu não vou ser candidato a Vereador nas próximas eleições, pode ficar tranquilo. (Risos) Se quiser mandar uma relação do que está tendo problema naquela, para mim até facilita o trabalho.

- Manifestações fora do microfone. .

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - É só fazer um requerimento, que a gente manda para o Capitão.

Eu queria, nesse sentido, agradecer, Capitão. Eu vou entrar um pouquinho para o parque. Mas o meu amigo da ZEA quer falar alguma coisa. Há umas perguntinhas para você também.

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu fiquei curioso quando eu ouvi essa história de que a própria Subprefeitura não conhecia os limites do parque. Eu achei isso...

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Conhece, mas isso não está...? O parque é murado? Desculpe eu perguntar, mas eu não conheço a região.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas eles entraram...

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Mas, de qualquer forma, existe uma separação física que caracteriza uma propriedade. Propriedade pública, mas existe uma propriedade.

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - E o pessoal invade assim mesmo?

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Quem conhece, é morador da região, há um lugar chamado Junção, vocês conhecem. Subindo a Nova Cantareira, lá no fim da Nova Cantareira, ela entra na Senador José Ermírio de Moraes, que vem da Vila Albertina, não é assim? Senador José

Ermírio de Moraes sai da Nova Cantareira. Lá em cima, a Nova Cantareira se encontra novamente, num lugar chamado Junção. Nesse lugar chamado Junção há um portão, uma área que era controlada por uma firma, a Sad (?), que fazia montagem de antenas, de torres de transmissão. Ela, como tinha instalação lá, controlava o portão. Porque a área, teoricamente também, seria administrada pela Sabesp.

Então, por esse portão, há uma estrada. Por ela se chegava até a Sad e até o Clube da Sabesp, que é algo irregular que está lá dentro. O que aconteceu foi o seguinte: com a saída da Sad, que controlava, essa área ficou sujeito a invasão. Tem gente...

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu não estou dizendo isso, eu estou dizendo o seguinte: que esse portão aberto... Ele tem funcionado assim: tem um clube da Sabesp no fim dessa estrada. O clube da Sabesp era onde terminava a Estrada da Cantareira, ali tem a sede do clube da Sabesp - que é uma briga nossa, ele não podia estar lá. Acontece o seguinte: como não há nenhum controle nesse portão...

- Manifestações fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu conheço isso muito bem, já fui assaltado por causa disso.

Acontece que o pessoal da Vila Albertina, quando queria tomar banho, entrava por aquele portão e ia naqueles históricos do projeto Saturnino de Brito, coisa de 1900. Aquilo é tombado pelo Patrimônio, os caras iam tomar banho lá. Nós sempre pedimos à Polícia Florestal, porque essa é uma região sujeita a tentativa de desmatamento e a marginais que se alojam lá. Eu sei exatamente, porque as casas que estão próximas, no limite, freqüentemente são assaltadas por indivíduos que estão lá dentro. Tive a honra de ficar preso, com minha família, por seis horas amordaçado. Foi gente que entrou por lá. Então, existe. Nós, já, uma vez, numa reunião do parque, propusemos isto: que a Polícia Florestal tivesse alguém lá, ou algum destacamento lá. Na verdade eu estou aproveitando... (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - É uma reivindicação, viu Capitão.

Eu queria também aproveitar e aprovar alguns requerimentos a respeito da documentação de alguns empreendimentos, do Cimobi (?), Residencial Mirante do Horto, Residencial Flor de Laet, o residencial que fica na Rua Eugênio da Silva, 320, para o alvará de aprovação e execução, o TCA, que é o Termo de Compromisso Ambiental, o certificado de conclusão e ...(ininteligível)... de projetos aprovados.

E também há o requerimento do Vereador Chico Macena, dirigido à Secretaria de Planejamento, para uma discussão sobre o zoneamento e o Plano Diretor daquela região de Tremembé.

Os Srs. Vereadores que concordarem com esses requerimentos permaneçam como estão.

(Pausa) O Vereador Nomura queria apresentar mais um requerimento? (Pausa)

Há o requerimento da Caixa Econômica Federal - cujo processo há o número aqui, 2004.0241508/2, e também do Pão de Açúcar.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Há aqui alguns requerimentos aprovados por esta Comissão.

Eu queria falar um pouquinho... Vou fazer uma pergunta. Esse que o Vereador Nomura trouxe, a respeito dos 22 milhões de dólares, do Tremembé. O que aconteceu foi o seguinte: o Tremembé estava dentro do projeto do Bird da canalização do Tietê. Isso há alguns anos atrás, e estava orçado em 22 milhões. O que aconteceu foi que os moradores, através de suas entidades de classe não concordaram com que o Córrego do Tremembé fosse coberto. Então, a partir daí, o Bird, até mesmo quanto à questão da Sabesp, da canalização do Tietê, tirou o Tremembé do projeto. O Tremembé, hoje, está inteiramente órfão. É necessário se fazer um novo projeto do Tremembé, porque existem hoje várias invasões. Há pessoas morando praticamente dentro do córrego. Você pega essas enchentes que passaram na Rede Globo: foram pessoas que, casa aqui, casa aqui, e você não tem mais vargem do Tremembé para ele desaguar. Então, é um problema muito sério.

Nesse sentido, a Vereadora Bispa Lenice, o Vereador Kamia e eu colocamos dinheiro do orçamento para se fazer um novo projeto do Córrego Tremembé. Porque é através desse novo projeto que vamos saber de fato qual é o custo da obra. Já estamos abrindo conversações com a Sabesp para tentarmos colocar o córrego em algum programa do Bird. Quer dizer, existe uma nova negociação aqui, que vai demorar algum tempo. Mas o mais importante é que neste ano será feito um novo traçado e um novo projeto para o Córrego do Tremembé.

Eu queria fazer uma pergunta para o meu amigo aqui da Serra da Cantareira a respeito desses condomínios em torno do Jaçanã-Tremembé. Vocês têm conhecimento da existência dos

condomínios lá. Qual foram as providências tomadas na questão da constituição dos condomínios em torno da Serra da Cantareira? Quer dizer: vocês estão lá, vocês estão presenciando que aqueles condomínios vão acontecer, estão muito próximos de vocês; mas qual são as providências que vocês tomam? Vocês pedem a documentação? Cobram dos órgãos municipais e do Estado? Qual é a atuação que vocês fazem naquele entorno, acompanhando o crescimento dos condomínios horizontais?

(NÃO IDENTIFICADO) - Nobre Vereador, V.Exa. ouviu o começo da minha explanação. Hoje, o parque tem três, quatro guardas para fiscalizar o parque. Quer dizer: nos 95 quilômetros de perímetro, o parque conta hoje com três, quatro funcionários. Como eu estava falando, existe um projeto de licenciamento junto à Secretaria através do DPRN. O DPRN emite esse processo para a gente, quando a gente toma conhecimento do licenciamento do referido condomínio.

(NÃO IDENTIFICADO) - A fiscalização praticamente é feita pela Polícia Ambiental, não por nós. O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas vocês informam os órgãos municipais? Subprefeituras? Vocês oficializam? Ou simplesmente só ficam observando?

(NÃO IDENTIFICADO) - Veja só. A fiscalização não cabe a nós, a fiscalização desse condomínio não cabe à Vigilância do parque. O licenciamento sim. Quando o empreendimento está no limite do parque, está próximo ao parque, e vem afetar a biota do parque, isso é importante. Não é qualquer condomínio, qualquer empreendimento. Aqueles que venham a afetar a biota do parque, se existe mancha de vegetação, corredor de fauna, esse processo é passado para o Instituto Florestal, e nós fazemos nossas observações técnicas referentes ao processo, e o retornamos novamente para o DPRM.

O SR. – É importante...

O SR. – Veja só, isso, do legal. Quer dizer, um condomínio que deu entrada ao licenciamento.

Agora, dos ilegais, tentativa organizada de invasão, movimentos, quando nós tomamos conhecimento, a primeira providência é chamar a Polícia Ambiental, auto. Depois, a gente emite para o Ministério Público relatório, laudo com fotografia e com toda a documentação referente ao assunto. Polícia Civil...

O SR. – Você tem idéia de quantos condomínios estão em volta do parque?

O SR. – Não, quem tem essa informação é o DPRM, dos legais. Os ilegais...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - O DPRM está agendado aqui para vir aqui quando?

O SR. – Olha, parece-me, pela informação que a gente tem, que para a semana que vem está esquematizado para eles virem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Não, na semana que vem virão as construtoras, Carvalho e Pera, Santos e Gafisa e Rossi. Depois, vamos dar uma olhadinha, que demos agendamento com o DPRM.

O SR. – A informação que eu tinha é de que seria para a semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - OK.

O SR. – A exemplo do Gafisa: o processo do Gafisa passou pelo Instituto Florestal e passou pela Cantareira.

O SR. – Qual? O da Nova Cantareira, lá?

O SR. – O Gafisa, o Nova Cantareira.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Da Nova Cantareira. Qual foi o motivo por que até hoje as pessoas...?

O SR. – Vereador, no nosso caso, o processo passou através do Ministério Público, perguntando sobre a interferência...

O SR. – Só para esclarecer que tem dois empreendimentos da Gafisa na Nova Cantareira, até para a gente poder ser posicionado: tem um no 3000, e tem outro no 2000 e pouco.

O SR. – Esse a que me refiro é o que começa na Nova Cantareira e termina na Maria Amália. Ele pega todo esse pedaço.

O SR. – Ah, é um loteamento, não é?

O SR. – É.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas eu não estou falando desse, não. Estou falando do outro. Não é esse, não. Estou falando daquele lá de cima, perto da padaria, nº 3000 e pouco, perto do pólo.

O SR. – Esse nem passou por nós.

Porque, veja só, esse condomínio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Viu, Capitão, o que estou colocando é aquele perto do pólo, que é casa de samba, do outro lado rua, onde tem aquele condomínio que tem uma academia nova, não sei se você conhece.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. – Para cima do Macabe (?), subindo.

O SR. – (Manifestação fora do microfone) Em frente a invernada (?).

O SR. – A exemplo deste condomínio aqui, que faz fundo com o Parque Estadual da Cantareira. Ele faz limite com o parque. Então, obviamente, ele passou por nós. E o DPRM...

O SR. – Porque eles vendem a imagem do parque. Eles não mexem com o condomínio deles, não é?

O SR. – O Itatinga, o Imobel, todos vendem a imagem do parque.

O que aconteceu? O DPN (?), baseado na legislação, fez as exigências deles. E nós complementamos, enforcamos mais ainda eles. Quer dizer, deixamos corredor; tem uma faixa de vegetação aqui no fundo. Então, fizemos uma série de considerações.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - OK. Queria agradecer também suas presenças, que foi muito importante.

Na questão da Asbea, queria saber se ela tem recebido reclamações sobre perda de vegetação na implantação de condomínios na cidade, principalmente naquela região lá do Jaçanã-Tremembé. Como é que se está essa questão da Asbea? Vocês têm algum tipo de reclamações? Até mesmo de outros colegas de vocês, arquitetos que moram na região dos condomínios horizontais que estão acabando com o verde.

O SR. – Pois é. Até a revisão do zoneamento, a legislação anterior exigia, além da aprovação do Depav, no caso de terrenos com cobertura, um mínimo de permeabilidade do solo, por exemplo, de 15%. Hoje, você não consegue mais aprovar com isso. Esse índice de permeabilidade aumentou, dobrou. Foi para 30%.

A questão da cobertura vegetal ainda continua existindo, continua se exigindo aprovação do Depav. A gente tem de fazer também uma distinção entre condomínios e loteamentos. Então, nós estamos falando de 4591 e não de 6766/79, não é?

Agora, o que a gente sempre fica sabendo, ou pelo menos que nós fomos comunicados pelas outras entidades, organizações e sociedades de amigos de bairros com que nós já tivemos algumas reuniões, a Sojape, por exemplo, o pessoal da zona Sul, vamos dizer assim, que sofre o mesmo problema, é que eles vêm e nos mostram, da mesma forma, folhetos etc., e com críticas à ocupação, à densidade e tal.

Dentro dessas críticas, algumas procedem, são procedentes e a gente concorda; outras não; outras são frutos de processos, de construções de agora, originadas em processos aprovados mais para trás. Aí, não temos muito que fazer.

A revisão do zoneamento reviu não só essa questão de taxa de permeabilidade do solo, mas reviu outros conceitos também com relação a recuo e altura das construções junto das divisas, exigindo recuos, afastamentos etc. Mas é como eu já falei aqui anteriormente: há muita coisa ilegal, há muita coisa feita ilegalmente.

Nós não compactuamos com isso. Se colegas nossos, profissionais, apresentam um erro já no projeto, têm de ser penalizados. Se o erro foi feito depois, uma transgressão ao não-cumprimento do projeto, o responsável tem de ser penalizado. Mas não podemos falar sobre aquilo que é ilegal.

Agora, a ASBEA tem trocado experiências com a SOJAP, por exemplo, e essa é uma que me vem à cabeça, que é a Sociedade Amigos do Bairro que junta todos da zona Sul, Alto da Boa Vista, Granja Julieta, etc, mas não tivemos nenhum contato, a não ser hoje pela primeira vez, com o pessoal da zona Norte, da Cantareira. Daí o fato de estarmos aqui, porque também queremos o contato. Existe um compromisso nosso junto ao Orlando, Secretário da Habitação, para que façamos esse meio de campo para que apuremos onde a lei pode ser e deve ser aperfeiçoada com relação aos projetos dos condomínios.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quero passar a palavra aos presentes. Há alguém que queira falar, fazer perguntas aos nossos amigos que estão na Mesa? (Pausa)

(NÃO IDENTIFICADO) - Para o Vereador Macena porque ele falou da questão da Lei de Zoneamento e Plano Diretor que nós temos criticado. E a Lei de Zoneamento para a zona Norte, do ponto de vista ambiental, foi prejudicial. Está na Lei Orgânica que a Fazenda Santa Maria é área de preservação permanente, está na Lei Orgânica. E a Lei de Zoneamento mudou, e o senhor mesmo levantou essa questão. Então, houve mudanças incríveis. Sobre o

Córrego do Tremembé dizemos que não queremos um plano de intenções, mas sim um plano de aplicação prática. E na Lei de Zoneamento há intenção de preservar o Córrego do Tremembé, e digo agora que 90% dos terrenos acabaram sendo construídos porque foi um engodo. Se fosse para preservar era preciso que num período as construções da região fossem suspensas. Isso não aconteceu. Quando se indicou que aquela região ia ser um corredor, ia ser preservada, imediatamente ela foi detonada, para usar o termo mais adequado. Então, fazemos mais reunião para tomarmos medidas, não-sei-o-que-lá, não-sei-o-que-lá, digo que na prática foi feito um estrago. Isso é bem claro, quer dizer, a própria SEMPLA fez errado. Lembrei que eu e Armando Benetollo (?) fomos representar a zona Norte quando foi discutida a Lei de Zoneamento na Secretaria do Verde. E nós dissemos que do ponto de vista ambiental, especialmente para a zona Norte, ela foi um desastre. A Lei de Zoneamento desconhece completamente a questão ambiental.

E uma outra coisa eu quero lembrar para falar de uma coisa boa. O Vereador lembrou muito bem que a Serra da Cantareira é o pulmão verde da cidade, e faz parte da reserva da biosfera e que SEMPLA ignora incrivelmente. Ela é reconhecida pela UNESCO. Então, se nós temos uma reserva da biosfera que tem cuidados especiais em sua ocupação, etc, seria preciso que a Lei de Zoneamento fosse a contrapartida do tombamento feito pela UNESCO. Deveria haver na Lei de Zoneamento, para esse cinturão verde de área metropolitana de São Paulo, dispositivos compatíveis com esse decreto. É como a Floresta da Tijuca no Rio.

Uma outra coisa porque temos de falar das coisas boas que acontecem. Lá na zona Norte, no Tremembé, até pouco tempo tivemos - e é uma pena que o rapaz do Tremembé não esteja na linha, é um site do local - um cidadão que comprou uma área enorme da família Artur Siver (?), havia até um teatro, não sei se o Seu Édson conhecia. Ele preservou a área, e todos ficaram assustados quando derrubou uma árvore que precisava derrubar porque estava caindo. Houve reclamações, o pessoal da região perguntava o que estava acontecendo. Ele fez um projeto de recuperação da área, dos edifícios. Nessa área começou o teatro em São Paulo. Maria de La Costa, Paulo Autran começaram a representar lá. Era um mecenas e tinha um casarão e um teatro. Naquele tempo ele hospedava artistas de teatro, de balé que vinham do exterior, por causa do clima da Cantareira.

Então, essa área foi preservada agora, foi um ganho que tivemos de 12 mil metros. E tem um outro cidadão que tem uma área de 48 mil metros, dos Monteiro, e ele também preserva. Mas é preciso que a municipalidade incentive. É a questão do imposto, abatimento no Imposto Territorial. Isso é importante anotar porque me parece que há alguma coisa, mas vamos ver. E isso eu acho muito bom. E essas são as notícias boas da região.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - O Capitão queria falar alguma coisa antes de encerrarmos?

O SR. CAPITÃO - É importante falar um pouco mais. Primeiro, coloco-me à disposição, seja da Câmara ou de qualquer pessoa presente. Estamos sediados na Rua do Horto, 931. É bem na entrada, na portaria dois do Horto Florestal. O nosso telefone é: 6996-2112.

E importante, e não fiz essa colocação até por uma questão de lógica, mas a Constituição Brasileira, em que pese ser extremamente poética na questão ambiental, nos dá uma responsabilidade muito grande. Nos dá não no sentido de instituição pública, mas sim cidadão, que é a obrigatoriedade de participarmos do processo de proteção ambiental, seja aqui ou em qualquer outro lugar. De antemão, nós já nos colocamos à disposição, e parece que nós temos uma fiscalização para fazer em conjunto – vou ter muito prazer. Se eu não puder pessoalmente, vai haver um oficial meu lá, participando. E quem precisar ou passar ali pela nossa região, ali na entrada do Horto, chegue lá, toma um cafezinho, e comece a conhecer aquilo que estamos fazendo lá, até para que a gente possa tirar algumas imagens mal formadas no passado, porque eu só estou ali naquela região há oito meses, e isso aí é um prejudicador.

O nosso Vereador – eu queria ter falado para ele, mas, enfim... Ele falou que há 20 anos que ele ouve as mesmas coisas com questão ambiental, que não se tem estrutura, que a legislação é complexa... Mas, até hoje, não vimos uma pessoa sequer – isso em nível municipal, estadual, federal, organizações não-governamentais e outras instituições – tentar decifrar o que é a legislação ambiental, a transformar essa legislação ambiental em algo extremamente palpável, amável, executável e outras coisas mais que terminem com “vel”, para a gente poder levar adiante. Então, hoje, realmente nós ficamos à mercê de tecnocratas, de juristas, mais inteirados ou menos inteirados, mais compromissados ou menos compromissado, para levar adiante a questão de proteção ambiental.

E a outra questão, para finalizar – desculpe atrapalhar: tudo que se começa hoje no Brasil tem um prazo de duração ou de validade, que é a questão eleitoral. Então, tudo que se começa no Brasil hoje têm quatro anos de validade. No primeiro ano, o político tenta arcar com a responsabilidade que ele assumiu com os seus votantes – concordo plenamente; no segundo ano, ele começa a se inteirar do problema que ele vai enfrentar; no terceiro ano, ele começa a entender que ele pode participar e resolver alguma coisa; no quarto, ele inicia o projeto; no quinto, ele novamente tenta ser eleito. Se ele ganhar, muito que bem, ele inicia o processo novamente, lá no primeiro ano. Isso é realidade. Não podemos nos esquecer disso.

Então, se hoje está tendo essa iniciativa, temos que firmar isso, para ser algo que, amanhã, saio eu, sai ele, sai não sei quem, sai o nosso amigo Albano que conta a história lá do interior do parque... Eu não sabia disso, gente. Onde está gravado? Talvez, nem o Décio. Onde está gravado isso aí? Onde está a história? É para isso que serve a história: para que a gente possa saber o que aconteceu antes, para que a gente possa saber o que vai fazer, para que o futuro seja alterado, e viver - não é? -, viver de uma forma mais participativa nesse presente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – O Sr. Frederico quer falar algo?

O SR. FREDERICO RANGEL – Quero agradecer a iniciativa do Vereador.

A Asbea, da mesma forma, se coloca inteiramente à disposição para a gente auxiliar e colaborar da melhor forma possível, esclarecer, e sempre no sentido de qualificarmos melhor as nossas intervenções.

Acho que São Paulo, além de sofrer o equívoco histórico, em termos de planejamento urbano, de ocupação dos baixios, essa revisão ao Novo Plano Diretor – aí na minha opinião pessoal – também cometeu um grande equívoco em dois aspectos fundamentais: desfragmentou totalmente a Cidade, criando microzoneamentos, sem estabelecer um conceito lógico que fosse uniforme à Cidade. Quis ir, por força da caneta, contra a dinâmica irrefutável das grandes metrópoles que são as suas demandas.

Ao mesmo tempo em que o Plano Diretor estabeleceu reduzir o coeficiente de potencial construtivo para a Cidade, espalhando esse coeficiente, ele está juntamente ao contrário de se preservar aquilo que deveria ser preservado. Onde eu posso ocupar mais, tenho de incentivar essa ocupação, para atender aquela demanda. Aí, num lugar que eu não devo ocupar, eu recuo. Mas se eu não conseguir atender aquela demanda, a dinâmica é muito forte: a ilegalidade e a irregularidade vão contra o Município. O Poder Público não têm fiscalização suficiente. Então, a gente acaba perdendo o controle.

E, segundo, a complexidade da atual legislação é tão grande, mas tão grande que, mesmo para aqueles que militam na área, para aqueles que atuam na área - como eu que faço parte de um grupo que discute o assunto, semanalmente, desde 2003 -, posso lhes adiantar que existem ainda pontos na lei que são polêmicos. A legislação é tão complexa, com todas essas falhas que estamos falando, que, evidentemente, essa dificuldade gera, por outro lado, o descumprimento, ou de se vender a facilidade, porque ninguém conhece. Ninguém conhece. E olha, acho que cabe nos dedos desta mão quem conheça relativamente bem a legislação da Cidade.

Infelizmente, isso dificulta a fiscalização pelo Poder Público, dificulta a ação do Poder Público, quando a Cidade precisa; dificulta o trabalho dele, que tem de administrar e gerenciar uma área. As empresas e instituições gestoras dessas áreas problemáticas de São Paulo estão com enormes dificuldades para controlar essa situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) – Quería agradecer as palavras do Arquiteto Frederico Rangel. Obrigado por sua presença nesta Casa.

Espero que, na continuidade da nossa Comissão, que tem um prazo de 60 dias – e, se esticado, mais 15 -, a gente possa se auxiliar em algumas coisas; em algumas dúvidas que acho que vamos ter, você poderia ajudar nesse sentido.

Tem a palavra o Sr. Fernando Décio.

O SR. FRANCISCO DÉCIO - Embora essa batalha nossa, para preservação dessa unidade, está sendo difícil, em função dos baixos recursos humanos, em função de uma quantidade muito pequena de funcionários. Mesmo assim, há um aspecto positivo, que conseguimos, durante o ano que passou. Junto com o (ininteligível) de Guarulhos, conseguimos implantar o Núcleo Cabo Sul. Houve alguns danos. Houve tentativa de invasão na região Monte Alto do parque. Com a implantação desse núcleo, hoje já está gerando frutos. Há em torno de 300 mil pessoas na região.

O SAE(?) consegui implantar o ETA, Estação de Tratamento de Água. Em função disso, gerou-se uma série de recursos para o parque. Implantamos um programa de proteção lá. Hoje temos uma lancha e vigias terceirizados atuando lá. Temos veículos, técnicos, monitores e agora, no começo das férias, fizemos um programa muito bonito, com alunos, com o pessoal do entorno, sobre educação ambiental.

Por outro lado, a CETEP(?), na região leste do parque, está prevendo uma série de atividades, inclusive com cercamento de boa parte dessa área, com contratação de vigilância, e o projeto Cuca, que já teve o primeiro encontro com 80 líderes de comunidades dessa região, do Jardim Damaceno e Jardim Vista Alegre e Peri. Já fizemos algumas atividades educacionais com eles. Acredito que isso irá gerar bastante frutos, resultados positivos para o parque.

Hoje, por exemplo, temos a reunião do conselho construtivo do parque. Ele já está há mais de um ano. Já vai fazer quase dois anos que o conselho já está implantado no conselho construtivo do Parque Estadual da Cantareira.

Há muita ajuda na Administração do parque. Estamos nessa luta, embora em menor número. Vemos que estamos um pouco impotentes. Foi-nos perguntado como agimos em relação a esses condomínios do entorno. Dentro do possível, temos procurado auxílio do Ministério Público, que tem nos apoiado bastante.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu que agradeço. O senhor tem aliados. A Câmara Municipal de São Paulo pode ser um grande aliado do parque, inclusive na questão da interlocução com a sociedade, até mesmo com os moradores da região do Jaçanã-Tremembé. Há várias entidades organizadas. É um corpo de situação de preservação, porque isso é de todos nós. Se conseguirmos aprovar a preservação, vamos garantir isso para as nossas futuras gerações. Assim, estará garantida a qualidade de vida deles. Essa é a nossa preocupação. O parque pode contar com nosso apoio, com a apoio desta Comissão e da Câmara Municipal.

O SR. FRANCISCO DÉCIO - Essa também é uma preocupação do Ministério Público, que também chamou tanto a Polícia Ambiental, como nós, a Cetesb e a Prefeitura, para discutirmos o assunto também. Está no Ministério Público também esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vamos chamar aqui o Ministério Público para conversar também.

Vamos encerrar esta reunião, que foi muito produtiva. Tivemos quase três horas de discussão. Na próxima reunião, ainda não confirmada, haverá algumas consultoras aqui, a Carvalho Ipera, a Santos, Garci(?) e Rossi(?). As piores são as pequenas.

Vou contar a história desta Comissão. Peguei um folheto na Nova Cantareira, ao longo do Mac Donald's. Achei estranho porque o condomínio estava dentro do parque. Vim para cá pensando nisso. Aí oficializei a subprefeitura e a Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano, para dizer se aquele condomínio era regular. Até hoje estou esperando a resposta. Durante todo o ano passado, éramos para saber se esse condomínio era regular ou não. Então, estamos cobrando de todos os órgãos competentes, e ainda não temos essa informação. Foi daí que surgiu a idéia desta comissão de estudos, junto com o Lions Clube, (ininteligível) Tremembé, com o Defenda São Paulo, para conversarmos um pouquinho, para entendermos como está essa situação. Esta comissão pode ter um papel fundamental, primeiro de auxiliar a competência dos órgãos e uma unificação das idéias na sua ação. Já ficou claro, na semana passada, que a Secretaria do Verde e as subprefeituras não se conversam. Elas se batem, uma na outra. É uma coisa impressionante! Quase saiu tapa entre o coordenador da Cidade Jaçanã com o Secretário de Verde. Isso demonstra que eles não estão inteiramente articulados. Poderiam se articular.

Então, qual é a idéia desta Comissão? Vamos ter a revisão do plano diretor. Há várias ações que podemos estar ajudando nas competências, até mesmo em trazer a Polícia Florestal mais próxima do município, apesar que agora já surgiu a criação da Guarda Metropolitana do Verde. Essa integração com a Polícia Florestal é importante.

Agradeço a todos pela presença. Espero que, no final desta Comissão, tenhamos um bom relatório.

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 20 de março de 2006

#### OBSERVAÇÕES:

Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Boa tarde a todos. Nós vamos iniciar a reunião da Comissão, hoje com a ausência do nosso Presidente Juscelino que se encontra no Interior. Hoje temos na pauta o convite para o Condomínio da Rua do Horto, que é pela empresa Carvalho e Pera Construtora e Consultoria Ltda., a Santos Construtora, a Gafisa e a Rossi Construtora e incorporadora.

Gostaria de saber quais das empresas estão presentes. (Pausa) A Rossi e a Santos.

Então, vamos iniciar, convidando o representante da Santos. Por favor, gostaria que o senhor se sentasse aqui à mesa, para nós fazemos a argüição. (Pausa)

O Mário Siqueira dos Santos é o representante legal da empresa.

Gostaria de passar o microfone ao senhor, para o senhor dar seu nome completo, a sua qualificação dentro da empresa, e falar a respeito também dos alvarás e a respeito do empreendimento objeto da questão da Comissão.

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Meu nome é Mário Siqueira dos Santos. Sou representante e proprietário da Santos Construtora Ltda., e vim hoje convidado para prestar esclarecimentos sobre dois empreendimentos, o Residencial Jardim Itatinga I e o Residencial Jardim Itatinga II.

Agora, quais seriam as dúvidas quanto ao empreendimento?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Preliminarmente, o senhor trouxe todos esses documentos solicitados, o alvará, a certidão de conclusão, termos de compensação ambiental, licença de corte e remoção, licenças aprovadas pelo DPRM e pela Cohab, se for o caso?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Aqui está o alvará de licença. A empresa não é loteadora da área; a empresa adquiriu lotes deste empreendimento. Só que adquiriu quase a totalidade dos lotes, é representante legal, e o loteador já é falecido. Então, a entrada do processo é de 1970, do empreendimento, anterior à maioria das leis aqui. O empreendimento, posteriormente, foi submetido. Então, ele teve o seu alvará de licença expedido em 1977, e seu auto de conclusão e aceite de obras em 1981.

A empresa iniciou as obras do empreendimento em 1994, tendo sido notificada pela Promotoria do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos, e teve que fazer uma readequação ambiental de todo o empreendimento. Isso se deu através de dois termos de ajustamento de conduta, um encerrado em com 1995, outro em 2002, tendo já obtido até o arquivamento do processo no Ministério Público do Meio Ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Uma dúvida que me ficou: você protocolou em 1970, não é? Quer dizer, não foi você, mas a empresa que você adquiriu. E só em 1977 é que ele foi autorizado, houve a aprovação. E, posteriormente, teve o termo de ajuste. O senhor poderia explicar, por exemplo, o porquê desse prazo? É comum esse prazo de sete anos para demandar uma autorização?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Olha, o empreendimento, com a condição ambiental dele, hoje, acho que não sairia nunca.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) -- Mas porque, hem?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Pelas restrições ambientais hoje impostas, e a dificuldade entre órgãos. O caso deste empreendimento é um exemplo notório disso: o próprio Ministério Público, em vistoria ao cumprimento ao primeiro acordo, o técnico, que veio conferir se o acordo havia sido cumprido, abriu outro procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - E ele não foi cumprido por quê?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Não, ele foi cumprido. O técnico achava que era insuficiente o acordo das contrapartidas que o próprio DPRM tinha estabelecido, e o DPRM alegou que essas contrapartidas eram suficientes. E a construtora ainda teve que doar mais uma parte do empreendimento, que é até uma coisa que tem de se ressaltar: que a única parte do empreendimento, do acordo do Ministério Público, não cumprido até hoje é o recebimento, por parte da Prefeitura, de seis lotes que foram doados à municipalidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Por que isso?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – Está num processo, no patrimônio da Prefeitura, desde 2002, e até hoje a Prefeitura não aceitou a doação dos lotes que a construtora foi obrigada a doar, pelo Ministério Público. (Pausa) É o único ponto do acordo que ainda não foi, e que até o Promotor desobrigou a construtora, porque depende da Prefeitura, não depende do empreendedor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Eu pediria até à Assessoria que fizesse um requerimento para a Secretaria pertinente, a Secretaria de Patrimônio Imobiliário, ligado ao setor de patrimônio imobiliário, para verificar o porquê de ainda não ter sido foi lavrado o presente termo desse processo com relação à doação dessas áreas.

Existiram, dentro, desse procedimento, em toda essa fase, alguns problemas com relação à lavratura do boletim de ocorrência. O senhor sabe me dizer por quê?

O SR. MÁRIO SIQUEIRA DOS SANTOS – O empreendimento foi solicitado a prestar esclarecimentos junto à delegacia e levar documentação, exatamente porque existia esse problema de que o empreendimento foi aprovado e implantado numa lei anterior à Lei dos Mananciais, e teve casos em que os lotes não atendiam, e até o caso de desses lotes acabarem sendo desapropriados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Se ele foi aprovado, como você está falando, em 1977, e você deu entrada em 1970, em 1977 já tinha sido, aquela área da Cantareira, já era área de proteção ambiental. Nós temos as Leis 898/75 e 11.072, de 1976, que abrangem parcialmente a área, considerando área de proteção ambiental esse pedaço da Cantareira.

R - Só que o empreendimento foi protocolado em 1970.

P - 1970, mas ele não tem... Você não prevalece. A partir do momento em que ele não foi aprovado, não há de se falar que você tem que obedecer àquelas normas de 1970. Se nós temos normas aprovadas antes da aprovação, você tem que seguir as normas que foram encaminhadas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Por gentileza, eu gostaria que o senhor se identificasse, e falasse o seu nome.

O SR. CARLOS EDUARDO – Meu nome é Carlos Eduardo, eu sou advogado e acompanhei todos esses processos perante o Ministério Público. O que eu acho que ficou faltando explicar foi o seguinte: esse empreendimento foi aprovado em 1970, portanto, antes dessas leis de 1975.

Deixe-me lhe explicar o que aconteceu. Inclusive, foi expedido o termo de aceitação das obras - o TDO -, só que o proprietário não deu prosseguimento ao fato da construção das casas nos lotes nem nada. Ele até tinha uma contratação anterior com uma construtora, e isso não foi em frente, essas construções não foram edificadas com uma construtora.

Então, o que aconteceu? Quando ele fez o contato com a Santos, para que a Santos pudesse edificar casas no local, e a Santos acabou comprando o maior número de lotes, foi que os problemas iniciaram. Com relação a esse boletim de ocorrência que o senhor indagou ele aconteceu especificamente porque algumas ruas estavam sendo, inclusive por erosão causada pelo tempo, estavam sendo reparadas, e isso a Polícia Florestal entendeu que talvez se tratasse de um maciço e que devesse lavar as ambientais. E assim também com um dique que foi feito, com um muro de gabião que foi feito para a contenção de uma erosão que também foi considerado como infração ambiental. Então, tudo isso foi parar no Ministério Público.

O Ministério Público reconheceu que o loteamento tinha sido aprovado, que o loteamento tinha todas as suas licenças, mas que ele deveria, agora, por não ter sido processada nenhuma edificação na área e ainda não ter recebido nenhum aporte construtivo, que ele deveria adaptar-se, se readequar às leis ambientais posteriores. Então foi isso que se propôs.

P - O senhor me permite uma coisa: senhor tem esse termo de aprovação de 1970? Porque os documentos trazidos aqui para a Comissão eles falam que um loteamento do Jardim Itatinga foi devidamente aprovado, conforme Alvará 3280, Série 29, de 09/08/77, mas ele não fala o que o senhor acabou de mencionar.

- Conversas fora do microfone.

R - É, existe realmente uma planta de aprovação, mas, de qualquer forma, o esclarecimento que se quer dar é que...

P - O que eu gostaria... É porque, na realidade, o senhor está falando de uma posição que o loteamento foi aprovado em 1970.

R - Inclusive, reconhecido pelo Ministério Público.

P - Esses documentos, não sei. Estou vendo aqui os documentos da Secretaria. O senhor está fazendo uma nova alegação. Essa alegação não está aqui dentro dos documentos oferecidos pela empresa.

Então, eu gostaria que o senhor encaminhasse a aprovação desse, de 1970, para que nós possamos analisar. (Pausa)

- Manifestação fora do microfone.

P - Não, foi protocolado ou foi aprovado? O senhor falou que ele foi aprovado em 1970. Se quiser, nós podemos voltar. Não sei se tem a gravação aqui, e a gente pode voltar a fita. Mas, na realidade, o senhor acabou de afirmar que, em 1970, foi aprovado. E, porquanto, as leis que dizem respeito à área de proteção ambiental não foram levadas em consideração.

Primeiro, quero dizer o seguinte: que os documentos que aqui estão falam que o loteamento foi aprovado em 1977. Então, posterior à Lei de Proteção Ambiental.

O Mário estava falando que foi protocolado. São duas coisas totalmente distintas. Gostaria até, se o senhor reconsiderasse ou mantivesse essa posição.

R - Não, eu até pediria, então, que, com a complementação de seus documentos, porque como está dito, é o seguinte: quem aprovou esse loteamento não foi a Santos Construtora. A Santos, quando recebeu esse loteamento, ela recebeu tão só é simplesmente com uma contratação para construção de casas, em lotes de terrenos que já existiam, inclusive com matrícula no registro de imóveis.

Aí, o que acontece? Acontece que os problemas todos, no Ministério Público, que eu estou citando, eles foram considerados. Aliás, tive uma entrevista pessoalmente com o Promotor Público, e eles foram considerados da seguinte forma: de fato, existiam todos os documentos que davam aporte a essa aprovação do loteamento e a essa regularização do loteamento, ainda com base naquelas leis, e mais que isso, diante da nova legislação ambiental, ele precisava se readequar e ajustar, tanto que foi pedido um estudo. Foi feito um estudo, submetido ao DPRM o qual apresentou esse estudo ao Ministério Público; esse mandou seus técnicos e houve totalmente uma readequação da área às leis ambientais, tanto que houve esses dois termos de reajustamento de conduta: um, em 1995; e o segundo ele resultou porque, quando o técnico foi verificar do comprimento das condições do primeiro termo de ajustamento de conduta, faltavam algumas observações, e o técnico fez algumas outras observações, até contra o primeiro termo. Então, acabou num segundo termo, havendo novas exigências para a Santos cumprir - foram todas cumpridas. Apenas esta, que é a da doação dos lotes para a Prefeitura Municipal.

Então, é isso o que eu sei. Na realidade, eu gostaria de que essas afirmações eu pudesse fazer, trazendo os documentos que, aliás, não são da Santos. Isso foi um loteamento aprovado pelo Sr. Joaquim Ferreira Filho, que era dono da área, na origem, que aprovou o loteamento.

P - Mas eu volto a afirmar que, inclusive, até aqui na denúncia do Ministério Público, ele volta a falar que o loteamento foi aprovado em 1977, ele não em 1970. Essa é a primeira posição que foi levantada, tanto que foram abertos um boletim de ocorrência e um procedimento junto ao Ministério Público.

R - É, mas não foi em função disso. O boletim, como eu estou narrando, aconteceu porque estava havendo obras de recuperação das vias públicas e também a construção de um muro de gabião.

P - Mas, na realidade, eu gostaria até que vocês me apresentassem esse documento, porque na realidade o que nós estamos tentando apurar e tentando buscar é uma solução para a Cantareira. Agora, nós precisamos estudar o que aconteceu com os loteamentos, o que aconteceu. Sabemos que existiram, na época dos administradores regionais, até alguns políticos que vendiam terreno naquela área, que faziam loteamento, que não é o caso de vocês. Mas eu acho que também, mesmo tempo, primeiro, eu vejo a dificuldade do tempo de aprovação. Sete anos é para qualquer empreendedor desistir do projeto. Segundo, a afirmação que o senhor fala, de que adquiriu essa área posterior à aprovação do loteamento, eu não concordo com o senhor, com os documentos aqui levantados, porque, na realidade, ele pode ter protocolado o documento, mas isso não quer dizer que ele foi aprovado. Segundo, se não foi aprovado, ele não poderia ter vendido essa área. Se você comprou essa área, você é sucessor e obrigado a acompanhar os termos, porque você está numa área irregular. Você teria de regularizar a área. Uma vez aprovado o loteamento, você fazer, e começar as construções. Exatamente isso.

R - Veja, no Ministério Público, exatamente o que o nobre Vereador está falando, foi levantado, tanto que o nobre Promotor inclusive exigiu o comparecimento do titular da área, que é o Sr. Joaquim Ferreira Filho, porque, na oportunidade, não houve um empreendimento com uma empresa para desenvolver o loteamento. Não. Este loteamento tinha sido aprovado por uma pessoa física, exclusivamente.

P - Mas aqui não está.

R - Não, não. Está, sim. Tá, tá. Está em nome dele. Veja que o alvará está em nome dele. O alvará não tem nada com a Santos. Está em nome dele.

P - Então, mas o alvará, esse alvará de licença é de 1977.

R - Então, mas está em nome de Joaquim Ferreira Filho.

P - Mas é de 1977. Nós estamos falando de 1970. E o senhor afirmou que o alvará foi concedido pelo Sr. Joaquim Ferreira Filho e sua senhora, em 1970. Esse documento aqui é que deu o alvará e que deu autorização.

R - Perfeito, mas para o Joaquim Ferreira Filho.  
P - Datado de 1977.  
R - Então, mas para Joaquim Ferreira Filho.  
P - É isso o que eu estou perguntando.  
- Manifestação fora do microfone.  
P - Não existe isso.  
- Manifestação fora do microfone.  
P - Não existe isso.  
R - Não existe como? Não tem um novo loteador?  
P - Se você não conseguiu aprovar nenhum, ...  
R - Mas eu aprovei.  
P - Você não aprovou. Onde é que está? Eu gostaria que você apresentasse.  
Então, vamos suspender o depoimento e vamos aguardar, e marcar para a próxima semana a apresentação do documento que eles estão alegando que já havia aprovação em 1970. Então, eu pediria que, na próxima reunião...  
Não o protocolo. Vocês falaram do alvará. Eu gostaria de ter esse alvará. Acho que todos que estão aqui presentes estão sabendo, então ouviram claramente. Perguntei várias vezes, e foi mantido que, na realidade, a autorização se deu em 1970.  
Então, eu gostaria de suspender, porque estão prejudicadas as demais questões. E aguardaria, e pediria para esta Comissão marcar a próxima reunião para a próxima semana, para a gente, com base nesses documentos, perquirir a empresa.  
Agradeço novamente a presença de vocês. Acho que, na realidade, só com a apresentação desse documento é que nós podemos avançar e perquirir, dentro da relação das perguntas elencadas por esta Comissão.  
Agradeço o comparecimento. Obrigado.  
R - Só gostaria, para bem da verdade, deixar expressamente ressaltado que todas as afirmações que foram feitas, foram feitas com base de que o loteamento foi aprovado por Joaquim Ferreira Filho, e não pela Santos Construtora. (Pausa)  
P - É, só a título, quer dizer, na realidade, quando nós solicitamos, no início da oitiva, nós perguntamos se você havia trazido os documentos. Então, acho que nada mais justo do que os documentos deixar já com a guarda da Comissão, para que a gente possa analisar. A não ser que possa haver algum obstáculo.  
- Conversas fora do microfone.  
P - Então, eu gostaria de, dando prosseguimento, chamar a representante da Construtora Rossi. (Pausa) Preliminarmente, gostaria que você mencionasse seu nome e seu cargo na empresa, e se você trouxe os documentos solicitados pela comissão.  
A SRA. CARMEM LOPES - Meu nome é Carmem Lopes, sou Gerente de Incorporação da Rossi Residencial, e trouxe toda a documentação do Village da Serra, do Flamboiã, e do Araucária, conforme a solicitação.  
P - Eu gostaria de saber, primeiro, e começar: acho que podemos falar dos dois e acho que, quando você mencionar o primeiro, ...  
R - É, vale para os dois.  
P - Vale para os dois.  
Em que data foi aprovado o seu projeto?  
R - Foi em setembro de 2003, o alvará de aprovação e de execução.  
P - Em que a data foi protocolado o seu projeto?  
R - Data em que foi protocolado? Não tenho a data, mas, na realidade...  
P - Existe ou houve um tempo muito longo entre a aprovação e...  
R - Não, por volta de no ano, um ano e pouco. Eu posso checar essas informações; aí, depois, complementar.  
P - Certo.  
Vocês têm outras aprovações? Você sabe, mais ou menos, a média de aprovação?  
R - Para um empreendimento que nem esse, que teve esse desmembramento, que a empresa (?) teve que doar adicional, área verde, normalmente é um prazo de um ano. É, um ano demora.  
P - Um prazo de uns sete anos fica uma coisa complicada, não fica?  
R - É, é meio complicado, mas não sei quais são os...  
P - Eu não sei se existe a viabilidade econômica. Não, eu estou perguntando...  
R - Não, realmente...  
P - Qual é o prazo, dentro de um equilíbrio financeiro?

R - Financeiro, é assim: depende muito de quanto você pagou pelo terreno. Se você paga o terreno à vista ou se é permuta. Se você paga o terreno à vista, você tem que lançar imediatamente, porque o tempo começa a correr. Aí, ligou, você tem que lançar. É assim: depende muito das características do terreno para a gente poder avaliar. Mas sete anos é um prazo um tanto quanto demorado.

P - Entendi.

Quanto tempo seu projeto demorou no Depav?

R - No Depav, a gente demorou uns quatro meses, cinco meses, acho.

P - Quais foram as principais dificuldades para a aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos?

R - Normalmente, o Depav é o órgão mais complicado, de fato, para a gente aprovar os projetos. No DPRN não estou com grandes dificuldades. Mas o Depav é o órgão mais complicado.

P - Por quê? Você poderia explicar?

R - Depende muito das pessoas que estão trabalhando. Toda vez que você está mexendo com árvore, com meio ambiente, realmente, hoje, todo mundo está muito preocupado. Não querendo falar, mas a Rossi também está preocupada com o meio ambiente, e é por isso que acho que existe essa demora. É a análise do projeto, é você tentar ver quais espécies você pode preservar dentro do empreendimento. Que isso não é assim que nós somos bonzinhos e queremos. Porque todo mundo está buscando isso. Além de você ajudar o meio ambiente, você está vendendo qualidade para o empreendimento.

P - Entendi. Mas existe a aprovação prévia também pelo DPRN, não é? Na realidade, é uma entidade ambiental. Quer dizer, eles não se conversam, Depav e DPRN? Não existe uma conversa?

R - Deveria, não é?

P - Uma ação conjunta com relação a isso?

R - Mas, normalmente, o que a gente faz? A gente assina um laudo avaliatório. Hoje, os trâmites são assim: você assina um laudo avaliatório com o Depav; aí, você leva ao DPRN. Mas o que você tiver acertado com o Depav, com o Inspec (?), tudo, o DPRN sempre dá uma analisada, mas não foge muito daquilo que o Depav falou; ou dá algumas outras compensações, dá uma acrescida na parte de termos de ajuste, mas não...

P - O representante da Polícia Ambiental esteve aqui e eles estavam falando que - eu não sei se é coisa recente, mas eles montaram um Balcão de Análise de Projetos, dentro da área de proteção ambiental. Não sei se vocês também protocolaram esse projeto dentro desse balcão que eles dizem que está em pleno funcionamento.

R - Eu nem tinha conhecimento disso.

P - Você sofreu alguma sanção, alguma atuação, durante a tramitação do projeto, a implantação do projeto?

R - Não.

P - Quais foram as compensações solicitadas, no termo de ajuste?

R - Estou com ele aqui, e posso dar uma lida. Nós cortamos 82 exemplares e transplantamos 13. Tivemos que... Isso que estou falando é de um empreendimento, e a gente teve que implantar 470 árvores, e 256 foram preservadas dentro do empreendimento.

P - Essas árvores você poderia me dizer que tipo de árvores? Árvores nativas, ou não?

R - Que eu tive que preservar?

P - Não, que você teve que cortar?

R - Que cortar?

P - Sim.

R - Ah, aí eu não sei.

P - Você não sabe quais espécies?

R - Não, não sei quais espécies. Tem um relatório aqui que, de repente, dá para a gente até ver. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Esse plantio dessas árvores solicitadas pelo termo onde foram realizadas?

A SRA. CARMEM LOPES - Não. Porque na época que assinamos com o DEPAVE, não tínhamos essa conduta de estar fazendo a compensação na subprefeitura do próprio empreendimento. E quando assinamos o TCA em 2003, parte dessas mudas foram trocadas em obra. Então dos 2 TCAs fixamos uma reforma no parque Luiz Carlos Prestes, perto do Morumbi, atrás no Shopping Butantã, e as outras mudas foram entregues no próprio parque.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Foram atendidas todas as solicitações pelo TCA.

A SRA. CARMEM LOPES - Agora estamos na parte do termo de recebimento, da obra já foi, e agora estamos finalizando a parte de vegetação.

P - Existia algum córrego dentro do empreendimento?

R - Não. Só o Córrego da Av. Maria Amália. Que a gente está respeitando os 30 metros da APP.

P - Assessoria tem mais alguma indagação? (Pausa) Na realidade vamos estudar os documentos apresentados, é importante que deixemos marcado aqui, para você e para os empreendedores, para todos que acompanham que o intuito dessa comissão não é realmente criticar os empreendedores. Mesmo porque São Paulo precisa de obras, de empreendedores. Mas o que a gente busca, exatamente, é coibir loteamentos regulares, ações irregulares e muitas vezes com a participação de funcionários, ou estaduais, municipais que fecham os olhos e deixam passar. Temos a Cantareira perdendo todo aquele encanto, é uma área extremamente importante. Existe a previsão de ser considerada uma área de proteção, tanto por lei, Municipal, Estadual, Federal, mas infelizmente não vem sendo cumpridas. O que estamos tentando, é entender o aspecto de porque e o porque desses problemas que ocorreram, e porque dessas aprovações, dos projetos que ainda estão irregulares, e que vem sendo construídos. Basicamente isso. E fazer sugestões para o Executivo, o que a gente vê com sua apresentação é que a Secretaria do Verde, ao nível do Município, não buscava atacar o problema a nível regional. Quando se assinava um termo de ajuste, se buscava privilegiar uma outra área, sendo que essa área que seria degradada. Uma área que sairia prejudicada.

A SRA. CARMEM LOPES - Mas hoje é diferente. Qualquer termo que você vai estar assinando com DEPAVE, você vai estar compensando na próxima subprefeitura, isso já foi ajustado lá dentro que foi bom para as próprias regiões.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Mesmo porque você tem um novo plano Diretor em andamento. Dentro daquele plano Diretor têm: áreas declaradas, você tem de preservar, investir, e o que a gente verificar é que não existia isso. Trabalhava de acordo com o interesse político de privilegiar aquela região ou outra região. Acredito que a coisa tem mudado, por meio dessa nova conduta pela secretaria, mas o que vimos, que até o ano passado, por incrível que pareça nos recebemos aqui o Sr. Secretário e a discussão entre a subprefeitura do Tremembé e o Secretário, verificamos que não existia essa integração apesar da lei do Plano Diretor aprovado e já em vigor desde o ano passado. Gostaria de agradecer sua presença e dizer que vamos estudar...

Com a palavra o Sr. Francisco, agrônomo.

O SR. FRANCISCO - Sou agrônomo e faço parte da Assembléia Legislativa. Gostaria de saber, se vocês tiveram e como foi a qualidade dela, em que período, conversas com a subprefeitura Jaçanã/Tremembé, e se houve, com quem, nome, qual o engenheiro e quem da empresa de vocês estabeleceu essa relação?

A SRA. CARMEM LOPES - Na realidade a subprefeitura, tenho um documento. Posso estar te falando quem assinou esse documento a licença. Aqui tem o agrônomo José Geraldo Vieira, Amauri Pedro Binoti, e Marco Antônio Silva, subprefeito. Essa relação com a Subprefeitura, normalmente não sou eu quem irá na subprefeitura. Normalmente a gente contrata as pessoas para poder estar fazendo isso. Não sei te dizer, agora não lembro se foi o Fernando de uma empresa que contratei, chamada Verde que fez essa relação para conseguir essa licença. Mas são essas pessoas que assinaram esse documento, mas eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Alguém mais gostaria de fazer mais alguma pergunta? Então vamos agradecer a presença da representante da empresa e convocar a nova reunião para o dia 27 de março, e peço novamente que reitere o convite aquelas duas empresas que não compareceram, além do conjunto residencial Vista Verde, o Secretário de Planejamento, do Município e do Engº Alexandre Pereira Cavalcante, diretor regional metropolitano do DPRN. E era importante, que aqui também não estava, convocar o representante da Secretaria da Habitação, onde temos aprovações com relação a esses condomínios.

Novamente agradeço a presença de todos. Estão encerrados nossos trabalhos.

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 27 de março de 2006

#### OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível

Intervenção simultânea ininteligível/inaudível

SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde a todos. Vamos dar início à 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Estudos de Impactos Ambientais dos condomínios residenciais horizontais na Serra da Cantareira. Quero agradecer a presença dos Srs. Vereadores, especificamente os nobres Vereadores Aurélio Nomura, que está aqui com a gente.

Hoje, convidamos o Sr. Armando Berteloto, a quem convido para fazer parte da Mesa. Estamos aguardando uma pessoa do DPRN, que confirmou presença e não chegou ainda. E, Sra. Nilza Maria Toledo, Chefe do Departamento de Urbanismo da Sempla, que também convido para fazer parte da Mesa. Está presente a Sra. Rita, que é técnica.

Estamos no meio da nossa Comissão de Estudos e temos uma avaliação de como está a situação dos condomínios horizontais naquela região. Temos levantamento de alguns condomínios completamente irregulares. Têm condomínios sendo vendidos, mas sem documentação para compra e venda. Daqui a pouco o nobre Vereador Aurélio Nomura poderá explicar melhor. Eu não estive na última reunião, mas ele esteve. Foi uma reunião com os construtores. Para nós é muito desagradável porque as coisas estão tomando uma dimensão muito grande com esses condomínios na Serra da Cantareira. Eles compram duas, três, quatro casas, desmatam, não têm responsabilidade ambiental, não têm responsabilidade de nada. Eles começam a construir, colocar à venda e seja o que Deus quiser.

Há dois condomínios especificamente que gostaria de sugerir à Comissão que agendássemos uma visita. Então, proponho à Comissão que preparasse uma ida ao condomínio da rua do Horto e ao Condomínio Residencial Jardim Itatinga. A Gafisa, aquele condomínio na Nova Cantareira que tem problema da fonte de água, ela vendeu aquele condomínio. Existe uma outra construtora lá que não é mais a Gafisa. O Tupinambá não desceu ainda, mas ele está com o nome dessa nova construtora. Nós vamos até lá também. Então, poderíamos programar a partir desta semana, se for o caso pela manhã, e pegamos a Comissão, Polícia Florestal, a Subprefeitura, a Sempla, o Aprove e vamos até lá.

Esta Comissão precisa dar uma resposta. Estamos fazendo todos os nossos levantamentos e verificando todas essas irregularidades. Existe uma preocupação nossa de melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem naquela região. E, junto com os órgãos municipais temos responsabilidades. Existem coisas erradas e para isso precisamos ter uma posição muito clara. Se for o caso, até interditaríamos aqueles três condomínios.

Então, gostaria de pedir à secretaria da Comissão que se mobilizasse junto com a assessoria técnica que trouxemos para realizarmos uma visita a esses três condomínios.

Primeiro, vou dar a palavra ao Sr. Armando Berteloto para falar como a sociedade está verificando esses condomínios horizontais e qual é a relação dos condomínios com a nossa região. Tem a palavra o Sr. Armando Berteloto.

O SR. ARMANDO BERTELOTO - Pressentindo os impactos da região, o Lions Clube de São Paulo Tremembé obteve da Câmara Municipal em setembro de 1978 a aprovação de um projeto de lei que classificou o bairro do Tremembé em área estritamente residencial, com as limitações legais de uso e ocupação do solo.

Entretanto, o Poder Executivo, através dos órgãos próprios de concessão de alvará de construção e de fiscalização de aplicação dessa determinação legal, nunca considerou como recurso do zoneamento para evitar a descaracterização da vocação natural dessa região da zona Norte.

Não obstante essa classificação de limitado o uso, começou a surgir construções de edifícios de residências unifamiliares como se nada houvesse em contrário. A contar de setembro de 79, com o advento do Conselho Comunitário da Região Administrativa de Santana/Tucuruvi, esse órgão passou a pleitear da Prefeitura, através da então Administração Regional Santana/Tucuruvi - nomenclatura anterior, atual subprefeitura - as providências necessárias para cumprir a referida disposição legal com o objetivo de preservar as remanescentes áreas vedes.

A Subprefeitura de Tremembé/Jaçanã é mais recente. Mas, sempre se obteve das autoridades das subprefeituras a informação de que esses alvarás de uso e ocupação de solo, contrários aos permitidos na região foram concedidos pela Sehab e por isso nada faziam para impedir tais construções. Essa divergência de atuação demonstra a necessidade de descentralização dessas concessões de alvará para as respectivas subprefeituras.

Todos os condomínios e áreas relacionadas por esta Comissão foram objeto de comunicação prévia à subprefeitura nas administrações anteriores. E algumas foram denunciadas ao Ministério Público, entre essas o Residencial Village das Palmas, na Rua José Martins Borges, 189, que hoje está quase que inteiramente construído e já com residentes. Os Condomínios

Serra do Flamboyant e Village da Serra Araucária, na Rua Comendador Aquilino Teixeira, 101 a 151, estão com construções prestes a concluir e com sistema de venda bem adiantado. O condomínio da Rua do Horto, 802, 1072, esse condomínio foi construído em cima do Córrego Tremembé. Hoje estamos lutando para resolver o problema de saneamento do córrego e retificação de canal. A Prefeitura vai ter um problema muito sério porque tem que tirar de lá a construção que fizeram indevidamente. Condomínio Itatinga, na Rua Itabira, sem número, Pedra Branca: esse condomínio já tem um e dois e estão preparando o terceiro condomínio. Estas são as preliminares que preparamos. Aguardamos agora as perguntas que a Comissão eventualmente venha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Sr. Armando, o senhor fez um breve relato de como está a situação. O Conselho fez algumas visitas aos condomínios horizontais para os órgãos públicos. Vocês tiveram algum retorno disso?

O SR. ARMANDO BERTELOTO - Tivemos de alguns casos. Como a nossa Justiça é muito lenta, por exemplo, nesse condomínio da Rua José Martins Borges ainda não está decidido na Justiça. Agora o Procurador quer saber o que fazer. Eu não sei o que fazer porque já desmataram tudo o que queríamos preservado, fizeram uma construção muito diferente da realidade da região e já têm residentes. Então, agora não sei o que a Justiça vai fazer.

Naquele da Rua do Horto fizemos várias intervenções verbais junto a administração anterior, junto à subprefeitura e nunca tivemos solução a não ser essa de que a construção tinha sido autorizada pela Sehab. Bom, nós entramos na Justiça pedindo que fossem tomadas providências. Nesse caso não temos nenhuma orientação e nenhuma informação a respeito.

Temos outros imóveis na região que já pedimos, como esse que não é mais da Gafisa, mas ainda quando era da Gafisa, para esse imóvel também pedimos, está na Justiça, no Ministério Público, mas não sei dizer atualmente qual é o problema.

Hoje o problema é muito sério porque está cuidando dessa canalização do Córrego Tremembé e a Avenida Vereador Ângelo Borto(?), que tem um córrego que está justamente nessa área. Aí passa um córrego que já está coberto. Amanhã vai ser um foco de enchente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Nessa questão que o sr. Armando está colocando é bom lembrar que têm árvores centenárias sendo cortadas na nossa região do Jaçanã/Tremembé. Eles vão lá, cortam com moto-serra e quando você chega lá as árvores estão no chão. Então, existe uma responsabilidade muito grande. Qual o nome das árvores centenárias que foram para o chão, Sr. Armando? O senhor poderia dar um quadro?

O SR. ARMANDO BERTELOTO - Temos uma que não está nessa relação, que é uma da esquina da Rua Lair com a Rua Maria Amália Lopes de Azevedo e Rua Raul Vicente. Nesse condomínio quando reclamamos junto à subprefeitura, eles disseram que as árvores foram demarcadas para serem preservadas. Mas, as árvores demarcadas estavam em três cantos da área uma árvore. Isso não é maneira de preservar área verde. É preferível cortar tudo. A área verde tem de estar em conjunto. Cortar dessa forma é uma inutilidade, uma tapeação porque isso não resolve nada. Ou deixa a área verde ou não deixa.

Então, temos essa área, temos uma que está sendo anunciada para venda na Rua Doutor José Vicente, que é uma chácara, e uma na Rua Albertina. São duas chácaras muito grandes e que certamente vão vender para possíveis condomínios.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vocês estão anotando esses endereços? Possivelmente na quarta-feira vamos para lá e poderíamos verificar essas questões que o Sr. Armando está colocando.

Para vocês terem uma idéia, existem condomínios naquela região feitos em cima de minas de água. Passaram os anos, a água começou a brotar e a encher a casa das pessoas. Hoje as pessoas moram nesse condomínio e existe infiltração em quase 100% do condomínio. Quer dizer, não existe nem uma responsabilidade dos órgãos públicos de fiscalizar direito esses condomínios horizontais.

A proposta desta Comissão caminha para dois objetivos. O primeiro é a questão é que este ano teremos a revisão do Plano Diretor. Nós podemos abrir uma discussão mais ampla sobre esses condomínios horizontais. E a outra questão é a preservação daquela região. Você tem hoje duas regiões na cidade de São Paulo que têm de ser preservadas: uma é a zona Sul por causa das nossas represas e a zona Norte por causa da nossa serra. Você tem dois engodos que se morrer essas duas situações a qualidade de vida das pessoas cai muito.

Então, nesse sentido acho que esta Comissão tem um papel fundamental através do relatório que faremos no final colocar muito claro como está essa situação.

Quero agora passar a palavra para a Sra. Nilza, representante da Sempla, do Departamento de Urbanismo, para nos dizer como vê essa relação dos condomínios horizontais naquela região da Serra da Cantareira.

Eu queria agora passar a palavra para a Sra. Nilza, que é representante da Sempla, do Departamento de Urbanismo. Como é que vê essa relação dos condomínios horizontais naquela região da Serra da Cantareira?

A SRA. NILZA MARIA TOLEDO - Boa tarde a todos. Eu gostaria de esclarecer, com relação ao zoneamento que está em vigor nessa região, especialmente de algumas ruas que aqui foram mencionadas, que elas estão em zona especial de proteção, de preservação, uma região a que chamamos de ZEP. Inclusive, essa da Rua do Horto nós sabemos que está contida ali. Mas há pessoas que nos procuram, dizendo que realmente são proprietários desses lotes. Há um trecho que foi regularizado pela Secretaria da Habitação, um pequeno loteamento, o que eles chamam de regularização de alguns imóveis. Então, há trechos pequenos. Mas, segundo a nossa legislação, ela está como zona de preservação, como uma unidade de conservação, nos termos da lei federal. Mas, no processo de revisão, essas questões estão nos chegando, assim como as informações que estão sendo tratadas nesta reunião.

Um dos aspectos que temos como importante nessa área é que, na proximidade com o Horto, existe uma lei estadual, do Parque da Cantareira, que é regido por essa lei, onde há um problema de fiscalização entre o Município e os funcionários que estão tomando conta daquela área, mais voltados à lei estadual. Então, precisamos acertar algumas coisas com a Subprefeitura, para que a fiscalização se faça de forma mais intensiva. Mas toda a questão de regularização de loteamentos está a cargo de Parsolo e Resolo, unidades da Sehab. Talvez a autorização dada, em alguns casos, pode ter sido em decorrência de regularização de loteamento. É um caso a ser verificado. Sei de um trecho na Rua do Horto em que realmente existe um loteamento regularizado.

É o que posso dizer no momento. Coloco-me à disposição para esclarecer algumas outras questões, que estamos tratando, na revisão, juntamente com as Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Só para entendermos um pouco, já estiveram aqui presentes as Subprefeituras, esteve o Verde e outros órgãos. A Aprov não veio. O que me deixa perplexo é que os órgãos não se falam. O Verde não fala com a Subprefeituras. A Subprefeituras não fala com Aprov, porque, vai lá direto, aprova e depois a fiscalização fica por conta da Subprefeitura, aí eles vão lá e não fiscalizam, porque acham que não é responsabilidade deles, porque não foram eles que aprovaram. Quer dizer, há remoção de árvore, mas depois o Verde passa a responsabilidade para a Subprefeituras, que não acompanha, corta árvores demais.

Inclusive, Vereador Nomura, poderíamos colocar em nosso relatório que poderia ser criado um balcão único na Prefeitura de São Paulo, em que, por meio de um protocolo, poderia ser direcionado qualquer processo de aprovação de condomínios, horizontais ou não. Haveria um acompanhamento mais fácil desses processos. Se não for modificado esse sistema, a Prefeitura terá cada vez mais dificuldade de estabelecer comunicação entre seus órgãos. Isso ficou muito claro nesta mesa, porque os representantes dos órgãos quase se pegaram a tapa na reunião. Outra vantagem seria o trâmite desses processos. Com o atual sistema, a sociedade fica inteiramente desprotegida. Até agora, não conseguimos, de fato, saber como esses condomínios conseguiram ser construídos em lugar em que não deveriam ser construídos, derrubar árvores que não poderiam ser derrubadas. Ninguém se responsabiliza por nada. Se a sociedade começar a se mobilizar e começar a ganhar força por seu conjunto, fica difícil haver aqui na Câmara uma solução sem a ajuda do Executivo. Poderíamos tentar algo, unificando o Executivo, Legislativo e a sociedade civil organizada, ou não conseguiremos avançar nas questões daquela região.

Existem vários condomínios que já estão sendo preparados naquela região, já estão colocando tapumes. Vamos lá para verificar se eles têm documentação e vemos que não há documentação alguma.

Vou passar a palavra ao Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Boa tarde a todos. Cumprimento o Dr. Armando, companheiro na legislatura retrasada, quando eu era Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, a engenheira Nilza, chefe do Departamento de Urbanismo de Sempla. Quero fazer uma indagação. Se observarmos a Resolução CONAMA 13/90, que acho que merece um reestudo, apesar de não regulamentada, ela fala que, num raio de 10 quilômetros do Parque obrigatoriamente depende de um relatório ambiental preliminar e depende também de manifestação de órgãos estaduais, ou seja, o Grapuab, SMA, Cetesb. Há necessidade também

de ter um alvará metropolitano, o TUSM. Posteriormente, é formada uma condição para a manifestação do Município. Aí, portanto, uma vez aprovado pelo Município, há possibilidade de se fazer o registro do empreendimento. O que eu verifico, comparando estudos elaborados pelo DPRM e pela Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais, estive analisando, no período de 1979 a 1988, a ocupação irregular e construção de loteamentos sem qualquer solução. O que verificamos é que, conforme o Presidente mencionou, os órgãos municipais não se comunicam e os órgãos estaduais também. Em vez de termos um controle sobre a responsabilidade e o processo, até para facilitar a fiscalização pelos munícipes, o processo não fica em mãos da subprefeitura, fica com Sempla, Aprov, Parsolo, enfim, há um trâmite. Só ultimando as análises é que o processo vai para a Secretaria do Verde, que, há até pouco tempo, os termos de compensação ambiental sequer são executados na área degradada. Parece-me, não sei se é verdade, a partir de uma portaria ou decreto, todas as compensações ambientais serão feitas na área onde houve o dano.

O que me causa surpresa é que aquela área, além de ser de proteção ambiental, de mananciais, ela possui uma vegetação significativa que leva ao patrimônio ambiental, de acordo com os decretos estaduais. Rezam o Decreto Estadual 39743/94 que, em caráter excepcional - é bom frisar -, a vegetação com área maior de mil metros quadrados necessita de anuência prévia do DPRM. E o que verificamos é que não há esse controle e que a Prefeitura não leva em consideração a análise prévia que deveria ser feita pelos órgãos estaduais. O processo corre dentro da Prefeitura, passando por Sempla, pela Subprefeituras, e a Subprefeitura não tem condições de agir, porque ela sequer tem o processo.

Essas seriam as indagações preliminares. Eu gostaria, se possível, que a senhora pudesse discorrer sobre o que ocorre efetivamente. O Governo do Estado - já pedimos o documento, mas ainda não chegou; precisamos checar -, através de portaria, está criando para aquela área, que abrange não só o Município de São Paulo, mas também Mairiporã, um balcão único. Pergunto se esse balcão único no Estado está funcionando. Pergunto também por que a Prefeitura não adota também um procedimento semelhante.

Na semana passada, não compareceu a consultora que deveria estar presente hoje e eles nos deram um documento, que inclusive foi alvo de denúncia no Ministério Público, depois houve um termo de ajuste, da consultora, se não me engano, Carvalho & Pera. Não, Santos Consultora. A análise que fizemos previamente do documento - a assessoria está analisando in loco - nos dá conta da alegação de que desde 1970 eles tinham alvará. Segundo dados oferecidos pela própria consultora, somente em 77 é que eles tiveram alvará. Essas diferenças que aparecem quando do protocolo por que acontecem? Por que esse processo demanda um prazo, que eu acho absurdo, de 7 anos? Primeiro, porque daria para a construtora largar esse empreendimento. Essa é a primeira dúvida: por que essa demanda? Por que de demandar todo esse período?

Segundo, conforme observamos, quando se trata de uma análise, de uma avaliação de um licenciamento onde poderemos ter córregos na região, não se leva em conta. Temos um outro empreendimento que tinha um córrego ali. O Sr. Armando está representando o conselho, e está falando a respeito do assunto, dizendo que há necessidade de serem seguidos os parâmetros e os trâmites legais, com relação a isso.

Vemos que não há qualquer tipo de menção em relação a isso. Pergunto: "As incorporadoras, empresas que solicitam, apresentam documentação falsa ou simplesmente omitem isso? Se existe o documento, e se for analisado tal documento, a luz das cartas e mapas que há, em Sempla, se também são analisadas e solicitadas novas informações para a posterior emissão de alvará?"

Essas são as perguntas preliminares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Tem a palavra a Sra. Nilza.

A SRA. NILZA - Esclareço apenas alguns pontos, no nosso procedimento de revisão do plano diretor. O Plano Diretor é uma peça muito importante. Ela realmente dá todas as diretrizes de desenvolvimento e de áreas a proteger, de áreas onde realmente o município pode se expandir. Ele também é o instrumento norteador das leis de uso e ocupação do solo.

Estamos fazendo todo esse trabalho em conjunto com as subprefeituras, porque a Sempla tem a coordenação, por ser a Secretaria de Planejamento, órgão pela competência que faz o Plano Diretor e as leis de uso e ocupação do solo, e ela faz também esse trabalho, em conjunto com as 31 subprefeituras, com a participação da Secretaria das Subprefeituras, e com secretarias setoriais de importância da cidade, do ponto de vista do planejamento macro da cidade. Seria a

Secretarias Municipal do Verde e Meio Ambiente, com a qual falamos bastante e também encontramos. Estamos em estreita relação durante todo o tempo.

Há então realmente uma participação efetiva de técnicos dele, junto com técnicos da Secretaria. Esse trabalho foi criado por meio de uma portaria do Sr. Francisco Vidal Luna, Secretário Municipal de Planejamento, convocando todos esses técnicos. Temos tido reuniões sistemáticas. Além da Secretaria Municipal do Verde, participa a Secretaria Municipal de Infra-Estrutura urbana, também importante.

O Plano Diretor contempla todas essas questões. O Plano Diretor e os planos regionais deles decorrentes têm todo um trabalho nesse sentido.

Por exemplo, o mapa 1, da rede hídrica, está presente no nosso plano, e estamos avançando com a Secretaria Municipal do Verde e Meio ambiente, para incluir todo o sistema de verde, sistema de áreas verdes que está contemplado, num artigo da lei, e isso tem de estar reproduzido nesse mapa também. É um trabalho que estamos desenvolvendo em conjunto.

O segundo mapa é de melhoramentos públicos. Faz parte de toda a diretriz do Plano Diretor, indicando quais as áreas que seriam objetos desse melhoramento.

Então, isso é uma chave importante no relacionamento com a Secretaria de Infra-Estrutura Urbana, e mais um posicionamento que a própria Sempla adquiriu, nesta gestão, a questão do controle do orçamento.

Antes, o orçamento estava na Secretaria Municipal das Finanças e Desenvolvimento Econômico, e atualmente está sob a coordenação do Planejamento, onde tanto o PPA quanto os orçamentos são feitos e coordenados pela Secretaria. Então, os recursos estão sendo geridos pela Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

O outro mapa importante é o de transportes, que realmente dá a mobilidade de todas as pessoas e toda a economia desta cidade, a terceira mundial. Os mapas mais importantes, do ponto de vista do controle do uso e ocupação do solo, são o quatro, mais especificamente do zoneamento, e o cinco, que diz respeito aos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade de Desenvolvimento, onde estão a operação urbana, áreas de intervenção urbana, direitos de preempção, enfim, todos instrumentos que o município agora dispõe para melhor gerenciar o seu território.

Então, todo esse trabalho é feito em conjunto com todas essas Secretarias, quatro setoriais, além da Sempla, e as 31 subprefeitura. Estamos fazendo reuniões sistemáticas. Então, quanto às mudanças que poderão advir técnicas, pensando já na aplicação da Legislação, há um ano, evidentemente percebemos que temos necessidade de fazer correções e outros ajustes. Isso faz parte do processo de elaboração de uma lei e de sua aplicação.

Então, todas essas questões estão sendo feitas e tratadas. Temos três grupos de trabalho: Um trata com as subprefeituras, e outro trata na regulamentação. V.Exas. têm visto que temos feito decretos, regulamentando o uso. Então, esses usos têm um grupo de trabalho que trata sobre isso. Há um outro grupo, o terceiro, decorrente do Conselho Municipal de Política Urbana, onde há representações da sociedade civil. Essa também discute conosco as possibilidades.

V.Exa. falou de um balcão único. Essa é uma questão importante, porque como há o Grapo Abre(?), a nível estadual, a nível municipal, há a Caieps, uma câmara, onde há uma representatividade também de todos os órgãos. Ela tem um Aprove, o Parsole(?), no caso da Sehab, mas há representantes da Sempla, representantes da CET, e representantes das subprefeituras.

Enfim, conversamos também com relação ao parcelamento do solo.

O que está ocorrendo nessa região? Do ponto de vista do planejamento, é uma região de total proteção. Trouxemos o mapa. Se alguém tiver interesse em verificá-lo, ela está na zona especial de preservação e proteção. Ocorre que lá há cidadãos que estão morando, que têm um alvará. Em parte dele, existe o mapa quatro.

Trouxemos aqui uma macro região. Juntamos toda a região norte, para podermos ter idéia do conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quando na semana retrasada veio aqui o diretor do parque do Horto Florestal e trouxe um mapa muito bonito, que colocava há alguns o verde naquela região e como está hoje, cada vez o verde está diminuindo.

A SRA. NILZA - O problema é que temos sempre uma área de proteção e de contenção. Então essa área que estou me referindo, na rua do Horto, essas quadrinhas aqui temos arruamento regularizado, Sr. Armando, então aqui pesquisei, chamei realmente o processo para verificar isso, há de fato isso. Fomos ao Horto...

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Isso aqui é um córrego, só para aproveitar.

A SRA. NILZA - Isso atrás é um córrego.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Esse condomínio que estamos falando está em cima do córrego.

A SRA. NILZA - Mas essa é uma autorização que foi regularizada. Veja, São Paulo há um processo de loteamentos de longa data vinham sendo implantados na cidade sem um controle, os senhores conhecem todo esse processo. A Prefeitura teve momentos que veio regularizado e esse é um deles, que nesse trecho, é um trecho pequeno, que ela regularizou parcialmente, muito pequeno. Mas o Horto também está em processo de discussão da propriedade deles. Então existe todo um trabalho nesse sentido.

Da nossa parte, em relação ao centro, o que compete à Sempla dizer é que é uma zona hoje, pela legislação, a 13.805, é uma zona especial de proteção. Então ela tem realmente total proteção nessa área. Agora, aquela situação que nós, de as vezes alguma habitação unifamiliar, existia na nossa legislação anterior até a possibilidade de mesmo em áreas desse tipo ocorrer uma habitação por lote, não é o caso dessa no momento. Só queria deixar registrado que pela legislação em vigor, desde 03 de fevereiro de 2005, é uma área de proteção.

Quanto aos órgãos, são realmente órgãos que se falam, eles estão trabalhando. Agora, o problema todo é que a regulamentação de loteamentos, eu só gostaria de dizer que essa parte ainda está em vigor a Lei 9.413, de 81, que é a Lei de Parcelamento do Solo, a 9.412, também do mesmo ano, que trata mais da zona que era antiga zona rural. Hoje em dia o nosso Plano Diretor estabelece duas macro zonas, a de proteção ambiental com enfoque maior da proteção da vegetação significativa, da questão da inserção da proteção das cabeceiras, por isso temos um programa especial para parques lineares, e o restante, na macro zona de estruturação e qualificação urbana, onde vivem os dez milhões e 400 mil habitantes que temos nesta cidade.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria passar a palavra para o Sr. Armando e depois para o Sr. Tupinambá, Assessor da Comissão, gostaria de falar.

O SR. ARMANDO - Eu inicialmente lembrar, especialmente à engenheira, que eu conheço o Florestal desde 1944, quando entrei lá, sou funcionário aposentado do Serviço Florestal do Estado, onde fui diretor administrativo, depois fui para a Secretaria da Agricultura, fui diretor do Instituto Botânico e do Instituto de Pesca na Água Branca e diretor administrativo da Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais, coordenadoria que ajudei a construir por lei no Governo Abreu Sodré.

Essa área que constitui hoje junto ao Horto Florestal, que está sobre o córrego, os donos dessa área foram meus colegas de serviço, família Pinheiro Rosa. Lá não tinha desejo de construir, a não ser a partir de 1990, quando venderam a área. Então se tiver alguma informação de que tem coisa antes disso não é verdadeiro porque eles nunca tiveram interesse nisso. Foram meus colegas de serviço, de trabalho, aliás, uma das casas está lá até hoje, casa onde a família morava está lá. Quando começaram a construir eu fui pessoalmente na Prefeitura e denunciei o fato. A resposta que eles dão, quando eles não têm mais nenhuma, é dizer que quem autorizou foi a Sehab. Primeiro lugar, a Sehab não pode autorizar nenhuma construção, em nenhum lugar de São Paulo, da sua mesa de trabalho. Nós sabemos que a apresentação que o engenheiro faz na planta é muito bonita, é bem esmerada, bem feita, mas ele nunca coloca, porque está interessado na aprovação, que tem um curso de água importante. Então a pessoa que vai autorizar autoriza à distância, a vista do mapa, a vista da planta. A subprefeitura, certamente por interesse de preservação de cargo, não faz o que devia, que é chegar lá e embargar. O máximo que poderia acontecer é perder o cargo, mas tinha que fazer isso, chegar lá e embargar. Eu fui diretor de comissão no Estado, na Secretaria da Agricultura antes do meio-ambiente, junto ao Secretário, nunca tive receio de tomar providência contra a administração, nunca. Acho que o funcionário tinha que ter essa obrigação, ele não tem que estar interessado no seu cargo, ele tem que estar interessado na sua consciência, na sua responsabilidade. Eu cheguei a falar isso para antigos subprefeitos: "Vai lá e embarga". Então eles riem e pensam, se vou embargar vou por meu cargo a prêmio, vou perder. Por isso que estamos defendendo que a autorização deve ser dada pela subprefeitura, porque daí não vão ter argumento para dizer que foi a, b ou c que autorizou, foram eles que autorizaram e eles têm obrigação, e geralmente conhecem muito melhor a área. Então eles sabem que se for apresentado um projeto diferente da realidade eles podem dizer que não é essa a realidade e se quiser ir ver é uma distância muito mais curto do que de quem está a dez quilômetros de distância.

Então é preciso que seja feita essa descentralização. Se descentralizou para subprefeitura, deve descentralizar tudo, não apenas parte. Aí o município vai saber a quem vai se dirigir para resolver todos os problemas que ele tem.

Queria lembrar mais o seguinte, essa situação da gente fazer revisão do Plano Diretor, isso é uma faca de dois gumes.

Nós trabalhamos junto na elaboração do Plano Diretor Estratégico, depois do Plano Diretor Regional, agora estamos trabalhando na revisão do Plano Diretor Regional. Sabe o que está acontecendo? Áreas como esta, que era de preservação, que deveria estar coberta de mata, agora não é mais. Então o que vamos ter que fazer agora? É modificar essa situação para uma situação inferior. Então isso é uma coisa que precisam ver porque não é certo isso. Tem uma área dentro do Horto Florestal que no meu tempo se chamava Vila Amália, lá era olaria do serviço florestal, hoje é uma circunferência dentro da mata do Horto. Agora está sendo revista a classificação de lá e tem que ser uma classificação inferior, lá era preservação permanente de pouca residência, de uso de solo restrito, não é agora. Agora tem condomínio, tem proprietário, cuja propriedade é duvidosa, mas, enfim, tem, está lá, está construído. Eu estou participando e disse isso na última reunião, nós tínhamos uma situação de preservação permanente e agora temos que considerar diferente porque está toda ocupada. Então é uma revisão que não vai adiantar muito para São Paulo, cada vez que nós formos fazer a revisão nós vamos chegar com esse problema. Se nós não fizermos logo um impedimento absoluto de não usar o solo diferentemente da lei não vai adiantar nada essa revisão, cada vez que fizer vamos reduzindo cada vez mais a área verde. Era isso que eu queria lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Antes de passar a palavra para a Nilza, tem a palavra o Tupinambá, por favor.

O SR. TUPINAMBÁ - Boa tarde a todos. Eu queria fazer só duas perguntas para a Sra. Nilza. Essa revisão que está sendo feito com a participação dos outros órgãos, subprefeituras, ela, a princípio, pelo que você já tem de mapeamento, ela está com uma situação de congelar mais a área ou de estar permitindo mais a ocupação dela. Esse era o primeiro caso.

O segundo caso é que eu queria saber do Caepex(?), que a senhora comentou, ele tem a função efetiva de aprovação como Grapohab, porque, na realidade, o Gropohab aprova todo um processo passando vários órgãos e essa aprovação é que vai liberar depois para outros órgãos o projeto etc. Ele já tem essa função? Certo.

Se o Sr. Presidente permitir também vou perguntar, é se essa revisão que eles estão fazendo, se ela puder nos fornecer cópia das propostas que já tem, acho que seria interessante para a gente estar usando no nosso relatório final.

A SRA. NILZA - O que estamos fazendo? Esse é um procedimento que existe e que estamos fazendo em termos de revisão, a Caepex tem a função de um balcão único, tanto quanto do Governo do Estado e ele é usado mais para os usos que têm ou impacto no sistema viário, ou impacto ambiental, é o chamado uso NR3 da nossa legislação hoje. Então todos os casos que se enquadrarem nessa situação passam por essa Caepex, que é um órgão vinculado à Secretaria da Habitação.

Agora, no processo de revisão as mudanças são pequenas e o fato de existir às vezes proposições que possam querer desagrar ou menos uma determinada região não quer dizer que ela já esteja valendo, Dr. Orlando. Todo referendamento dessa mudança será passado por esta Casa, vem para a Câmara. O Executivo cumpre um procedimento que é o estabelecido tanto a nível federal, pelo Estatuto da Cidade, que é uma lei federal, e quanto pela lei municipal, que é o Plano Diretor. Então no Plano Diretor nós temos que realmente fazer toda essa revisão, tem uma data marcada, que é este ano, que pela legislação consta que o Executivo deverá encaminhar à Câmara essa revisão e ela, então, passa pelos procedimentos técnicos, esse trabalho que estou falando ainda é no nível técnico que algumas subprefeituras, por conta própria, fizeram alguma consulta popular, outras também fizeram, como Butantã, enfim, algumas áreas que de certa forma tem algum problema mais, eles fizeram uma consulta, mas é um tipo ainda de audiência, mas no processo mesmo nós vamos iniciar mais em abril ou maio, quando teremos que fazer aquelas assembleias regionais. Nas assembleias regionais, por conta do Executivo, porque depois no Legislativo tem as audiências públicas, que faremos ainda nesse período, se tudo caminhar como estamos imaginando, possivelmente no final de abril ou maio estaremos fazendo essas consultas. Isso também para ouvir sugestões, saber exatamente como esta esse tipo de preocupação, que tem que chegar tanto na subprefeitura quanto na Sempla, para que a gente possa então organizar todo esse material e verificar a pertinência ou não.

Quanto às mudanças, elas não são de desagrar ou permitir muito mais. São ajustes simplesmente, algumas vezes, de perímetro, outras de áreas que antes eram industriais que foram passadas para zona mista, mas que hoje se verifica que ali as indústrias estão ainda atuando e estão funcionando, como no caso de Vila Maria, Vila Guilherme, então estão

retornando um perímetro de zona industrial, então as mudanças são muito pequenas, alguns ajustes com relação a alguns corredores, mas nada muito além disso, outras que tínhamos que regulamentar, que são as ZOE's, Zonas de Ocupação Especial, que em geral são do Campo de Marte, Sambódromo, Parque Anhembi, o próprio Parque da Juventude, que antes tínhamos uma legislação mais permissiva, hoje ela é mais restritiva por causa da implantação do parque, por conta desse melhoramento viário ali ela se estende ao longo do Córrego Carajás um parque linear, houve uma despoluição daquele córrego feita pelo Governo do Estado, que estamos pretendendo que ele chegue até o Tietê, nós também conversamos com a Sabesp para que isso seja possível. Então estamos tentando dentro dessa revisão fazer esses ajustes. Dr. Luna sempre disse, ele acha que a questão da Legislação, ela foi muito grande, a mudança que ocorreu. Agora temos de deixar a Legislação será aplicada, e a partir daí proceder a ajuste. Então a nossa revisão deverá se pautar nesse caminho. Corrigir coisas que não estão funcionando hoje, uma das correções muito importantes é das zonas mistas, via local. Estamos fazendo, ele está sempre atento a isso, para que possamos permitir a instalação, principalmente de educação, saúde que se dão na periferia, outras áreas. Então são, digamos algumas coisas em termos de correção atendendo sus solicitação que estamos procedendo.

(NÃO IDENTIFICADO) - A senhora comentou que o CAESP, na realidade ele entra quando da aprovação dos uso-NR3. No nosso caso aqui estamos tratando dos loteamentos residenciais que não são uso-NR3, são uso residenciais. Então aí o CAESP não se envolve?

A SRA. NILZA MARIA - Se envolve o parcelamento do solo que é um órgão importante, que toda a regularização de conjuntos passa por eles. Embora não atinja o impacto e por ser realmente numa área de proteção pode ocasionar esse tipo de questão.

(NÃO IDENTIFICADO) - Apenas para deixar claro, só para gente clarear um pouco já que Aprove, Seab não veio não aqui, não compareceu ainda, então todas essas aprovações referentes a lei de vilas e aos loteamentos residências e horizontais eles passam pelo CAESP?

A SRA. NILZA MARIA - Todo o parcelamento, em geral eles são vistos, porque eles acabam tendo uma área de uma certa importância, uma magnitude, que podem ser visto. Nem todos. Acho que a maioria é resolvida em Aprove. Aprove é o que faz à aprovação dos conjuntos, o que trata da aprovação dos conjuntos. Quando há necessidade de uma análise maior que é o impacto ambiental por estar numa zona próxima a macro zona de proteção ambiental, aí o CAESP é ouvido, além da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, que realmente é o que tem competência sobre essa área.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Gostaria de lembrar que nossa próxima reunião está marcada para o dia 3 de abril, com os seguintes convidados: Construtora Simobe, e Imobel, aos Empreendedores residencial da Eugênio da Silva, aos Empreendedores da Residencial Flores Laerte e ACLN - Antonio Calos Lacerda Neto. A próxima reunião será composta por essas construtoras aqui.

Passo a palavra ao nobre Vereador Aurélio Numura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Tenho algumas dúvidas aqui, até pegando um caso específico desse loteamento que foi feito dentro do parque. Muitas vezes o loteamento que é construído dentro do local que é ilegal, não tem como você resolver o problema, porque legalmente ele fere a lei municipal e estadual. A minha dúvida é a seguinte: como é que se resolve? Através de um termo de ajuste firmado no Ministério Público? Mas você teria de fazer as adequações legais. Essa é uma dúvida que eu tenho. O que eu vejo, principalmente quando você discute parsolo e ressolo, você vê que é aquele quebra galho. Vamos fechar os olhos e vamos deixar passar as coisas. Há dúvidas com relação a isso, principalmente o que eu vejo aqui nessa área, que muitas dessas áreas, até existem aquelas ocupações dentro de áreas devolutas, ou alguma coisa, mas aí se nós observamos a Constituição Federal que fala que todas as terras devolutas são terras da União em por quanto você nunca irá ter a condição de entrar para o usucapião ou senão são áreas dos antigos aldeamentos indígenas. Então você vai ter de fazer a comprovação. O usucapião longissimi temporis, ou seja, retroagindo a partir da vigência do Código Civil 904, você teria de retroagir 40 anos, aí dificilmente você vai achar nos cartórios, porque não havia necessidade. Então você teria de fazer o registro paroquial. Essas indagações que me trazem, que eu gostaria que a Engenheira pudesse solucionar.

A SRA. NILZA MARIA - Gostaria de dar uma informação que a colega me lembrou, quanto a disponibilidade das informações, será criado um site da Sempla onde esse processo de revisão estará, ainda em abril, disponível a todos, mais para colocar o que estamos fazendo e como estamos tratando. Agora a questão que o nobre Vereador Aurélio Nomura me coloca, é muito mais de Seab do que de Sempla, eu realmente gostaria de dar uma opinião, porque na

verdade o técnico responsável, seria de parsolo ou mesmo ressolo, que são os que têm por competência a regularização e aprovação do parcelamento.

O que nos sabemos, é que muitas vezes, nesse local, principalmente, ele não poderia ter sido aberto sem autorização do Executivo. Então o que ocorre, muitas vezes não é só nesse local, mais muitos na periferia, temos loteamentos que são irregulares. Estão sendo ocupados sem a devida autorização porque o processo de regularização dos loteamentos é muito grave, quer dizer, ele é muito moroso no tempo, porque toda a documentação com relação a propriedade, é necessária, muitas vezes essa documentação não existe na forma como Seab solicita.

Mesmo aqui há uma divergência entre a propriedade e é do Horto, se é daquele, digamos na posse. Temos também a questão do usucapião, depois de cinco anos, aquele ocupante pode reivindicar a posse. São várias situações que parsolo se defronta na regularização de um loteamento. Isso dá demandas judiciais muito grandes, e por isso que acaba sendo um processo extremamente moroso. Não é que o órgão não tenha agilidade, é que realmente todas essas questões quando envolve a propriedade acaba realmente exigindo procedimentos técnicos mais rigorosos. A única coisa que eu poderia dizer isso, é que na nossa legislação hoje não está permitindo e que certamente as gestões não devem estar sendo feitas por parsolo e ressolo junto a esses proprietários. É um procedimento normal de aprovação, de regularização dos loteamentos. Tudo que o senhor perguntou deveria ser mais respondido. Não me sinto à vontade, porque não sou a ocupante nem de parsolo e nem de ressolo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Gostaria de te agradecer e dizer que para nós é muito essa integração com a secretaria de Planejamento porque a idéia dessa comissão é ouvir um pouquinho e também com ela a gente buscar algum tipo de solução. Fico contente quando você fala que você está trabalhando na perspectiva do balcão único. Acho que tem de valer de fato para a Prefeitura, porque isso facilitaria muito essas questões que estamos vendo, essas dificuldades que tem, porque se tivesse balcão único acho que ficaria mais clara a situação. a situação da cidade, é muita confusa, porque a cada momento ela tem um ponto, um ponto e virgula, têm três pontinhos. Quer dizer, as coisas vão se modificando na medida em que os órgãos abrem um pouquinho as porteiras e as pessoas vão entrando e aí não tem jeito. Mesmo assim agradeço a você. Foi muito produtivo a sua vinda, e para nós foi muito importante.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Apenas mais uma perguntinha. Eu tenho visto, não sei se está acontecendo isso dentro da Secretaria do Estado, Meio Ambiente, mas ele estava fazendo monitoramento na época, isso há três anos atrás, com relação às áreas de proteção ambiental via satélite. Não sei se Sempla está analisando dentro desses aspectos, está buscando, que dentro dessas áreas críticas que nós temos, se existe essa disponibilidade, ou se já está trabalhando a fiscalização via satélite. O que vemos, aqui na realidade, é que tanto a policia ambiental como as Subprefeituras, os fiscais e tudo, nós não temos fiscais suficientes para atender a demanda do tamanho do território. Agora, uma fiscalização via satélite, você teria como preencher essa lacuna.

A SRA. NILSA MARIA - Existe o mapa ambiental que foi feito em relação a imagem via satélite. Quem coordenou esse trabalho foi a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, onde constata um desmatamento bastante intensivo, razão pela qual está se tornando algumas áreas mais centrais de intensivo aproveitamento do solo, por exemplo, são as operações urbanas, essas áreas que estamos tentando reverter esse processo da periferização para trazer na requalificação e melhor do tecido urbano já dotado de infra-estrutura. Esse procedimento temos junto com a Secretaria do Verde. Agora a Secretaria do Planejamento, dispõe de um sistema que ela coordena, o SIG - Sistema de Informações Geográficas, onde foi feito um vôo de recobrimento a aerofotogramétrico em 2004, e na área, exatamente da macro zona de qualificação ambiental e reestruturação urbana, a escala é um para 5 mil, e na macro zona de proteção ambiental a escala é um para vinte, desse recobrimento aerofotogramétrico. A data é bastante recente, 2004, e estamos fazendo uso dessas informações para melhor definir os perímetros, para melhor saber, onde estão exatamente, onde estão as divisas de propriedade. Esse recurso, já dispomos. Quanto a fiscalização, esse é um processo mais inerente a própria subprefeitura, a ela realmente compete fazer toda essa dedicação e a Secretaria do Verde e Meio Ambiente fazem parte dela, principalmente nessas áreas maiores por meio de contratos via satélite. Mas ai seria melhor essas perguntas também para o Secretário do Verde, porque eles têm um sistema de acompanhamento via satélite.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Peço a nobre Vereador Aurélio Nomura, porque tenho uma CPI neste momento, por isso vou ter que me ausentar.

-Assume a Presidência o Vereador Aurélio Nomura.

(NÃO IDENTIFICADO) - Sr. Presidente, gostaria de pedir a Sra. Nilza, no sentido de reiterar o pedido das informações, porque a nossa comissão tem um prazo pequeno de trabalho e vamos ter de fechar esse relatório. Talvez com a disponibilidade, como a senhora falou que seria para abriu. Não temos tempo hábil de estar pegando essas informações para estar dando uma olhada, talvez possa até ajudar a melhorar o nosso relatório com as eventuais propostas que estamos fazendo. Se puder disponibilizar mesmo assim, agradecemos.

A SRA. NILZA MARIA - Estamos no processo. Não tenho ainda sistematizado. Algumas informações eu já coloquei nesse mapa. Eu estou recebendo da Subprefeitura, esse é um trabalho que eu tinha dado até o dia 30, agora para que eles mandassem as informações de março. Estamos tentando obtê-las também. Esse processo fazemos interativamente, mas eu deixaria o endereço para que vocês pudessem nos procurar e acessar as informações que forem necessárias aos trabalhos de vocês.

(NÃO IDENTIFICADO) - Positivo. Com relação a essas imagens que a senhora falou, é o que está sendo usado no sistema do GEO, aquele GEO-SP, não?

A SRA. NILZA MARIA TOLEDO - Não. O GEO-SP A imagem ainda é de 2000. Nós fizemos um teste com a 2004, mas ela... (ininteligível) SP 2000, (ininteligível) de 2000, além do Google também, que a gente também acessa.

- Intervenções simultâneas ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Uma outra indagação, já que a gente avançou um pouco no Plano Diretor, houve essa citação, eu assisti mais ou menos recentemente a uma discussão a respeito dos loteamentos irregulares, principalmente abrangendo a zona Sul. Existia na época uma proposta do Secretário da Habitação falando em buscar aquelas áreas de forma a condensar. Em vez de nós regularizarmos "a nível" horizontal, nós iríamos regulamentar e regularizar "a nível" vertical. Nós teríamos toda uma condição de criar novas áreas verdes, resolveríamos problemas dessas invasões com relação à regularização propriamente dos terrenos e estaríamos trazendo um grande benefício. Eu gostaria de saber se a proposta da Sempla nessas discussões está avançando também nesse sentido de até aproveitar, por exemplo, os termos de ajuste e, dentro dessas regiões, serem incluídos esses tipos de proposta.

A SRA. NILZA MARIA TOLEDO - Em áreas onde há uma vegetação significativa realmente acho que essa técnica é a mais adequada. Preserva-se a exclusividade do uso residencial principalmente em áreas realmente dotadas de infra-estrutura e há possibilidade de se ter aí um... Aí tem que se verificar qual é o adensamento mais adequado de região para a região, mas também concordo com o Secretário no sentido de que realmente causa menos transtorno à vegetação e propicia um ambiente mais agradável, sem congestionar determinadas áreas. Mas isso ainda está, digamos assim... são idéias que estão surgindo, mas não estão ainda formalizadas, porque as nossas zonas exclusivamente residenciais são de três tipos e só tem uma variação com relação ao número de unidades por lote e não no coeficiente de aproveitamento, de maneira que, mantendo isso, se consegue realmente manter uma densidade adequada, em algumas regiões poderia ser até mais restritivo, porque poderíamos ter uma cota-parte maior do que os 250, com isso se dá uma densidade ainda muito mais baixa e também preservaria o verde. Essas soluções, essas alternativas existem do ponto de vista técnico e urbanístico. É uma questão agora de verificar se elas vão aflorar como proposta inclusive endossada pela comunidade, porque também isso muitas vezes... Agora, o condomínio horizontal realmente arrasa mais, tem mais problemas com relação à arborização e à vegetação que se deseja proteger.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - A última pergunta. Dentro desse Plano Diretor que demorou mais de 20 anos para passar por uma revisão, e já estamos há um ano fazendo a revisão... Eu já tenho alguns informes que talvez vá ser... nós não teremos a possibilidade de aprovar a alteração e a revisão do Plano Diretor pelo prazo exíguo que temos pela frente. Nós sabemos que algumas subprefeituras estão fazendo o dever de casa, estão mapeando as estruturas, adequando e analisando in loco - isso é importante - como está o Plano Diretor aprovado e a situação no momento. E o que a gente viu é que até mesmo com o orçamento que vem sendo discutido... acho que daqui a pouco nós vamos ter aí o Plano Plurianual e uma série de coisas para discutir, e o que a gente verifica é que não existe ainda o dever de casa da subprefeitura. Eles estão totalmente fora... dentro do conceito, eles estão "tampando o sol" com a peneira, discutindo... resolver os problema do buraco, de poda de árvores, enfim, de manter o equipamento funcionando, mas dentro dessa área de planejamento a gente não está vendo muita ação, com raras exceções. A Subprefeitura do Butantã, eu vejo que eles estão

trabalhando até pela necessidade. Acredito que o Subprefeito tinha uma visão de planejamento, coisa que poucos administradores têm, eu digo “a nível” de país. O planejamento deixou de ser uma ferramenta de trabalho e passou a ser uma utopia. Então, essa é uma pergunta, e a outra... primeiro, se existe, quantas. Se existem subprefeituras fazendo um trabalho ligado com a Sempla, que já deveria estar trabalhando exatamente para propiciar que nós possamos fazer uma revisão adequada. E também se existe uma discussão entre a Prefeitura e o Governo de São Paulo visando adequar as normas atinentes à espécie. Então, volto a pegar outra vez aquela posição, aquela resolução o Conama, que eu acho um absurdo, porque nós estaríamos necessitando de autorização prévia do Governo do Estado aqui na Praça da Sé. Dez quilômetros do parque, acho que chega à Praça da Sé. Então, é a dúvida que eu tenho, se existe esse encontro, essa conversa com o Governo do Estado também.

A SRA. NILZA MARIA TOLEDO - Olha, Vereador Nomura, o que a gente pode dizer é o seguinte: todas as subprefeituras estão fazendo a lição de casa, sim. Eu realmente trabalho muito bem com as subprefeituras. Aliás, acho que a Sempla tem essa vantagem da integração e nós estamos recebendo mesmo a questão de... É que está todo mundo com muito cuidado. Como a lei é muito recente, as mudanças não vão ser muito grandes.

Acho que nós teremos condição de cumprir esse prazo que nós temos, de encaminhar à Câmara no prazo que o Secretário nos solicita, então acho que nós vamos fazer isso cumprindo todo o rito de atendimento, inclusive da legislação federal, em relação à participação, que cada vez mais a comunidade participa, cada vez mais ela opina, cada vez mais nós temos que chegar até ela e transmitir tudo que nós estamos fazendo. Com relação a isso, acho que nós vamos, sim, pelo menos dentro da meta que o Secretário nos deu, trabalhar com esse prazo mesmo e as subprefeituras estão pari passo fazendo.

O que eu digo aqui é que, por exemplo, para fazer um mapa desse tipo, a Sempla tem mais recursos. Então, eu digo à subprefeitura: Se vocês não têm condição, me dê o mapa com a canetinha que nós fazemos a alteração. Então, são procedimentos internos nossos, mas que estão nos atendendo. Realmente há uma facilidade muito grande nesse sentido.

A questão do ambiental com relação ao uso do solo, o Município tem a competência para isso. É ele que está, digamos assim, gerindo o seu território com relação ao uso do solo. No entanto, com relação à questão ambiental, ele é concorrente com o Estado. Por este motivo é que muitas vezes nós temos que estar, sim, em pleno entendimento com a gestão estadual no sentido de atender à legislação, as compensações que eles exigem também. Por isso, essa questão mais do planejamento ambiental tem uma ligação que passa tanto pelo impacto de vizinhança, pelo impacto... do EIA-RIMA propriamente dito para grandes empreendimentos. E nós temos que... como é o próprio Rodoanel, que é uma aprovação... embora no Município, ele está sendo visto pela Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado, onde o Município entra como um outro ente dando a sua posição naquilo que ele acha em termos do corte desse empreendimento no território municipal. Então, com relação ao meio-ambiente, realmente nós temos sempre que estar diretamente vinculados ao Estado.

Agora, qualquer outra mudança, por exemplo, até no território de zona, que antes nós tínhamos também essa correspondência pela legislação... pela Carta Magna que era de 69, ela era concorrente. Hoje já não é mais. A partir de 88 o município é autônomo nas questões de uso do solo, então ele pode incluir e excluir área predominantemente industrial. Por isso é o motivo que a gente tem acertado isso com a Cetesb, no momento que eu retiro alguma coisa da indústria, eu digo: Olha, agora não pode mais autorizar, mas aquelas que estão lá você tem que manter as condições e tudo mais de acompanhamento que ele fazem “a nível” estadual. Então, esse entendimento a gente faz também, áreas contaminadas e outras questões que estão ligadas a isso. Mas com relação ao meio-ambiente nós temos sempre os três níveis de governo, é concorrente a competência.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Eu queria voltar ao Plano Diretor, desculpe. Na realidade, o Plano Diretor foi aprovado aqui na calada da noite. Nós tivemos apresentação do substitutivo às 5h e logo depois...

- Intervenção ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Dois mil e quatro. Logo depois houve já entraram em discussão e foi votado. Existem até pronunciamentos do antigo Vereador, que era o relator, e ele afirmando que não conhecia integralmente o Plano Diretor que estava sendo votado. Na realidade, acho que se contam nos dedos os vereadores que acompanharam e muitas daquelas solicitações e reivindicações que foram feitas dentro das discussões temáticas, uso e ocupação do solo, não foram levadas a efeito porque ele demorou também... ele demandou um

tempo muito grande para ser publicado, até pelas correções que existiam. Os mapas que foram apresentados, até pelas alterações dos substitutivos, estavam disformes ao que rezava a lei, então houve necessidade de adequação. Acho que a Sempla também teve essa discussão, acho que isso deve ter retornado para a Sempla para fazer as adequações e por isso que demandou aí quatro ou cinco meses para ele ser publicado efetivamente. Então, acho que é uma coisa muito recente essa discussão do Plano e volto a afirmar, quer dizer, nós vamos ter prazo efetivamente para aprovar, ou se não era melhor demandar um tempo a mais para que a gente pudesse analisar efetivamente, objetivamente, as propostas apresentadas pelo Plano Diretor, porque o que a gente vê é que, apesar dos avanços do Plano Diretor, nós saímos de doze tipos de zoneamento para mais ou menos oitenta, inclusive com indagações e colocações, como incomodidade, que até hoje eu não entendi. O fiscal vai lá, cheira, não pode. Quer dizer, eu acho que essas coisas necessitariam de uma discussão um pouco mais profunda para que a gente possa avançar. E aqui eu acho que tem uma interferência muito grande dentro do Plano Diretor, porque é uma das poucas áreas que nós temos ainda preservadas, mas dentro, até por força do parque estadual, e era importante que nós pudessemos marcar uma posição muito mais redundante do que a aprovação do Plano propriamente dito.

A SRA. NILZA MARIA TOLEDO - Bom, Vereador, nós, como funcionários, estamos sujeitos aos prazos, de maneira que o Executivo vai fazer o esforço de trazer a esta Casa aquilo que temos legalmente para cumprir. Então este será, digamos assim, o nosso encaminhamento. Quanto à discussão e tudo mais, depois de entregue a esta Casa, realmente já sai do âmbito nosso. O que nós nos propomos sempre é cada vez mais ouvir, cada vez mais receber as sugestões do que possa ser eventualmente revisto. Quanto à questão das zonas, realmente eu não estou sentindo muitas mudanças, o que nos facilita bastante.

A dificuldade de publicar se deu porque, pela primeira vez, publicou-se um mapa. Como sou antiga na Prefeitura, posso dizer com certeza que sempre tivemos a publicação somente do texto. Foi a primeira vez que fizemos a publicação do mapa, o que gerou os procedimentos branco e preto... trabalhamos com cores, com o custo bastante alto em relação a cores. Todas essas questões demandaram tempo. Então, ela foi aprovada no dia 25 de agosto, mas só foi publicada no dia 6 de outubro. Mas nesse período houve todo um tratamento com a gráfica do Estado, responsável pela publicação do Diário Oficial do Município, para que tivéssemos condição de publicar.

Evidentemente que as correções para que a Câmara garantisse todas as correções que procederam durante a discussão... ela cravou no artigo 255 da Lei, e onde houvesse discrepância entre mapa e texto (ininteligível), nós teríamos de cumprir isso e estamos cumprindo.

Temos o procedimento de identificação de cada contribuinte, em que zona está, chamado sistema de zoneamento, feito com a Prodan, que está sendo alimentado pela Sempla, para trazer todo esse histórico. Esse sistema existe desde que foi criada a primeira lei de zoneamento, e estamos com histórico de todas as alterações, possível de recuperar: se era Z2, Z3, Z4, o que virou hoje.

Todas essas questões demandam procedimentos técnicos, da própria Secretaria junto à empresa que faz esse serviço. Foi um trabalho de fôlego porque mudou completamente o zoneamento.

A dificuldade momentânea que pudéssemos ter era fruto de uma legislação complexa, que se compunha de 116, 120 leis, mais os decretos. Para quem estava familiarizado com ela há 30 anos era muito fácil. Tínhamos 19 tipos de zona, 70 zonas especiais, era um conjunto grande. Mas como aquilo tudo fazia parte do nosso trabalho, não tivemos... no momento em que mudou, inclusive a nomenclatura... - antes tínhamos de Z1 a Z19, hoje temos as zonas por letra, mas que identificam o que é.

Por exemplo, anteriormente eu tinha zonas exclusivamente residenciais Z1 e Z15, qualquer técnico sabia disso. Mas isso não estava informado na letra e na zona. Hoje temos. Eu tenho ZER, dos tipos 1, 2 e 3. Tenho ZN, dos tipos 1, 2 e 3. O que isso identifica? A densidade dessas zonas. Por que tenho a letrinha A, muitas vezes me perguntam, na ZN3A, ZM3B? Porque a Câmara deixou consignado que aqueles que vieram da Z3, Z4, eu tinham coeficiente 4, baixou o coeficiente básico para dois. As outras zonas não tinham isso. Identificamos pelas letras A e B. Poderia ter sido ZN3-1, ZN3-2. Esse foi um critério que usamos à época e também a textura do mapa - mais densa, mais cinza, mais escura, um pouco mais clara - para mostrar que existe uma diferenciação nesses dois tipos de zona.

Quer dizer, usamos o máximo que podíamos de tecnologia, entro do que tinha de recursos. Foi, realmente, uma mudança grande.

Acredito que essa talvez não seja. Pelo menos pelo que estou vendo. A não ser pela aplicação da lei de uso, que será mais significativa, porque aqui estão, realmente alguns problemas. Mas em termos de limites, faremos, acredito, os reajustes necessários para correção e eventual justificativa, pois como há sempre algumas propostas, temos de encaminhá-las e discuti-las com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) - Alguém mais gostaria de fazer alguma pergunta?

Vamos encerrar a presente reunião, marcando para quarta-feira que vem as vistorias, as análises. E mais uma vez, até por deferência do Presidente, gostaríamos de convidar o Dr. Armando e a senhora para participarem. Vamos novamente reiterar a presença daquelas empresas que ainda dependem e necessitam comparecer a esta sessão. Pediria para a assessoria da Comissão para preparar um ofício para que possamos votar no plenário a convocação dos encarregados de Aprove, do responsável de Aprove. Agora por obrigação legal e aprovação de plenário.

Pediria a gentileza, pelo representante de Sempla, se possível, de protocolar uma solicitação dos documentos da consultora Santos, o Condomínio Residencial Jardim Itatinga e Jardim Itatinga II. É uma construtora que levantou essa indagação. A alegação que fez é que ele havia conseguido autorização de funcionamento do alvará em 1970. Mas, na realidade, os documentos aprovados foram de 1977. Gostaríamos de dirimir essas dúvidas, mesmo porque foi prejudicado o depoimento da empresa.

Mais uma vez gostaria de agradecer a senhora pela presença da senhora, representando a Secretaria de Sempla; ao nosso representante do Conselho. A todos os senhores e senhoras, desejo uma ótima tarde.

Muito obrigado.

#### REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03 de abril de 2006

#### OBSERVAÇÕES:

Há grafia(s) não confirmada(s)

Orador não identificado

Manifestação fora do microfone

SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde a todos.

Gostaria de agradecer a presença do vereador Aurélio Nomura, do Vereador Chico Macena - e os outros Srs. Vereadores que fazem parte da Comissão já estão chegando.

Queria, antes de passar a palavra para os nossos convidados de hoje – a Sra. Gilda o Sr. Ricardo, da Imobel, e o responsável da Mirante do Horto, Sr. Antonio Cavalheiro, e o Sr. Odmir (?) Antonio Martins -, dar um quadro de como é que está a questão desta Comissão de Estudos a respeito do impacto ambiental decorrente da implantação dos condomínios horizontais em torno da Serra da Cantareira.

Na semana passada, junto com o Vereador Ushitaro Kamia, do Vereador Chico Macena, da Vereadora Bispa Lenice Lemos, do Vereador Aurélio Nomura, da TV Câmara São Paulo e de alguns jornais da região, nós fomos visitar dois condomínios: o Inocoop e aquele da Rua do Horto, que a assessoria vai pegar o nome daquele Condomínio.

O que ocorre? O que vimos, na prática, a respeito desses dois condomínios que nós pegamos como referência? Neste momento, a gente percebe que naquela região existem várias áreas que vão virar condomínios. E a respeito da questão da mata naquela região, a respeito do esgoto, existe um problema muito grave que é o seguinte: a Sabesp autoriza esses condomínios a ligarem rede de esgoto, mas não existe rede de esgoto. Aí, eles ligam à rede de esgoto, e cai na rede da Sabesp e a Sabesp joga no córrego do Tremembé. Isso é uma constatação que nós verificamos lá. Quer dizer, é uma situação que a Sabesp precisa também ter responsabilidade nessa questão do meio ambiente - e não está tendo - naquela região.

Há também o fato de que as responsáveis pelos próprios condomínios, alguns sem alvará, iniciam suas obras, iniciam suas vendas, e só lá na frente é que conseguem o alvará de construção e de venda, essa coisa.

Quer dizer, também existe uma preocupação desta Comissão que é a questão de verificar essa implantação dos condomínios naquela região de uma forma mais preocupada com o meio ambiente. Vejo que alguns condomínios horizontais naquela região não têm essa preocupação.

Então, e visita foi feita nesses dois. Um tem o problema de um córrego que, pela planta original, tinha de estar a céu aberto, e esse córrego está coberto.

Outra coisa: o Bancoop pega basicamente na questão das árvores - que são as araucárias de cerca de 100 anos – que estão tendo suas cascas tiradas e assim elas morrem com o tempo.

Então, tem esses problemas na Bancoop. Parece-me que ela vai mandar a documentação para nós, mas nós já estamos pedindo à Secretaria de Habitação, mas me parece que ali não tem alvará também, mas é uma questão que a gente não tem essa documentação em mãos, e estamos só nos apegando a essa questão do meio ambiente que é a questão das árvores lá.

Vou abrir a palavra para os Srs. Vereadores Chico Macena e Aurélio Nomura para darem um quadro para nós de como é que foi feita nossa visita, de qual foi a avaliação da nossa visita naquelas regiões.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Chico Macena.

O SR. CHICO MACENA – Reforçando as palavras de V.Exa., acho que a grande contribuição que nós podemos dar nesta Comissão, além do diálogo com todos os incorporadores e construtores da Cidade, para que de fato nós possamos ter uma Cidade em que o Código de Obras e as leis que ditam as regras para manutenção do meio ambiente sejam respeitados, é também o diálogo junto com o Executivo municipal, para que situações como V.Exa. acabou de mencionar não se repitam.

Os dois casos que nós fizemos a visita, primeiro o de um córrego que, inclusive, no projeto aprovado, constava ele a céu aberto. Chegando ao local, não visualizamos nenhum córrego a céu aberto. Inclusive, no projeto, havia duas pontes metálicas que, no local, não existiam. E um agravante: todo aquele esgoto sendo jogado na rede de águas pluviais, quando nós sabemos que já há um esforço muito grande do Governo do Estado, da Prefeitura e da sociedade, para que nós não contaminemos ainda mais o nosso lençol freático e também as águas, que é uma reserva muito preciosa para a cidade de São Paulo.

E um segundo caso onde há a questão das árvores, onde não foi respeitada a sua manutenção.

Até o dia me informei, existe uma autuação de mais de um milhão de reais por parte da Prefeitura para aquele condomínio da Bancoop. Foi feito um TAC, e não sei nem se já foi cumprido, porque eu não vi o TAC que precisa primeiro chegar, para a gente ler e a gente ver.

Mas, de novo, a gente corre atrás do prejuízo: a gente vai atrás da compensação ambiental, atrás de medidas mitigadoras, quando o prejuízo, o dano já foi causado.

Quer dizer, a gente precisa inverter essa ordem das coisas, precisamos inverter essa situação, para que a legislação, o poder público seja, de fato, respeitado, e impeçamos que aconteça na cidade o que sempre ocorre, um fato consumado, uma situação colocada de fato, contraditória ou contrária à legislação, e a Prefeitura tem como único instrumento a autuação ou medidas mitigadoras.

Acho que essa comissão deve pensar a legislação, discutir, dialogar com o poder público municipal para que tenhamos instrumentos, mecanismos mais eficazes para coibir esse tipo de prática.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Sr. Presidente, pela ordem. Quero complementar o que o Chico Macena e V.Exa.haviam mencionado.

Na realidade, temos acompanhado. É uma situação extremamente grave, mas vem ocorrendo de 20 anos para cá. Todos que conhecem a Serra da Cantareira acompanham o desmatamento e a gravidade da situação.

Estamos enfrentando agora, com a novidade dos condomínios, abusos por parte de determinados empreendedores que não observam as leis atinentes à espécie. Temos proteção demais, temos leis estaduais, federais, municipais que, infelizmente, não são cumpridas.

Então, é de fundamental importância que possamos ter uma ação mais incisiva, não só naquela área da Cantareira, mas também dentro das áreas de proteção ambiental. As áreas de proteção ambiental são colocadas como ganho de qualidade de vida para aquelas pessoas que vão morar no condomínio, mas muitas vezes se esquecem de que estão aviltando, criando uma condição menos satisfatória para essas pessoas.

O Bancop(?), por exemplo, alega que estaria bombeando o esgoto para cima, mas vemos, ao mesmo tempo, ao lado, dois canos enormes. Acredito que aquilo não pode ser para escorrer a água de chuva. Fizeram um negócio absurdo. Quando estivemos no local, pudemos observar, pelo próprio projeto apresentado, apesar de não ter sido aprovado pela prefeitura, que estavam construindo um “puxadinho”, um salão de festa. Aquilo não pode ser um salão de festas, é uma nova casa.

Então, para os senhores perceberem a agressão que ocorre. O pessoal está tomando, dentro dessas áreas, medidas a seu bel-prazer, esquecendo que temos uma legislação a ser cumprida.

Isso é fundamental. Já falamos com o Presidente, com o Chico Macena e pretendemos estender essa discussão para outras áreas de São Paulo. Acho que deveremos culminar com a discussão de uma CPI, pois verificamos que a responsabilidade, que deveria ser distribuída por todos os órgãos, infelizmente não é. A subprefeitura lava as mãos, assim como a Secretaria da Habitação, e a do Verde. Os órgãos estaduais não executam a ação devida, um fica na dependência do outro, esperando que aquela pessoa possa cumprir, atuar, acompanhar determinado tipo de empreendimento.

Não sei se teremos a revisão do plano diretor, mas era de fundamental importância criarmos uma discussão relacionada às áreas de proteção ambiental, mas de maneira a não criar empecilhos. Não estamos querendo criar empecilhos, mas sim uma condição de balcão único no qual a pessoa possa discutir com todas as entidades envolvidas, todos os órgãos estaduais e municipais.

Sem isso, acontece de o empreendedor conseguir autorização no órgão estadual, no municipal não. Fica a briga entre Estado e Município, entre secretarias diversas que não chegam a um consenso.

Queremos que as leis sejam cumpridas. Existem algumas leis de difícil aplicação, e precisamos discuti-las exatamente agora, no momento propício.

Eram essas as observações que queria fazer.

Quero observar também o comparecimento do engenheiro responsável pelo condomínio do Horto Florestal, que mentiu perante a Comissão, perante as autoridades que estavam lá, falando que não existia córrego nenhum naquele local. Temos, dentro do processo aprovado, a declaração de funcionários da Prefeitura que constatam, exatamente, após vistoria in loco, a existência daquele córrego, datado de 1999.

O que vem acontecendo é a "cara-dura". Prega-se uma coisa, mas mente-se de maneira absurda, principalmente tendo em vista os documentos que vieram para esta Comissão.

Essas pessoas têm de ser punidas, acho que precisamos encaminhar para o conselho regional de engenharia e arquitetura para que tomem providências, porque pessoas que fazem alegações falsas para as autoridades, para a comissão, alegando que não existia o córrego, sendo que posteriormente é demonstrado, dentro dos autos, que existia, essas pessoas não poderia atuar na prefeitura de São Paulo.

Eram essas as observações que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Queria convidar para compor a mesa os Srs. Ricardo Pimentel Mendes, diretor da Emobel e Sr. Antônio Cavalheiro Lacerda, responsável pelo Mirante do Horto.

Agradeço aos senhores pela presença a esta Comissão de Estudos. Passo a palavra ao Sr. Ricardo Pimentel Mendes, para dar uma idéia a respeito dos condomínios sob sua responsabilidade.

O SR. RICARDO PIMENTEL MENDES - O Condomínio Parque da Água Sul da Cantareira tem uma característica que o difere, é um loteamento, não um condomínio.

A sua aprovação foi iniciada em 1981, e percorreu todos os caminhos tão bem citados pelos senhores, vencendo uma legislação que, para ser cumprida, é extremamente trabalhosa. No seu contexto geral é extremamente abrangente e muito adequada. Nós, que fazemos esse tipo de empreendimento, acreditamos que a legislação de São Paulo, tanto no âmbito estadual quanto no municipal, é extremamente abrangente. E se alguns desvios são feitos à margem dessa legislação, no seu total é, sem dúvida nenhuma, a mais bem elaborada do país.

Quanto ao nosso empreendimento, basicamente, foi feito sob a legislação 6766/79. Na época não havia ainda o Grapoabe, essa idéia que o Vereador citou do balcão único. Percorremos todos os órgãos. À época tínhamos os órgãos militares - Ministério do Exército, Aeronáutica, etc - e no nosso entender, sobre o critério ambiental, aquela legislação, até hoje, é muito atual. Os caminhos de drenagem foram todos preservados. As visitas que foram feitas comprovam, pela exuberância da mata que fica na proteção dos córregos que lá existem, que se essa legislação for aplicada corretamente, traz os efeitos ambientais esperados.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Ricardo, por favor, você poderia dizer onde fica, precisamente, essa localidade, para a Taquigrafia poder registrar?

O SR. RICARDO PIMENTEL - Pois não. Ele também tem essa característica. Situa-se no final da Avenida Inajar de Souza, mais precisamente Vila Brasilândia. Quando termina a Inajar de

Souza, está o empreendimento, que foge ao padrão da ocupação local, que é caracterizada por invasões, principalmente das áreas públicas, com uma quantidade enorme de favelas.

Esse loteamento fica descaracterizado do local e da região. Dentro da sua composição, tem 130 metros quadrados de área verde, preservada desde 1983. Existem dois córregos que saem do Parque Estadual da Cantareira. O pedido de aprovação, se não me falha a memória, antecede, em dois ou três meses, a criação do Parque Estadual da Cantareira.

Então, fica em uma região onde temos essa área ambiental preservada, cercada por favelas e invasões regulares. Ele é completamente fora da característica da região. Não saberia explicar, mas se os senhores observarem o mapa aéreo da cidade, vocês vão ver que, apesar de estar inserido na divisa da serra do Parque Estadual da Cantareira, é um empreendimento imobiliário em um local que jamais comportaria, hoje, uma implantação daquele porte.

Fica no final da Inajar de Souza, não pega, necessariamente, a área do Horto Floresta, cuja área tem uma legislação específica.

Quanto à legislação, temos de ressaltar o que o poder público faz de bom. Existe um desconhecimento muito grande por parte da população sobre o que é feito certo. Á época foi feita uma legislação que já caracterizava esse condomínio como zona de transição. Tanto que os coeficientes de aproveitamento urbanos são completamente reduzidos em relação às áreas do entorno.

Segundo, o próprio Plano Diretor, na sua última versão, restringe, ainda mais os coeficientes de aproveitamento.

Existem coisas que foram feitas corretamente. O próprio Condefat, por ser o Parque Estadual da Cantareira caracterizado como patrimônio histórico, se manifesta em toda a aprovação de empreendimento imobiliário - uma vila, um lote ou qualquer coisa.

Obrigatoriamente ele tem de passar pelo Condefat, que se manifesta em todos os casos.

Ressaltamos que no caso da Prefeitura a legislação de criação desse parque foi muito ponderada e bem-feita, e entendemos que temos de ressaltar o que é bom. Também temos experiência em lidar com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente nos processos, e a legislação da Prefeitura, em determinados casos, é muito mais restritiva que a legislação estadual.

Então, se for possível que se estabeleça um modus operandis entre a esfera federal, a estadual e a municipal sobre determinados detalhes, inclusive o que gera atuações enormes do Ministério Público e dos diversos órgãos, essa homogeneização de interpretação já daria um ganho grande de velocidade e cumprimento das leis vigentes.

Os senhores citaram o problema de jogar detritos nos esgotos, nos corpos de água. O parque tem, como característica, sistema de coleta de esgoto implantado e ligado ao coletor tronco da Sabesp da Avenida Inajar de Souza. As águas percorrem o parque inteiro e chegam límpidas até o córrego Cabo Sul de Baixo, onde são desaguadas.

O esgoto do parque foi feito, está implantado, é coletado integralmente e jogado no coletor tronco que vai para Barueri. Foi quando foi concebido o prolongamento da Inajar de Souza.

Como empreendedores podemos concordar ou discordar da legislação, mas não nos cabe emitir uma opinião, e sim cumpri-la, ou seja, temos um capital sobre determinadas leis, vamos implantá-las em um determinado condomínio e temos de cumprir as determinações legais, não temos de dizer se serve ou não. A legislação é essa e ponto final.

A nossa visão é nesse sentido: a legislação é ampla, abrangente. A preocupação com o Parque Estadual da Cantareira e com outras reservas ambientais que existam, até de menor porte, principalmente nas áreas públicas invadidas, assunto sobre o qual pouco falamos... Por exemplo, quando fizemos o empreendimento e foram doadas as áreas institucionais, as áreas verdes, a empresa, por precaução, manteve essas áreas ocupadas, com seus canteiros de obras, para evitar que fossem invadidas, porque segundo o histórico daquela região, as primeiras áreas a serem invadidas são as públicas. Temos de ter esses cuidados.

Agora, é fundamental também que seja feita, o mais rapidamente possível, ou não, o manejo do parque. Existe uma pressão grande dos órgãos ambientalistas de que o entorno do parque seja preservado, e existe legislação para que isso ocorra, só que até agora eles não se manifestaram com uma legislação de manejo coerente com suas necessidades. E isso causa, desnecessariamente, algum embaraço nessas áreas limítrofes.

Salvo alguma coisa mais específica, a colaboração nossa seria no sentido de sugerir que fosse criada uma visão única, como agora foi feito no Plano Diretor, no qual algumas zonas foram consideradas zonas de proteção ambiental. Que o poder público faça antecipadamente o mapeamento do que pode ser feito. Com certeza essas áreas, a partir do momento em que têm essas restrições, são áreas grandes, normalmente provenientes de espólio, com uma série de

dificuldades... pode ser que daqui a cinco, seis anos estejamos voltando a esse assunto com essas áreas ocupadas por empreendimentos irregulares.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quería agradecer ao Sr Ricardo Pimentel Mendes pelas palavras.

Passo a palavra para Mirante Sul, Sr. Antônio Lacerda.

O SR. ANTONIO LACERDA - Nós do Mirante do Horto também na época entramos pela lei 6766/79. Estamos localizados na rua Luiz Carlos Gentile de Laet, número 1.561. Também passamos por todos os órgãos - o Condefat, Conpresp, enfim, realizamos todas as benfeitorias - rede de esgoto, água, tudo dentro do trâmite legal.

Gostaria de me colocar à disposição. Se futuramente vocês precisarem de alguma ajuda, enfim,

Estamos aí para poder, logicamente, dar uma ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vamos dar início à questão da continuidade da nossa Comissão de Estudos.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura, caso queira colocar alguma coisa para os nossos convidados.

- Intervenções fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu queria colocar a questão para o Imobel, que é o Sr. Ricardo. Primeiro, a assessoria técnica desta Comissão analisou a documentação apresentada pelo senhor na semana passada ou retrasada, e verificou que a questão da Imobel, da preocupação ambiental no seu condomínio é uma das poucas referências positivas que vamos ter nesta Comissão.

Então, é uma situação positiva para nós, aquilo que acharmos que não está correto vamos colocar no relatório. O que estiver certo, compatível com a questão ambiental, vamos elogiar no relatório. Então, quero te agradecer não apenas pela documentação, mas por sua preocupação com a questão do meio ambiente, na questão de como vocês trataram sua divisa com o Parque da Cantareira. É uma situação onde nós, que somos moradores da região, nos preocupamos. Aquele parque para nós é o pulmão verde da região e da cidade. Quer dizer, se realmente não nos preocuparmos com ele, as futuras geração não vão ter o que contar do parque e daquela região, do entorno, do Tremembé e do Jaçanã, onde está atuando mais essa parte dos condomínios horizontais.

Não que esta Comissão seja contra os condomínios horizontais, mas sim com a forma e com a velocidade que eles estão entrando nos bairros, isso sem falar no que estão causando para a população daquela região. Então, na verdade, esta Comissão está preocupada como eles estão sendo implantados e com a velocidade com que estão sendo implantados.

É por isso que quero cumprimentar a Imobel pelo tratamento do condomínio de vocês. Podemos sugerir em nosso relatório que o condomínio de vocês seja uma referência não apenas quanto ao meio ambiente, mas também quanto à documentação.

Antes de passar a palavra ao senhor vou passar para o Vereador Aurélio Nomura e depois para o Vereador Chico Macena.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Estou sem os dados aqui do loteamento. Nós não pudemos fazer uma avaliação com relação ao projeto, mas me parece que com relação ao processo da Grapoave(?), salvo melhor engano, vem dentro de uma lei de 79, uma lei federal. E, posteriormente, até de acordo com o que reza as leis estaduais de que haveria necessidade de ter uma análise, mesmo tendo em vista aquela vegetação significativa, e cortes maiores de mil metros quadrados, que acho que foi o caso, deveria ter uma anuência prévia do DTRN.

Gostaria de saber como foi, par-e-passo, a passagem, a aprovação pelos departamentos. Começando pelos departamentos estaduais e depois pelos departamentos municipais. E, saber se houve qualquer problema ou se você constatou alguma necessidade de ter de fazer algum termo de ajuste, alguma coisa referente para compensar algum deslize que houve durante a implantação do condomínio.

O SR. RICARDO - No momento inicial não, até porque aquela área era chamava-se Sítio dos Francos, quando até citei aqui que havia o problema dos espólios. São áreas muitos grandes, superiores à nossa área. Esse empreendimento tem 750 mil metros quadrados no seu total. Quer dizer, nesse caso dessa aprovação e tudo mais, ele foi um processo inicialmente muito demorado porque havia um problema maior do que o problema ambiental. Era uma área completamente degradada, era um plantio de eucaliptos na época, estamos falando dos idos de 80. Mas, houve um problema muito grande na parte de concepção e regularização do loteamento em si. Ele levou, no seu tempo total, oito anos para ser aprovado, devido a sua complexidade, ao tamanho da área, aos problemas ambientais que ele tinha e que a legislação

preservaria. Então, houve um tempo grande para ser concebido. Ele era uma área rural que foi transformada em área urbana. Então, foi um processo muito demorado.

Na aprovação do DPRN, o que houve? Como já havia a necessidade, a legislação já exigia de uma maneira não formal - como é feito hoje através do Grapoabe - mas de uma maneira indireta, forçando a isso, as áreas de proteção ambiental, logo que o projeto foi concebido, ela foi encaminhada aos órgãos.

A empresa tomou o cuidado num primeiro momento, até citando um pouco o que o vereador falou, de você se antecipar a isso. Então, as áreas de drenagem, que já era um problema ambiental caracterizado; um problema não, um patrimônio ambiental a ser preservado, as áreas de drenagem já foram concebidas no sentido de manter aquelas áreas protegidas.

Os problemas que você teve também de transposição de córregos para passar as vias públicas etc. Então, antecipadamente houve a preocupação com a legislação estadual e a legislação federal que era o Código Florestal da Época; e, aí sim, em cima disso saiu o projeto urbanístico comportando essas necessidades. E, num segundo momento começam as aprovações da época. E foi uma época que teve algumas modificações de lei e etc. Essa demora não foi só por falta de celeridade do Poder Público não, não é isso. Na época houve um pouco de várias modificações.

Daí para frente, o que aconteceu? A empresa teve duas autuações na época que foram dois autos de infração ambiental que foram por problema de assoreamento dos córregos na implantação da terraplanagem, do sistema viário. Essas multas foram pagas e foi feito um termo de ajuste de conduta onde você plantou uma área equivalente ao dano causado, se é que a gente pode falar isso. Foi um dano de execução de obras.

Aí, foi feito um termo de ajuste de conduta junto ao DPRN no qual nós plantamos acho que em torno de dez vezes a área estimada para uma vantagem do loteamento, e até do Município, e tivemos condições de fazer a implantação desse ajuste de conduta dentro do próprio loteamento. Então, essa compensação foi feita. Mas, ela foi feita só no sentido de reparar danos, não antecipadamente.

O que aconteceu? A empresa sofreu uma denúncia em 2001, uma denúncia no Ministério Público. Essa denúncia no seu objeto inicial foi comprovada não verdadeira. Nós sofremos uma acusação de desvio de córrego e desmatamento irregular. Tivemos ali a presença de vários órgãos públicos representados. Desde delegacia de polícia até o DPRN, os assessores do próprio Ministério Público, esse inquérito levou cinco anos, com a comprovação de todos os documentos e, inclusive, um estudo aerofogramétrico feito desde 1980, que são fotografias aéreas tiradas, onde ficou caracterizado o estado à época daquele empreendimento e como ele se encontrava hoje, onde ficou evidente o ganho ambiental.

Aí, então, fizemos um termo de ajuste de conduta junto ao Ministério Público em que preocupados não com a implantação do loteamento, mas com os empreendimentos que serão feitos no loteamento, o Ministério, junto com o DPRN, o Instituto Florestal e a Imobel firmaram um termo de ajuste de conduta onde o contrato padrão que rege todos os compradores da área são obrigados a encaminhar seus processos de aprovação, necessariamente ou não necessariamente, ao DPRN e/ou Grapoabe. Por quê? O que poderia acontecer é que nós poderíamos firmar esse termo de ajuste de conduta e devido a legislação não caracterizar essa necessidade de que essa documentação fosse encaminhada ao DPRN e ao Grapoabe, que ela fosse dispensada. O que aconteceu? Hoje, todo comprador de imóvel no Parque Taguaçu da Cantareira, seja para a construção de um condomínio vertical, para um condomínio horizontal, se tiver uma área comercial, ele é obrigado a encaminhar ao DPRN e ao Grapoabe para ter a dispensa dessa necessidade.

Então, esse foi o termo de ajuste de conduta firmado, se não me engano, em abril de 2005, recentemente, e essa é, vamos dizer, um adendo.

E, também aproveitando as palavras do Vereador Juscelino Gadelha, também queremos informar que o Parque Taguaçu da Cantareira é um dos pouquíssimos loteamentos dentro da cidade de São Paulo que tem o TVEO - Termo de Verificação e Entrega de Obras definitivo da cidade de São Paulo. As pessoas da Prefeitura que foram lá emitir TVEO falaram que existem pouquíssimos empreendimentos imobiliários com essa documentação.

Espero ter respondido.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Apenas uma dúvida. Acho que o atraso com relação à Pat(?) no nível da legislação municipal, ela também teve a mudança de zoneamento. Quer dizer, você saiu do zoneamento da zona rural indo para a zona urbana.

Deve ter passado na Câmara Municipal esse processo para posteriormente fazer a solicitação do loteamento.

O SR. RICARDO - Inclusive no plano, na parte do zoneamento existe a Z-18. Ela é caracterizada. O Parque Taguaçu na Cantareira é uma lei, consta dos seus limites e etc. Então, passou daqui e consta de toda a legislação municipal.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - O Vereador Chico Macena deseja fazer alguma pergunta?

O SR. CHICO MACENA - São duas questões bem rápidas. Uma seria a respeito dos córregos. Acho que o senhor até informou que a denúncia de desvio é falsa. A pergunta é a seguinte: os senhores efetuaram alguma canalização de córrego no local. E a segunda é: como é feito o tratamento da rede de esgoto?

O SR. RICARDO - Como eu já disse, não existe tratamento para a rede de esgoto. Ela é despejada no coletor central da Sabesp. Existe um sistema inteirinho. O da descarga é feito no coletor central da Sabesp, não é no empreendimento. Então, a rede de coleta de esgoto existe em todo loteamento e desemboca, na Avenida Najar de Souza existe o coletor tronco da Sabesp. Ela é despejada nesse coletor tronco. E a canalização do empreendimento não houve em nenhum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Gostaria de agradecer novamente ao Ricardo. Se você quiser ficar conosco, tudo bem. Vamos conversar um pouquinho com o Antônio Cavalheiro.

O teu condomínio, o Mirante do Horto, tem aprovação dos órgãos competentes?

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Tem, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - qual é a data de aprovação do projeto de vocês?

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Essa área onde foi implantado está conosco há 33 anos, é uma área que já tínhamos há longo tempo. Aprovamos o loteamento em 1992. Essa foi a data do registro. Em 1992 aprovamos o loteamento com oito quadras. Quer dizer, o tempo passou e entramos em meados de 97 ou 98, não me lembro a data exata, com um processo de remembramento e descobro. Por quê? Inicialmente, nessas oito quadras a gente tinha 217 lotes. Quer dizer, na época chegamos a conclusão que se fizesse os 217 lotes além de causar um transtorno maior ainda, em termos comerciais não seria tão bom. Então, entramos com o processo e transformamos os 217 lotes em 100 lotes.

Feito tudo isso, passamos por todos os órgãos também, Condephaat, Copresp, Depave; enfim, todos. E começamos a comercializar em agosto de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Você acha que o prazo de aprovação é muito longo? Na sua avaliação.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Acho.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - O que você poderia sugerir?

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Acho que o que trava muito é a burocracia quando você tem a intenção de fazer um empreendimento desse porte. A nossa área total são 48.500 metros. Julgo ser uma área grande pelos níveis que você vê. Então, é um trâmite que leva um certo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Na questão do esgoto também é parecido?

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - É a mesma coisa. Nós executamos a rede de esgoto, a rede de água pluvial, rede elétrica. Ele vai diretamente para a rede existente que passa na rua. Na rua exatamente em frente à nossa área.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Acho que o maior problema de esgoto está na Sabesp porque eles cobram dos contribuintes o esgoto e não existe esgoto, na verdade.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Você faz a rede e doa para os órgãos.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Mas não é uma questão do tratamento do esgoto. Jogam diretamente no Córrego do Tremembé.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Tanto é que tem uma parte do córrego que você não consegue passar por causa do cheiro.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Ela joga diretamente na rede que existe lá.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - E desemboca no córrego. Todo mundo sabe qual é o trâmite do corredor de esgoto. Mas, isso é um problema que vem, Chico, de uns anos atrás. Na questão da canalização do córrego do Tremembé quando foi aprovado o projeto para a calha do Rio Tietê o Tremembé estava no processo de canalização e também a usina de tratamento de esgoto naquela região. Quando o córrego saiu do projeto do Bird, da calha do Tietê, todos os projetos da região foram abandonados.

Então, precisamos hoje - e esta Comissão tem um papel fundamental - voltar a discutir com a Sabesp, voltar a discutir com o Bird um projeto não só da canalização do córrego, mas também da questão do esgoto daquela região lá.

O nobre Vereador Aurélio Nomura gostaria de dar uma olhadinha nos seus documentos.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Não trouxe tudo porque teria de chamar uma... trouxe alguma coisa que já dá para você ter uma boa base aí.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Tem a palavra o Sr. Tupinambá, assessor da Comissão.

O SR. TUPINAMBÁ - Gostaria de perguntar para o convidado se por acaso o loteamento dele foi objeto de algum TCA ou termo de ajustamento de conduta por parte do Ministério Público.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Você diz no que tange a árvore, plantio de árvore? Sim, foi.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Então, teve um TAC com o Depave.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - E esse Depave foi cumprido? Vocês tiveram algum problema com a Polícia Ambiental, com autuações?

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Nenhum. Já foi feito há muito tempo. Até então, as árvores... tudo certo.

O SR. TUPINAMBÁ - Você sabe onde foi feita essa compensação? Porque um dos objetivos da Comissão é exatamente porque temos constatado que nem sempre as compensações estão sendo solicitadas na área onde o empreendimento está localizado.

O SR. ANTONIO CAVALHEIRO - Para te dar uma boa base a pessoa certa não sou eu, mas ele que na época quem cuidou desse trâmite foi ele. Ele cuidou do processo todo quando demos entrada no Depave.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Sr. Odimir Antonio Martino, o senhor tem a palavra.

O SR. ODIMIR ANTONIO MARTINO - Como já havia comentado, no acesso ao condomínio tínhamos um estreitamento. Eram mais ou menos cinco metros da rampa. Na época de se fazer a pavimentação foi necessário um alargamento. A empreiteira sem nós sabermos entrou e abriu mais ou menos uns seis metros no acesso de entrada. Com isso ela tirou um abacateiro e mais sete árvores pequenas que tinham ali. Eu já tinha pedido a remoção dessas árvores e a Prefeitura demorou muito tempo, o empreiteiro, preocupado em terminar o prazo, derrubou as árvores. A Prefeitura nos multou e nos obrigou a fazer o TCA. E dentro do TCA foram colocadas 16 árvores para cada uma tirada. Então, relocalizamos dentro do condomínio 126 árvores que estão plantadas há quase três anos. Temos recebimento provisório já do Depave.

O SR. TUPINAMBÁ - Sr. Presidente, reiterando o que o Vereador Juscelino já havia pedido, para que eles depois encaminhasse toda a documentação do condomínio para que a assessoria pudesse analisar.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Na realidade, é uma Comissão de Estudos e estamos fazendo a análise com relação a implantação dos condomínios na Serra da Cantareira. Nós pediríamos a possibilidade de você encaminharem não só esses documentos de Depave, mas todos os documentos que dizem respeito a implantação do condomínio, tanto da esfera estadual como municipal. Por quê? Porque, volto a falar, na realidade, o que temos acompanhado é que a Prefeitura não está atenta às posições, exigências e cumprimento da legislação estadual. Ela simplesmente carimba dentro do alvará de autorização, de implantação do condomínio, que deverão ser observadas as leis estaduais atinentes à espécie, mas sequer ela faz o controle. Então, é importante que nós possamos acompanhar o processo inteiro e ver o que está acontecendo.

Não sei se isso é verdade ou não, mas sabemos que no nível estadual eles estão tentando implantar um balcão único. Estamos tentando também discutir a implantação do balcão único aqui no Município, mas na possibilidade de integração com os órgãos estaduais. Não é possível você deixar de observar as normas, ou municipais ou estaduais, e um dos dois órgãos dar essa permissão. Então, acho que isso tem de ser analisado mais, principalmente nos termos de ajuste. Porque o que temos acompanhado é a incongruência dos termos de ajuste. Nós observamos, não é o caso de vocês, mas observamos condomínios que a exigência de plantio de árvores era na zona Leste. Não tem nenhum sentido firmar um termo de ajuste para você plantar árvores dentro do Parque do Carmo.

Então, acho que esta é a posição da Comissão e a posição mais grave também diz respeito, e está demonstrado nos cinco, seis loteamentos que temos acompanhado, com relação a esse processo da Sabesp. Entendemos que ali não existe a possibilidade de fazer o descarte da água nas coletoras mesmo porque as coletoras não têm como tocar um sistema de tratamento de esgoto.

A coisa morre por aí e, muitas vezes, se utiliza até das águas pluviais para fazer o descarte do esgoto. Então, é importante que nós possamos estar feitos, exatamente por que nós estamos dentro de uma área de proteção ambiental, e é imperioso até que se avance mais com o processo, que possa haver pelo menos, vamos dizer, uma análise prévia ou o mínimo, um pequeno tratamento com relação ao tamanho dos condomínios.

Eu acho que na área lá dificilmente nós vamos ter condomínio que vá, agora, daqui para frente, ter uma área muito grande, para fazermos determinadas exigências. Mas o que a gente verifica, como no condomínio Bancoop, e volto a falar: eles têm vários dutos enormes, e nós sabemos que eles vão jogar água lá dentro do córrego. Eles não vão fazer o sistema de bombeamento, como eles estão falando - a alegação que vem a nível técnico. Mas, se você analisar amiúde, o custo do bombeamento do esgoto e a capacidade de armazenagem nos tanques para fazer o bombeamento do esgoto para cima é um negócio absurdo. Quer dizer, em tese, você pode até, a nível técnico, concordar. Mas, do lado, chama a atenção o tamanho dos canos que estão voltados para a área. Então, acho que é importante nós trabalharmos em outro tipo de processo.

Eu gostaria de saber, até aproveitando isso, qual a área que foi desmatada, ou se não houve nenhuma desmatada?

O SR. EDSON DOMINGUES – Pela ordem, Sr. Presidente. Sou da Assessoria do Vereador Juscelino Gadelha. Antes da resposta dos representantes, gostaria também de encaminhar uma pergunta da assessoria: se o empreendimento teve o licenciamento do Condephaat.

R - Você está querendo saber se nós tivemos...

P - Se o Mirante do Horto passou pelo crivo do Condephaat.

R - Sim, sim, passou pelo Condephaat, pelo Compresp.

P - Esses documentos poderiam ser encaminhados?

R - Enfim, por todos os órgãos.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Só uma dúvida que eu tenho, porque, na realidade, o que a gente tem verificado é que nós temos aquela Resolução Conama que fala que num raio de dez quilômetros - então, a gente chegaria aqui da Praça da Sé -, para ter autorizações; e a gente vê que os órgãos encaminham para a Grapohab, para o Compresp, Condephaat, DPRN, Cetesb. Mas um órgão no Estado que sequer é mencionado e não existe esse acompanhamento - e essa é a minha dúvida - é o Instituto Florestal, porque, na realidade, ele é o responsável para a manifestação dentro da Resolução Conama. Eu não sei se existe, ou se os órgãos estaduais o consultam, dentro do processo.

O SR. – Eu posso até responder. O que acontece é o seguinte: quem encaminha ao Instituto Florestal é o DPRN, e eles o têm feito constantemente.

Quando você se encontra, principalmente na época da... Essa Resolução Conama, logo que ela saiu, esses dez quilômetros gerariam uma série de embaraços, porque ela... É aquilo que a gente falou: ela precisa ser adequada, vamos dizer assim, a uma área urbana.

A reserva da carteira ela é uma reserva ambiental dentro de uma área urbana. Mas o DPRN, sempre que o empreendimento está dentro de algumas regras, eles encaminham ao Instituto Florestal, obrigatoriamente. E, nesse caso, a gente pode até dizer que eles são muito rigorosos com isso. Obrigatoriamente, o Instituto Florestal sempre é ouvido nessas implantações.

O SR. – Eu não me lembro agora se, na época, nós tivemos que passar pelo DPRN. Eu acredito que não. Não me lembro exatamente, mas, pelo fato de nós já termos o empreendimento aprovado anteriormente, em 1992, nós não tivemos a necessidade de passar pelo DPRN. Que eu me lembre, não - salvo...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. – É que aqui eu peguei a data de registro. Precisaria verificar.

O SR. AURÉLIO NOMURA - É, nós teremos dois encaminhamentos aqui: na realidade, quando nós estamos falando, primeiro, da Resolução Conama, nós estamos falando de uma Resolução de 90, da obrigatoriedade naquele raio de dez quilômetros. Posteriormente, nós estávamos falando...

O SR. – Desculpe, só fazendo uma... É que, no nosso caso, quando meu pai adquiriu esta área, ela já estava loteada. Então, é um negócio que vem de 1970 e alguma coisa. Quer dizer, na ocasião, a pessoa que vendeu o terreno para ele já tinha averbado algumas ruas na matrícula. Então, como é um negócio bem anterior, que foi feito bem antes, acho que é por isso que nós não tivemos de passar.

Agora, a nossa aprovação das quadras, das oito quadras, foi feito o registro em 1992.

P - Agora, volto a falar, porque, na realidade, quando a gente está falando de uma área acima de 15 mil metros quadrados que acho que é o caso, obrigatoriamente tem de passar por

Grapprohab, que inclui análise de SMA e Cetesb para a condição fundamental, para a aprovação dentro do âmbito municipal.

R - Entendo. Isso foi feito, inclusive. Inclusive, eu trouxe todas as...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EDSON DOMINGUES - (Assessoria do Vereador Juscelino Gadelha) Permita-me, Sr. Vereador. O representante da Mirante do Horto poderia nos informar qual é a data de anuência do Condephaat e do Compresp para o empreendimento?

R - Eu precisaria ver aqui.

P - O senhor tem de seus documentos em mãos?

R - Eu acho que eu trouxe, mesmo porque... Deixe-me dar uma olhada aqui...

O SR. ARMANDO BENETOLO (?) – Eu queria, oportunamente, Vereador Aurélio Nomura, ter a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Pode falar, tem a palavra.

O SR. ARMANDO BENETOLO – Eu sou do Conselho Comunitário da região de Santana/Tucuruvi. Queria fazer três observações. A primeira, com relação à Imobel (?): eu concordo com toda a afirmação que foi feita. Faço apenas um reparo: que o Parque Estadual da Cantareira é muito anterior à sua citação. O que mudou foi a denominação. Ele foi Serra da Cantareira, Reserva Florestal, Reserva da Cantareira e, depois, Parque Estadual da Cantareira. Então, na verdade, ele já existia bem antes, e com todas as exigências legais hoje existentes. Apenas não tinha o desdobramento que tem hoje, mas ela sempre existiu.

No caso lá da Rua Luís Carlos Gentil de Laerte, queria lembrar duas coisas: anteriormente à data que foi citada, antes do DPRN, toda a exigência do Código Florestal pedia ao Serviço Florestal do Estado. Então, era uma exigência. O que não corria é que a Prefeitura não pedia isso ao serviço Florestal, mas a lei federal dava ao Florestal competência para se manifestar a respeito.

Outra coisa que eu queria falar daquele imóvel é que era uma área coberta, era uma chácara coberta de árvores. E não foi deixada também a zona de amortecimento necessária por lei. O empreendimento vai até à cerca do Parque Estadual da Cantareira, e precisava existir, a lei manda que se deixe uma zona de amortecimento; e não foi pedido nada ao Instituto Florestal - porque eu sou do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Cantareira, e ele nunca foi consultado a respeito dessa construção.

Queria, Vereador, fazer mais um comentário a respeito do Córrego Tremembé: todas as vezes que é falado do Córrego Tremembé, e que é citado que constava do projeto do Tietê, é dado como se a comunidade do Tremembé não se interessou pelo serviço que a Sabesp tinha montado. O que ocorre é que nós sempre pretendemos, há mais de 35 anos, o saneamento do córrego. O que fez esse projeto da gestão Jânio quadros, que estava incluído nesse Projeto Tietê? Eles quiseram fazer uma avenida, uma via; não era o saneamento do córrego, e sim uma obra viária de 35 metros de largura e canalizando o Córrego Tremembé, com todo o esgoto que recebia, subterraneamente. Então, isso não é básico. É isso o que nós contestamos. Então, nós tivemos inclusive que nos dirigir diretamente ao BIRD, para evitar que fosse dado recurso para fazer essa obra.

Então, é preciso deixar bem claro que a comunidade do Tremembé, desde esses 35 anos, vem pedindo o saneamento do córrego; e só não concordamos com esse projeto porque o objetivo era outro, não era de obra de saneamento.

Obrigado.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Com essas informações, gostaria de perguntar se alguém mais gostaria de fazer alguma indagação. (Pausa)

Bem, nós vamos ouvir mais alguém? (Pausa) Então, vamos encerrar essa reunião, pedindo para que o pessoal da Imobel pudesse nos encaminhar os documentos pertinentes.

A Sinop (?) já encaminhou também - não é? - para a gente fazer as análises.

E agradeço novamente o comparecimento dos dois representantes aqui na Comissão.

Comunico que, na próxima segunda-feira, nós teremos novamente uma reunião. Está agendada a chamada de um representante de Aprove? (Pausa) Então, gente poderia...

Bem, nós vamos encerrar, e pediria também para a Assessoria convocar o diretor de Aprove, como já foi parte de uma negociação que nós tivemos com o Presidente desta Casa, que o Sr. Secretário da Habitação se comprometeu a trazer o Presidente de Aprove. Se nós não tivemos uma posição até quarta-feira, nós levaremos ao Plenário. Esse é um acordo das lideranças, para a convocação em Plenário do Diretor de Aprove e também do Secretário de Habitação.

É o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço novamente o comparecimento de todos. Muito obrigado.

O SR. EDSON DOMINGUES - (assessoria do Vereador Juscelino Gadelha) Permita-me, Sr. Vereador. O representante da Mirante do Horto poderia nos informar qual é a data de anuência do Condephaat e do Compresp para o empreendimento?

R - Eu precisaria ver aqui.

P - O senhor tem de seus documentos em mãos?

R - Não acho que eu trouxe, mesmo porque... Deixe-me dar uma olhada aqui...

O SR. – Armando Benetolo - Eu queria, oportunamente, Vereador Aurélio Nomura, ter a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA - pode falar, tem a palavra.

O SR. ARMANDO BENETOLO – Eu sou do Conselho Comunitário da região de Santana / Tucuruvi. Queria fazer três observações. A primeira, com relação à Imobel (?): eu concordo com toda a afirmação que foi feita. Faço apenas um reparo: que o Parque Estadual da Cantareira é muito anterior a sua citação. Que mudou foi a denominação. Ele foi Serra da Cantareira, reserva florestal, reserva da Cantareira ele, depois, Parque Estadual da Cantareira. Então, na verdade, ele já existia bem antes, e com todas as exigências legais hoje existentes. Apenas não tinha o desdobramento que tem hoje, mas ela sempre existiu.

No caso lá da Rua Luís Carlos Gentil de Laerte, queria lembrar duas coisas: anteriormente a data que foi citada, antes do DPRN, toda a exigência do Código Florestal pedia ao Serviço Florestal do Estado. Então, era uma exigência. O que não corria é que a Prefeitura não pedia isso ao serviço Florestal, mas não lei federal dava ao Florestal competência para se manifestar a respeito.

Outra coisa que eu queria falar daquele imóvel é que era uma área coberta, era uma chácara coberta de árvores. Que não foi deixada também a zona de amortecimento necessária por lei. O impedimento vai até a cerca do Parque Estadual da Cantareira, e precisava existir, a lei manda que se deixe uma zona de amortecimento; e não foi pedido nada ao Instituto Florestal, porque eu sou do Conselho Consultivo do Parque Estadual da Cantareira, ele nunca foi consultado a respeito dessa construção.

Queria, Vereador, fazer mais um comentário a respeito do Córrego Tremembé: todas as vezes que é falado do Córrego Tremembé, e que é citado que constava do projeto do dia de, é dado como se a comunidade do Tremembé não se interessou pelo serviço que a Sabesp tinha montado. O que ocorre é que nós sempre pretendemos, há mais de 35 anos o saneamento do córrego.

O que fez esse projeto da gestão Jânio quadros, que estava incluído nesse Projeto Tietê? Eles quiseram fazer uma avenida, uma via; não era o saneamento do córrego, perseguir uma obra viária de 35 metros de largura e canalizando o Córrego Tremembé, por todo o esgoto que recebia, subterraneamente. Então, isso não é básico. É isso o que nós contestamos. Então, nós tivemos inclusive que nos dirigir diretamente ao BIRD, para evitar que fosse dado recurso para fazer essa obra.

Então, é preciso deixar bem claro que a comunidade do Tremembé, desde esses 35 anos, lei pedindo o saneamento do córrego; e só não concordamos com esse projeto porque o objetivo era outro, não era de obra de saneamento.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Obrigado.

Com essas informações, gostaria de perguntar se alguém mais do parque de fazer alguma indagação. (Pausa)

Bem, nós vamos ouvir mais alguém? (Pausa) então, vamos encerrar essa reunião, pedindo para que o pessoal da Imobel pudesse nos encaminhar os documentos pertinentes.

A Sinop (?) já encaminhou também - não é? - para a gente fazer as análises.

E agradeço novamente o comparecimento dos dois representantes aqui na Comissão.

Comunico que, na próxima segunda-feira, nós teremos novamente uma reunião. Está agendada a chamada de um representante de aprove? (Pausa)

Então, gente poderia...

E, nós vamos encerrar, e pediria também para a assessoria convocar o diretor de aprove, como já foi parte de uma negociação que nasce vemos como Presidente desta Casa, que o Sr. Secretário da Habitação se comprometeu a trazer o Presidente de aprove. Se nós tivemos uma posição até quarta-feira, nós levaremos ao plenário. Esse é um acordo das lideranças, para a convocação em plenário do diretor de aprove e também do Secretário de Habitação.

É que tinha dizer.

Agradeço novamente o comparecimento de todos. Muito obrigado.

REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10 de abril de 2006

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Boa tarde a todos. Vamos dar início à reunião da Comissão de Estudos sobre Impactos Ambientais, com a presença dos Vereadores Chico Macena, Aurélio Nomura, e demais vereadores que estão chegando também.

Nós, hoje, seria a última reunião desta comissão que tem prazo regimental de 60 dias. Hoje, especificamente nesta segunda-feira, deixamos os vereadores com tranqüilidade para começarmos a montar o relatório final para apresentar a esta Câmara Municipal, dentro do prazo regimental - que o secretário está colocando -, temos 15 dias a partir de hoje. Hoje é dia 10. Então, a partir da próxima segunda-feira temos 15 dias - do domingo - para apresentar o relatório.

Vou conversar com a Bispa Lenice porque ela ficou responsável pela montagem do relatório. Como ela se licenciou, ficou 30 dias fora, mas a assessoria permaneceu conosco, de repente o Vice-Presidente desta Comissão, Vereador Aurélio Nomura, podia assumir a relatoria.

Então, hoje, vamos encerrar por aqui porque a comissão, nós vamos preparar o relatório.

Vou passar a palavra agora ao Vereador Chico Macena, caso queira nos colocar algumas questões.

O SR. CHICO MACENA - Boa tarde, Vereador Juscelino que está presidindo esta sessão, a todos das assessorias presentes.

Quero cumprimentá-lo pelo trabalho que V.Exa. está desenvolvendo frente a esta comissão de estudos. Como já disse, em ocasião anterior, acho de fundamental importância que pudéssemos, como esta comissão fez, fazer uma avaliação dos condomínios horizontais existentes na zona Norte da cidade, as irregularidades principalmente ao que tange o descumprimento e agressão ao meio-ambiente. E também às demais irregularidades, como "habite-se", alvarás de construção. Percebemos que há uma série de irregularidades que ainda a iniciativa privada e o poder público têm de conviver no dia-a-dia e que não poderia acontecer na cidade de São Paulo.

Acho que o nosso relatório, o relatório que V.Exa. junto com a nobre Vereadora Bispa Lenice irão concretizar deve apontar todas essas irregularidades para a cidade de São Paulo. Devemos alertar as autoridades municipais para que haja fiscalização mais efetiva e até medidas preventivas, para que não tenhamos sempre de correr atrás do prejuízo, sempre constando irregularidades e que não foi cumprida a lei. Que possamos alertar então o Poder Executivo porque depende dele uma fiscalização mais efetiva. Como também sinalizar a toda a sociedade que as leis de uso e ocupação do solo, de preservação do meio-ambiente e o Código de Obras têm de ser respeitado na cidade de São Paulo se quisermos dar um mínimo de regulação à ocupação urbana, e não cairmos em situações que historicamente presenciemos na cidade: uma ocupação desordenada, descumprimento da lei. Basta ver que 70% da cidade é ilegal. Precisamos inverter essa ordem das coisas porque só assim a Prefeitura poderá ter planejamento e poderemos também ter a perspectiva no futuro de uma qualidade de vida melhor.

Era isso que eu queria dizer, pois eu acho que o trabalho não se encerra com a conclusão do relatório, apenas vamos apontar tanto para o poder público quanto para os outros órgãos, inclusive estaduais e à sociedade civil, que muito trabalho ainda necessita ser feito para que tenhamos uma cidade melhor.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Agradeço as palavras do Vereador Chico Macena, meu amigo.

Quero colocar ao nobre Vereador Nomura de que hoje é a nossa última reunião ordinária desta comissão. A partir do próximo domingo teremos 15 dias para apresentar o relatório final. Estava dizendo à comissão que podemos conversar com a nobre Vereadora Bispa Lenice que como ela se licenciou, e nesta comissão houve discussão muito tensa, muita gente foi a fundo na questão dos condomínios da região Norte, podíamos conversar com a Vereadora Lenice e ver da possibilidade de passar o relatório a você, Nomura, porque você esteve presente em todas as reuniões, esteve conosco e tem uma visão mais clara do que ela. Apesar de que sempre esteve conosco uma assessora da Vereadora, que não nos abandonou, ficou trabalhando aqui, não teria problema nenhum. Mas seria interessante conversarmos com ela para que o relatório não fosse feito pela Vice-Presidência, mas por pessoa que esteve aqui conosco todo o tempo. Essa é a minha sugestão a esta comissão. Proponho-me eu mesmo a falar com a Vereadora Bispa Lenice, acho que o Nomura também podia ajudar nessa questão, certo?

Passo a palavra a você para fazer suas considerações.

O SR. AURÉLIO NOMURA - Obrigado. Com relação a isso é uma questão de conversarmos com a Bispa Lenice. Mas gostaria de relatar a reunião que tivemos na Promotoria Pública, na sexta-feira passada. A Curadoria do Meio-Ambiente e Urbanismo deixou as portas abertas, ficou de encaminhar os termos de ajustes celebrados nos dois últimos anos com relação à 5ª Prefeitura e às empresas que TACs(?). Mas o que verificamos no transcorrer desses dois meses que discutimos esses loteamentos horizontais, é que na realidade existe falta de diálogo entre os organismos do Município e do Estado. Eles não se comunicam infelizmente. Verificamos que apesar da discussão entre cidade legal e cidade ilegal, antigamente existia argumento de que o Plano Diretor e o Uso e Ocupação do Solo, as leis eram totalmente obsoletas, desatualizadas e, portanto, dificilmente teria condições de segui-las. Mas agora sabemos que, ano passado, foi feito grande esforço por parte da Câmara Municipal de São Paulo, da Prefeitura Municipal, da Vereança, com inúmeros debates centralizados.

Na realidade, verificamos que as leis de uso e ocupação do solo não estão sendo atendidas. É de fundamental importância que possamos apontar então as irregularidades, mas principalmente propor soluções. A idéia de discutirmos em alguns casos, principalmente em áreas de proteção ambiental, para que se faça uma análise, e que principalmente a subprefeitura assuma efetivamente a responsabilidade da fiscalização, não deixando com a Secretaria da Habitação que está muito longe das ações que estão ocorrendo em relação aos desmandos e irregularidades. Mas é importante que possamos efetivamente criar uma comissão em que todos possam efetivamente sentar. Mas o que verificamos em relação até aos termos de ajuste celebrados na Prefeitura de São Paulo é que os acordos firmados, e com relação às compensações ambientais, a Secretaria do Verde, através de DEPAV, é chamada por último, quando a coisa já aconteceu.

Então, é importante porque até mesmo não existe uma análise com relação às compensações tendo em vista o atual Plano Diretor aprovado. Temos já as áreas de preservação, as áreas que precisam ter um esforço para adequação, a melhoria da qualidade de vida da região, mas o que vemos até hoje, por incrível que pareça, é que as compensações ambientais são feitas em locais totalmente distintos da área que foi deteriorada. Isso é coisa fundamental que precisamos discutir.

E vou a mais ao fundo, Presidente, não sei se cheguei um pouco tarde, porque é importante fazermos também, darmos continuidade a esta comissão de estudos para tentarmos abranger para a cidade inteira. Sabemos e temos várias denúncias de que as ilegalidades, os descumprimentos, o que subverte a ordem pública, são inúmeros os empresários que estão descuidando, estão deixando à deriva o que efetivamente representa a lei. É hora de moralizarmos as leis existentes para que possamos imaginar São Paulo dentro dessas projeções.

O Plano Diretor da São Paulo foi imaginado para os próximos 20 anos. Para tanto, precisamos exigir o seu cumprimento porque daqui a dois, três anos, do jeito que as coisas estão indo, não vamos ter mais um Plano Diretor. Vamos ter efetivamente de refazê-lo. É de fundamental importância então essas providências.

Gostaria de propor a esta comissão que imediatamente possamos ampliar esta Comissão de Estudos no sentido de que possamos ter uma amostragem da cidade de São Paulo, que irá comprovar que não só na Cantareira, não só na área de proteção ambiental está ocorrendo as ilegalidades e os problemas detectados nas áreas analisadas por esta comissão.

Era basicamente isso que gostaria de mencionar.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Vereador Chico Macena quer dizer alguma coisa nesse sentido?

O SR. CHICO MACENA - Só concordar com o Vereador Nomura. E dizer que só estamos esperando a conclusão desta comissão, a aprovação do relatório porque acho que, em seguida, daríamos entrada a novo pedido de Comissão de Estudo mais abrangente, não só sobre condomínios horizontais. Temos também algumas obras que verticalizam a cidade, que incidem nesse problema.

Recentemente, tivemos na Câmara Municipal de São Paulo projeto do Executivo que pretendia alienar área que no projeto de arruamento seria rua, no Tatuapé. Seria uma rua, mas percebemos que não são só os horizontais, há vários verticalizados que também acabam cometendo irregularidades.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Nesse caso é um condomínio horizontal também.

O SR. CHICO MACENA - Há duas torres, parece que lá existem duas torres.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Eu desconheço as torres, mas a planta que vi, lá é um condomínio horizontal. Você disse bem porque aquela rua que querem integrar ao

condomínio, é um espaço público, e com isso tem toda a área verde, quer dizer, o condomínio ganharia tudo para ele, e a população ficaria fora. Você colocou certinho, Chico.

O SR. CHICO MACENA - Ficaria sem área verde. E é por isso que é importante continuarmos o estudo e levantarmos as várias situações na cidade em que isso ocorre. Teremos então uma amostra mais próxima da realidade de hoje. Queria concordar com o nobre Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Juscelino Gadelha) - Quero agradecer as palavras do Vereador Chico Macena, mas dizer também que a minha vontade a respeito dos condomínios horizontais na região Norte da cidade, seria uma moratória. Porque até os órgãos públicos, a promotoria, a Câmara Municipal de São Paulo, a gente fazer todo levantamento do que está acontecendo, porque hoje existe na região de Jaçanã-Tremembé mais de 30 condomínios sendo construídos ao mesmo tempo. Quer dizer, se conseguirmos uma moratória para vermos o impacto ambiental de fato, conversar com DEPAC, com a Sabesp até mesmo, seria muito bom. Há muitas situações lá que precisam de continuidade.

No nosso relatório vamos trabalhar no sentido de ser muito bom, que mostre a realidade da região. Mas precisamos colocar para os órgãos públicos uma moratória para concluirmos os estudos de fato da região.

Alguém quer falar mais alguma coisa? Está tudo nobres Vereadores Chico e Nomura? (Pausa) Vamos dar por encerrada a reunião de hoje. Daqui alguns dias vamos marcar para apresentar o relatório à Câmara Municipal de São Paulo e votá-lo.

Muito obrigado a todos.

((ng))Anexo II – Ofícios((cl))

São Paulo, 20 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 001/2006

Senhor Diretor,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.Sª para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, acompanhado do Diretor de APROV-1, Dr. Paulo Castaldelli, munido da relação de todos os condomínios localizados na circunscrição da Subprefeitura de Jaçanã-Tremembé aprovados por esse Departamento Técnico nos últimos três anos, bem como, os correspondentes processos para análise dos membros da Comissão.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor HUSSAIN AREF SAAB,

Mui Digno Diretor do Departamento Técnico

APROV-G-SEHAB.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 002/2006

Senhora Diretora,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.Sª para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munida da relação de TCAs – Termos de Compensação Ambiental emitidos para os empreendimentos instalados na circunscrição da Subprefeitura de Jaçanã-Tremembé nos últimos três anos, bem como, os correspondentes processos para análise dos membros da Comissão.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Senhoria a Senhora

Doutora CÉLIA KAWAI,

Mui Digna Diretora do Departamento de Parques e Áreas Verdes

DEPAVE / SVMA.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 003/2006

Senhor Subprefeito,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.Sª para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, acompanhado do Coordenador de Planejamento Urbano, Sr. Carlos Eduardo de Lacerda e Silva, munido dos certificados de conclusão dos condomínios horizontais emitidos pela Subprefeitura de Jaçanã-Tremembé nos últimos três anos, bem

como, os correspondentes processos para análise dos membros da Comissão.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor ANÍBAL DE FREITAS,

Mui Digno Subprefeito de Jaçanã-Tremembé.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 004/2006

Senhor Comandante,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.Exª para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, para relatar desmatamentos ocorridos na Zona Norte para instalação de condomínios horizontais, se possível com documentação eventualmente existente.

Ao ensejo, transmito a V.Exª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Excelência o Senhor

Coronel PM JOSÉ PAULO MENEGUCCI,

Digníssimo Comandante do Policiamento Ambiental do Estado de São Paulo.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 005/2006

Senhor Subprefeito,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, convido V.Sª para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, acompanhado do Coordenador de Planejamento Urbano, munido dos certificados de conclusão dos condomínios horizontais emitidos pela Subprefeitura de Santana nos últimos três anos, bem como, os correspondentes processos para análise dos membros da Comissão.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Senhoria o Senhor

Doutor LUÍS PACHECO,

Mui Digno Subprefeito de Santana.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 006/2006

Senhor Subprefeito,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.S<sup>a</sup> para participar de nossa reunião de 6 de março do corrente, às 14h, na Sala Tiradentes, 9º andar desta Edilidade, acompanhado de seu Coordenador de Planejamento Urbano, munido dos certificados de conclusão dos condomínios horizontais emitidos pela Subprefeitura de Casa Verde nos últimos três anos, bem como, os correspondentes processos para análise dos membros da Comissão.

Ao ensejo, transmitimos a V.S<sup>a</sup> nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Fernando José A. Aruta  
Supervisor de Comissões  
A Sua Senhoria o Senhor  
Doutor MARCOS DUQUE GADELHO,  
Mui Digno Subprefeito de Casa Verde  
Av. Ordem e Progresso 1001  
Casa Verde São Paulo

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 007/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.S<sup>a</sup> para participar de nossa reunião de 20 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao Condomínio Villagio da Serra (Serra do Flamboyant e Serra da Araucária):

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão (em caso de condomínio já ocupado);

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente;

Licenças de corte e remoção de vegetação expedidas pela Subprefeitura;

Licenças aprovadas por DPRN (se for o caso); e

Licenças aprovadas pelo GRAPOHAB (se for o caso).

Ao ensejo, transmito a V.S<sup>a</sup> nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA  
Supervisor de Comissões  
À DIRETORIA DA ROSSI CONSTRUTORA E INCORPORADORA  
Avenida Major Sylvio de Magalhães Padilha, 5.200, Edif. Miami, 3º andar  
05677-000 – São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 008/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.S<sup>a</sup> para participar de nossa reunião de 20 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao Condomínio The House:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão (em caso de condomínio já ocupado);

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente;

Licenças de corte e remoção de vegetação expedidas pela Subprefeitura;

Licenças aprovadas por DPRN (se for o caso); e

Licenças aprovadas pelo GRAPOHAB (se for o caso).

Ao ensejo, transmito a V.S<sup>a</sup> nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA  
Supervisor de Comissões  
À DIRETORIA DA GAFISA S/A  
Avenida das Nações Unidas, 4.777, 9º andar, Alto de Pinheiros

05477-000 – São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 009/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 20 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados aos Condomínios Residencial Jardim Itatinga e Jardim Itatinga II:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão (em caso de condomínio já ocupado);

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente;

Licenças de corte e remoção de vegetação expedidas pela Subprefeitura;

Licenças aprovadas por DPRN (se for o caso); e

Licenças aprovadas pelo GRAPOHAB (se for o caso).

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À DIRETORIA DA SANTOS CONSTRUTORA

Rua Voluntários da Pátria, 1.211, sala 02, Santana

São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 010/2006

Senhor Arquiteto,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 13 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À Sua Senhoria o Senhor

ARQUITETO PAULO LISBOA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA - ASBEA

Rua Tabapuã, 479, conjunto 62, Itaim-Bibi

04533-011 - São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 011/2006

Senhor Arquiteto,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 13 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À Sua Senhoria o Senhor

ARQUITETO ARY ALBANO

MOVIMENTO DEFENDA SÃO PAULO

Rua Domingos Mormano, 271,

Jardim Tremembé

02359-020 - São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 012/2006

Senhora Administradora,  
Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 13 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade.  
Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À Sua Senhoria a Senhora

ANA LÚCIA ARROMBA FERNANDES

M.D. Administradora do Parque Estadual Alberto Löefgreen

Rua do Horto, 931, Jardim Tremembé

02377-000 - São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 013/2006

Senhor Administrador,  
Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 13 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade.  
Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À Sua Senhoria o Senhor

FERNANDO DÉCIO

M.D. Administrador do Parque Estadual da Cantareira

Rua do Horto, 1.799, Cantareira

02377-000 - São Paulo/SP

São Paulo, 24 de fevereiro de 2006.

Of. CE-IMPA nº 014/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 20 de março do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados aos Condomínios Residencial Jardim Itatinga e Jardim Itatinga II:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão (em caso de condomínio já ocupado);

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente;

Licenças de corte e remoção de vegetação expedidas pela Subprefeitura;

Licenças aprovadas por DPRN (se for o caso); e

Licenças aprovadas pelo GRAPOHAB (se for o caso).

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À DIRETORIA DA

CARVALHO E PERA CONSTRUTORA E CONSULTORIA LTDA.

Rua Alferes Magalhães, 92, conjunto 25, Carandiru

São Paulo/SP

São Paulo, 1º de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 015/2006

Senhor Diretor,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha solicita a V.Sª que, no prazo de dez dias, remeta a esta Comissão o inteiro teor do Relatório "FISCALIZAÇÃO SERRA DA CANTAREIRA", com os dados devidamente atualizados.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

A Sua Senhoria o Senhor José Arnaldo Gomes

M.D. Diretor do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria Estadual do Meio Ambiente/CPRN/DPRN

Rua Anete Queiroz Lacerda, 80, Vila Gomes

05591-080 - São Paulo/SP

São Paulo, 13 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 016/2006

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, solicito a V.Sª que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, remeta a esta Comissão 10 (dez) cópias da seguinte documentação: Alvará de Execução e Auto de Conclusão do empreendimento Village Palmas, na Rua José Martins Borges nº 189, Tremembé.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR JUSCELINO GADELHA

Presidente da Comissão

A Sua Senhoria o Senhor JOÃO VACARI NETO

M.D. Presidente da BANCOOP

Rua Líbero Badaró, 152, 5º andar

São Paulo/SP

São Paulo, 13 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 017/2006

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, solicito a V.Exª que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, remeta a esta Comissão 10 (dez) cópias da seguinte documentação: PA nº 1999.0.096.062-9.

Ao ensejo, transmitimos a V.Exª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

VEREADOR JUSCELINO GADELHA

Presidente da Comissão

A Sua Excelência o Senhor JANUÁRIO MONTONE

DD. Secretário Municipal de Gestão

Rua Líbero Badaró, 425, 1º andar – tel 3292-7010

São Paulo/SP

São Paulo, 13 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 018/2006

Senhor Coordenador,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, como acordado entre nós em reunião da Comissão, solicito a V.Sª que no prazo de 10 (dez) dias envie à Secretaria desta Comissão os TCAs – Termos de Compensação Ambiental emitidos para os empreendimentos

instalados na circunscrição da Subprefeitura de Jaçanã-Tremembé (vide relação abaixo) nos últimos três anos, bem como, os correspondentes processos para análise.

Residencial Village das Palmas - Rua Jose Martins Borges 189

Condomínio Serra do Flamboyam - Rua Comendador Quirino Teixeira,151

Condomínio Villagio da Serra Araucária - Rua Comendador Quirino Teixeira, 101

Área verde a venda - Avenida Nova Cantareira ,1499

Área verde a venda - Av. Nova Cantareira, 7055

Condomínio The House - Av. Nova Cantareira ,5567

Área verde a venda. - Avenida Nova Cantareira, 7215

Condomínio sem nome - Rua do Horto 1072/802 - próximo ao córrego do Tremembé -  
Processo 1999/0096062-9

Condomínio Itatinga I - Rua Itabira s/n

Vila Cantareira – Residencial - TCA 072/03 - Rua Pedro Vicente, 117

Residencial Jardim Floresta - Rua Dr. Pedro Vicente ,117

Área verde a venda - Chácara dos Holandeses - Rua Luis Carlos Gentile de Laet, s/n

Área verde a venda - Rua Francisco Narciso,30 Jd. Floresta

Condomínio Residencial - Av. Cantareira,5027

Ao ensejo, transmito a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Vereador Juscelino Gadelha

Presidente

A Sua Senhoria o Senhor MARCELO COCCO URTADO

M.D. Coordenador do NLPSV / SVMA

Rua do Paraíso, 387, Paraíso

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 019/2006

Senhor Secretário,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Exª para participar de nossa reunião de 27 de março corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade, acompanhado do responsável pelo Planejamento Ambiental Urbano dessa Pasta.

Ao ensejo, transmitimos a V.Exª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Fernando José A. Aruta

Supervisor de Comissões

A Sua Excelência o Senhor

Doutor FRANCISCO VIDAL LUNA,

Digníssimo Secretário de Planejamento do Município

Rua São Bento, 405, 18º andar

Centro, São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 020/2006

Senhor Diretor,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 27 de março corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Fernando José A. Aruta

Supervisor de Comissões

A Sua Senhoria o Senhor

Engenheiro ALEXANDRE PEREIRA CAVALCANTI,

Mui Digno Diretor da Regional Metropolitana São Paulo - DPRN

Avenida Prof. Frederico Hermann Júnior, 345, térreo, Prédio I

Alto de Pinheiros, São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 021/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 3 de abril do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao empreendimento da Avenida Nova Cantareira nº 3924:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão;

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente; e

Jogo de projetos aprovados.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À CIMOB

Avenida Nova Cantareira, 3.924, Cantareira

São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 022/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 3 de abril do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao empreendimento Residencial Mirante do Horto:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão;

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente; e

Jogo de projetos aprovados.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À ACLN – Antonio Cavalheiro Lacerda Neto

Rua Luís Carlos Gentile de Laet, 1.561

São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 023/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 3 de abril do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao empreendimento Residencial Flores de Laet:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão;

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente; e

Jogo de projetos aprovados.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

Aos empreendedores do Residencial Flores de Laet  
Rua Luís Carlos Gentile de Laet, 1.568  
São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 024/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 3 de abril do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao empreendimento da Rua Eugênio da Silva nº 320:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão;

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente; e

Jogo de projetos aprovados.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

Aos empreendedores do Residencial

Rua Eugênio da Silva, 320

São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 025/2006

Senhores Diretores,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 3 de abril do corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º Subsolo desta Edilidade, munido dos seguintes documentos, relacionados ao empreendimento Parque Itaguaçu Cantareira:

Alvará de aprovação e execução emitido pela Prefeitura;

Certificado de conclusão;

Termos de Compensação Ambiental – TCAs emitidos para o local pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente; e

Jogo de projetos aprovados.

Ao ensejo, transmito a V.Sª nosso apreço e consideração.

Atenciosamente,

FERNANDO JOSÉ A. ARUTA

Supervisor de Comissões

À IMOBEL S/A Urbanizadora e Construtora

Rua Otávio Zampirolo, 270

São Paulo/SP

São Paulo, 16 de março de 2006.

Of. CE-IMPA nº 026/2006

Prezado Senhor,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Estudos em epígrafe, o Vereador Juscelino Gadelha convida V.Sª para participar de nossa reunião de 27 de março corrente, às 14h, na Sala Dr. Oscar Pedroso Horta, 1º subsolo desta Edilidade.

Ao ensejo, transmitimos a V.Sª nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Fernando José A. Aruta

Supervisor de Comissões

A Sua Senhoria o Senhor

ARMANDO BENETOLLO

Conjunto Residencial Vista Verde  
Rua Francisco de Lira nº 130, Bloco A, apto. 41, Vila Mazzei  
02346-010 - São Paulo/SP